

# FREI BETTO



## BATISMO DE SANGUE

9ª EDIÇÃO

Os dominicanos  
e a morte de  
Carlos Marighella



dossie Frei T

# Frei Betto

Batismo de Sangue

Os dominicanos e a morte de Carlos

Marighella

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

[http://groups.google.com/group/Viciados\\_em\\_Livros](http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros)

Copyright© 1987, Frei Betto Capa: Marcos B. de Oliveira

Impresso no Brasil *Printed in Brasil*

1987

Todos os direitos reservados à EDITORA BERTRAND BRASIL S.A. Rua Benjamim Constant, 142 - Glória 20241 - Rio de Janeiro - RJ Tel.: (021) 221-1132 e (021) 221-1162 Não é permitida a reprodução parcial ou total, sob quaisquer meios, desta obra, sem a prévia autorização por escrito da editora.

A Sônia & Fernando

que me auxiliaram na pesquisa em jornais,

e a Mariaugusta,

que me ajudou a levantar o processo nos tribunais,

o testemunho de minha fraterna gratidão.

Para Jorge que, no afeto, venceu o medo.

Aos trabalhadores brasileiros

e, com suas lutas,

restauram esperanças.

*In memoriam*

dos companheiros assassinados

Aderval Alves Coqueiro

Carlos Eduardo Pires Fleury

Jeová de Assis Comes

e Frei Tito de Alencar Lima

e desaparecidos

Issami Nakamura Okamu

Daniel José de Carvalho

Joel de Carvalho

com quem convivemos na mesma cela, em 1970.

Retiro da maldição e do silêncio

e aqui inscrevo seu nome de

baiano: Carlos Marighela.

Jorge Amado

## S u m á r i o

I. Carlos, o itinerário

II Sul, a travessia

III. Prisão, o labirinto

IV. Morte, a cilada

V. DOPS, a catacumba

VI. Tito, a paixão

Anexos

Fontes

Obras do autor

## Siglas

**ABC** =Região industrial próxima à capital paulista e que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

**AID** =*Agência Internacional de Desenvolvimento*, um dos serviços de intromissão do Governo dos Estados Unidos na vida de outras nações.

**ALN** =*Ação Libertadora Nacional*, nome do movimento guerrilheiro comandado por Carlos Marighella e atuante entre os anos de 1969 e 1974.

**AP** =*Ação Popular*, movimento político de esquerda que, entre os anos de 1962 e 1975, atuou sob inspiração inicialmente cristã, depois maoísta e, por fim, marxista-leninista.

**CELAM** =*Conselho Episcopal Latino-Americano*, órgão que congrega, em nosso Continente, os bispos da Igreja Católica, e tem sede na Colômbia. Foi quem promoveu as famosas conferências episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979).

**CENIMAR** =*Centro de Informações da Marinha*.

**CIA** =*Agência Central de Inteligência* dos Estados Unidos.

**CNBB** =*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*.

**CPI** =*Comissão Parlamentar de Inquérito*.

**DETRAN** =*Departamento de Trânsito*.

**DOPS** =*Departamento de Ordem Política e Social*, subordinado aos governos estaduais.

**ILADES** =*Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento*, órgão interessado nas questões sociais e vinculado ao CELAM.

**ITA** =*Instituto Tecnológico da Aeronáutica*, em São José dos Campos.

**JEC** =*Juventude Estudantil Católica*, movimento especializado da *Ação Católica* e atuante no meio secundarista entre os anos de 1958 e 1965.

**JUC** =*Juventude Universitária Católica*, movimento especializado da *Ação Católica* e atuante especialmente entre os anos de 1948 e 1964.

**MOLIPO** =*Movimento de Libertação Popular*, formado em 1972 por ex-militantes da ALÉM.

**MRT** =*Movimento Revolucionário Tiradentes*, organização guerrilheira urbana atuante entre os anos de 1969 e 1970.

**MR-8** =*Movimento Revolucionário oito de Outubro*, organização política de esquerda que participou da guerrilha entre os anos de 1969 e 1972, tornando-se posteriormente um partido marxista-leninista.

**OLAS** =*Organização Latino-Americana de Solidariedade*, fundada em Cuba em 1967 com o propósito de incentivar as lutas de libertação nos países do continente.

**PC** =*Partido Comunista*.

**PCB** =*Partido Comunista do Brasil* até 1961 e *Partido Comunista Brasileiro* desde então, quando surge o *PC do B*, *Partido Comunista do Brasil*, em 1962, de tendência maoísta em seus primórdios e, posteriormente, albanesa. Os dois Partidos Comunistas reivindicam terem sido fundados em 1922.

**PCBR** =*Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*.

**PCUS** =*Partido Comunista da União Soviética*.

**PM** =*Policia Militar*.

**REDE** =*Resistência Democrática*.

**SNI** = *Serviço Nacional de Informações.*

**UBES** = *União Brasileira dos Estudantes Secundários.*

**UNE** = *União Nacional dos Estudantes.*

**USP** = *Universidade de São Paulo.*

**VPR** = *Vanguarda Popular Revolucionária*, movimento guerrilheiro atuante entre os anos de 1968 e 1970.

# I. CARLOS, O ITINERÁRIO

*Foi na realidade uma noite do povo*, publicou *O Globo* em sua edição do dia seguinte. Espetáculo de gala no estádio do Pacaembu, em São Paulo. Pelé teria festejado seu grande dia se o resultado fosse ao contrário. Mas foi o Corinthians que marcou quatro gols no Santos. Magnífica atuação do time do Parque São Jorge. A equipe praiana fez apenas um tento. E não foi de Pelé, foi de Edu.

Os portões foram franqueados ao público. Arquibancadas repletas, torcidas excitadas, tambores, cornetas e apitos alegrando a noite de terça-feira, 4 de novembro de 1969. Bandeiras coloridas flutuavam sobre a multidão que aplaudia o desempenho de seus times.

Bem que Pelé tentou. Mas não seria ainda dessa vez. Quando ele dominava a bola, o coração da torcida batia acelerado. Poderia ocorrer a qualquer momento. Rivelino, porém, roubou-lhe a noite e balançou a rede adversária duas vezes. Pelé permaneceu na soma de 996 gols ao longo de sua brilhante carreira. Não seria ainda dessa vez que ele marcaria o milésimo gol.

A contagem foi aberta aos 25 minutos. Rivelino centrou forte para a pequena área, Ivair entrou livre e tocou a bola para dentro da meta do goleiro santista. A torcida corintiana explodiu: a euforia reboava, as cornetas soavam estridentes, as baterias assemelhavam-se a disparos acelerados de canhões em salvas de tiros. Aos 32 minutos, Benê tentou cortar Joel e Ramos Delgado, sendo derrubado pelo primeiro. De pé esquerdo, Rivelino bateu a falta, chutando entre a barreira do Santos para ver a pelota enroscar-se no fundo da cidadela de Agnaldo.

No intervalo do jogo, a torcida movimentava-se, agitada. O cheiro de suor misturava-se ao hálito úmido do clima chuvoso da noite quente, Dedos nervosos cruzavam, entre mãos estendidas, dinheiro, pipocas, refrigerantes, sanduíches, amendoim torrado. Possantes holofotes cobriam com um véu branco o gramado verde do Pacaembu. Nos vestiários, os times recobravam fôlego. De súbito, um ruído metálico de microfonia ressoou pelo estádio. Um ajustar de ferros puxados por corrente elétrica. Cessaram as batucadas, silenciaram as cornetas, murcharam as bandeiras em torno de seus mastros. O gramado vazio aprofundou o silêncio curioso da multidão. O locutor pediu atenção e deu a notícia, inusitada para um

campo de futebol: *Foi morto pela policia o líder terrorista Carlos Marighella.*

Augusto Marighella viera de Ferrara para a Bahia acompanhado de outros imigrantes do Norte da Itália. Era de Emilia, terra de destacados líderes italianos, como o fascista Mussolini e o socialista Nenni. Seus olhos claros refletiam a esperança que o animava. Mecânico de profissão, socialista de idéias, trazia consigo a experiência emergente do sindicalismo europeu.

A baiana Maria Rita fixou o coração de Augusto em terra brasileira. Descendia ela dos negros haussás, escravos africanos trazidos do Sudão, sempre rebeldes à privação da liberdade. Moravam à Rua do Desterro, 9, na Baixa do Sapateiro, onde a 5 de dezembro de 1911 nasceu o filho Carlos.

É dura a vida de operário, nesta terra quem não é doutor não tem vez, sabia Augusto. A mulher não queria os oito filhos subjugados como seus ascendentes negros; queria-os livres, senhores de seu destino. Os pais não pouparam esforços para que Carlos ingressasse, aos 18 anos, no curso de Engenharia Civil da antiga Escola Politécnica da Bahia.

### 3

*Dissertar sobre as propriedades do hidrogênio — elemento. Sua preparação no laboratório e na indústria.*

Era o tema da prova de Química naquele sábado, 27 de junho de 1931. O aluno Carlos Marighella redigiu-a em versos:

*De leveza no peso são capazes Diversos elementos, vários gases.*

*O hidrogênio, porém, é um gás que deve Ter destaque por ser o gás mais leve.*

*Combina-se com vários metalóides, Com todos, aliás, c os sais halóides*

*Provêm de ácidos por aquele gás Formados reunindo-se aos metais.*

*Cloro e hidrogênio combinados dão Um ácido — o clorídrico — e a explosão*

*Produzida por bela experiência Por ser de funesta consequência.*

*Vale a pena que seja aqui descrita Essa experiência que acho tão bonita.*

*O desejado efeito se produz Na escuridão, ausente toda luz.*

*O cloro ao lado do hidrogênio fica*

*Num vaso, e isso por forma alguma implica*

*Numa veloz combinação dos dois, Porquanto a mesma só virá depois.*

*Então, do vaso em se chegando à boca Uma chama rebomba, estruge, espouca*

*O violento estampido que anuncia Pronta a combinação. Á luz do dia*

*Faz-se a combinação rapidamente (Nesse caso o perigo é iminente).*

*De uma notável propriedade goza: Atravessa veloz qualquer porosa*

*Superfície e, por ser incomburente*

*É queimado, não queima. A luz ardente*

*Que possui é de cor azul no tom, E, nu harmônica química, o seu som*

*É típico c semelha um longo ronco De um urso velho dorminhoco e bronco.*

#### 4

O privilégio da carreira universitária não apagou, em Carlos, as marcas de sua origem proletária e as idéias socialistas que recebera do pai. Sua sensibilidade trazia da infância as histórias de trabalhadores desempregados pelo rápido avanço tecnológico da industrialização européia e dos escravos refugiados em quilombos nordestinos. O gosto amargo da injustiça queima as entranhas, sangra o coração, exige o conduto político para não perder-se na revolta individual ou na abnegada fatalidade do destino. Ainda estudante, Marighella ingressa no PCB (Partido Comunista do Brasil). Destaca-se logo como um dos mais combativos militantes baianos, dotado de excepcional capacidade de trabalho e de admirável coragem pessoal. Costuma dizer que não tem tempo para ter medo. Poeta, aos 21 anos critica em versos o interventor da Bahia, Juracy Magalhães. Em represália, é conduzido pela primeira vez à prisão.

#### 5

A cisão provocada pelo movimento trotskista internacional, em 1936, se refletiria no PCB, especialmente entre as células de São Paulo. Leon Trotski, um dos principais líderes da revolução russa, rompera o monolitismo soviético, impedindo Stálin de arvorar-se em único e verdadeiro intérprete de Marx e Lênin. A divergência entre Trotski e Stálin era antiga e profunda. Após a revolução, Trotski foi nomeado Comissário dos Negócios Estrangeiros. Em março de 1918, representa o novo regime nas negociações de paz com a Alemanha, em Brest-Litovsk. Pessoalmente, ele era contra a paz em separado com os alemães, como queria Lênin. Acreditava que os soldados germânicos não marchariam contra os trabalhadores russos. Rejeitou, pois, os termos do acordo proposto pelo adversário. Os fatos, porém,

demonstraram que Lênin estava certo. Trotski foi destituído do cargo, tornando-se Comissário da Guerra. Reorganizou o Exército Vermelho, combateu com êxito os grupos contra-revolucionários, enviou seus soldados a trabalharem na reconstrução das estradas e das ferrovias do país destruídas pela guerra. Sentia-se no direito de opinar sobre os rumos econômicos da revolução e de fazer duras críticas às medidas administrativas e políticas tomadas por seus companheiros de Partido, o que fez aumentar suas divergências com Lênin e reforçou a oposição declarada que lhe faziam Stálin, Kamenev e Zinoviev, membros do Politburo, o comitê político do Partido Comunista da União Soviética.

Após a morte de Lênin, em 1924, o grupo liderado por Stálin detém a hegemonia no Partido. Trotski é deposto do Comissariado da Guerra e transferido para a direção do desenvolvimento dos recursos elétricos. Renuncia em 1925 e dois anos mais tarde é exilado no Turquestão. Banido da Rússia em 1929, Stálin cassa-lhe a cidadania soviética em 1932.

Assegurar, primeiro, a consolidação do socialismo na Rússia para, em seguida, ajudar os demais povos a se libertarem do capitalismo era a posição defendida por Stálin. Esse "socialismo em um só país" era, para Trotski, uma traição às idéias de Marx. Em sua obra *Permanentnaia Revolutsia (A Revolução Permanente, 1930)*, o antigo companheiro de Lênin defende a tese de uma permanente ação revolucionária em escala internacional. O socialismo russo só se consolidaria na medida em que realizasse a proposta política lançada pelo autor do *Manifesto Comunista*: "proletários de todo o mundo: uni-vos!". A revolução era internacionalista por natureza.

Não eram apenas as idéias de Trotski que ameaçavam Stálin. Era sobretudo sua atitude crítica que punha em cheque o centralismo soviético. Pela primeira vez a crítica dentro do Partido não obedecia aos critérios e às normas estabelecidas pela própria direção partidária. Essa dissidência iria estruturar-se, como grupo, em agosto de 1933, quando Trotski funda em Paris a Liga Comunista

Internacional. Em 1938, a Liga passa a ser considerada por seus adeptos como a IV Internacional Comunista. Entre intelectuais do PCB, especialmente em São Paulo, a nova tendência angariava simpatias, ameaçando a unidade partidária. O Comitê Central decide entregar a solução da crise à habilidade política de Carlos Marighella. Acatando o pedido de Luiz Carlos Prestes e de Astrogildo Pereira, o militante baiano transfere-se para a capital paulista.

## 6

*Fiquei com a impressão de que não era uma casa, era uma fortaleza. Muros altos com guaritas nas pontas e o pesado portão de ferro davam uma expressão sinistra à casa em que Trotski viveu seus últimos dias, na Cidade do México. Coyoacán é um bairro da periferia elegante que ainda preserva seus*

casarões coloniais entre ruas arborizadas. Fui com Betinho que, embora exilado no mesmo bairro, jamais visitara o local. Naquele ano de 1979, a manhã de fevereiro era fria, seca, iluminada por um sol opaco. Puxamos o cordão da campainha e fomos recebidos por uma velha judia que, com sua família, reside na casa transformada em museu. O pequeno jardim da entrada abriga o túmulo de Leon Trotski e de Natacha, sua esposa. Da lápide sem inscrições ergue-se o mastro que ostenta a bandeira vermelha da Liga Comunista, sem a foice e o martelo. Em torno do gramado verde, sombreado por pequenos arbustos, a casa tem o formato de um L. Ao fundo, uma construção de dois pavimentos que servia à equipe responsável pela segurança do líder comunista.

A senhora informa que Richard Burlou e Alain Delon passaram quase um mês como seus hóspedes, filmando a vida de Trotski. Na pequena sala de entrada as coisas estão assim como foram deixadas por seu proprietário. A coleção de jornais da época, com notícias da guerra; os livros em russo, alemão e inglês; alguns objetos pessoais. Ao lado, o escritório em que ele foi assassinado. Sobre a mesa, papéis com a sua letra. A biblioteca variada esconde as paredes. Notamos que todas as janelas filtram a claridade: por medida de segurança, foram tapadas com tijolos, restando apenas uma pequena fresta de luz. No quarto, em torno da cama do casal, vêem-se ainda os buracos das balas do atentado que teria sido comandado por Siqueiros, grande muralista mexicano fiel às idéias de Stálin.

Os cômodos são separados por pesadas portas de ferro fundido, como as que se usavam em cofres. O velho dissidente, com seus óculos de pequenas e redondas lentes brancas e um fino cavanhaque a esconder-lhe o queixo, sabia que queriam matá-lo. Talvez estivesse convencido de que Stálin teria posto a sua cabeça a prêmio. Voluntariamente encarcerado em sua própria casa, tomara todas as providências para evitar a aproximação de estranhos e reforçara as medidas de segurança.

A morte não costuma mandar aviso prévio. A imaginação assassina ultrapassa os limites da lógica e do razoável. Ao passar pela Europa, rumo ao México — onde chegou em 1937 —, Trotski deixara a meio caminho sua jovem secretária, Silvia, que ele e a mulher tratavam como filha. Pouco depois ela se juntou a eles em Coyoacán, lamentando apenas a saudade do namorado que ficara na Europa: um jornalista belga que não se mostrava muito interessado em política.

Jacques Mornard aproveitou as férias para visitar a namorada na Cidade do México. Hospedou-se num pequeno hotel e, diariamente, buscava Silvia à porta da casa para passearem, respeitando as normas de segurança que o impediam de ultrapassar o portão de ferro. A esposa do líder dissidente considerou que não era preciso tanto exagero: afinal, o namorado da filha adotiva merecia ser recebido na família. A recusa de Mornard ao convite levou à porta a própria dona da casa, que insistia para que o tímido rapaz entrasse a tomar um café. Ele resistiu até o ponto de não parecer grosseiro. Conheceu Trotski e, como se fossem sogro e genro, passaram a entreter-se em longas conversas. O revolucionário

*russo expunha com veemência suas idéias e o jornalista parecia interessado em redigir uma série de artigos para divulgar as teses trotskistas na Europa.*

*Apenas um detalhe intrigava a esposa do velho líder: Mornard trazia sempre uma capa de gabardina dobrada sobre o braço esquerdo, embora o tempo não ameaçasse chuva. O marido explicou-lhe que era um costume de certos europeus usarem complementos ao vestuário — como capa, bengala ou guarda-chuva — por mera questão de elegância.*

*Foi em meio a urna dessas conversas, em que o anfitrião comentava o rascunho de mais um texto de sua autoria, que Mornard puxou de dentro de sua capa uma picareta, enterrando-a na cabeça de Trotski. Este ainda conseguiu levantar-se e agarrar-se ao assassina, ordenando à sua guarda que não o matasse. Era preciso apurar o nome do verdadeiro mandante do crime. Levado ao hospital,*

*Trotski faleceu algumas horas depois, na terça-feira, 20 de agosto de 1940.*

*O suposto jornalista belga foi entregue à polícia mexicana que não lhe arrancou nenhuma palavra. Descobriram em seu quarto de hotel uma cabeça de gesso na qual ele ensaiara o golpe mortal. O silêncio acompanhou-o ao longo dos vinte e sete anos de prisão. Apurou-se apenas que sua verdadeira nacionalidade era espanhola e seu nome, Ramón Mercader. Libertado em 1967, passou a viver em Cuba, alheio a toda a publicidade em torno de seu nome e indiferente às tentadoras ofertas que ricas editoras lhe fizeram para que contasse, afinal, quem mandou matar Leon Trotski. Há poucos anos o câncer consumiu Mercader.*

*Ao deixar a casa de Coyoacán, Betinho e eu tínhamos a sensação de sair de uma prisão. Assustava-nos ainda saber que a peleja entre Trotski e Stálin não cessou com a morte de ambos. De alguma forma eles sobrevivem. O primeiro, nos grupos vanguardistas que alimentam o mito das massas irreduzivelmente revolucionárias e espontaneamente democráticas. O segundo, nos partidos que fazem uma interpretação dogmática do marxismo e, em nome do centralismo democrático, legitimam a prepotência autocrática de seus dirigentes, únicos verdadeiros oráculos do passado, do presente e do futuro.*

A habilidade política de Marighella, reforçada por seu raciocínio arisco e palavra abundante, desanuviava a crise entre os comunistas de São Paulo. O proletariado mundial fora traído por Trotski, o visionário que pretendia fazer da revolução russa uma aventura fundada na utopia. Os argumentos do revolucionário baiano, que abandonara o curso de Engenharia para dedicar-se exclusivamente ao Partido, convenceram a maioria dos camaradas que, com simpatia, acompanhavam o movimento trotskista. A

dissidência paulista ficou restrita a um pequeno grupo. Diante da necessidade de assegurar a ortodoxia stalinista, o Comitê Central incumbiu Marighella de editar a revista *Problemas*. A lógica militante, precisa, cartesiana, evitada de dogmatismo, como figuras geométricas talhadas em mármore, abre lugar em sua sensibilidade poética tecida em humor, irreverência e paixão.

Primeiro de maio de 1936. Nas manifestações dos trabalhadores paulistas, a Polícia Especial de Filinto Müller detecta a presença do PCB sob o comando astuto de Carlos Marighella. Preso, o jovem comunista é torturado durante vinte e três dias. Querem os nomes de seus companheiros de Partido. A dor faz-se companheira em seu silêncio. A vida e a liberdade de seus camaradas no PCB valem mais do que a dele. Esse o preço da fidelidade a uma causa, salário de morte e de amor que não se paga com o simples querer. A resistência humana tem limites nem sempre conhecidos. Ao encarnar em sua vida os ideais pelos quais lutava, Marighella conseguiu que o limite de sua resistência chegasse à fronteira em que a morte recebe o sacrifício como dom.

Após um ano de prisão, a anistia de 1937 veio libertá-lo. E a implantação do Estado Novo, consolidando a ditadura de Getúlio Vargas, veio lançá-lo à clandestinidade. Sem temer riscos, o militante comunista mobiliza os trabalhadores paulistas contra o avanço do nazi-fascismo. Explode a 11 Guerra Mundial no esforço de conter as investidas das tropas de Hitler sobre o território europeu. A Espanha de Franco, a Itália de Mussolini e o Japão de Hiroito aliam-se às pretensões expansionistas do Governo alemão. Na América Latina, o movimento fascista penetra através dos "camisas-douradas" mexicanos, da Falange colombiana, dos "camisas-negras" peruanos, do Partido Nacional-Socialista argentino e da Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado, que congrega os "camisas-verdes".

Quanto ao conflito mundial, a ditadura de Vargas mantém-se em duvidosa neutralidade, pressionada, de um lado, pelos integralistas e, de outro, pelos comunistas. Inspirado no Front Populaire organizado por Thorez como reforço à Resistência Francesa, Marighella dedica-se a estruturar o CNOP (Conjunto Nacional de Operações Práticas), cujo objetivo era forçar o Brasil a entrar na guerra contra os nazistas e popularizar as bandeiras de luta defendidas pelo Partido. O êxito de seu trabalho custa-lhe a precária e arriscada liberdade. Novamente preso em 1939, os homens da polícia de Filinto Müller fazem-no conhecer as agruras do inferno no Presídio Especial de São Paulo: queimam-lhe as solas dos pés com maçarico, enfiam-lhe estiletes sob as unhas, arrancam-lhe alguns dentes. Mas não conseguem fazê-lo falar. Seu mutismo é o selo da fidelidade. Conseguem apenas deixar em sua testa larga a pequena cicatriz que restou da coronhada recebida ao dar uma risada na cara de um policial, em plena tortura. Seu comportamento levaria um delegado a afirmar que "só existe um macho no Partido Comunista: é esse baiano Marighella".

Entregue à solidão do cárcere, aflora o poeta que o habita para compor os versos do poema

"Liberdade":

*Não ficarei tão só no campo da arte, e, ânimo firme, sobranceiro e forte, tudo farei por ti para exaltar-te, serenamente, alheio à própria sorte.*

*Para que eu possa um dia contemplar-te dominadora, em fêrvido transporte, direi que és bela e pura em toda parte, por maior risco em que essa audácia importe.*

*Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma, que não exista força humana alguma que esta paixão embriagadora dome.*

*E que eu por ti, se torturado for,  
possa feliz, indiferente à dor,  
morrer sorrindo a murmurar teu nome.*

Transferido para a ilha de Fernando de Noronha, presídio improvisado de comunistas e de integralistas, Marighella divide o seu tempo entre a educação cultural e política de seus companheiros e o cuidado de uma horta que supria a alimentação, deficiente, com legumes e verduras frescas. Os últimos anos de cadeia passou-os ele na Colônia de Dois Rios, na ilha Grande. Só a anistia conquistada pelo movimento social em 1945 o traria de volta à liberdade, após seis anos de encarceramento. O fim da guerra, com a vitória dos aliados, acelerara a queda de Vargas. Marighella retorna à militância, agora como membro do Comitê Central do PCB. A CPI que investigaria as torturas do Estado Novo haveria de constatar que "com referência ao deputado Carlos Marighella, apurou aquele médico (Dr. Nilo Rodrigues) que nunca viu tanta resistência a maus tratos e tanta bravura".

## 8

As circunstâncias de guerra que aliaram Estados Unidos e União Soviética contra os inimigos comuns e o advento da democracia burguesa em nosso país criaram as condições para a legalização do PCB. Seus militantes candidataram-se às eleições da Assembléia Constituinte. Marighella regressa à Bahia e, após rápida campanha, elege-se como um dos deputados federais mais votados, tendo Jorge Amado como companheiro de bancada e de Partido.

Ao inaugurar-se a Constituinte, em 1946, o nome de Carlos Marighella figurava como o segundo orador inscrito. Discursa inflamado contra a indicação do presidente da Assembléia, "membro, nesta casa de eleitos, de um corpo estranho, o Tribunal de Justiça, para o qual foi nomeado pela ditadura de Getúlio Vargas". Na elaboração da nova carta constitucional, ele se destaca como um dos principais autores do capítulo sobre liberdade e garantias individuais. Eleito quarto secretário da mesa da Assembléia, em

menos de dois anos pronuncia 195 discursos, o que levaria o general Euclides Figueiredo — pai do general João Baptista Figueiredo — a elogiá-lo por sua atuação na Constituinte. Havia de fato uma divisão de tarefas entre ele e Jorge Amado: enquanto ocupava ele a tribuna do Palácio Tiradentes, o escritor baiano trabalhava nas comissões. A oratória de Marighella prenunciou a volta da "caça às bruxas": protestou contra o fechamento da Juventude Comunista, contra o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, contra o decreto do general Dutra tornando ilegal o PCB — seus deputados passaram a ser considerados "sem partido". Em novembro de 1947, no último discurso, Marighella manifestou-se contra a cassação de seu mandato e de todos os que foram eleitos pela legenda do Partido. Mas sua indignação não encontrou eco, como resultaram inúteis as 330 emendas — quase todas escritas por ele — que os comunistas apresentaram ao projeto de cassação do presidente Dutra. Era o reflexo do início da "guerra fria" num país como o nosso, satélite da política e da economia norte-americanas. Despido de seu mandato parlamentar, o militante baiano trocou os atapetados salões do Palácio Tiradentes, no Rio, pelos sinuosos caminhos da clandestinidade, em São Paulo — palco principal de sua atribulada existência.

Ao se iniciarem os anos 50, o PCB engaja-se resolutamente na campanha presidencial pró-Vargas, na mobilização contra o envio de soldados brasileiros à guerra da Coréia, na denúncia de desnacionalização do ensino e da economia, na luta pelo monopólio estatal do petróleo. "Absolvido" de seus crimes pela imagem de "pai dos pobres" forjada pelo populismo petebista, o ex-ditador volta ao poder pelas urnas e cria a Petrobrás, vetando a exploração do petróleo brasileiro por companhias particulares nacionais ou estrangeiras. Os comunistas desempenham importante papel em todas essas campanhas. Em São Paulo, Marighella atua incógnito junto às bases, conhecido apenas pela alcunha de "O Preto". Pouco depois, o Comitê Central convida-o a passar dois anos na China de Mao. Era preciso conhecer de perto a recente revolução chinesa, apoiada diretamente pela União Soviética. Marighella parte e passa os anos de 1953 e 54 no Oriente Vermelho.

## 9

O relatório Krushev, como bomba em escola infantil, explode no XX Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1956. Sob o olhar estupefocado das delegações comunistas, não querendo acreditar no que ouvem, o novo secretário-geral do PCUS denuncia os crimes e atrocidades cometidos por Stálin, sepultado três anos antes. Na verdade, Krushev cuspiu sobre o próprio prato em que comera, pois fora um dos mais próximos colaboradores do "homem de aço". Durante trinta anos, o poder, na União Soviética, concentrara-se numa só pessoa. O Partido era Stálin e ele não hesitou em lançar mão de uma sistemática

política repressiva contra os opositores — muitos deles seus antigos camaradas que, ao lado de Lênin, ajudaram a fazer a revolução russa. Sem dúvida, na Rússia de Stálin desapareceram a miséria dos camponeses e a pobreza dos operários; o povo tornara-se, efetivamente, proprietário dos meios de produção e alcançara um nível de vida muito superior ao da classe trabalhadora na maioria dos países capitalistas. A escola e a medicina deixaram de ser privilégio dos mais abastados e ficaram ao alcance de todos. Entretanto, o stalinismo suprimira a liberdade de opinião, impusera o ateísmo como religião oficial, atrelara a seus interesses a Igreja Ortodoxa Russa e tornara-se sinônimo de penitenciárias, de campos de trabalhos forçados e de confinamentos siberianos. Agora, o sucessor de Lênin — não obstante este, em seu Testamento, o qualificasse de "brutal" e "desleal" — era derrubado dos píncaros do culto da personalidade como o vento desfaz, na praia, um boneco de areia.

À semelhança de seus companheiros de Partido, Marighella ficou perplexo. Só em outubro o Comitê Central decide abrir o debate sobre a questão. A forma de conduzir a discussão gera uma luta interna no Partido: a discussão ampla e aberta é defendida por jornalistas como Osvaldo Peralva e ex-militares como Agildo Barata. São chamados de "abridistas". Os "fechadistas" insistem em manter a questão restrita à cúpula do PCB, ocupada por homens como Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Luiz Teles, Diógenes Arruda Câmara e Carlos Marighella. Este último fazia parte do "grupo baiano" dentro do Partido, ao lado de Mário Alves, Giocondo Dias e Jacob Gorender.

Membro da Comissão Executiva do PCB a partir de 1957, Marighella também aprova as teses defendidas pelo Partido Comunista da União Soviética de "transição pacífica" para o socialismo e de "coexistência pacífica" com as potências imperialistas. Quem as desaprova é o Partido Comunista chinês, decidido a seguir rumo próprio, sem admitir mais a ingerência dos soviéticos em seus negócios internos. A ruptura entre os dois gigantes comunistas deve-se ainda ao fato de que, na Rússia, a revolução de outubro cristalizara-se como um acontecimento do passado, comemorado a cada ano com suntuosos desfiles na Praça Vermelha, enquanto na China a revolução seguia desafiando o futuro, exigindo a mobilização permanente de milhares de chineses dispostos, sob o comando do Grande Timoneiro, a arrancar o país do secular subdesenvolvimento sem contrair nenhuma dependência externa.

O conflito ideológico entre a União Soviética e a China semearia, no seio do PCB, a crise que se iniciou em seu V Congresso, em 1960, para consumir-se dois anos depois: João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois — membros do Comitê Central — criticam a linha assumida por Prestes e Marighella como "revisionista e direitista", e assumem a defesa das posições do PC chinês. Nesse meio tempo, em setembro de 1961, a alegação de facilitar um eventual pedido de registro eleitoral obtém, da Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, permissão para modificar o nome para Partido Comunista Brasileiro. Aos olhos dos dissidentes maoístas, essa mudança é o símbolo do abandono das autênticas

posições proletárias e revolucionárias. Convocam a Conferência Nacional Extraordinária e, em fevereiro de 1962, rompem com o Partido Comunista Brasileiro e prosseguem organizados no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Tais circunstâncias permitem às duas tendências reivindicar, ainda hoje, o direito de serem reconhecidas como o Partido Comunista fundado por Astrojildo Pereira em 1922.

## 10

Marighella manteve-se fiel à linha de inspiração soviética, enquanto o PC do B impregnava-se de forte conotação maoísta. Todavia, a soma de vários acontecimentos importantes, capazes de alterar as conjunturas nacional e internacional, provocariam uma revolução copernicana na vida do comunista baiano. A vitória dos guerrilheiros cubanos (contrariando as análises do PC daquele país), a heróica luta do povo vietnamita, o golpe militar de 1964 no Brasil (sem que o PCB conseguisse mobilizar parcela significativa de nosso povo, malgrado os esforços de Gregório Bezerra em Pernambuco) conduziram Carlos Marighella a rever suas posições. Como uma das pessoas mais procuradas pelo aparelho policial-militar instalado no país após março de 1964, vivia ele na clandestinidade, atuando no eixo Rio-São Paulo.

Sábado, 9 de maio de 1964. O Cine Eskye-Tijuca, na Zona Norte carioca, exibia *Rififi no Safári*, estrelado por Bob Hope. De repente, as luzes são acesas, intrigando o público. "Teje preso!", gritam dois agentes do DOPS para Carlos Marighella, que estava na platéia. Sem vacilar, ele se levanta e protesta com palavras de ordem: "Abaixo a ditadura militar fascista! Viva a democracia! Viva o Partido Comunista!" Sua reação surpreende os policiais que, nervosos, atiram à queima-roupa. Mesmo ferido, resiste à prisão e reage a seus captores. Arrastado, Marighella luta até ser golpeado na cabeça. Os próximos dois meses ele passaria no cárcere.

Resistir à prisão é um ato político. A ordem da direção do PCB era "evitar provocações", como se tudo não passasse de uma efêmera quartelada que estaria com seus dias contados. A atitude de Marighella, enfrentando a repressão, tanto feriu as normas do Partido que o levou a defender-se no opúsculo *Porque Resisti à Prisão*. A direção do PCB levou um ano para discutir o texto dividido em dezoito capítulos, onde ele narra o fato e tece considerações políticas e ideológicas, aprofundando sua divergência com a orientação predominante no Partido.

"Os brasileiros estão diante de uma alternativa" — escreve Marighella em *Porque Resisti à Prisão*. "Ou resistem à situação criada com o golpe de 1.º de abril ou se conformam com ela. (...) Antes tínhamos a chamada democracia representativa. Nela, a inflação prosseguia em sua marcha acelerada. Os trustes norte-americanos mandavam. O latifúndio predominava. Milhões de homens do povo não podiam votar.

Analfabetos e praças não tinham o direito de voto. Os comunistas não podiam ser eleitos, ainda que pudessem votar. Era uma democracia racionada. E racionada por isto. Porque os direitos individuais pelo menos eram respeitados, mas as restrições à participação do povo nessa democracia eram flagrantes. E injustas. Tal democracia, pela sua própria estrutura, constituía por si mesma um empecilho à realização das reformas sociais — as chamadas reformas de base. E por mais que oferecessem oportunidades — amparando os direitos individuais — sentia-se emperrada. E não podia avançar pacificamente. Como de fato não avançou; e acabou golpeada. As forças de direita e o fascismo militar brasileiro deram-lhe o tiro da misericórdia."

"O que havia de errado nesse tipo de democracia vinha de longe. Era um vício de origem. Um pecado original. Não se tratava de uma democracia feita pelo povo. Quem a instituiu foram as classes dirigentes. Nesse arcabouço erigido pelas elites, as massas conquistaram alguns direitos, ali introduzidos graças às suas lutas. Historicamente o mal dessa democracia era, acima de tudo, o seu conteúdo de elite, com a ostensiva marginalização das grandes massas exploradas — o proletariado crescendo sem nunca chegar à integração de direitos exigida pelo seu papel na produção. E os camponeses inteiramente por fora — párias da democracia — sob a ultrajante justificativa de sua condição de atraso e suprema escravização aos interesses dos senhores da terra."

Se por um lado Marighella ainda refletia a opinião vigente na cúpula do PCB de que "a atual ditadura" é "precária", por outro apontava quem eram os violentos e os subversivos: "As classes dirigentes não vacilaram em empregar a violência e subverter a ordem constitucional para liquidar com as liberdades, evitando que delas se favorecessem as massas e opondo uma barreira à participação do povo no poder". Nomeia ele o "denominador comum" entre a tradição democrática brasileira e a "atual ditadura" — "o predomínio inalterado do poder das classes dirigentes, a defesa suprema de seus interesses contra os interesses das grandes massas, quer sobrevivam ou não as liberdades".

A liberdade não é um valor reconhecido pela oligarquia brasileira, adverte Marighella. Ela pode existir, sempre "racionada", desde que não ameace os interesses dominantes. Esses interesses estão acima dos valores humanos e políticos. Para assegurá-los, "a cadeia, a polícia, os tribunais — sem falar nas leis de defesa do Estado, como é o caso da Lei de Segurança Nacional — são e sempre foram (até que sejam derogadas dessa investidura) os principais meios jurídicos da afirmação do poderio e da supremacia das classes que dominam no Brasil."

O autor não teme enfrentar a questão que paira sob a perplexidade de muitos brasileiros progressistas: "Por que perdemos?". Nem recua frente ao tabu de que a esquerda deste país não deve fazer autocrítica pública, reconhecendo, seus erros e desvios. "O despreparo das esquerdas, pela falta de aguda análise teórico-ideológica da situação brasileira, tendo como resultado o emprego de práticas e princípios

defasados com o momento histórico, levou-nos à derrota." A falha não se restringe a um problema teórico. A questão da prática, do trabalho de base — ao qual a oposição brasileira mantém uma espécie de aversão crônica —, é enfocada no texto: "O marxismo ensina que o motor da história são as massas, cujo movimento é inelutável. Tudo depende de que o trabalho de base tenha importância fundamental, pois é este o trabalho que impele as massas e dá solidez à ação. O trabalho de cúpula, embora indispensável, não constitui o lado decisivo na solução do problema. Agreguemos, ademais, que não cabe aos marxistas manter ilusões na liderança exercida pela burguesia nacional, como aconteceu em relação à fração da burguesia que ocupava o poder nos idos de março." Este um dos pecados capitais do PCB: acreditar na tendência progressista, revolucionária, de uma burguesia nacional em contradição com o imperialismo e atrelar-se a essa esperança. Para Marighella, a "libertação (...) não será jamais o fruto do conformismo, senão o resultado de uma tenaz resistência, com ponto de apoio na organização do povo pela base".

Aspectos teóricos, como a relação entre marxismo e liberdade, são tratados no texto. O autor, porém, não o faz abstratamente. Antes, situa a questão dentro da conjuntura histórica e política do país. Da mesma forma, aborda o conceito de revolução, uma vez que o golpe militar se autodenominara Revolução. . . E faz o inventário dos golpes mais recentes: "O golpe de 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo, espécie de fascismo peculiar ao Brasil na época da ascensão do nazismo. O de 29 de outubro de 1945 levou a deposição de Getúlio Vargas e destinava-se a impedir a livre eleição de uma Assembléia Constituinte. O de 24 de agosto de 1954 induziu ao suicídio de Vargas e objetivava anular a Constituição de 1946. O de 11 de novembro de 1955 tinha em vista impedir a posse do presidente eleito, o que motivou, na mesma data, o contragolpe vitorioso chefiado pelo então general Lott. Isto fez fracassar os intuits dos golpistas. O de 25 de agosto de 1961 conduziu à renúncia de Jânio e à insubordinação dos ministros militares fascistas, sublevados com a posse de Jango — substituto legal do presidente renunciante. O de 1.º de abril — o mais recente e calamitoso — deu origem à deposição de Jango e levou à ditadura dos 'gorilas'."

Após analisar o caráter elitista da estrutura política brasileira, fundada na estrutura de propriedade e nos interesses do imperialismo norte-americano, Marighella detém-se sobre os "rumos da ditadura". Crê que ela "trazia em seu bojo as premissas que levariam à temporariedade de sua existência e ao desgaste ante a opinião pública nacional e internacional". Considera que "a linha de conduta da ditadura empurrou-a por um atoleiro ou por um beco sem saída, sem nenhuma vocação para conduzir a bom termo os destinos do Brasil. A ditadura atual é um fator de retrocesso. E, em virtude dos interesses retrógrados que representa, não resolveu os problemas brasileiros, que continuam sendo problemas de reformas de estrutura." Já em 1965, quando o texto foi redigido, o autor adverte que o novo regime "fez aumentar o ritmo da inflação e os índices já absurdos da carestia de vida — o que lhe deu o galardão de governo que

mais elevou o custo de vida de quantos governos já passaram em nossa terra".

Na conclusão de que "a ditadura deve ser derrotada", Marighella admite que "o único meio, para a reconquista da democracia, ou melhor, para a conquista de uma democracia em consonância com a realidade econômica e social brasileira, é a luta de massas com as forças populares e nacionalistas à frente". Qual o papel dessas forças? "Não há outro caminho para o nosso povo senão a luta de massas contra seu principal inimigo interno, isto é, a ditadura." A experiência política ensinara-lhe que "são muitas as forças que têm interesse na luta contra a ditadura. Há, porém, entre elas diversidade de objetivos, de programa, de tática, de formas de luta e organização." Acredita, pois, que "no que diz respeito a esta luta há duas opções. Uma dessas concepções vê a ditadura dividida por contradições e prefere concentrar o fogo na 'linha dura', para evitar um mal maior. Segue o método de apoio às declarações do chefe do Poder Executivo, supostamente favoráveis ao respeito constitucional. E que, com a realização das eleições, a ditadura seja derrotada e expulsa. Partilham desta concepção setores burgueses democráticos opostos à ditadura." Onde falha essa concepção? O autor reconhece que há "contradições entre eles", mas que, "malgrado as divergências no interior da ditadura, o Poder Executivo e a 'linha dura' estão unidos nas questões de que depende, em última análise, a sorte da aventura de 1.º de abril. O que prova que jamais chegaremos à normalidade constitucional pela via dos conflitos mais ou menos graves entre 'gorilas'."

Qual a outra opção? "A outra concepção enfrenta a situação de maneira realista", assinala o dirigente revolucionário. "As contradições devem ser encaradas sob o ponto de vista do alargamento das brechas entre os golpistas. Mas o fim que se deve ter em mira é denotar a ditadura, e nunca o apoio a uma de suas alas para que se consolide em troca do retorno à democracia (o que, na verdade, só traria a institucionalização do golpe). Não alimentando ilusões numa 'ala branda' da ditadura, essa outra concepção é a que está em consonância com a natureza das forças populares e nacionalistas e os objetivos de sua luta. A essas forças interessa o desmascaramento da ditadura, tomada como realmente é — uma ditadura militar-fascista, ainda que revestida de aparências legais — e não como meia ditadura ou ditadura de centro-direita, conforme pretendem alguns setores de opinião, esperançosos numa normalidade constitucional através da derrota da 'linha dura'."

O autor propõe a formação de uma "frente única" para "a solução dos problemas imediatos de nosso povo" através de medidas como anulação das cassações de mandatos, decretação da anistia, revogação "das medidas pró-imperialismo norte-americano", etc. Essa frente única teria "vasta amplitude de massas" e "pela sua composição de classe" contaria com "a participação da burguesia nacional e da pequena burguesia, [bem] como dos operários e camponeses, além de quaisquer setores das classes proprietárias em oposição à ditadura no momento atual". Marighella, porém, não se ilude quanto aos interesses

históricos dessa eventual parcela da burguesia empenhada na luta pela democracia. Mais adiante acrescenta que o "grande ponto de apoio é o trabalho de base, onde se destaca o esforço pela organização e pelo abandono das ilusões dos que pensam que é melhor confiar na liderança da burguesia. A frente única antiditadura é uma necessidade imperiosa, mas jamais um instrumento para impor a passividade das massas, para conversações ou debates acadêmicos na cúpula e a subordinação das forças populares e nacionalistas aos interesses políticos e ideológicos da burguesia nacional. É impossível rejeitar a aliança com a burguesia nacional, mas também não se pode cruzar os braços e render-se à sua vontade e discricão. O caráter agressivo e a rusticidade da luta contra a ditadura, a pertinácia, a vigilância, a decisão e a firmeza não virão das forças da burguesia nacional e sim das forças populares e nacionalistas."

Marighella afirma não acreditar na ação política voluntarista, isolada, centrada no carisma de alguma liderança eventual, sem porém descartar a possibilidade de que a luta de massas, a pressão popular, o trabalho de base venham complementar-se no direito de o povo defender-se da violência do poder por outros recursos: "É um fato objetivo o aparecimento de formas de luta individuais. Há os que acreditam no heroísmo pessoal e se louvam na eficácia da ação de pequenos grupos de homens. A ditadura é a única responsável pela irrupção de tais métodos de luta. Eis que, pelo menos, se torna necessário usar do direito elementar de defesa — a faculdade de reagir ante a baixaza, a ignomínia e o abuso do governo e seus sustentáculos, que matam, espancam, levam ao suicídio, perseguem e humilham cidadãos na maior e mais sórdida das tropelias já praticadas contra o povo brasileiro. Em consequência, a realidade sócio-econômica brasileira poderá levar ao aparecimento de guerrilhas e outras formas de luta surgidas da experiência das massas."

Apesar de considerar que "nenhuma possibilidade legal pode ser desprezada, desde os entendimentos pela cúpula à luta jurídica ou à luta de caráter humano pela solidariedade aos presos políticos e suas famílias", o dirigente comunista, membro da Executiva Nacional do PCB, não receia a discordância com seus correligionários. C abre nova perspectiva no processo político brasileiro ao manifestar que "é evidente que a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade depois do emprego da violência pelos inimigos do povo". Cita o exemplo de Cuba, ressaltando, porém, que não se trata de "produzir cópias de situações". "O futuro do Brasil pertence ao socialismo", conclui Marighella.

O último capítulo de *Porque Resisti à Prisão* é uma apologia do marxismo e uma crítica aos erros e equívocos dos comunistas brasileiros que acreditaram na política de conciliação com a burguesia, subestimando as forças populares — razão pela qual foram derrotados em 1964, afirma ele.

A deterioração das relações de Marighella com o seu Partido acelera-se na medida mesma em que o novo regime militar se arma de recursos arbitrários assegurados por leis emanadas do Executivo. O PCB parece não querer acreditar que estão sempre mais distantes as chances de conquistar seu estatuto legal — o grande sonho de um Partido que, embora gerado na experiência revolucionária, aprendera, segundo ele, a conviver com a democracia burguesa. Em 1966, Marighella escreve *A Crise Brasileira*, trabalho teórico no qual analisa a conjuntura nacional a partir da estrutura de classes em nosso país — baseado nas obras de Nelson Werneck Sodré — e critica o Partido por resguardar-se de qualquer atividade conseqüente acomodado na ilusão de um processo eleitoral limpo e, ao mesmo tempo, refratário ao divórcio com a burguesia.

"Quando a liderança do proletariado se subordina à liderança da burguesia ou com ela se identifica" — escreve ele —, "a aplicação da linha revolucionária sofre inevitavelmente desvios para a esquerda e a direita." Após identificar os erros do Partido, como "o reboquismo" ao Governo, "a perda do sentido de classe", "a falta de condições ideológicas na liderança marxista" e "a falsa tese da *nova tática do imperialismo*", segundo a qual "o imperialismo norte-americano não estaria interessado em golpes e ditadura", Marighella reconhece que agora "entramos numa fase de recuo". Trata-se, pois, de organizar o movimento de massas, a "frente única antiditadura", não para "visar, nas condições atuais, a pressão sobre o governo... O objetivo do movimento de massas é levar a ditadura à derrota, substituí-la por outro governo." Novamente admite que o "o caminho pacífico está superado. (...) Sem uma estratégia revolucionária, sem a ação revolucionária apoiada no trabalho pela base e não exclusivamente de cúpula, é impossível construir a frente única, movimentar as massas e dar-lhes a liderança exigida para a vitória sobre a ditadura." Essa estratégia apoiar-se-ia no proletariado, nas massas rurais, nos intelectuais e nos estudantes, "as forças básicas da revolução". Malgrado suas desilusões, não advoga o abandono de certas alianças com a burguesia, embora sublinhe que "não pode ser o trabalho fundamental. (...) O trabalho mais importante, aquele que tem caráter prioritário, é a ação no campo, o deslocamento das lutas para o interior do país, a conscientização do camponês. No esquema estratégico brasileiro, o pedestal da ação do proletariado é o trabalhador rural. A aliança dos proletários com os camponeses é a pedra de toque da revolução brasileira."

Ao retomar "o princípio da unidade e luta com a burguesia dentro da frente única", o autor refere-se, numa frase, à questão que merecera uma menção passageira no texto anterior: "Um dado valioso para essa unidade — tendo em vista atrair o centro — é a aliança com os católicos, e em particular com a esquerda católica".

A parte final do texto é dedicada às "Guerrilhas como Forma de Luta". Acredita Marighella que "a luta de guerrilhas é — no caso brasileiro — uma das formas de luta de resistência das massas. As

guerrilhas são uma forma de luta complementar. Em si mesmas elas não decidem a vitória final." Como exemplo dessa forma de luta no Brasil, Marighella recorda as guerrilhas comandadas por Luís Barbalho contra a invasão holandesa.

Entende o autor do texto, naquele momento, "que a luta de guerrilhas não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas. A luta de guerrilhas é típica do campo, das áreas rurais, onde há terreno para o movimento e onde a guerrilha pode expandir-se." Sua utilização não dispensa "as mínimas possibilidades legais [de luta] nos vários terrenos, inclusive no eleitoral e no jurídico". Todavia, ele não pensa em focos guerrilheiros de extração pequeno-burguesa: "Nada parece aprovar a idéia de uma luta de guerrilhas que não surja das entranhas do movimento camponês e do movimento de massas, da resistência do povo brasileiro. A mais perfeita identificação com os camponeses, em seus usos, costumes, trajes, psicologia, constitui fator de decisiva importância... A natureza peculiar da guerrilha, pelo seu cunho irregular e pelo desapego a todo e qualquer convencionalismo militar, é incompatível com princípios táticos que não encontrem por parte do povo amparo, cobertura, apoio e a mais extensa e profunda simpatia." Marighella descarta inclusive "lutar onde o inimigo tem superioridade de forças concentradas" ou permitir à guerrilha "aventurar-se a travar batalhas ou mesmo combates decisivos com as forças da reação". E no parágrafo final deixa clara sua posição frente ao foquismo propalado a partir das interpretações que Régis Debray — filósofo francês que acompanhou Che Guevara nas matas da Bolívia — fizera da revolução cubana: "Ninguém espera que a guerrilha seja o sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais".

A história, entretanto, não é como um trem que segue o seu percurso dentro dos trilhos de nossas intenções e nem obedece às horas marcadas de nossas esperanças.

## 12

A direção do PCB considerou que Marighella se excedera em *A Crise Brasileira*. Suas idéias soaram como heréticas a militantes que haviam abandonado completamente a hipótese de uma via não-pacífica para a libertação do Brasil. Em dezembro do mesmo ano, ele renunciou à Comissão Executiva Nacional do PCB, permanecendo contudo no Comitê Estadual de São Paulo. Sua carta à Executiva, escrita no Rio, é datada de 1.º de dezembro de 1966, e vai direto ao assunto que o levava a escrevê-la: "Prezados Camaradas: escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva. O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós unia situação insustentável."

Na crítica ao núcleo diretivo do Partido, o revolucionário baiano sublinha a ineficácia da Executiva devido à "sua falta de mobilidade" e, portanto, o não-exercício de "comando eletivo e direto do Partido

nas empresas fundamentais do país" e a ausência de "atuação direta entre os camponeses". Essa inércia constatava-se no fato de o trabalho executivo restringir-se a "fazer reuniões, redigir notas políticas, elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o Partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz do comando, como já aconteceu face à renúncia de Jânio e à deposição de Goulart."

Marighella reage à maneira como a direção partidária pretendeu censurar o seu livro *Por Que Resisti à Prisão*, "sustentando a tese de que um membro da liderança não pode escrever, publicamente, discordando. A tese é stalinista, mas aí a temos de volta." Essa "teoria da unanimidade" é, a seu ver, fruto de uma "concepção antimarxista e antidialética do 'núcleo dirigente' monolítico, superposto ao coletivo". É uma "tentativa de intimidação ideológica" que se contrapõe à tese marxista — baseada na dialética grega praticada nas escolas medievais — de que "revelar as contradições é uma forma e até mesmo um método para superá-las, desde quando as idéias entram em confronto umas com as outras e a prática é tomada como critério para testar a verdade".

Após criticar os líderes do Partido por confiarem em líderes políticos burgueses e especialmente na "Frente Ampla" organizada por Carlos Lacerda — banido do regime que ajudara a implantar —, Marighella reafirma que "a saída no Brasil — a experiência atual está mostrando — só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as conseqüências e implicações que daí resultam".

Do seu ponto de vista, o PCB abandonou o caminho revolucionário e, por isso, perdeu a confiança do proletariado e transformou-se em "auxiliar da burguesia". O trabalho no campo "jamais constitui atividade prioritária". Ora, "o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira [expressão que lhe é freqüente] e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia, como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo". Por sua vez a situação do Partido em São Paulo "é desastrosa, afastado como está das empresas e atingido pelas influências ideológicas da burguesia".

A carta conclui em torno dos fatos que acirraram o conflito entre a direção nacional do Partido e a direção paulista. A eleição de Marighella para a direção estadual de São Paulo desagradara profundamente a Executiva Nacional. Invocando uma Resolução que, segundo o missivista, era "inexistente", os dirigentes nacionais do PCB proibiram qualquer membro da Executiva de ligar-se a uma direção estadual. Atingido, Marighella retruca qualificando a Executiva de uma "espécie de torre de marfim sem atuação direta junto às bases de empresa ou do campo". A crise, porém, era mais profunda. Em suas divergências com a cúpula do PCB, Marighella não estava só. Tinha a seu lado os militantes de São Paulo que acabavam de afastar da direção estadual todos aqueles que, designados pela Executiva, não correspondiam à expectativa das bases. Em sua conferência estadual, o núcleo paulista rejeitara as teses

"burguesas" e "oportunistas" da direção nacional. "Em vez de um Partido revolucionário de massas" — diz a carta —, "as teses preconizavam um partido pacífico, bom para entendimentos e acordos eleitorais." Segundo acreditava Marighella, "a causa principal dessas deformações está na fraqueza teórica e ideológica da Executiva. [. . .] A verdade é que a Executiva está ausente do trato com o marxismo-leninismo, não escreve trabalhos teóricos, não generaliza a experiência da revolução, teme a publicação de livros e as idéias neles expostas, omite-se diante das questões fundamentais, preferindo a conciliação e o exercício do paternalismo."

Estava consolidada a ruptura.

Naquele mesmo ano de 1966, entre polêmicas e opções decisivas, Carlos Marighella encontra tempo para reunir os poemas que escrevera desde 1929 e publicá-los sob os títulos *Uma Prova em Versos e Outros Versos* e *Os Lírios já Não Crescem em Nossos Campos*.

### 13

A direção do PCB, empenhada na preparação do VI Congresso do Partido, enviou às bases suas propostas de Teses. Após lê-las, Marighella volta ao ataque. Em junho de 1967, divulga sua *Crítica às Teses do Comitê Central*.

"Qualquer pessoa que tome conhecimento do capítulo 1.º das 'Teses'" — escreve o dissidente baiano — "fica com a impressão de que nosso Partido tinha de ser o Partido da moderação, da prudência, da cautela, para não ferir os interesses da burguesia, para não ir além do permitido pelas classes dominantes, para não ferir a hierarquia e a disciplina militar, para não causar divergências na frente única, para não seguir uma tática ofensiva. Os culpados de tudo seriam. . . os esquerdistas da Frente Única, que queriam a ofensiva, que se precipitaram e caíram no sectarismo." O Partido teve culpa, segundo as Teses, "(...;) mas teve culpa porque permitiu esse esquerdismo, quando não havia condições para outra coisa senão apoiar a luta pelas reformas, de maneira que os golpistas e os imperialistas norte-americanos não viessem utilizar nossa luta para acabar com tudo como o fizeram". O erro do Partido — continua Marighella, criticando as Teses — foi "não permanecer dentro dos limites do possível, e não declarar isto publicamente, não atuar de acordo com esta concepção. Se tivéssemos ficado dentro dos limites do possível e de nossas forças, ainda muito reduzidas, teríamos chamado a atenção sobre a impropriedade e negativismo do continuísmo de João Goulart. Provavelmente as eleições teriam se realizado nos prazos normais. Jango seria substituído por outro Presidente — talvez um nacionalista —, não teria havido o golpe e prosseguiria o processo democrático (. . .). Evidentemente, uma posição como esta" — observa o autor — "retrata um Partido acomodado, conservador, que não luta para transformar as coisas."

Baseado em dados do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro ("que não pode ser considerado comunista"), Marighella apresenta um panorama nominal da burguesia brasileira, seus "capitães" nos diversos setores produtivos, suas vinculações internacionais e, principalmente, sua dependência frente ao capital estrangeiro. "Em síntese, o grosso da burguesia é o que está retratado mais acima e corresponde, na realidade, à alta burguesia, ligada ao imperialismo e também ao latifúndio. (...) As 'Teses' denominam erradamente burguesia nacional a um setor da alta burguesia, apresentado como não tendo ligações com os monopólios estrangeiros. A verdade, entretanto, é que toda a alta burguesia está ligada ao capital estrangeiro e ao latifúndio, e nada tem a ver com a burguesia nacional, denominação que, se fosse aceita, somente poderia ser aplicada à média e pequena burguesia."

Marighella critica ainda o programa de poder contido nas Teses, por sua incongruência e ambigüidade. Previa o programa "a libertação completa do domínio imperialista, a eliminação do latifúndio e das sobrevivências feudais, a reforma agrária radical (...) •" Ora, na opinião do autor da *Crítica*, "é impossível porém, para um poder estatal revolucionário do qual faz parte a burguesia, em regime pluripartidário, realizar os objetivos assinalados, inclusive a reforma agrária radical. Isto somente se daria com a burguesia brasileira se ela estivesse desvinculada dos monopólios imperialistas e do latifúndio."

A indignação é maior quando o autor constata que, ao tratarem da "tática atual", as Teses destacam os "setores burgueses prejudicados pela política econômico-financeiras [que] se opõem à ditadura", olvidando a "oposição pela base, partindo de baixo, da força das massas nas empresas, nos bairros, nas escolas, no campo".

Diante da indefinição do Partido quanto à maneira de pôr fim ao regime militar, Marighella propugna com insistência a tese de um novo caminho da revolução, caminho diferente da saída pacífica, esta sim irrealizável e ilusória". O final do texto é reservado às "sugestões à mais alta instância partidária", iniciando-se pela "questão do trabalho entre os camponeses. Na prática, é o problema do aliado fundamental do proletariado. A burguesia não pode continuar sendo considerada, como até o momento, o aliado fundamental do proletariado." A outra sugestão refere-se à "união das forças populares", cujas dificuldades existentes não deviam ser interpretadas como tendo "o *mesmo caráter das divergências que nos separam das correntes políticas ligadas ao imperialismo*".

Ao nível teórico, Marighella sugere "assinalar a natureza da concentração capitalista e a tendência objetiva para a associação que, na prática, corresponde à fusão do capital bancário, industrial e agrário, nas condições, por exemplo, de um país como o Brasil, dominado pelo capital monopolista estrangeiro. Caberia esclarecer, ao final dos debates, face à moderna evolução do capital e ao agravamento da crise geral do capitalismo, se já não está ultrapassado o ciclo liberal das revoluções burguesas, de caráter

progressista."

Em artigo complementar, "Ecletismo e Marxismo", redigido também em 1966, ele reafirma que "a falha capital das 'Teses' [em debate] é preferir o ecletismo e deixar de lado a concepção filosófica marxista. O ecletismo é a junção de tendências filosóficas discrepantes: o materialismo ao lado do idealismo, a dialética mesclada à metafísica. O pensamento evolucionista fundido ao pensamento revolucionário e assim por diante."

Invocando Lênin, o autor lembra que "a tática marxista jamais pode ser uma tática a reboque da burguesia. Ao contrário, caracteriza-se pelo fato de que o proletariado pode e deve assumir a liderança do movimento democrático de todo o povo contra a ditadura atual. Fatores relacionados com causas ideológicas levaram, porém, a que as 'Teses' traçassem uma tática baseada não na hegemonia do proletariado, mas na hegemonia da burguesia." Enfim, Marighella condena a tática proposta nas Teses do PCB, onde "já se apregoa a denota da ditadura como consequência de uma explosão espontânea das massas ou por eleito das contradições entre as classes dominantes". Rejeita o espontaneísmo das massas, pois "de explosões espontâneas nada se pode esperar, se não há liderança da vanguarda do proletariado".

Foi a última tentativa de se fazer ouvir por seus antigos camaradas na direção do Partido Comunista Brasileiro.

*E através das dissidências que a História acerta os seus passos. Há um momento em que as possibilidades de uma proposta — religiosa ou política — parecem esgotar-se sob o peso dos anos, da rigidez de seus princípios, da inflexibilidade de sua disciplina, da intransigência de seus dogmas, da prepotência de seus líderes. Como a fonte seca à beira da estrada, incapaz de saciar a sede dos peregrinos que atraiu, a proposta vê-se rejeitada por seus discípulos dispostos a caminhar sem a tutela que lhes atrasa o passo. Foi o que ocorreu na Palestina do século I, onde o judaísmo, atravancado pelo prodigiosa e revolucionária "seita", cujos membros anunciavam a ressurreição de um jovem judeu crucificado pelos romanos, Jesus de Nazaré. Toda a história da Igreja é como uma teia entrelaçada por experiências místicas e disputas ideológicas, influências culturais e manobras políticas, heresias doutrinárias e inovações pastorais. O centro dessa teia, a fé no Senhor, permanece intangível. Mas sua extensão em intrincados labirintos é, de um lado, sinal da diversidade dos dons do Espírito e, de outro, obra dessa incessante busca que faz do ser humano, em seus anelos de perfeição, o aprendiz de Deus. A dissidência de Paulo, o Apóstolo, quebra o caráter judaizante da primitiva Igreja de Pedro, estendendo-a, como boa nova, aos pagãos, até os limites do Império Romano. Entretanto, opera-se entre os cristãos*

*uma experiência que, embora carregada de exceções, se constitui na chave de sua unidade básica através dos séculos: a dissidência não significa, necessariamente, ruptura. E é justamente essa capacidade de uma instituição suportar a emergência do novo e assumir a gravidez que prenuncia, ao mesmo tempo, a sua transformação e o seu futuro, que a ela perenidade. Se a Igreja dos papas revestidos de todo poder não suportasse o desafio evangélico da presença incômoda de um Francisco de Assis, ela teria sido tragada pelos séculos como as águas do mar acobertam a embarcação que afunda sob o peso de sua excessiva carga. Lidero sabia disso e fez o que pôde para prosseguir na luta interna. Mas a formação dos Estados europeus, o interesse dos príncipes em uma fonte alternativa de sacralização do poder — para escaparem ao monolitismo romano —, o jogo econômico de um Renascimento que via agonizar a Idade Média e expandir-se o mercantilismo que, em breve, daria ao trabalho meios industriais de produção, inaugurando o capitalismo, fizeram com que a dissidência de Lutero adquirisse foro de ruptura e inovação. Desde então, a luta interna se enfraqueceu nas Igrejas protestantes, multiplicando as denominações segundo o número de dissidências.*

*Essa tensão entre a ortodoxia e a crítica que a desnuda, tornando-a vulnerável, existe da mesma forma na história dos partidos políticos, mormente entre as tendências de esquerda. Embora feita de dissidências e de discordâncias, a política, como a religião, não as suporta e, se não pode abatê-las pela mão de ferro do poder, recorre à difamação, à discriminação e às explicações pretensamente psicológicas que reduzem o adversário a um doente mental. Mesmo nas sociedades burguesas que ostentam o título de democráticas, a discordância não passa de um acordo de cavalheiros para encobrir os reais antagonismos. A lei que protege o patrão oprime o empregado; o direito reconhecido no médico é desprezado no paciente; o aparelho jurídico que não confunde o réu de colarinho e gravata com seu gesto criminoso é o mesmo que reduz a existência do pobre ao momento infeliz de transgressão da lei. Sobretudo, a discordância é admitida enquanto não ameaça passar o capital às mãos de quem trabalha.*

*A árvore genealógica dos partidos e movimentos de esquerda é rica em ramificações. De Lênin a Marighella, todos apostaram aos olhos de seus antigos camaradas. Quando chega ao poder, o "herege" é redimido pela vitória e absolvido pelos que o julgavam equivocado. Quando se é abatido em plena luta, como a ave em seu vôo, a morte é o atestado de que necessitavam os "ortodoxos" à sua razão indelével, aferrada aos conceitos e às normas que sacralizam um partido, fazendo-o transcender o real. Entretanto, as novas gerações vêem-na dissidência a conquista da liberdade, ainda que, de fato, ela signifique recuo ou desvio. Daí a facilidade com que os mais jovens aderem às propostas do momento, que parecem brotar, como por encanto, da própria conjuntura que lhes é contemporânea. Contudo, além da torrente de palavras que escorre dos estuários de cada posição, na disputa inútil de uma certeza que o raciocínio não comporta, resta a prática como critério da verdade. Ela e o tempo dirão quem está*

*certo e quem está errado. Indiferentes ao nosso maniqueísmo, é possível que a prática e o tempo sejam menos intolerantes e apontem os erros e os acertos de ambos os pratos da balança. Artífice real da História, as classes populares seguirão sempre como o fiel da balança, pendendo para um dos lados e confirmando as teorias que o inclinam na direção do futuro. Nesse movimento dialético, da árvore genealógica que muitas vezes se abre na infinidade de galhos e, por outras, se une em torno do tronco, é que a história das tendências políticas de esquerda tece as suas razões que, contudo, só se fazem realidade quando deitam raízes na alma, esperança e anseio irreprimível de liberdade das camadas oprimidas.*

## 15

A 1 Conferência da oLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) ocorre em Havana, no mês de agosto de 1967, e dela participam revolucionários de todo o Continente. Convidado, o PCB se recusa a enviar representante. Marighella contraria a decisão do Partido e embarca para a ilha de Fidel. O Comitê Central telegrafa ao PC cubano a fim de desautorizar o comunista baiano como porta-voz do PCB, ameaçando-o de expulsão. Na carta remetida ao Comitê Central, a resposta do líder dissidente ressoa como uma nova declaração de princípios: "É evidente que compareci [à conferência] sem pedir permissão ao Comitê Central, primeiro porque não tenho que pedir licença para praticar atos revolucionários, segundo porque não reconheço nenhuma autoridade revolucionária nesse Comitê Central para determinar o que devo ou não fazer. .. As divergências que tenho com a Executiva, da qual já me demiti em data anterior, são as mesmas que tenho com o atual Comitê Central. Uma direção pesada como é, com pouca ou nenhuma mobilidade, corroída pela ideologia burguesa, nada pode fazer pela revolução. Eu não posso continuar pertencendo a esta espécie de Academia de Letras, cuja única função consiste em se reunir (...). Falta ao Comitê Central a condição mais importante para a liderança marxista-leninista, que é saber conduzir e enfrentar a luta ideológica. E como não pode fazê-lo, recorre a medidas administrativas constantes, suspendendo, afastando, expulsando militantes, apreendendo documentos e proibindo a leitura de materiais dos que discordam. É o Comitê Central da censura, das reprimendas, das desautorizações, do crê ou morre. (...) Em minha condição de comunista, à qual jamais renunciarei, que não pode ser dada nem retirada pelo Comitê Central, pois o Partido Comunista e o marxismo-leninismo não têm donos e não são monopólios de ninguém, prosseguirei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo definitivamente com vocês."

Foi a gota d'água. O Comitê Central expulsa Marighella das fileiras do PCB. Mas ele não estava só, não era o único a opor-se à linha do Partido e a buscar um novo caminho para a situação brasileira. Campinas abrigara, em maio de 1967, a Conferência Estadual do Partido, na qual, dos 37 delegados indicados pelas células da base paulista, 33 haviam assumido as teses defendidas por Marighella.

Alinham-se também a ele quase todos os núcleos operários e estudantis. No Rio, Mário Alves e Apolônio de Carvalho rompem igualmente com o Comitê Central, mas, por divergências teóricas, não se unem a Marighella. Lideram a dissidência que criaria o PCB (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Por ocasião do encerramento da OLAS, Marighella dirige carta a Fidel Castro, denunciando o PCB: "Os que se levantam contra o absurdo de uma direção ineficaz, imobilizada, imbecilizada pelo medo da revolução, são atacados virulentamente, acusados de fracionismo, aventureirismo e outros feios crimes (...). Ninguém vai deixar de ser comunista por ser este o panorama desalentador da direção do PCB. Ao contrário, o Partido é da classe operária e do povo e não monopólio dos que se intitularam seus dirigentes (...) o importante é prosseguir na luta ideológica para mostrar que a ideologia da burguesia penetrou fundo na direção do PCB."

O clima em Havana era de euforia perante a iminente derrota das tropas norte-americanas no Vietnã e o ascenso dos movimentos guerrilheiros na América Latina (Che Guevara organizava as guerrilhas em pleno coração da América do Sul, na Bolívia). *Criar um, dois, três Vietnãs!*. . . era a palavra de ordem mais repetida na OLAS. Marighella deixa-se empolgar pela idéia de iniciar imediatamente a revolução no Brasil. Escreve a um ex-militar brasileiro, exilado em Cuba: "É chegado o momento de fazer a coleta de fundos, comprar e capturar armas e munições, fabricá-las clandestinamente, selecionar e adestrar combatentes (. . .) estabelecer apoio logístico para a guerrilha."

Finda a OLAS, Marighella permanece em Havana e, a 8 de outubro de 1967, comunga a profunda tristeza do povo cubano pela morte de Ernesto Che Guevara, em pleno combate, nas matas da Bolívia. Antes de retornar ao Brasil, no fim do ano, procura dar consistência teórica e programática à sua nova proposta.

Marighella aproveita a estada em Havana para redigir o documento *Algumas Questões sobre a Guerrilha no Brasil*, posteriormente divulgado entre a dissidência do PCB que aceita a sua liderança e forma, em torno dele, o Agrupamento Comunista de São Paulo. Dedicado à memória do "Comandante Che Guevara" e tornado público pelo *Jornal do Brasil* na quinta-feira, 5 de setembro de 1968, o documento se inicia com a afirmação de que a guerrilha é "o caminho fundamental, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder". À revolução cubana é atribuído o mérito de introduzir o "papel estratégico da guerrilha" no cenário da história, quando a inexistência de guerra mundial impede que o imperialismo seja derrotado pela guerra civil. O autor chega mesmo a identificar, como um dos objetivos da "estratégia global da guerrilha no Brasil", "a solidariedade

a Cuba através da luta armada em nosso país". Afirma ainda que "nossa guerrilha visa, fundamentalmente, a conflagração de toda a América Latina" contra o inimigo comum: "o imperialismo dos Estados Unidos".

Para ele, o método da guerrilha no Brasil seria a ofensiva estratégica. A guerrilha tem sido, historicamente, complemento à guerra regular, como ocorreu na União Soviética e na China durante a II Guerra Mundial, e também entre os grupos de resistência do Oeste europeu. "Este não é o caso do Brasil atual, onde a guerra de guerrilhas não desempenha o papel de complemento de uma guerra regular, que não existe; não é para se desincumbir de uma missão tática, e sim para cumprir uma função estratégica." Na área continental do Brasil, a ofensiva estratégica dessa modalidade de luta dar-se-ia através de "operações móveis, desde as mais elementares até as mais complexas, pois uma guerra revolucionária prolongada no Brasil será uma guerra de movimento". Segundo Marighella, a guerrilha brasileira teria uma "liberdade de movimentos que não é permitida ao inimigo, lançado aos azares de uma perseguição interminável em áreas rurais tremendamente hostis e desconhecidas. Além disso, a diversidade de territórios e a variedade de ocupações da numerosa população do país possibilitam à guerrilha dispor de reservas estratégicas tais como: recursos de potencial humano amplamente reforçados pelos contingentes de operários e camponeses, recursos provindos das atividades dos trabalhadores rurais e recursos oriundos do potencial econômico das áreas urbanas".

Embora o documento não cuidasse de analisar o recente fracasso da tentativa de guerrilha na serra de Caparaó — salvo uma pequena menção, como veremos adiante — e não se referisse ao trabalho político imprescindível para possibilitar "à guerrilha dispor de reservas estratégicas", Marighella insistia na importância de se deflagrar a guerrilha fora do "cerco estratégico do inimigo", situado "na extensa faixa à margem do Atlântico, a região mais bem povoada do Brasil, de maior penetração do capitalismo, servida por modernas ferrovias e rodovias". Aí "o inimigo tem suas tropas (...) facilidades para comunicações e transportes de recursos da técnica moderna (...)", bem como domínio do "relevo Norte-Sul" e do "mais importante sistema orográfico do país, projetado sobre o Atlântico e erguido, dentro da faixa litorânea, entre os maiores centros urbanos brasileiros".

A análise do autor antecipava-se aos fatos históricos, ressoando como um prognóstico: "A guerrilha brasileira deve evitar o confronto com a esmagadora superioridade do inimigo na faixa atlântica, onde este tem suas forças concentradas. Se optar por esta solução, a guerrilha, mesmo que disponha de meios para instalar-se no sistema orográfico existente dentro da área inimiga, estará por sua própria iniciativa dentro das condições de um cerco estratégico." Pensava ele que a guerrilha deflagrada na zona rural obrigaria o Exército "a deslocar-se da faixa litorânea" para persegui-la em terreno propício aos guerrilheiros e adverso às tropas regulares. Nas cidades caberia às "forças revolucionárias urbanas (...)

cortar vias de abastecimento e comunicações, dificultar o transporte de tropas e intensificar o apoio logístico à guerrilha".

Marighella não acreditava que a luta armada se desenvolvesse "de um só jato, isto é, desde quando se inicia até quando termina, com a vitória ou o fracasso (. . .) é obrigatoriamente necessário passar por um certo número de fases para atingir os objetivos previstos". O princípio básico seria "preservar nossas próprias forças e aniquilar as do inimigo" e haveria três fases fundamentais: "a do planejamento e preparação da guerrilha, a do lançamento e sobrevivência da guerrilha, a do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras". Quanto tempo seria necessário para cada uma dessas fases? "Não importa" — responde o autor —, "pois os povos que lutam pela libertação jamais se preocupam com o tempo de duração de sua luta."

Ao descartar a concepção maoísta do fuzil subordinado ao Partido, Marighella beirou a concepção foquista ao formular que a primeira fase da guerrilha depende da "existência de um pequeno núcleo de combatentes (...) imune ao convencionalismo dos partidos políticos de esquerda tradicional" e em "condições para enfrentar e conduzir a luta ideológica e política contra o grupo de direita oposto ao caminho armado". Caberia ao núcleo de combatentes complementar sua ação militar levando a luta ideológica ao conhecimento do povo, expondo "às massas com muita clareza o objetivo político da guerrilha", tendo em vista "assegurar o apoio político e revolucionário das massas". Obedecer a um plano estratégico e tático global, "com base na realidade objetiva", seria a condição para se garantir "que a guerrilha não venha a ser uma iniciativa isolada, desligada dos grandes objetivos patrióticos perseguidos por nosso povo".

Como seria formado o núcleo de combatentes? De que extração social sairiam eles? Deveriam advir "particularmente do setor de operários e camponeses" e passar por "uma boa preparação" que incluiria "o tiro e a marcha a pé, algumas armas e munições, a exploração do terreno, noções de sobrevivência e orientação, e a organização inicial de apoio logístico, incluindo a coleta de recursos de todos os tipos". Tudo isso seria feito sob "o segredo, a vigilância e a segurança mais absoluta, a proibição rigorosa do uso de papéis e cadernetas com nomes e endereços escritos, planos e apontamentos, que podem vir a cair nas mãos do inimigo. Sem esses cuidados a primeira fase da guerrilha não tem condições de ir adiante."

Faltava aos cuidados o acento na formação política e ideológica dos combatentes, sem o que todas as normas de segurança, por mais perfeitas tecnicamente, ficariam vulneráveis.

A segunda fase da guerrilha, do seu lançamento e sobrevivência, destinar-se-ia "a converter uma situação política em situação militar". Do ponto de vista político, previa Marighella que nessa etapa "as tarefas políticas convencionais propostas pelos direitistas, como sejam eleições, 'frente ampla', luta pacífica, etc., caem no descrédito público". Inicia-se a guerra propriamente dita. De um lado, "os métodos

convencionais do militarismo profissional", e, de outro, "os métodos não convencionais da guerrilha". O autor não percebera que a experiência do Vietnã, entretanto, já dera ao militarismo profissional condições de ultrapassar os métodos convencionais. Na zona do Canal do Panamá, oficiais norte-americanos treinavam, naquela época, militares brasileiros na luta antiguerrilha, entre eles um jovem tenente chamado Carlos Lamarca. Os militares franceses,- adestrados na guerra de libertação da Argélia, também davam instruções ao Exército brasileiro. Todavia, no abandono dos métodos convencionais, as Forças Armadas de nosso país foram bem mais longe do que admite a ética militar e adotaram a tortura como meio sistemático de obter informações.

*Algumas Questões sobre a Guerrilha no Brasil* propunha que o lançamento dessa forma de luta fosse "obrigatoriamente uma surpresa para o inimigo" e enumerava os possíveis erros que provocariam "a derrota da guerrilha no ato de seu lançamento": "a) não utilizar a surpresa contra o inimigo; b) deixar-se surpreender pelo inimigo ou cair no seu cerco tático; c) travar combates decisivos em pontos onde o inimigo, mesmo eventualmente, tenha superioridade; d) começar a luta nas condições do cerco estratégico do inimigo e não ter plano estratégico e tático global, não conhecer o terreno e violar grosseiramente as leis da guerra. Na maioria desses casos" — conclui Marighella — "estão incursas as tentativas de guerrilhas fracassadas no Brasil, inclusive Caparaó."

A guerrilha comandada pelo autor do documento não viria, mais tarde, a se constituir numa exceção. Sua luta teria início no triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, "o cerco estratégico do inimigo", e combates decisivos foram travados nesses pontos em que as Forças Armadas têm superioridade. Não faltava a Marighella clareza política quanto ao rumo a tomar e aos passos a dar. Nem sempre, porém, as coisas se passam como descritas em documentos. A conjuntura real é bem mais complexa — e surpreendente — do que a capacidade de analisá-la com antecedência, ainda que dotada de todos os recursos metodológicos conhecidos. A boa aplicação do método depende de informações que nem sempre possuímos. No entanto, ele sabia que "a sobrevivência da guerrilha depende: a) dos seus objetivos políticos; b) do método de condução da luta armada; c) da estreita relação entre a guerrilha e o povo". De modo pragmático — o que caracterizaria os textos de Marighella desde que retornara de Cuba —, ele resume os objetivos políticos em dois pontos: "a) procurar despertar o povo e particularmente os camponeses com a contínua presença dos combatentes guerrilheiros e a repercussão de sua ação política e revolucionária; b) tornar conhecido do povo o objetivo político da guerrilha (a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças 'gorilas')". A guerrilha deve contar para isso com aparelhamento e organizações revolucionárias clandestinas, além de pontos de apoio em todo o país."

Na parte referente aos métodos de condução do processo, o autor adverte que o decisivo não são "só

as armas (...). O fator decisivo mesmo é o homem que maneja as armas e as captura ao inimigo." Propõe a ofensiva como "melhor meio de aniquilar o inimigo", sem deixar de combiná-la com "a retirada". Essa mobilidade era reforçada pela idéia de um combate permanentemente itinerante, sem bases fixas, ocupação ou defesa de territórios. "Devemos deixar ao inimigo a tarefa de defender suas bases fixas e territórios ameaçados de incursão (•-•)- Isto põe o inimigo na defensiva, enquanto a guerrilha goza de liberdade de ação e iniciativa, desde que não se deixe aniquilar e preserve suas forças."

Como manter a ofensiva, a liberdade de movimento, e preservar-se sem o apoio popular? Marighella insistia nos "princípios da sobrevivência": ter a guerrilha "conduta honesta e leal, não fazer injustiças e dizer a [verdade](#). Estimar, respeitar, ajudar o povo e jamais violentar os seus interesses; nutrir-se no meio dos camponeses, identificando-se com eles e respeitando seus costumes e religião; explicar-lhes a natureza de classe do inimigo, o papel da guerrilha e o seu objetivo político; organizar entre eles o trabalho de informação e o apoio logístico da guerrilha; abster-se de aplicar qualquer método de banditismo, de levar a efeito qualquer ato próprio de bandido ou juntar-se a eles".

A última fase da guerrilha seria a "sua transformação em guerra de manobras". As condições para atingi-la estariam asseguradas pelo "crescimento político da guerrilha, crescimento de sua potência de fogo, o aparecimento da retaguarda, a criação do exército revolucionário e a mudança da forma principal das ações de combate". Só nessa terceira fase da luta — praticamente a sua etapa final —, "o objetivo político da guerrilha passa a ser conhecido pelo povo, terminando a situação em que era conhecido apenas de um círculo limitado de pessoas". Além de não explicar como seria possível manter as duas fases anteriores da guerrilha restritas ao conhecimento "de um círculo limitado de pessoas", Marighella tende a inverter a proposta contida em *Por Que Resisti à Prisão*, onde afirma que "tudo depende de que o trabalho de base tenha importância fundamental, pois é este o trabalho que impele as massas e dá solidez à ação". Agora ele já não fala no trabalho de massa, Da formação da Frente Única, e, exposto ao entusiasmo de desencadear o quanto antes a luta armada, parece acreditar no que condenara em 1965 — "na eficácia da ação de pequenos grupos de homens". Em *A Crise Brasileira*, dissera que "a luta de guerrilhas é no caso brasileiro — uma das formas de luta de resistência das massas". Agora ela assumia uma preponderância quase exclusiva. No "crescimento da potência de fogo da guerrilha", o autor vislumbrava um contingente de revolucionários dispendo de "novos tipos de armas (...) de mais animais de transporte", chegando inclusive "à motorização e a operações com aviação". Combinada com o "crescimento político", a guerrilha teria então seus "pontos de apoio coletivos" e criaria a sua retaguarda. "Na fase final, a guerrilha brasileira dispõe de uma retaguarda interna e de uma retaguarda externa, esta última pelas forças dos países socialistas, as forças dos países do Terceiro Mundo e as forças progressistas do mundo capitalista. A retaguarda interna da guerrilha brasileira será constituída por toda a

área de apoio logístico e da luta complementar da guerrilha. (...) Graças ao apoio do povo, o abastecimento da guerrilha se transformará num sistema regular de abastecimento."

Enfim, "para que seja atingido o objetivo fundamental da guerrilha, é necessário criar o exército de origem guerrilheira, exército revolucionário capaz de aniquilar as forças armadas convencionais e de conduzir as massas à tomada do poder, destruindo o aparelho burocrático-militar do atual Estado brasileiro e substituindo-o pelo povo armado". Para Marighella, seria a própria guerrilha, "sob a forma de um pequeno núcleo de combatentes que se lança à luta", que organizaria a "força do povo", cuja resistência estaria na guerrilha. "A guerrilha é para defender a causa dos pobres, dos humilhados e ofendidos, dos homens e mulheres de pés descalços. (...) Nossa guerrilha não tem base fixa. Sua base é o povo, é o homem brasileiro. Seu principal sustentáculo é o núcleo operário-camponês, a aliança armada de operários e camponeses brasileiros que constituem a maioria da nação." Evitando a defensiva e mantendo sua constante mobilidade, os militantes fariam justiça por toda parte: "as dívidas dos camponeses serão canceladas. Os papéis e comprovantes de suas dívidas serão queimados (...)• A guerrilha brasileira castigará os latifundiários norte-americanos que são donos de terras no Brasil e os latifundiários brasileiros contra-revolucionários, bem como os seus capangas e os que abusam das mulheres dos camponeses." Assim os princípios que os guiariam seriam os "do marxismo-leninismo, com o que conquistará o apoio do povo". Diante das injustiças dos exploradores, "a guerrilha será o oposto da crueldade, dará um tratamento humano aos prisioneiros, os respeitará e socorrerá os feridos".

Marighella encerra sua proposta convencido de que "o fator decisivo da vitória da guerrilha está no apoio do povo (...). Para vencer é preciso unidade. O povo deve unir-se pela base, em suas organizações, e com isto chegar à unidade das forças populares e revolucionárias e jamais permitir o engodo das frentes burguesas do tipo 'frente ampla'." A última frase do documento ficaria como um princípio sob o qual deve ser analisada a proposta política de Marighella e os seus desdobramentos: "O segredo da vitória é o povo".

## 17

De regresso ao Brasil, Carlos Marighella reúne os dissidentes do PCB para formarem o Agrupamento Comunista de São Paulo, cujas linhas de ação foram definidas no Pronunciamento divulgado em fevereiro de 1968. Nesse texto perdura ainda a preocupação de denunciar o PCB que, segundo ele, realizara seu VI Congresso sem sequer convocar os delegados paulistas.

A *Declaração Geral* da OLAS é assumida pelo Agrupamento "como a linha que adotamos". Aos que criticam o novo grupo político por aceitar a teoria do foco guerrilheiro é dito que "não se trata (...) de

desencadear a guerrilha como um foco, como querem insinuar nossos inimigos (...). O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país. Se assim fizéssemos, estaríamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal."

Criar o apoio logístico nas cidades e iniciar o trabalho político junto aos camponeses são tarefas que, segundo o documento, se impõem à construção da estrutura global da guerrilha: "(...) merece uma importância decisiva o trabalho na área urbana, dado que é impossível a vitória da guerrilha brasileira sem o apoio da cidade (. .) a guerrilha não conseguirá implantar-se se não houver trabalho entre os camponeses ou se não estiver estreitamente vinculada a eles e não contar com o seu apoio."

O modelo de estrutura de organização do PCB já não servia por alimentar a burocracia, enterrar a ação revolucionária e impedir a iniciativa dos militantes de base". O documento rejeita o burocratismo sem escapar do voluntarismo: "Precisamos agora de uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões intermináveis." Nessa "Organização" — termo pelo qual ficaria conhecido o grupo de Marighella —, "o que vale é a ação" inspirada por três princípios básicos: "o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários, e o terceiro é que só temos compromissos com a revolução".

O Agrupamento — ou a Organização — seriam grupos revolucionários sob o comando geral da guerrilha. Entre as tarefas exigidas à preparação dessa forma de luta estariam a "aprendizagem do tiro, a seleção e o adestramento do combatente (...) o treinamento andando a pé, acampando no mato, praticando a defesa pessoal. É preciso capturar e fabricar armas ou comprá-las, bem como munições e cartucheiras. O material clandestino deve ser impresso e distribuído pelos grupos revolucionários. É preciso organizar imediatamente grupos de apoio financeiro para obtenção de fundos para a caixa da guerrilha." As sugestões técnicas, prescindindo de fundamentação política, prosseguem no texto: "Devem ser criados grupos de sabotagem nas cidades, bem como grupos armados. Inclusive os que são compostos por operários e por camponeses devem treinar por sua própria conta e dirigir-se para a guerrilha tão logo seja esta desencadeada." O espontaneísmo camuflava-se de uma urgência revolucionária que — supunha-se — encontraria amplo apoio popular. "Grupos de guerrilha urbana devem ser organizados. Comitês volantes, que não têm sede fixa, e franco-atiradores são indispensáveis para manter as cidades num clima de rebelião, enquanto a guerrilha se desenvolve na área rural."

O documento sugere ainda que "a agitação política das massas" seja feita pela "distribuição de volantes nas portas de fábricas e no seu interior, e com pinturas murais defendidas por grupos armados.

(...) O movimento de massas sindical deve fazer-se de baixo para cima, abolindo o sistema de trabalho pela cúpula e visando à radicalização para desmascarar o governo e despertar o espírito de luta revolucionário dos operários." Na zona rural, seria "preciso estimular a ocupação de terras pelos posseiros, fazer do trabalho de organização dos sindicatos rurais um meio para desencadear a luta de classes no campo e obter apoio revolucionário para a guerrilha, dando-lhe novos pontos de apoio e armando os camponeses às custas das armas tomadas aos latifundiários." Previa ainda que o "núcleo fundamental da guerrilha" formar-se-ia pela "aliança armada operário-camponesa" — "o que se consegue trabalhando revolucionariamente com os operários nas fábricas e desenvolvendo o trabalho entre os camponeses. O sentido deste trabalho deve ser que operários e camponeses, vindos dos grupos armados em ação nas áreas urbanas e nas áreas camponesas, acabem se juntando na luta da guerrilha e nos grupos guerrilheiros."

A parte final do Pronunciamento identifica a concepção de partido com a experiência de imobilidade política tida por seu autor no PCB: "O agrupamento comunista de São Paulo é contrário à organização de outro partido comunista. Não desejamos fazer outro partido, o que seria a volta às antigas discussões e até mesmo a repetição da velha estrutura partidária, em prejuízo da atividade revolucionária imediata." O primado da ação é reafirmado enfaticamente: "Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda. Seria para nós imperdoável perder tempo organizando uma nova cúpula, lançando os chamados documentos programáticos e táticos e fazendo novas conferências, de onde surgiria outro Comitê Central com os vícios e deformações já por demais conhecidos. A mesa das discussões hoje em dia já não une os revolucionários. O que une os revolucionários brasileiros é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha."

Para defender suas propostas, o Agrupamento lança o jornal clandestino *O Guerrilheiro*.

## 18

A partir de 1968, o Agrupamento passa a constituir-se numa organização revolucionária, a Ação Libertadora Nacional (ALN). O programa básico do movimento dirigido por Carlos Marighella propunha "derrubar a ditadura militar" e "formar um governo revolucionário do povo"; "expulsar do país os norteamericanos"; "expropriar os latifundiários" e "melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias"; "acabar com a censura, instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização"; "retirar o Brasil da posição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo, no plano mundial, como uma nação independente".

Conhecida por suas sucessivas ações armadas e por ser comandada pelo mais notório revolucionário

brasileiro, a ALN reuniu sobretudo jovens oriundos da pequena burguesia, despertados politicamente pelo movimento estudantil. Seria fácil — e leviano — dizer hoje que aqueles militantes foram envolvidos numa aventura guerrilheira incapaz de avaliar corretamente a conjuntura do país. É cômodo julgar, do alto de nossas idéias tão arrumadas, impecavelmente imaculadas, a prática de quem ousou sujar as mãos quando o regime militar já não admitia nenhuma forma de luta legal. Essa coragem, que sacrificou prematuramente vidas heróicas, não as exime, entretanto, da crítica e da autocrítica — faces de uma mesma moeda muito valorizada nos meus anos de cadeia. Assisti a infindáveis discussões de presos políticos que pegaram em armas, no esforço de compreenderem melhor o que lhes havia sucedido. Embora fizessem profundas avaliações, que não excluía a apuração de responsabilidades pessoais nas quedas, não se pode afirmar que chegassem facilmente ao consenso. No entanto, do que ouvi dos antigos militantes da ALN, ficou-me a impressão de que, da estrutura burocratizada e inoperante do PCB, Marighella passara a um movimento de forma indefinida, no qual predominava o ativismo militarista. Muitos ingressavam na Organização sem nenhum preparo político, movidos pela mística revolucionária, acreditando que a luta obedeceria a um desenvolvimento linear até a vitória final. O primado da ação respaldava-se no princípio da autonomia tática, que permitia a grupos armados interpretar a seu modo o que fazer, sem que nenhum comando ou coordenação pudesse impedi-los de agir. A prática revolucionária restringia-se quase que exclusivamente às ações armadas que, sem apoio popular, tornavam-se cada vez mais vulneráveis à ofensiva da repressão. Não se fazia trabalho político de massa, nem se sabia exatamente como incorporar os trabalhadores à luta política. A guerrilha, praticamente restrita às cidades, colocava-se como alternativa ao trabalho de base, à organização popular, com se ela fosse capaz de, por si só, deflagar o descontentamento latente no povo, materializando-o no efetivo apoio ou participação na luta.

Carlos Eduardo Pires Fleury, militante da ALN, meu companheiro no Presídio Tiradentes, disse-me um dia, num banho de sol, quando conversávamos sobre a proposta de Marighella:

— Veja, ele teve o mérito de desatrelar a esquerda brasileira da burguesia e de passar da teoria à prática revolucionária. Mas a gente quis ir depressa demais, superestimou a própria capacidade e subestimou as forças do sistema. Sobretudo, não acreditamos que "o segredo da vitória é o povo", como dizia o comandante.

## II. SUL, A TRAVESSIA

## I

Em meados de 1967, Frei Osvaldo — meu colega desde o noviciado e aluno da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo — acertou recebermos, no parlatório do convento das Perdizes, um professor interessado em conhecer melhor a renovação da Igreja Católica. Magro, braços finos e alongados, Osvaldo tinha a pele muito branca deixando transparecer a cor rosa das faces, e cabelos lisos prenunciando a futura calvície. Apesar dos olhos tristes, quase severos, possuía um jeito alegre de debater os temas mais profundos e disfarçava a timidez em aparente superioridade. Tínhamos em comum a militância na JEC (através da qual se despertou nossa vocação religiosa), o interesse pela Teologia e a impossibilidade de separar a fé cristã do compromisso social.

O encontro fora marcado a pedido de João Antônio, colega de Osvaldo na Faculdade. O professor, alto, corpulento, pele morena escura, boca larga e faces alongadas, rosto firme, musculoso, cabelos pretos e ralos recuando na testa grande, dizia-se marxista e fazia-se chamar pelo nome de "Menezes". A conversa girou em torno da história da Igreja, da importância do Concílio Vaticano II e da visão social e política dos cristãos. Ao despedir-se, o professor entregou-nos um embrulho em papel cor-de-rosa:

— São uns livrinhos que andei escrevendo — disse ele.

Vimos, depois, tratar-se de obras de Carlos Marighella — nome que, aos nossos ouvidos, não tinha, à época, qualquer ressonância especial. Eram dois livros de poesias e um opúsculo, as *Críticas às Teses do Comitê Central*.

João Antônio forneceu-nos textos políticos elaborados por Marighella e através dele soubemos que o Agrupamento Comunista de São Paulo passara a constituir-se numa organização revolucionária denominada Ala Marighella, posteriormente chamada de ALN — Ação Libertadora Nacional. Na época, eu trabalhava no Teatro Oficina, como assistente de direção de José Celso Martinez Corrêa, na montagem da peça *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade. Os longos ensaios e, em seguida, as apresentações diárias não me deixavam tempo senão para prosseguir nos estudos de Filosofia. O teatro era naquele momento a minha revolução. Entrara nele por acaso, através de uma amiga, Dulce Maia, a quem acompanhei uma noite à casa de Zé Celso. Foram duas horas de papo sobre a "revolução" burguesa no Brasil, na década de 30. Impressionou-me a genialidade de Zé Celso, sua inteligência transbordando pelos gestos largos e precisos, impregnado de criatividade, entregue às obras de Oswald de Andrade com paixão incontida. Em seu apartamento na Bela Vista, amontoavam-se livros sobre o início da industrialização no país, discos de antigas marchas carnavalescas, exemplares raros da revista *O Cruzeiro*, na qual o diretor do Oficina buscava os detalhes de ambientação do espetáculo. Meu interesse pelo valor histórico da peça levou Zé

Celso a convidar-me para assessorá-lo. De teatro nada entendia, mas aprendi com *O Rei da Vela* que a falência da aristocracia rural brasileira fora marcada pelo processo de industrialização apoiado, sobretudo, no capital estrangeiro. A burguesia ascendente, tutelada em sua fase mais próspera pela ditadura de Vargas, excluía as classes trabalhadoras dos benefícios oriundos das riquezas por elas produzidas. No pós-guerra, a tensão social esteve sob relativo controle, no espaço da democracia burguesa, porque os setores mais politizados da nação ainda acreditavam na latente vocação antiimperialista de nossa burguesia. As camadas populares, porém, não se mobilizam por teses, mas sim por sua consciência e suas necessidades. A insatisfação popular fez as classes dominantes articularem o golpe de 1964, uma ação armada, inconstitucional, visando assegurar a livre expansão do capitalismo monopolista no país. Vã seria a esperança de que a burguesia, apoiada no poder militar e vinculada ao capital internacional, voltasse a admitir regras legais definidas num jogo político democrático — a menos que aceitasse o risco de um xeque-mate. A supressão da legalidade pelo Governo apontava a muitos o caminho revolucionário como única alternativa para aquele momento histórico. Mas o teatro parecia atingir — e esgotar — seus recursos contestatórios com *O Rei da Vela*. A repressão e a censura apagaram a chama da última vela. Restou-nos o sonho de um te-ato, capaz de propor uma ação concreta e eficaz. Mas a loucura de Zé Celso não chegava ao ponto de subverter os próprios limites da arte, encher o Oficina de bananas de dinamite e reduzir o espetáculo a um único e definitivo gesto: acionar, no palco, o detonador. Todos nós sabíamos que, no teatro, o último ato é o mais importante e o único no qual os espectadores são, além da peça, os verdadeiros atores: o momento da saída, quando o reencontro com a realidade lá fora dá-se na visão crítica proporcionada pela arte.

## 2

O ano de 1968 foi um período de aguda crise política no país. Rompe-se o pacto dominante, fortalecendo a oposição burguesa, enquanto os militares marginalizam lideranças civis que patrocinaram o golpe. Acentua-se a luta interna entre as facções interessadas em deter o controle do Estado. A classe média, que apoiara a quartelada de março de 1964, vê-se ameaçada pela política econômica do Governo. Multiplicam-se as falências das pequenas e médias empresas, aumenta a concentração de terras em mãos de poucos proprietários, mantêm-se os trabalhadores sob o arrocho salarial, enquanto se consolida a aliança entre o empresariado brasileiro e as multinacionais. A intromissão estrangeira atinge inclusive o sistema educacional, através do acordo MEC-USAID. As restrições legais impostas sempre mais pelo Governo, em nome da segurança nacional, contrapõe-se, nas ruas, o movimento de massas oriundo principalmente da classe média. Estudante, artistas e intelectuais promovem passeatas e atos públicos, divulgam manifestos, enfrentam a polícia improvisando barricadas e incendiando viaturas. O tiro mortal

que atinge o estudante Edson Luís, nas ruas do Rio, fere o coração de toda a sociedade civil. À frente da Igreja da Candelária, no Centro carioca, sacerdotes paramentados e intelectuais marxistas dão-se as mãos para erguer uma barreira humana entre o povo e os batalhões de choque da Polícia Militar. Em Osasco e Contagem, as greves operárias, seguidas de ocupação das fábricas, são duramente reprimidas. Aprende-se que, sob tirania, quem ergue a voz não deve mostrar o rosto.

É dentro desse contexto que o nome de Marighella emerge como sinal de esperança para muitos. Seus escritos são multiplicados entre estudantes universitários e à sua autoria são atribuídas ações armadas que, cada vez mais freqüentes, ocorrem nas grandes cidades: assaltos a bancos, explosões de bombas, distribuição de boletins às portas das fábricas sob proteção de grupos armados. Para os setores dominantes, Marighella é o líder do terrorismo que surpreende o próprio aparelho repressivo.

Não acompanhei *O Rei da Vela* em sua excursão pelo Brasil. Voltei ao jornalismo, cujo aprendizado, na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio, eu largara em fins de 1964 para ingressar na Ordem Dominicana. Antes da experiência teatral, eu tivera o privilégio de participar, como *free-lancer*, da primeira fase da revista *Realidade*. Em 1968, era repórter da *Folha da Tarde*, considerado então um jornal progressista, dividia o trabalho entre a crítica teatral e a cobertura às manifestações estudantis. A partir, porém, de 13 de dezembro de 1968, não foi mais preciso a direita apelar aos grupos paramilitares para que tentassem parar a *Roda Viva* de Chico Buarque de Hollanda no Teatro Ruth Escobar ou fornecessem fuzis automáticos para os grupos radicais da Universidade Mackenzie atirarem nos estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, transformando a Rua Maria Antônia numa praça de guerra. Foi decretado o Ato Institucional n.º 5, o golpe no golpe. O Congresso entrou em recesso por tempo indeterminado e ao Presidente da República foram facultadas sanções políticas independentes do controle judiciário. A repressão, violenta, cassa e caça os setores mais combativos do país. Muitos escapam do cerco policial passando à clandestinidade, sobretudo estudantes. Enquanto alguns hibernam no trabalho de massa, acreditando no primado político da idéia, outros aderem às armas, fazendo do primado da ação o único caminho que lhes parecia eficaz.

O grupo de estudantes dominicanos comungava os impasses e as opções de uma expressiva parcela de nossa geração universitária. Frei Ratton, Frei Ivo, Frei Magno e Frei Tito eram alunos da Universidade de São Paulo. Os três primeiros vinham da turma dos doze noviços de 1965, da qual Frei Osvaldo e eu fazíamos parte.

Embora filho de uma das mais ricas famílias de Minas, Ratton possuía uma simplicidade sertaneja, embora muito inteligente, os óculos caídos à ponta do nariz, a barriga estufada sobre a fivela do cinto, um modo engraçado de falar das coisas mais sérias. Fomos companheiros na JEC de Belo Horizonte, onde conhecemos Henriquinho que, mais tarde, adota o nome de Henfil e inspira-se na figura de Ratton para

criar o mais apreciado dos fradinhos, o Baixinho. Frei Ivo, eu o conhecera na JEC do Rio, entre os anos de 1962-64, enquanto lá estive como dirigente nacional do movimento. Cabelos lisos caídos à lesta, óculos maiores do que parecia convir à sua estatura média, nariz afilado, guardara de seus ascendentes franceses, por linha paterna, a fina ironia. Antigo aluno do Colégio São Bento, era disciplinado nos hábitos e aplicado nos estudos. Divertia-nos com a facilidade para a mímica, embora sua emotividade raramente escapasse ao controle da razão. Frei Magno era muito erudito, cabelos anelados castanho-claros, rosto fino e ex-militante da Ação Católica, como todos nós. Nascera em Formiga, em Minas, onde existia uma "fábrica de bebidas nacionais e estrangeiras", dizia ele, brincando. Dava a impressão de falar mais depressa do que conseguia raciocinar. Em minhas viagens pelo Nordeste, a serviço da JEC, conheci Tito quando ele se transferiu de Fortaleza para o Recife a fim de assumir a direção regional do movimento. Baixo, forte, ombros largos, cabelos pretos anelados, tinha o rosto redondo e os olhos miúdos, sempre atentos, sob as lentes brancas dos óculos. Trazia da adolescência a espiritualidade cristã, acentuadamente mística, e a racionalidade política embasada na ciência. Nele, essa síntese não se tratava de uma questão teórica; fora formado assim. Afetuoso, ficava amigo de infância em cinco minutos e mantinha-se sempre fiel às suas amizades. Gostava muito de música popular brasileira e aprendera a dedilhar o violão.

Aos frades dominicanos que vieram a ser atingidos posteriormente pela repressão policial, somavam-se ainda Frei Fernando, Frei Giorgio e Frei Maurício. Fernando era padre e fora um dos primeiros militantes da JEC de Belo Horizonte — quando ainda assessorada por Frei Mateus Rocha — a ingressar na Ordem de São Domingos. Pele tostada, cabelos precocemente prateados, optara pela prática pastoral quando ainda persistia, entre os dominicanos, a predominância da atividade intelectual. Possuía timbre de voz agradável de se ouvir, fumava três maços de cigarros por dia e devorava, na biblioteca do convento, tratados de teologia clássica. Leitor inveterado, conhecia quase toda a literatura brasileira deste século, com acentuada preferência pelo mineiro Guimarães Rosa e pelos nordestinos José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Preservara a simplicidade de sua origem mineira e, nele, o coração sobrepujava a razão. Era sempre o amigo disposto a ouvir e animado em ajudar. Conseguira assumir seu sacerdócio sem clericalismo e fazia das celebrações os momentos mais expressivos de sua própria comunhão com os que delas participavam. Frei Giorgio, italiano de Veneza, fora militante da democracia cristã antes de optar pela vida religiosa. Gordo, tipo bonachão, engraçado, sabia conciliar sua formação clericalista com um interesse político que o levava a uma incansável atividade jornalística. Nele, o afeto transbordava por todos os poros. Falava com as mãos como quem tecia no ar, com seus dedos pequenos e gordos, as idéias que expressava com paixão. Dotado de uma coragem excepcional, dava a impressão de preocupar-se simultaneamente com a libertação dos povos oprimidos em todas as partes do mundo. Não há família ou região por onde Giorgio tenha passado sem deixar saudades, apreensões e alegrias. Mas era, sobretudo, um lutador solitário. Frei Maurício era padre, da geração de Fernando. Pernambucano, pele morena, tinha

a testa larga renunciando a queda de seus cabelos pretos e lisos. Sorriso aberto, deixava entrever a dentadura alva, perfeita. Discípulo do padre Leuret, era homem de vocação mais pastoral. O auxílio que prestávamos, no convento das Perdizes, aos antigos colegas de faculdade ou de profissão, não chegava a ser um trabalho sistemático e muito menos organizado como célula de uma facção política. Acolhíamos pessoas filiadas a tendências políticas diversas que, por se colocarem em oposição ao regime, eram perseguidas. Esse apoio caracterizava-se sobretudo em guardá-los em locais seguros, transportá-los de uma cidade a outra e tranquilizar suas famílias. Dentro de nossas possibilidades e de nossa condição de religiosos, ajudávamos pessoas sob o risco de prisão, de tortura e de morte. Fazíamos exatamente o mesmo que a Igreja fizera nos países europeus dominados pelo fascismo e faz hoje, por exemplo, na Polônia.

Como chefe de reportagem, eu me encontrava ainda, no início de 1969, na *Folha da Tarde*. Morava próximo ao jornal, numa pequena comunidade dominicana, à Rua Rego Freitas, 530, no Centro de São Paulo. Dois supostos vendedores de produtos farmacêuticos estiveram no prédio à minha procura. O porteiro desconfiou, disse que eu não me encontrava em casa e me avisou:

— Eram policiais.

Um ano depois, no DOPS paulista, um investigador confirmaria o ato, sem explicar contudo que interesse poderia ter eu em produtos farmacêuticos...

João Antônio Abi-Eçab e sua esposa, Catarina, morreram em acidente em fins de 1968. Na ocasião, desconfiávamos terem sido vítimas de uma bem-montada cilada policial, pois era cada vez maior o número de conhecidos nossos presos e torturados. O terreno falseava a meus pés. Pressentia que o cerco repressivo não tardaria a alcançar-me. A decisão veio quando um dos meus colegas de trabalho foi encarcerado sob a acusação de fazer parte do "esquema de imprensa" da VPR: larguei o jornal, afastei-me da comunidade dominicana e passei a viver clandestinamente em São Paulo.

### 3

*Nem sei bem, Heleni, por que foi através de você. Tínhamos nos encontrado poucas vezes. Quem sabe foi o acaso? É possível. A vida não é feita só de decisões e de certezas prévias. Muitas vezes um gesto, uma palavra, um olhar ou uma revelação muito íntima modificam o nosso rumo. Se bem me lembro, nosso encontro foi no Redondo, aquele bar que fica defronte ao Teatro de Arena. Você trabalhava com o Boal, com quem eu gostava de conversar. Sempre eu chegava no fim dos ensaios, ficava sentado no escuro vendo vocês repetirem, mais uma vez a cena e depois íamos tomar cerveja no Redondo. Um dia você contou, com seu jeito alegre, cativante, que fizera um curso de teatro na França*

*e, na volta, organizara um grupo popular no ABC. Pequena, arisca, você sempre me pareceu uma pessoa muito bonita. Não dessa espécie de beleza que a publicidade promove, aparente, epidérmica. Mas uma beleza que a gente descobre e percebe que vem de dentro pra fora, enraizada no espírito ágil que lhe conservava, no corpo, o jeito de menina. Você pressentiu a minha situação, cuidou das coisas e indicou o local 110 qual eu encontraria a pessoa que iria me esconder. Depois desse dia, Heleni, eu fui encontrá-la no ano seguinte no pátio do presídio Tiradentes. Pelo fato de seu companheiro, Zé Olavo, encontrar-se também preso, você tinha permissão para, aos sábados, no horário de visita, passar da ala feminina para a masculina. Mesmo na prisão, a sua alegria contagiava. Guardo de você o retrato da última vez que nos vimos: era seu aniversário e seus filhos levaram um bolo com velinhas u um presente. Ao desfazer a fita de cetim rosa e o papel colorido, você viu o que era e começou a achar muita graça, a mostrar pra lodo inundo, a beijar as crianças que, como você, riam das calcinhas em suas mãos. Logo você foi solta, pois apesar das torturas que sofrerá, nada conseguiram provar contra você. Em julho de 1971, correu a notícia de seu desaparecimento. Sabe-se que foi presa pelos órgãos de segurança e consta que morreu sob torturas. Ouvi dizer que jogaram seu corpo no mar. Não sei, não posso admitir. Só sei que, agora, Iemanjá tem pra mim um rosto conhecido c um jeito alegre de menina prestativa.*

#### 4

No local marcado por Heleni Guariba, tive a primeira surpresa: o contato era um famoso artista plástico por cuja obra eu nutria admiração. A segunda surpresa foi conhecer o lugar em que ficaria escondido até conseguir sair de São Paulo: a casa de uma família norte-americana, em Interlagos. Ali estive por três meses, até maio, quando me transferi para São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Viver na clandestinidade é como tornar-se invisível para os outros. As pessoas nos vêem, mas não conhecem, e os que conhecem não podem nos encontrar senão por acaso. Como toda situação de completo despojamento, faz-nos sentir mais livres. Trocar de nome dá sensação de vida nova — só então compreendi por que os institutos religiosos adotavam esse costume ao receber seus noviços. O meu era "Vítor" e exigia-me estar sempre atento para não pensar que chamavam outra pessoa. "Vídor, você querr mas arroz?", perguntava Mrs. A. e, meio perplexo, eu constatava que era comigo mesmo.

Todo tempo de espera é longo, muito longo. Não há muito a fazer quando só resta aguardar uma saída. É como estar dentro de um imenso cilindro no qual há centenas de portas desenhadas semelhantes à única verdadeira. Não é nada fácil encontrá-la, e abri-la depende mais de quem está do lado de fora. Não obstante, na cabeça dos amigos, estamos mergulhados em plena ação e eles são capazes de nos identificar por trás de cada notícia de jornal que brilha, rápida, como um palito de fósforo aceso em meio à

escuridão. De fato, os dias costumam a passar, o relógio parece tomado por uma preguiça crônica que se arrasta ao ritmo aritmético do calendário. Somos obrigados a violentar nossos hábitos e costumes. O corpo deve adaptar-se à mobilidade restrita, controlada, temerária, enquanto a mente vagueia pelo medo, povoa-se de recordações e multiplica perguntas que não têm respostas imediatas. No quarto de empregada em que eu dormia, ainda era possível ocupar-me o dia lodo com leituras e ouvir rádio. Pior situação viviam outros que, morando em pensões, eram forçados a fingir um ritmo normal de vida: levantavam cedo e perambulavam o dia todo pela cidade à espera da hora de regressar ao quarto como se retornassem do trabalho.

Por vezes eu saía de casa para encontrar pessoas que não deveriam conhecer meu refúgio e através das (piais eu mantinha o contato com meu próprio universo. A imensidão de São Paulo oferece muitas alternativas para quem vive na clandestinidade. O diabo é que a cabeça da gente é pequena e a imaginação, medrosa. Sempre achamos que todo lugar é suspeito. Mal conseguimos dialogar. Trocamos as informações necessárias e, dominados pelo nervosismo, acreditamos que a viatura policial vislumbrada no horizonte vem exatamente em nossa direção. Não seria um policial do DOPS aquele pipoqueiro. da esquina? Esses homens que descarregam bujões de gás exatamente nessa casa ao lado não são militares da Oban? Ora, os heróis nunca morrem hoje. Chegamos a acreditar que somos sempre mais espertos que a repressão. Habitados ao risco, julgamo-nos invisíveis. Vamos a lugares onde jamais admitiríamos encontrar um companheiro, como certos cinemas e restaurantes. Cremos que, se formos presos, não será nunca hoje, talvez amanhã.

Foi nesse período (pie conheci melhor meus *anjos da guarda*: os amigos que são capazes de todo e qualquer sacrifício por nós. Só então a vida mostrou-me o que significa esta palavra de Jesus no capítulo 10 de Marcos, versículos 28 a 30: *"Em verdade vos digo que não há quem tenha deixado casa, irmãos, irmãs, mãe, pai, filhos ou terras por minha causa ou por causa do Evangelho, sem que receba cem vezes mais, agora, neste tempo, casas, irmãos e irmãs, mãe e filhos e terras, com perseguições"*. Entre perseguições, seria a tradução preferível. Quantas pessoas dispostas a me abrigar em suas casas por simples indicação de um amigo, sem conhecimento prévio! Quantos arriscando empregos e a própria pele na vontade de ajudar, de apoiar! (Note-se que Jesus não promete "pais". Para ele só há um Pai em quem confiar.) A cada vez que eu encontrava esses "irmãos e irmãs", uma intensa alegria se apossava de nós. Entre olhares que diziam mais que palavras, trocávamos notícias, impressões, esperanças. A separação era sofrida, embora camuflada sob o sentimento do dever. Mas quem de nós não sonha com um futuro no qual desfrutaremos incessantemente das amizades que amamos?

.Meus anfitriões tudo faziam para que eu me sentisse à vontade. Só estranhei no dia em que *Mr. A.* indagou se eu não me importaria de dialogar com um pastor protestante seu amigo, de passagem pelo

Brasil. Não me senti em condições de recusar, mas confesso que as questões colocadas pela visita deixaram-me a impressão de falar com um agente da CIA. Salvo engano, nenhum dos dois sabia quem eu era exatamente; apenas que se tratava de um cristão perseguido pela polícia política. Não obstante, sempre achei que os norte-americanos têm, pelas coisas políticas, uma curiosidade inquisitorial. Não querem saber o quê ou por quê, querem saber quem, quando e quantos.

De certas situações observam-se melhor certas coisas. Para quem vive escravizado pelo trabalho, São Paulo é uma cidade cinza, poluída, feita de asfalto, cimento e ferro. Respira-se fumaça e as vistas ardem impregnadas da fuligem que o raio de sol, como uma espada luminosa obliquamente estendida da janela ao chão, torna visível na forma de finíssima poeira flutuante. Contudo, a capital paulista transforma-se sob o olhar de quem vagueia por suas ruas. Naqueles meses de clandestinidade, descobri a beleza do outono: o céu azul anil brilhante, as manhãs ensolaradas, a tarde fresca oferecendo à chegada da noite o crepúsculo dos mais variados tons. A cidade tem mais verde do que se imagina. Se são raras as suas praças e parques, há muitas árvores pelas ruas, jardins à porta das casas e dos prédios, plantas derramadas sobre muros e varandas. Era bom caminhar solitário pelas ruas, redescobrimo os perfis de São Paulo, deixando o Espírito orar em meu espírito ou rezando mentalmente o terço quando meu afeto espiritual adormecia frívolo.

Todavia, a calma companheira era passageira. Tropas militares fechavam as avenidas em operações "pente-fino", carros e transeuntes eram revistados, viaturas policiais circulavam com sirenas abertas. A imprensa, sob censura, fazia eco ao alerta do Governo militar: "o terror está nas ruas e seu vizinho pode ser um terrorista!". Cada porteiro de edifício tinha a obrigação de comunicar ao DOPS os nomes dos moradores dos prédios. Não havia em mim a intenção de permanecer acuado. Terminara o curso de Filosofia e ganhara uma bolsa para cursar Teologia na Alemanha, a partir de novembro. Enquanto aguardava a data da viagem, decidi transferir-me para o Seminário Cristo Rei, dos padres jesuítas, em São Leopoldo. Meu primo, João Batista Libânio, era o professor de Teologia Fundamental, o que facilitou as coisas. Além de funcionar em regime de internato numa região em que eu não era conhecido, o seminário oferecia-me um primeiro contato com o ambiente germânico.

Nessa mesma ocasião, meu pai, Antônio Carlos Vieira Christo, encontrou-se com o escritor Augusto de Lima Júnior na Livraria Itatiaia, em Belo Horizonte, ü velho historiador mineiro era ardoroso defensor do golpe militar de 1964 e muito amigo do general Lyra Tavares, então Ministro do Exército. Lima Júnior chamou meu pai a um canto e sussurrou-lhe:

—Onde está seu filho? Continua nos dominicanos?

Diante da confirmação, advertiu:

—Diga a ele para mudar de Ordem, passar para os salesianos, pois os dominicanos vão sofrer muito no Brasil.

Meu pai creditou o aviso à caduquice do historiador.

Já em 1965, o Governo Castello Branco pensara em expulsar a Ordem Dominicana do país. O convento de Belo Horizonte chegou a ser invadido duas vezes pela polícia e os frades responderam a inquérito presidido pelo coronel Euclides Figueiredo. Em agosto de 1967, Frei Chico, prior do convento de São Paulo, foi preso pela Polícia Federal por liderar o movimento que propunha greve de vinte e quatro horas pela paz mundial. Todos os frades, com seus hábitos brancos, fizeram passeata silenciosa em frente ao DOPS e, em seguida, junto ao quartel da 7.<sup>a</sup> Companhia de Guardas da Polícia Militar, do qual Frei Chico foi solto poucas horas mais tarde.

## 5

José Arantes, ex-presidente do diretório da Faculdade de Filosofia da USP e vice-presidente da UNE, liderara as manifestações estudantis que, em 1968, transformaram a Rua Maria Antônia numa praça de guerra. O prédio da escola fora ocupado vários dias pelos estudantes. No acampamento improvisado, o rosto de Che Guevara nas paredes mantinha os olhos fixos acima dos jovens que liam Lênin ao som dos Beatles. Chegaram a manter como refém uma agente policial descoberta entre eles e que adotava a burlesca alcunha de "Maçã Dourada".

O cerco da repressão, no ano seguinte, levou José Arantes à clandestinidade. Frei Osvaldo e Frei Ivo o guardaram por alguns dias — quando então ele disse que precisaria encontrar-se "com um tal de Vítor" que eles certamente conheciam. O local foi marcado à Rua Martinho Prado, Centro de São Paulo. Cheguei primeiro, sem saber com quem me encontraria. Recebera a indicação de aguardar ali o contato que me identificaria pela revista que eu trazia à mão. Vi quando Arantes se aproximou. Notei-o um pouco nervoso, como se temesse abordar-me. Fingiu não me ver e rodeou o local por alguns momentos. Conhecíamos-nos apenas de vista; como repórter da *Folha da Tarde*, eu o entrevistara algumas vezes. Justamente isto o assustou: não sabia que "Vítor" era eu. Sabia apenas que Marighella queria falar com um certo Vítor que Frei Osvaldo conhecia. Sua tarefa era acertar o meu encontro com o dirigente da LN.

Encontrei Marighella em pleno Jardim Europa nos primeiros dias de maio de 1969. Esperei-o à noite, num ponto de ônibus da Rua Augusta. Não foi difícil adivinhar que era ele o homem corpulento a caminhar lentamente pela calçada, como quem dá um passeio após o jantar. A troca de olhares bastou para que eu abandonasse o ponto de ônibus e o acompanhasse. Ninguém mais parecia atento a nós, o que, se de um lado me tranqüilizou, de outro deixou-me na dúvida se de fato Marighella possuía um esquema

de segurança. Aliás, achei precaríssima a cabeleira preta que ele usava. Temi que ela mais chamasse a atenção do que disfarçasse. Era uma peruca de mulher cortada rente às orelhas. Os cabelos lisos pareciam fios sintéticos. Como ainda não se generalizara o livre penteado para homens, dir-se-ia que ele adotara o corte à moda indígena.

Enveredamo-nos pelas ruas escuras e arborizadas do elegante bairro, caminhando entre mansões bem-protegidas por guardas particulares. "Lugar bem-escolhido", pensei. Como os moradores têm carros, quase ninguém andava pelas ruas, o que nos permitia dialogar sem o receio de ser escutado por quem passava. E certamente não seria ali, com tantos vigias armados, que a polícia se preocuparia em fazer ronda.

Ele soubera que eu estava de mudança para o Rio Grande do Sul e queria que eu aceitasse acompanhar, em Porto Alegre, a passagem de refugiados políticos que se destinavam a entrar no Uruguai para, em seguida, viajar a Europa. Seria uma ajuda a todos que precisassem deixar o país, independente de siglas políticas, e não um serviço exclusivo à A.I.N. Aceitei o pedido, ciente de que ele se adequava à tradição da Igreja de auxílio a refugiados políticos.

## 6

Em julho de 1969, Frei Osvaldo trocou o convento das Perdizes pela escola dominicana de Friburgo, na Suíça, onde faria o curso de Teologia. Ao embarcar, ele não imaginava que naquele momento tinha início o longo exílio que duraria mais de dez anos e o faria encontrar, em Paris, o amor militante de Florence.

De férias, passei por São Paulo. A guerrilha urbana prosseguia e a repressão fazia-se onipresente nas ruas da cidade. Preocupado com a minha segurança, um amigo ofereceu-me um documento *frio*. O uso de nomes falsos não é comum apenas em missões diplomáticas sigilosas. Justifica-se também em situações arriscadas, quando se trata de preservar este bem maior que é a vida.

Por temer o risco de prisão, aceitei o documento na esperança de que ele facilitasse a minha fuga em caso de necessidade. Mas a carteira de identidade com a minha foto e o nome de "Ronaldo Matos" só me chegou às mãos em outubro de 1969. Não cheguei a usá-la, mesmo quando escapei do cerco policial em São Leopoldo, no mês seguinte. Ao ser preso, estava de posse de todos os meus documentos legais. Embora tivesse trocado o nome, a foto da nova carteira era a mesma que os jornais estamparam enquanto durou a caçada policial.

## 7

O Seminário Cristo Rei, em São Leopoldo, era um imenso prédio amarelo situado sobre pequena colina do vale do rio dos Sinos. A seus pés estendia-se um cenário natural que lembrava cartões-postais: o tapete verde da vegetação viçosa e as hortas alinhadas à beira da serpente prateada que escorregava límpida entre as casas rudes dos colonos. Cerca de quinhentas pessoas habitavam o seminário quando ali cheguei: padres, seminaristas, irmãos e centenas de meninos oriundos da colônia alemã. Louros, olhos claros, pele dourada como gema de ovo, esses filhos de pequenos agricultores eram tidos como candidatos em potencial à vida religiosa. Falavam entre si em dialeto germânico e esforçavam-se, à noite, para não dormirem nas aulas, após o dia cansativo de trabalho. O Cristo Rei tinha a estrutura de um feudo medieval e o reitor, poderes de abade. Produzia quase tudo necessário ao consumo alimentar. Irmãos e crianças cuidavam do pomar, da horta, do pasto e do fabrico de pão, queijo e vinho. O lago fornecia peixe, além de refrescar os olhos e servir à natação. O excedente era vendido fora. Possuía ainda oficinas para toda espécie de serviços: marcenaria, alfaiataria, encadernação... Com razão, os jesuítas orgulhavam-se de sua biblioteca de cinquenta mil volumes, assinante de mais de trinta revistas especializadas.

Na raiz teológica da Igreja gaúcha está o Seminário Cristo Rei. Entre seus ex-alunos figura o Cardeal Vicente Scherer. Ainda em 1969, certas tradições se conservavam: vivíamos em regime de internato, embora com direito de saídas aos domingos. A missa diária já não era obrigatória, mas as refeições, sempre em comunidade, obedeciam a horários fixos. Cada estudante de Teologia ocupava seu próprio quarto: cama, armário e pia. Na sala de estar do dormitório, um pequeno fogareiro a álcool permitia-nos comer pipoca à noite, enquanto conversávamos. Graças às atividades manuais dos irmãos e dos gurus, os padres e seminaristas dedicavam-se exclusivamente ao trabalho intelectual.

Eu não era o único estranho no ninho dos filhos de Santo Inácio de Loyola. Havia estudantes de outras congregações religiosas. Apenas trazia eu uma experiência de vida diferente da maioria, educada desde cedo na estufa eclesiástica. Com certa perplexidade, descobriam que eu via no compromisso político um meio evangélico tia vivência da fé cristã e compreendia teologicamente a opção revolucionária do padre Camilo Torres, assassinado em combate nas selvas colombianas, em fevereiro de 1966. Aliás, isso poderia ser creditado "à mera festividade de um dominicano esquerdista" se eu não fosse um aluno aplicado que passava horas na biblioteca, desenterrando os escritos dos místicos da Igreja. Só lamentava não ler no original a patrologia, por ignorar o latim e o grego.

Meu primo, João Batista Libânio, era quem me orientava dentro daquele universo jesuíta, tão diferente da vida dominicana. Ele informara à comunidade que eu era visado pela polícia e um dos meus colegas, Camilo, consentiu em que a correspondência a mim dirigida chegasse em seu nome.

Funcionava em São Leopoldo o curso "Christus Sacerdos", para formadores de seminaristas. Entre os alunos estava Monsenhor Marcelo Carvalheira, reitor do Seminário Maior do Nordeste, no Recife, e

assessor de Dom Hélder Câmara.

Meus conhecidos em Porto Alegre eram raros: o irmão marista Antônio Cechin, ex-assistente da JEC gaúcha, e sua irmã Matilde, especialista, como ele, em catequese; Bernardo Catão, ex-dominicano, que apesar de residir em São Paulo passava a semana de trabalho no Sul; o padre Manoel V., que aos fins de semana acolhia em sua casa paroquial o padre Carvalheira; e, em Caxias do Sul, o padre Orestes Stragliotto, amigo desde meus anos de adolescência e com quem sempre partilhei o lei e o mel.

## 8

Jarbas foi o primeiro que ajudei a cruzar a fronteira. Era nordestino e seu rosto me pareceu tão triste quanto seus olhos. Talvez assustado com os caminhos imprevisíveis que a vida lhe armara. Frei Ivo o conhecera na USP como ouvinte da cadeira de História da Filosofia. Os dominicanos eram vistos, no meio estudantil, como uma espécie de guarda-chuva ao qual se recorre na hora da tempestade. Jarbas passou alguns dias numa de nossas comunidades, nas proximidades da periferia de São Paulo, e depois sumiu.

Em agosto, Ivo foi novamente procurado por Jarbas. Queria que o religioso o acompanhasse até o Rio Grande do Sul, pois pretendia refugiar-se no Uruguai. Estava sendo procurado pelos órgãos de segurança e temia viajar sozinho. Muito tenso, ele dava mostras de não estar bem emocionalmente.

Logo após o almoço, fui chamado à portaria do Cristo Rei. Em agosto, ainda é frio o clima em São Leopoldo e, pela manhã, a geada cobre pedras e plantas com uma fina camada de gelo que se derrete aos primeiros raios de sol. O minuano, vento que corta como afiada lâmina, sopra menos impetuoso. Ivo viera de São Paulo em ônibus e a seu lado estava um rapaz embrulhado em agasalhos puídos e multicores, com a mala aos pés. Alto, forte, cabeça chata, Jarbas tinha os cabelos escuros ondulados e olhos castanhos. Aparentava pouco menos de trinta anos e, por seu jeito rude e sofrido, dir-se-ia tratar-se antes de um lavrador que de um universitário. Não os retive mais de uma hora. Apenas o suficiente para explicar como chegar ao Uruguai: bastava tomar o ônibus na rodoviária de Porto Alegre com destino a Livramento — cidade fronteira geminada com Rivera, município uruguaio. Para atravessar a fronteira, era só cruzar a rua que divide os dois países e, do outro lado, tomar o ônibus para Montevidéu. Isso eu aprendera por informações obtidas de pessoas que conheciam bem a região. Nunca cheguei à fronteira, embora meus interrogadores jamais se convencessem disso.

Ivo retornaria de Porto Alegre a São Paulo. Levei-os à porta do seminário e acompanhei-os com os olhos enquanto desciam pelos jardins entre a névoa que se estendia como uma cortina de algodão na tarde, cobrindo de pudor o encontro do sol com a relva fria e úmida.

Frei Fernando avisou-me, ainda em agosto, que um tal de "Gustavo" passaria pelo Sul. Fui esperá-lo em Porto Alegre, pois era preferível que os passageiros da liberdade não dessem as caras no Cristo Rei. O sistema de identificação era simples e habitual: ele me encontraria em frente ao Cine São João, na Avenida Salgado Filho, e me reconheceria pela revista *Veja* que eu traria à mão. Dessa vez ele não rodeou o local, veio direto. Era José Arames, que em maio acertara meu encontro com Marighella. Estatura mediana, cabelos pretos, Arantes era moreno. Os olhos avançados sob as pálpebras davam-lhe a impressão de estar sempre atento às coisas. Muito calmo, falava baixo, pontuado. Embora não fosse triste, sorria pouco, discreto na expansão de seus sentimentos.

A bagagem dele restringia-se a uma pequena valise de mão. Fomos deixá-la no guarda-volumes da rodoviária, caminhando sob a noite que chegava acendendo suas primeiras estrelas. Contou-me que viajara num jato da Cruzeiro do Sul, com o nome de "José Carlos Pires de Andrade". Durante o vôo, repleto de executivos bem-vestidos e perfumados, uma bonita loura mudara de lugar para sentar-se a seu lado. Estranhou a preferência, pois, comparado a seus companheiros de viagem, eslava mal-vestido e sentia-se sem nenhum atrativo. A moça puxou conversa e fez insinuações indagando onde ele ficaria hospedado em Porto Alegre. Arantes tentou desconversar:

—Não sei, vou procurar um hotel qualquer.

—Também vou ficar em hotel. Podemos ficar juntos — propus ela .

Convencido de que se tratava de uma agente policial, o líder estudantil falou:

— De acordo. Mas como tenho que ver um amigo antes que se encerre o expediente de trabalho, diga-me em que hotel você refere ficar e mais tarde a gente se encontra lá.

Ela topou.

O episódio deixara-o perturbado. Suspeitava estar sendo seguido, Teria transpirado da ALN alguma informação de sua viagem?

Fomos comer churrasco na Rua da Praia. Seu temperamento calmo traía-se nos olhos acentuadamente dilatados. Perguntou-me como era possível conciliar a fé cristã com a opção política. Expliquei-lhe que o cristianismo é essencialmente transformador e essa revolução não se limita à história, culmina na transcendência. Jesus anunciou o Reino, a transformação radical deste mundo segundo o projeto libertador do Pai. Onde há justiça, liberdade e amor, aí estão as sementes do Reino de Deus. O

cristão, como discípulo do Cristo, não tem outro compromisso senão com o Espírito que nos anima na direção dessa esperança. A fé desmascara, frente á palavra de Deus, o discurso ideológico dos dominadores, Jesus assume a identidade dos oprimidos e neles quer ser amado e servido: "tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me recolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me" (Mateus 25, 35-36) . Servir à causa de libertação dos pobres é servir a Cristo. Uma parte da Igreja afastou-se historicamente da proposta evangélica. Trocou a aliança com o povo pela aliança com o poder. E o capital simbólico de nossa fé foi apropriado pelos opressores. O cristianismo passou a ser o espírito religioso do liberalismo. Deus, porém, não abandonou o Seu povo. O Concílio Vaticano II e a Conferência Episcopal de Medellín eram prenúncios de uma Igreja convertida às suas origens. Na América Latina, a religião cristã não seria mais o ópio do povo e o ócio da burguesia. Seria, sim, sinal de contradição, pedra de escândalo, fogo que queima e alumia, espada que divide. Já não se poderia servir a Deus e ao dinheiro.

Falei-lhe dos místicos, esses homens que foram capazes de se deixar subverter pela graça do Espírito. Essa revolução interior é tão importante — e difícil — como a que se busca ao nível social e político. Ela faz surgir o homem novo livre dos demônios opressores que nos habitam. Nesse aspecto, o marxismo parecia-me insuficiente. Não chegara a elaborar uma proposta de revolução da subjetividade humana. Acentuava demasiadamente a objetividade, quase identificando o homem com sua atividade produtiva. Arantes trincava a carne macia e succulenta e, entre goles do vinho tinto, mostrava-se muito interessado na conversa. Especialmente quando lhe falei de São João da Cruz, místico espanhol do século xvi que libertou Deus dos céus ideológicos e centrou-O na existência humana, fazendo da experiência do conteúdo da fé uma apaixonante aventura de amor. Narrei-lhe as torturas de Juan de Ia Cruz em Toledo, encarcerado por seus próprios confrades que temiam este Cristo descido da cruz, ressuscitado, que interpela constantemente a nossa vida.

O bate-papo e a boa carne gaúcha regada a vinho recobravam o ânimo do companheiro. Após o cafezinho, fui levá-lo à rodoviária, onde o apresentei a Francisco, estudante jesuíta que conhecia Livramento e, a meu pedido, dispusera-se a acompanhá-lo até a fronteira. Solicitei de Francisco aproveitar a viagem para trazer-me um croqui das cidades. Não disse, porém, que pretendia utilizar o desenho para orientar melhor os próximos refugiados. Ao regressar, o seminarista trouxe o que eu pedira e confirmou que Arantes atravessara para o Uruguai sem dificuldades.

*ditadura e de esperança de liberdade. Sua família mudou-se para Araraquara em 1956. Nome difícil de estrangeiro pronunciar, não? "Arrarraguarra", ouvi um americano dizer. Terra de gente criativa, de amigos queridos como Zé Celso e Ignacio de Loyola. Também fui escoteiro na infância, Zé. Só que não deixei a tropa pelo piano, como você fez. Quis prosseguir fardado e não fosse minha bendita confusão geográfica (como um brasileiro de dez anos pode estar interessado no nome da capital da Síria?) eu teria sido aprovado no exame de admissão ao Colégio Militar de Belo Horizonte. Levei pau em Geografia e passei antecipadamente à reserva.*

*Gostava de nadar, como você. Mergulhei minha infância nas piscinas do Minas Tênis Clube. Mas não cheguei a participar de torneios e nunca recebi as medalhas que orgulhosamente você exibia aos amigos. Dizem que você era muito bom no pólo aquático. . .*

*É o que chamo de coincidência antecipada: você desfilar com a bandeira de Cuba, em 1958, na festa promovida pelo Clube Pan-Americano de Araraquara! Cuba ainda não passara ao socialismo, mas você já se iniciava na Juventude Comunista. Lia, emocionado, O Cavaleiro da Esperança, de Jorge Amado. A Mãe, de Gorki, fez você jurar que combateria pela justiça até o fim da vida.*

*Sua aprovação no vestibular do Instituto Tecnológico da Aeronáutica de São José dos Campos, em 1961, foi comemorada com muita alegria. Você tinha apenas dezesseis anos e entrar no ITA, àquela época, era prova de superior capacidade intelectual, mormente na sua idade. Muitos tentavam, poucos conseguiam. Convença-se, porém, que vocês da Juventude Comunista eram muito ousados, não? Fundar uma célula sob as asas da Aeronáutica! Por isso, Zé, eles o expulsaram do ITA após o golpe de 1964 e o levaram preso para a Base Aérea de Santos, no Guarujá. Acusaram-no de ser militante do PCB e de organizar um jornal estudantil.*

*Na Filosofia da USP, elegeram-no presidente do Grêmio Estudantil e, depois, vice-presidente da UNE. Já não lhe agradavam os métodos adotados pelo PCB. Você tinha pressa e acreditava que a vitória dos guerrilheiros cubanos tinha algo de novo a ensinar. Ao romper com o PCB, a dissidência liderada por Marighella pareceu-lhe o caminho mais indicado.*

*Em setembro de 1968, realizou-se o 30.º Congresso da UNE, num sítio em Ibiúna. Imagine, Zé: uma reunião clandestina de setecentos participantes! Conta-se que duas mil pessoas sabiam da invasão da Normandia ao fim da II Guerra Mundial e nada transpirou para os alemães. Mas eles estavam em guerra, não em congresso. Nunca a revista Veja vendeu tanto — era estudante por tudo quanto a rua de São Paulo aguardando, nos pontos, 05 contatos que os conduziriam a Ibiúna. Todos de revista na mão para serem identificados pelos organizadores. Frei Tito e Frei Ratto também foram. Enquanto vocês se esforçavam por discutir teses e propostas entre a lama da chuva, os acidentes do terreno e a fome, o setorista de polícia do jornal informava-me que vocês seriam presos. Como avisá-los? Não havia*

nenhum canal, eu ignorava também a geografia do sítio e àquela altura as estradas já estavam sob controle da polícia. Uma tarde o setorista falou lá na redação que escutara no DOPS a ordem de prisão contra o Paulo Patarra, com quem eu trabalhara na revista Realidade. Larguei a chefia de reportagem como se fosse ao banheiro, tomei um táxi e fui lá na Rua São Vicente de Paula arrancar o Patarra de casa antes que a polícia chegasse. Ele queria ainda "pegar umas coisinhas". . . Não deixei, não. Foi do jeito que estava. Bastou a gente sair pela garagem do prédio para a viatura do DOPS encostar à porta. Infelizmente não dava para fazer o mesmo com os setecentos congressistas de Ibiúna.

Foi todo mundo preso. Toda a liderança estudantil: você, Vladimir Palmeira, Luís Travassos, Zé Dirceu. Os ônibus descarregavam estudantes no Presídio Tiradentes. No DOPS era feita a "triagem das lideranças": após interrogarem e ficharem, os delegados liberavam os que não eram dirigentes do movimento estudantil. Você se esgueirou pelas paredes, fingiu já ter passado pela triagem, conseguiu misturar-se aos liberados e, ostentando a cara mais inocente do mundo, desceu as escadas do casarão do Largo General Osório sem que os guardas e os investigadores o reconhecessem. Todavia, o pior momento veio em seguida: onde começava a liberdade encontrava-se também o maior risco. A multidão de jornalistas e parentes de presos à porta do DOPS poderia inadvertidamente levá-lo de volta ao cárcere. Bastava um deles querer comemorar sua liberdade ao avistá-lo. Felizmente, os primeiros a reconhecê-lo tiveram a presença de espírito de enfiá-lo o mais rápido possível num táxi. Desde então você passou à clandestinidade e adotou o nome de "José Carlos Pires de Andrade", embora fosse tratado também por "Gustavo".

"Lola" foi o grande amor de sua vida. Vocês se conheceram na faculdade e, juntos, enfrentaram lutas, saborearam esperanças, reinventaram o amor. Dela, tenho uma lembrança muito vaga: miúda, rosto atraente, cabelos fartos, olhar forte, desafiador. As últimas férias de vocês, Zé, devem ter sido aquele acampamento em Bertoga, na Semana Santa de 1969. Eduardo, seu irmão mais moço, acompanhou-os. Não foi preciso manter à mão a arma que lhe dava segurança. O local era quase deserto e você e "Lola" passavam hora' brincando no mar, o sol aquecendo seus braços, as ondas embalando seus sonhos, a areia fina impregnada na pele banhada de suor, saciada de amor. Foram dias de muita descontração e alegria. De noite, à luz do fogo aceso próximo à barraca, a brisa marinha fazia dançarem as chamas e espalhava pelo silêncio a música suave de sua flauta doce. Você carregava sempre duas, alternando-as de modo a deixar secar a umidade produzida pela saliva.

Clandestino em São Paulo, você dizia que "o melhor esconderijo é a multidão". Seus passos não conheciam o medo. Mas grande foi o aperto naquela noite em que você e "Lola" foram jantar no restaurante Paulino da Avenida Rebouças. Olhares vigilantes e ameaçadores destacavam-se no ambiente tenso pela presença de homens de terno escuro e gravata, com jeito de policiais. Depois de quase

*enfiarem a cabeça debaixo da toalha da mesa, quando já preparavam a retirada, vocês viram entrar o Governador Abreu Sodré. Foi um alívio. A presença da segurança palaciana ficou explicada e, irreconhecíveis, vocês puderam comer a pizza tranquilos.*

*Seu irmão, Eduardo, esteve com você pela última vez em meados de 1969, numa rua do Jardim Paulistano. Soube de sua próxima viagem ao exterior, mas não o país de destino. Difícil, porém, foi despedir-se de "Lola". Só mesmo um amor maior faria suportarem tão longa ausência. Que profunda saudade você já sentia ainda em Porto Alegre! Ao abrir o coração, seus olhos ficaram pequenos, embora realçados pelo brilho úmido que espelhava a beleza da companheira de nome tão significativo: Aurora.*

*No exílio você via por toda parte aquela bandeira que carregara no desfile de infância em Araraquara. Em 1971, você retornou ao Brasil. Seu passaporte, Zé, era hondurenho e trazia o nome de "Juan Antônio Lagos Guilhén". Os carimbos denunciavam sua entrada na Guiana Inglesa a 6 de abril do mesmo ano e, no dia em que comemoramos o memória de Tiradentes, sua chegada à Guatemala. Só não explicavam esse estranho trajeto para retornar à pátria.*

*Nos primeiros dias de novembro de 1971, a polícia paulista estava atenta às possíveis comemorações do segundo aniversário da morte de Carlos Marighella. Interceptou o Volks placa AC 1953, expropriado e dirigido por um guerrilheiro urbano. Houve tiroteio, o motorista foi morto e dentro do carro uma conta de água trazia o endereço da Rua Cervantes, 7, Vila Prudente. A casa foi cercada. Tento imaginar, Zé, o que você passou ali dentro sozinho. Os olhos dilatados, o rosto tenso, o corpo ágil firmando nas mãos crispadas a metralhadora cuspidando balas. Você sabia que o inimigo aumentava a potência de fogo a cada viatura que cantava os pneus engrossando o cerco. Mas queria resistir. Não se entregar. Morrer lutando. Após gastar toda a munição da primeira metralhadora, você empunhou a segunda. O suor banhava-lhe o rosto, ensopava-lhe a roupa, o medo ameaçava-lhe a resistência, mas ainda havia balas no pente e a esperança de encontrar uma saída. Logo já não lhe servia mais a metralhadora desdentada. Foi a vez de entrarem em ação as duas Winchester 44. Dispararam até que a munição se esgotasse. Até que, de dentro da casa, não saísse mais nenhum tiro. Não se sabe se esse silêncio foi provocado pela pontaria do inimigo ou se você foi assassinado na tortura. No atestado de óbito de José Arantes de Almeida, assinado a 4 de novembro de 1971, consta que morreu em tiroteio. Enterrado no cemitério de Perus, seu corpo foi exumado dia 12 e levado para Araraquara. A proibição de velório e enterro público por parte dos órgãos de segurança não impediu que muitos chorassem a sua morte e que um padre amigo da família assumisse o risco de rezar missa de corpo presente.*

*"Lola" prosseguiu apaixonada na luta que vocês iniciaram. Um ano depois, em novembro de 1972, Aurora Maria Nascimento Furtado foi presa pelo Esquadrão da Morte do Rio. Entre infundáveis torturas na Inventada de Olaria, puseram-lhe esta "obra-prima" da tecnologia da segurança nacional: a "coroa*

*de Cristo" — seu crânio foi esmagado pelo capacete de aço feito para apertar aos poucos.*

*Não sei, Zé, se na eternidade tem sol e mar e areia fina. Mas sei que, na terra, a flauta doce entoa músicas que prenunciam a aurora de nossas esperanças asseguradas pelas promessas do Pai.*

## 11

*— Foi a melhor coisa que os terroristas já fizeram — disse-me o irmão jesuíta comentando o seqüestro do embaixador norte-americano. Todo o Cristo Rei empolgou-se com a notícia. Um comando guerrilheiro arrancara o Embaixador Charles Elbrick de seu automóvel, no Rio, levando-o para local ignorado. Na pequena travessa de Botafogo restara a limusine preta, de luxo, com a fiação do painel cortada e o motorista atônito, incapaz de esclarecer aos órgãos de segurança e aos homens da CIA mais do que vira ocorrer em menos de cinco minutos: carros obstruindo a rua, jovens empunhando armas, invadindo a carruagem diplomática, o embaixador não querendo sair, a coronhada abrindo em sua testa o filete de sangue, a Kombi partindo com a preciosa carga. O irmão costurava a minha calça, agulha e linha bailavam entre seus dedos grossos, ouvidos atentos ao radinho de pilha da alfaiataria do seminário. Como a grande maioria dos habitantes daquele feudo escolar, não se interessava por política, respeitava as autoridades fossem elas quem fossem — desde que os interesses da Igreja não sofressem arranhões. O falo inusitado, porem, às vésperas do 7 de setembro, fora corno o vento que reacende o fogo sufocado sob o monturo, trazendo à tona sentimentos antiamericanos represados entre as camadas inferiores do inconsciente de um povo. Povo que ajuda a prosperidade da grande nação do Norte a cada vez que consome energia, telefone, cigarros, refrigerantes, eletrodomésticos, remédios, transportes e sonhos coloridos fabricados para TV e cinema em Hollywood. O embaixador era refém do anseio brasileiro de viver mima nação soberana, livre e independente.*

*Afoguei o olhar na foto dos quinze prisioneiros políticos libertados em troca do embaixador, embarcados para o México. O Correio do Povo não era exceção à grande imprensa que noticiava corno feito heróico o que condenava corno banditismo em seus editoriais.*

*—Conhece alguém? — perguntou-me Francisco quando me viu absorto decifrando os rostos cadavéricos, descorados, sofridos, dos prisioneiros em pose que lembrava um time de várzea derrotado na bola e no braço. Não pareciam combatentes políticos a caminho da liberdade. A tortura os desfigurara. Eram mortos saídos da tumba, retomando amedrontados o contato com a vida.*

*—Não, não conheço. Só de nome, como Vladimir Palmeira — menti para resguardar minha cumplicidade, ainda que indireta, com a resistência travada à sombra do regime. Na verdade o*

*repórter que me habita não se conteve quando, em 1968, encontrei no pequeno refeitório do convento de São Paulo, curvado sobre o pra to, despenteado, agasalhado por um casaco surrado, o rapaz que liderara, no Rio, as manifestações de massa contra o regime. A polícia o procurava e os subterrâneos da clandestinidade, corrente anônima e solidária, tinham um de seus elos em nossa acolhida. Alagoano, filho de senador da República favorável ao Governo, Vladimir Palmeira camuflava, sob o aspecto simples, desalinhado, a origem abastada e a agressividade política que o tornara o mais conhecido líder estudantil do país. Nossa conversa, registrada em fita, foi reproduzida na forma de longa entrevista, de página dupla, na Folha da Tarde. A euforia do furo de reportagem mesclava-se ao medo de que a polícia viesse buscar-me para saber o paradeiro de Vladimir. Apreensivo, aguardei a intimação que nunca chegou.*

*Flavio Tavares era o mais magro e abatido de todos. Preso poucos dias antes do seqüestro, acusado de pertencer a um pequeno grupo guerrilheiro, integrado por ex-marinheiros, seu semblante na foto denunciava as atrozes torturas que sofrerá no quartel da Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Cabelos lisos caídos sobre a testa larga, olhar doce, gestos suaves, eu o conhecera no Rio quando ainda sua dedicação profissional à Última Hora era dividida com as atividades políticas. Alto, esguio, guardei-lhe a silhueta de monge, reforçada pela ponderação no falar e a economia de emoções manifestas. Ao seu lado estavam José Ibrahim, Onofre Pinto e José Dirceu. O primeiro fora presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e liderara a greve e as ocupações de fábricas em 1968. Sua posse me levou pela primeira vez a Osasco. Fixei-lhe a voz estridente, a oratória pausada, os gestos firmes encobrimdo a timidez, o sorriso largo meio triste. Conhecíamos-nos de relance, sem amizade. Admirava-o como dirigente sindical, resignado à distância que me parecia intransponível entre meu mundo pequeno-burguês, feito de idéias e citações, Cinema Novo e Beatles, Fernando Pessoa e teologia européia, e seu universo concreto, real, de forjas e tomos, macacões e marmitas, salários minguados e barrigas ocas como os sonhos de uma vida melhor.*

*Levado por uma amiga comum, encontrei o ex-sargento Onofre Pinto no restaurante Gigeto. A famosa casa de massas era ainda na Rua Nestor Pestana e seus pratos e preços, menos sofisticados. Artistas, jornalistas e estudantes abrigavam-se entre suas mesas, dividindo lasanhas fumegantes e opiniões de como derrubar a ditadura, cervejas geladas e impressões da última peça do Guarnieri, filés tostados e planos de lançamento de um novo jornal. Suas toalhas puídas, remendadas, mas sempre imaculadas, eram-me familiares desde os tempos em que me agregara à turma da revista Realidade. Levemente gago, os óculos folgados em seu rosto negro, Onofre falava em baixo tom, emprestando muita seriedade a cada questão colocada. Despido de carisma, nada me induzia a crer que por trás de sua simplicidade interiorana, de suas observações meticulosas e de sua condescendente atenção às minhas explicações sobre a posição social da Igreja, se escondesse o comandante da organização*

*revolucionária mais odiada pelos órgãos de segurança: a VPR. Era a única a ter penetração entre as fileiras militares. Muitos de seus militantes haviam saído dos quartéis, tinham sido presos e cassados por ocasião do golpe de 1964. A maior conquista da VPR, contudo, seria o capitão Carlos Lamarca que, em princípios de 1969, abandona o Quartel de Quitaúna carregando para a guerrilha urbana armas modernas. Em setembro de 1971, às vésperas do julgamento dos dominicanos em São Paulo, Lamarca morre no interior da Bahia.*

*Repórter da Folha da Tarde incumbido de cobrir as atividades estudantis de 1968, conheci Zé Dirceu na Rua Maria Antônia, quando ele assumia a presidência da UEE (União Estadual dos Estudantes). Alto, magro, rosto anguloso, sorriso largo e límpido, cabelos finos e fartos caídos sobre os ombros, emoldurando os olhos, falava rápido quando aflito, atropelando sílabas ou, como bom mineiro, engolindo as pontuações. Protegia-o um bem-montado esquema de segurança, o que lhe facilitava a presença rápida e a palavra corajosa nos comícios-relâmpagos. Para ele, eu não passava de um estranho repórter que fazia perguntas indiscretas e, por vezes, diretamente políticas, deixando-lhe a impressão de, quem sabe, ser um agente dos órgãos de informação disfarçado em jornalista... Qual não foi sua surpresa quando, um dia, Frei Osvaldo o levou para almoçar nas Perdizes e ao entrar no refeitório do convento ele me viu comendo entre os frades! Superada a desconfiança, passamos à condição de parceiros no mesmo jogo, embora em posições diferentes.*

*O seqüestro do embaixador norte-americano foi o início do fim. Assinado pela ALN e o MR-8, marcara o ápice da curva ascendente da guerrilha urbana. Com carta branca das autoridades públicas para invadir domicílios, prender, torturar, matar, os homens da repressão passaram à ofensiva tão logo Charles Elbrick apareceu numa rua da Zona Norte carioca. A foto dos prisioneiros embarcados para a liberdade no México não me saiu da retina. O futuro reservaria a eles caminhos diferentes. Mais velhos, experientes e cautelosos, anos depois a anistia parcial de 1979 traria de volta ao país Vladimir Palmeira, Flávio Tavares, José Ibrahim e José Dirceu. Onofre Pinto retornou mais cedo, desaparecendo a névoa de mistérios que só o tempo haverá de desfazer.*

## 12

Os primeiros a passarem pelo Sul após o seqüestro do embaixador norte-americano foram "Romualdo" e "Tiago". As flores abriam-se ao sol da primavera, o verde-abacate dos tampos contrasta com as águas prateadas, sinuosas, correndo mansas nas dobras tio vale tio rio tios Sinos. Em outubro, os parreirais gaúchos cobrem de folhas verdes e tenras a nudez rústica, intrincada, dos galhos entrelaçados; despontam os brotos dos primeiros cachos de uva. Algo fazia-me pressentir que as coisas não iam bem

para os que engajaram a vida na atividade política. Por via das dúvidas, coloquei numa pequena sacola uma muda de roupa e algum dinheiro, pronto para possível emergência. A intuição fareja a política e é sensível às suas contrações repentinas, agudas. Mas o crivo severo da racionalidade tende a subestimá-la, sobretudo quando suspeitamos de nosso bom senso e preferimos acreditar que o nosso tempo histórico e o nosso tempo individual se fundem na perfeita coincidência que faz da libertação do povo a nossa própria vitória pessoal.

Resista na mão, jeito de quem aguarda companhia para o cinema, a apreensão nervosa mal-disfarçada pelo olhar que, aberto a todos os ângulos, fingia-se fixo num ponto, lá estava eu à porta do Cine São João. Foram pontuais, chegaram às três da tarde, quando a sessão estava no meio, reduzindo o movimento à porta. Forte, atarracado, "Romualdo" possuía temperamento alegre, brincalhão. Empolgado com sua condição de revolucionário, mostrava-se ousado, capa/ de qualquer risco em prol da causa que o inebriava. "Tiago" era mais contido, um pouco tímido, ponderado no falar. Magro, saudável, sua postura de intelectual tornava-o aparentemente distinto da ativa objetividade de "Romualdo". Deixaram as malas no guarda-volumes da rodoviária e compraram as passagens para Livramento, horário noturno. O resto da tarde passamos na igreja da Piedade, acolhidos pelo padre Manuel. O vigário ficara meu amigo através de padre Marcelo Carvalheira, aluno do curso de formadores de seminaristas, no Cristo Rei. Nos fins de semana, padre Marcelo era hóspede da Piedade, na qual assumia algumas missas dominicais. Cabelos brancos realçando as costeletas sobre as faces longas, queixo saliente, padre Manuel era um homem de meia-idade esforçado em adaptar-se à renovação da Igreja iniciada no Concílio Vaticano II. A formação teológica adquirida em Roma e o tradicionalismo do Cardeal Scherer, seu bispo, impediam-no de pôr em prática as novas idéias litúrgicas e pastorais que pululavam em sua cabeça. Pastor de paróquia burguesa, na qual residiam generais e políticos de destaque, padre Manuel desconhecia as minhas atividades, mas pressentiu que os dois refugiados não eram simples estudantes em viagem de recreio. Tal cumplicidade certamente o absolvía das concessões feitas a seus paroquianos governistas.

— Está havendo muitas prisões em São Paulo — disse "Tiago", enfiando a ponta da toalha entre os dedos dos pés, sentado à beira da cama, os cabelos lavados em desalinho, a pele recendendo a sabonete. A polícia encontrara, na casa usada pelos seqüestradores para guardar o embaixador, um paletó feito a mão. Pela etiqueta descobriu o alfaiate que, consultando seu livro de medidas, levantou o endereço de um dos participantes. Na capital paulista um comando armado da ALN fora cercado em plena ação e um dos combatentes acuado num prédio, viu-se preso após atirar-se do quarto andar, quebrando pernas e bacia. Outras quedas se sucediam, estourando *aparelhos* (casas ou apartamentos alugados pelos guerrilheiros), descobrindo listas de nomes e endereços, levantando o organograma das organizações. Sem suficiente apoio popular, os perseguidos valiam-se da infra-estrutura artificialmente montada. A falta de recursos financeiros multiplicava as ações armadas paia buscar o dinheiro nos bancos, em detrimento do trabalho

político, da inserção na massa, da implantação de bases sólidas. Num mesmo *aparelho* reuniam-se diversos militantes, facilitando o conhecimento recíproco e a posterior identificação policial. A urgência de atividades de manutenção e sobrevivência impedia que, nos refúgios, houvesse uma fachada de vida regular, metódica, incapaz de despertar nos vizinhos a curiosidade pelos hábitos estranhos daqueles jovens de rostos tensos, sem filhos, empregada, flores e pássaros, habitando casas sem móveis, dormindo sobre colchões espalhados pelo chão.

As investidas da repressão muitas vezes cortavam o contato entre os membros de uma mesma organização, deixando-os inseguros, perdidos. Bastava o atraso ao cobrir um *ponto* para ficar sem contatos e informações. Sucessivas quedas em *pontos* tornava-os sempre mais vulneráveis: nunca se sabia se aqueles homens eram de fato varredores da Prefeitura e se o casal de namorados estava ali por acaso ou se eram policiais disfarçados... Nesses momentos de inquietação e desamparo é que militantes clandestinos recorriam também aos dominicanos como a uma tábua de salvação. Os nomes de Frei Fernando, Frei Ivo e Frei Tito eram conhecidos, bastava bater à porta e chamá-los. Vinham em busca de socorro, de notícias, de comida. Tratava-se de salvar vidas, ainda que isso acarretasse riscos e o peso de, quem sabe, sermos levados às barras dos tribunais acusados de "cumplicidade com os terroristas".

O frango com amendoim e cebola foi apetitosamente devorado por "Romualdo". Queixara-se do reduzido tamanho dos pratos do Restaurante Chinês, mas elogiara a fartura servida nas travessas de porcelana decoradas com singelas casas de bambu rodeadas de flores. "Tiago" preferiu a cerveja ao vinho, já que não mais encontraria Antártica além das fronteiras do Brasil.

Livramento acordava quando eles atravessaram para o Uruguai. Retornaram ao país em 1971, protegidos por nova identidade, dispostos a reanimar uma luta que, por falta de sangue popular, agonizava pressionada por um sistema repressivo sofisticado, cruel, dotado de um volume de informações que facilitava as ciladas ao inimigo. Aylton Adalberto Mortati, o "Romualdo", desapareceu em novembro do mesmo ano, sem que haja pistas de seu paradeiro. Márcio Beck Machado, o "Tiago", teve sua juventude e seu idealismo tragados em maio de 1973, num confronto com agentes policiais.

Frei Fernando avisou-me que mais refugiados passariam pelo Sul. Quase sempre suas comunicações eram feitas através do telefone da Livraria Duas Cidades, no Centro de São Paulo. Como funcionário que cuidava das edições da casa, ele ganhava o seu sustento. Os dominicanos brasileiros nunca tiveram fontes de renda estáveis. Os poucos imóveis doados por benfeitores da Ordem foram sempre imediatamente consumidos por dívidas infundáveis. A crise financeira, crônica, insolúvel, fez-nos

conhecer a vida modesta, apertada. As tentativas para resolvê-la resultaram, muitas vezes, em fracassos e conflitos dirimidos em processos judiciais. A Unilabor falira deixando o saldo de uma dívida que se alongou pelos anos e a certeza de que é uma ilusão a atividade empresarial justa dentro de um sistema iníquo. Fundada por Frei João Batista, a fábrica de móveis era dirigida, na aplicação do capital e na partilha dos lucros, por seus próprios empregados. Discípulo do padre Lebret e do Economia e Humanismo — o movimento que pretendia reformar o capitalismo pela aplicação da doutrina social da Igreja —, Frei João trabalhara como padre-operário na França. Ao regressar ao Brasil, sacrificou-se pela Unilabor durante vinte anos. Restaram-lhe os cabelos brancos, as dívidas, a desilusão, o firme convencimento de que não basta cortar o chifre do diabo, é necessário suprimir o mal pela raiz.

Os dominicanos trabalhavam para se sustentar. A maioria dava aulas. Frei Fernando preparava as obras a serem editadas pela Duas Cidades. O telefone da livraria, por ser menos visado que o do convento, servia às comunicações cifradas, códigos improvisados em nossos contatos pessoais.

— É bem espaçosa a casa paroquial da igreja de Santa Cecília — disse-me de certa feita Hermano, franciscano holandês, aluno do curso Christus Sacerdos de São Leopoldo. Nos fins de semana, seus colegas distribuía-se pelas paróquias de Porto Alegre. Padre Marcelo hospedava-se na Piedade, Hermano, em Santa Cecília. Vinculado à Igreja da Paraíba, Hermano possuía porte atlético, rosto saudável, lábios rubros, salientes, modos suaves e firmes no relacionamento com as pessoas. Falava pouco, o suficiente para se perceber que tinha clareza em suas opções pastorais e teológicas. Disse-lhe que talvez precisasse de um local para acolher, por uma noite, alguns refugiados. Ele me levou ao padre Edgard, vigário de Santa Cecília, a quem me apresentei com o nome de "Renato" e solicitei hospedagem para "estudantes com problemas políticos". Padre Edgard, cioso de seus deveres paroquiais, usava óculos de lentes e aros brancos. Face rosada, cabelos puxados para trás, mostrava-se um homem prestativo, generoso, sem que eu pudesse dizer que estivesse de acordo com as idéias de seus hóspedes. Entretanto, desde 1964 o clero de Porto Alegre, sem excluir o seu arcebispo, via-se freqüentemente às voltas com o problema dos refugiados. Facilitar a fuga de perseguidos políticos tornara-se mesmo, naquela região fronteira, uma espécie de atividade pastoral extraordinária.

Ela aproximou-se sorrindo, dentes alvos realçados na face magra, brilho alegre nos olhos castanhos e miúdos, fios de ouro caídos sobre os ombros do corpo delgado. A sessão das quatro terminara, havia movimento à porta do Cine São João. Eu a conhecera em São Paulo, quando Vladimir Palmeira, seu primeiro marido, ficara aos cuidados dos dominicanos. "Por quem chora Ana Maria?", indagara a *Veja* em matéria de capa com a foto da moça loura, o rosto triste mergulhado entre os braços, sentada à porta do tribunal que condenou seu companheiro por atividades estudantis. Agora ela partia ao seu encontro no exílio.

Acompanhei-a a uma rua próxima. Esperava-nos um Volks azul, placa de São Paulo, ocupado por três rapazes. Baixo, magro, olhos vivos, Sebastião Mendes era mineiro de Montes Claros. Seu companheiro de viagem, Joseph Bartholo Calvert, deixava transparecer que era carioca apenas quando falava assobiando o *s*, pronunciando abertamente as vogais. Tímido, rosto vermelho, mantinha-se calado.

“Ivo”, o motorista, era moreno, cabelos pretos penteados de lado, a boca larga exibindo uma perfeita dentadura, jeito de quem faz amigos à primeira vista, exalando simpatia.

Padre Edgard ofereceu banho aos rapazes enquanto fui à rodoviária com Ana Maria comprar as passagens. Sebastião e Calvert viajariam via Livramento, Ana, direto para Montevidéu, com bilhete tirado em seu verdadeiro nome. Nada indicava que ela estivesse sendo procurada pelos órgãos de segurança ou acusada de qualquer atividade política. Todavia, seu nome era nacionalmente conhecido e a repressão certamente não ignorava sua combatividade ao lado do marido. Mesmo assim ela preferiu arriscar-se viajando com documentos legais.

Padre Edgard estava de saída quando regressamos à casa paroquial. Avisei-lhe que os hóspedes embarcariam naquela mesma noite, dispensando as camas que ele havia oferecido. Durante o jantar, passei a eles uma cópia do croqui da fronteira com as indicações de como deveriam proceder. Confirmaram-me as notícias anteriores: naquele mês de outubro ocorriam muitas prisões no Rio e em São Paulo. Sentia-se neles o alívio de poderem sair antes que a borrasca os apanhasse.

Levei Ana Maria à agência da TTL, na Avenida Protásio Alves, e fiquei olhando até não distinguir mais, por trás da janela do confortável ônibus internacional, sua silhueta de fada a bordo de imponderável futuro. Pouco depois, Sebastião e Calvert embarcavam.

Pernoitei com “Ivo” na casa paroquial. A manhã estava clara, radiosa, quando ele me deixou em São Leopoldo e seguiu viagem para São Paulo. O asfalto riscado pela faixa amarela engoliu seu Volks na linha do horizonte.

## 14

Segunda-feira, 20 de outubro de 1969. O Volks vermelho, placa de São Paulo, subiu a rampa tios jardins do Cristo Rei quando soava a sineta para as primeiras aulas. Frei Ivo dirigira toda a noite valendo-se da escuridão para resguardar melhor o mais procurado militante político que ajudamos a deixar o país. Olhos ariscos, cabelos lisos soltando uma mecha por cima dos óculos, o que o tornava mais jovial, Ivo não demonstrava cansaço. É possível que certas missões, como transportar um dirigente revolucionário através do país cuja polícia o procura como agulha no palheiro, despertem em nós estímulos que desconhecemos em circunstâncias normais. Líderes sindicais em greve são capazes de passar dois ou três

dias acordados, sem tempo para sequer sentir sono; políticos em véspera de eleições experimentam um ânimo redobrado, a cabeça girando como piorra, acesa como uma tela de TV que não se apaga; guerrilheiros em combate sabem que a fadiga, o sono, é a cilada que carregam em si, e recebem o coice do fuzil disparando contra as posições do inimigo como a energia que os mantém alertas.

Naquele momento, os órgãos de segurança já sabiam que o seqüestro do diplomata norte-americano fora diretamente comandado pelo "Velho", conhecido também pelo nome de "Toledo". Ele havia ficado na mesma casa que servira de esconderijo ao embaixador. Considerado o braço direito de Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira trabalhara como jornalista, atuara como líder sindical e dedicara quase toda a sua vida ao PCB. A ditadura de Vargas recolheu-o à ilha Grande durante quatro anos. Fundara com Marighella o Agrupamento Comunista de São Paulo e, posteriormente, a AI.N.

De *clergyman* cinza-escuro, colarinho eclesiástico, pequena cruz à lapela, Câmara Ferreira, à porta do Cristo Rei, assemelhava-se a um idoso monsenhor. Cabelos brancos à escovinha, rosto quadrado, benévolo, seu jeito atencioso, capaz de ouvir com entusiasmo o fato mais banal, contradizia a imagem estereotipada do revolucionário radical, carrancudo, obcecado, centrado' na onipotência de suas idéias, a boca repleta de frases de efeito. "Toledo" era desprovido dessa emotiva ansiedade que torna certos comunistas apocalípticos, convencidos de que suas idéias são definitivas, absolutas, frutos de uma espécie de revelação divina.

Levei-os a almoçar no refeitório comunitário. Sem o colarinho que poderia provocar alguma indagação inconveniente, embaraçando-o sob o disfarce clerical, Câmara Ferreira apresentou-se como "professor Cavalcanti". A discricção dos jesuítas, o desinteresse por visitas de outrem, a pressa de cada um por ver-se livre daquele tráfego doméstico de meio milhar de pessoas, salvaram-no de maiores atenções. Poucos lembrar-se-iam de sua passagem pelo seminário. Depois que Ivo retornou à capital paulista, fomos para Porto Alegre. Na paróquia da Piedade, o "professor Cavalcanti" teve oportunidade de conhecer o padre Marcelo Carvalheira e o padre Manuel. A conversa foi breve devido à insistência de "Toledo" em ver o filme que lhe recordaria sonhos da mocidade: a vida da dançarina Isadora Duncan. Por coincidência, em cartaz no Cine São João.

Tostadas na brasa, fatiadas à mesa, o garçom da churrascaria estendia sobre nossos pratos as maminhas finas, sangrentas, avermelhadas, quase cruas no miolo, banhadas pelo caldo que suava de suas entranhas, apetecíveis ao odor, saborosas á vista, salivantes ao paladar. "Toledo" disse que as coisas não iam bem, "a repressão aprendeu a lidar com a guerrilha urbana, fazia-se necessário, o quanto antes, deslocar os militantes da cidade para o campo e implantar as bases de um trabalho político a longo prazo, enraizado nas aspirações populares. Apesar do êxito, o seqüestro do embaixador incorreu em muitas falhas técnicas e políticas, a ponto de a casa ter sido localizada e cercada pela polícia quando ainda o

diplomata se encontrava em seu interior. Só não foi invadida porque o Governo Nixon exigira o seu representante são e salvo".

Do Uruguai, Câmara Ferreira seguiu para Cuba. Após a morte de Marighella, assumiu a direção da ALN e esforçou-se pela unidade das organizações político-militares propondo a formação de uma Frente Revolucionária capaz de aglutinar a ALN, o PCBR, o MR-8, a VPR, a Rede e o reduzido, mas combativo MRT. Entretanto o desaparecimento de Marighella haveria de suscitar uma revisão crítica das esquerdas engajadas na luta armada, provocando dissidências inclusive na ALN. O Molipo — Movimento de Libertação Popular — surge como alternativa aos militantes da ALN dispostos a iniciar a conscientização e a organização política das bases populares, mormente no campo, tendo em vista a guerra de guerrilhas. Herdeiro de falhas que apontara em seus similares, o Molipo teria, contudo, existência tão efêmera como a luta de seus abnegados combatentes vindos clandestinamente do exílio entre os anos de 1970 e 71, quase todos mortos pela repressão.

A 24 de outubro de 1970, um ano após sua passagem pelo Sul, os órgãos de segurança informariam à imprensa que Joaquim Câmara Ferreira fora vítima de ataque cardíaco decorrente de sua resistência à prisão, numa rua do bairro de Indianópolis, em São Paulo. De fato, "Toledo", apanhado com sida pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e sua equipe do DOPS, foi impiedosamente espancado até chegarem ao sítio "31 de Março", *aparelho* clandestino do Esquadrão da Morte, a duas horas da capital. Seu coração não resistiu às cargas elétricas incapazes de romper-lhe o silêncio.

## 15

— A barra está muito pesada — respondeu-me "Carlos Alberto" quando indaguei como corriam as coisas por São Paulo e Rio. Os jornais, sob censura, davam raras notícias, quase sempre truncadas, falseadas, fornecidas diretamente pelos órgãos de segurança, interessados em atribuir a tiroteios nas ruas a morte de militantes e simpatizantes nas salas de tortura. Apesar de estar nu, o rei decretara que todos apreciassem suas vestes. Alguns jornais atenuavam sua cumplicidade com a mentira oficial publicando, nos espaços censurados, receitas de bolo ou poemas de Camões. Os acólitos do regime adaptavam-se, substituíam o noticiário cortado, antecipavam-se à tesoura do censor, exercendo, sem escrúpulos, um aprendizado que faria escola no jornalismo brasileiro: a autocensura. A insólita lição ensina que o bom profissional deve alienar-se de suas idéias e convicções para escrever como o patrão escreveria e editar como o Governo editaria. Não é apenas a força de trabalho alugada sob o imperativo da sobrevivência, como a prostituta que se oferece na esquina. É a própria consciência adulterada, associando autoridade e verdade, como o torturador de dentes cariados e salário-mínimo afoga a sua vítima numa banheira em defesa de uma liberdade que ele não usufrui.

Muito alto e magro, cabelos pretos, olhos castanhos, "Carlos Alberto" mal disfarçava seu rosto marcado de espinhas com o bigode ralo que deixara crescer. Ele e "Piter" chegaram a São Leopoldo às dez da manhã do dia 3 de novembro de 1969, segunda-feira. Saí da aula do padre Eduardo Hoornaert, professor de História da Igreja, para atendê-los. Baixo, robusto, cabelos pretos crescidos sobre as orelhas, espessos bigodes, óculos escuros, "Piter" contrastava com seu companheiro. Nenhum de nós sabia que, naquele momento, a barra estava realmente muito mais pesada do que pensávamos: no dia anterior, Frei Fernando e Frei Ivo haviam sido presos no Rio.

— Eu te conheço de algum lugar — falei a "Carlos Alberto" no ônibus para Porto Alegre, fixando a memória em seu rosto. A cumplicidade, aliada à proximidade física, nem sempre respeita normas de segurança. Temos curiosidade em saber a identidade real das pessoas, mesmo evitando a indiscrição manifesta. Ele facilitou meu esforço e recordamos nossos tempos de política estudantil secundarista no Rio, antes de 1964, quando conseguimos eleger Paulinho Vieira presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (AMES), em congresso realizado no Sindicato dos Metalúrgicos. Franklin Martins atuaria com destaque nas manifestações estudantis de 1968 para, em seguida, mergulhar na clandestinidade como militante do MR-8. A polícia o acusava de participação no seqüestro do embaixador norte-americano.

— Vocês têm duas vias de acesso ao Uruguai — expliquei a eles. — Se possuem documentação insuspeita, podem viajar direto a Montevideú pela empresa TTL. Se os documentos são precários, é melhor atravessarem de Livramento a Rivera. Mas estou interessado em inaugurar uma nova saída do país, rumo à Argentina, através de Uruguaiana. Nunca estive lá, não sei como é a travessia via Ponte da Amizade. Pode ser arriscado.

"Piter" e Franklin aceitaram o risco. Combinamos que, do outro lado da liberdade, eles me telegrafariam nestes termos: PARENTES Necessitando Alojamento Procurem Andres A) Ronaldo. Seria o sinal verde da nova rota.

Com roupas novas, compradas naquele dia no comércio de Porto Alegre, eles embarcaram à noite para Uruguaiana. Foram os últimos passageiros da esperança. Fiquei sozinho na plataforma da rodoviária, vendo o ônibus perder-se nas curvas do trânsito, entre luzes e ruídos, sem sequer imaginar que, no dia seguinte, minha vida é que tomaria novo rumo.

Franklin Martins reapareceria em São Paulo em 1979, beneficiado pela anistia parcial do Governo Figueiredo, para dedicar-se ao jornal *Hora do Povo*. Boanerges, o "Piter", ficaria envolto numa fumaça de controvérsias sobre o seu destino.

# **III. PRISÃO, O LABIRINTO**

I

Terça-feira, 4 de novembro de 1969. Em São Leopoldo, a tarde linda, agradável, o céu mergulhado em azul profundo, límpido, a paz difusa convidavam à supressão do tempo na dilatação amorosa do espírito. Secreta paixão acalentada há anos: como o enamorado abre a velha gaveta cuidadosamente trancada a chave e retira o maço de cartas amarelecidas da amada que sobrevive na memória e nos sentimentos, tirei da estante o tomo I do *Livro da Vida* de Santa Teresa de Ávila e desci em direção ao lago.

O espelho d'água rodeado por pequenas alamedas arborizadas, o silêncio monacal, a natureza acariciada pelo sol da tarde, os patos deslizando pela superfície bronze do lago, aquele recanto ao fundo do Cristo Rei era meu refúgio predileto. Teresa salvara a minha fé quando noviço em Belo Horizonte, no Convento da Serra, em 1965. *Tudo se apagara dois meses depois da tomada de hábito. As orações soavam-me ridículas, inócuas, litânias mecanizadas pela tradição; a eucaristia despiu-se de seu mistério frente à minha inteligência em crise, dominada pela razão inquiridora, solerte; a existência do Espírito Santo esvaiu-se na escuridão da minha fé. Pensei em arrumar as malas, devolver o hábito branco, descer a serra, retomar minhas atividades como militante leigo. Frei Henrique, o padre-mestre, ouviu-me com bondade cândida e sorriso confiante, de uma alegria evangelicamente infantil. Perplexo, enredado num cipal de dúvidas, fiquei sem saber se o silêncio do mestre era indiferença à cegueira em que eu me encontrava ou naturalidade de quem se acostumou a escutar problemas de noviços. Ao ingressar na vida religiosa, quase todo neófito passa por um período de adaptação terrível e belo como a metamorfose de certos animais. Não se suporta facilmente a queda das máscaras mundanas, o odor fétido das peles apodrecidas incita à revolta, à pretensão de reformar o claustro segundo idéias e conveniências de quem apenas se inicia em suas exigências. Poucos são os novatos que estoicamente tudo aceitam como prova de renúncia ao mundo, em penitencial resignação. Enquanto a lagarta permaneceu fechada no casulo de minhas racionalizações, cética à promessa de tornar-se borboleta, praguejei contra minha absurda decisão de abandonar a vida leiga, o fascínio de uma juventude seduzida pelos encantos do Rio de Janeiro, a militância política, a Faculdade de Jornalismo, a graciosa namorada de beijos aveludados, pele de pêssego, sorriso inebriante.*

*Fui a Frei Martinho, exegeta, jornalista, irmão do jesuíta João Bosco Penido Burnier que, anos mais tarde, morreria na região de São Félix do Araguaia, vítima da bala assassina destinada a Dom Pedro Casaldáliga. Expus a ele minha crise de fé. Só não duvidava de que, outrora, eu acreditara na revelação cristã. Fizera dela o eixo central de minha existência. Frei Martinho olhou-me tranqüilo, paternal, a face muito branca cercada por uma auréola de profundo equilíbrio religioso. Irritei-me. Afinal, a perda da fé não é um gravíssimo acidente espiritual? Um noviço descrente não é uma vocação perdida? Minhas dúvidas e desafios não ameaçariam o entusiasmo primitivo de Frei Osvaldo, Frei Ivo, Frei Ratton, Frei Magno e de outros colegas de iniciação à vida dominicana? Ninguém parecia sequer entender a minha angústia. Nem com ela se preocupar. No entanto, havia um oco dentro de mim, o eixo partira-se. Em vez de padres escandalizados com meu ateísmo repentino, encontrei-os cúmplices de minha descrença: Frei Henrique dispensou-me do coro e da missa, entregue às atribulações interiores que me tumultuavam a alma. Não me encostou na parede nem me mandou para casa. Abriu-me o espaço necessário para que o nó se desfizesse.*

*—Como é? — indagou Frei Martinho.*

*—Sensação de cegueira. Sei que antes eu via, mas agora não vejo mais nada.*

*— Se você estivesse andando à noite por uma floresta e a pilha de sua lanterna acabasse, o que você faria: continuaria caminhando ou esperaria amanhecer?*

*A lógica do raciocínio me atravessou como uma flecha.*

*—Acho que esperaria amanhecer.*

*—Então não precipite sua saída do noviciado. Espere amanhecer.*

*Esse diálogo, tão a gosto das alegorias orientais, foi decisivo em minha vida religiosa. Ao seu conselho, Frei Martinho acrescentou pequena bibliografia na qual se destacavam as obras de Santa Teresa de Ávila. Iniciei a leitura esforçando-me por vencer a barreira da linguagem barroca espanhola, de estilo rebuscado, de aparente psicologismo revestido de adjetivações místicas, efusivamente sentimentais. Com o tempo, já não era eu quem penetrava o universo amoroso da reformadora do Carmelo. Era ela quem me abria por dentro, quebrando as resistências do espírito, arrancando as escamas dos olhos, acendendo luz em meu caminho, estabelecendo comigo estranha e deliciosa cumplicidade amorosa. Cessada a noite, vi que Teresa me invadira para abrir espaço ao Espírito de Deus. Tudo era luz dentro de mim. Minha fé havia mudado de qualidade: já não tinha que fazer nenhum esforço para amar a Deus. Agora, o Amor derramava-se abundante, gratuito, fundo e forte em meu ser que O acolhia.*

*Teresa tornou-se, desde então, a companheira de meus períodos mais intensos de oração. Seus escritos, bem como os de São João da Cruz, que eu descobriria mais tarde, dilatam a minha alma.*

*Incrementam minhas opções, renunciando em minha vida, pelo dom de Deus, a transformação a ser operada na sociedade. A luta contra o sistema iníquo estende-se à derrubada do opressor que habita o nosso íntimo. Nas dobras de nosso ser residem, impregnados, o burguês, o colonialista, o ditador. Se o homem novo não surge dos escombros de nosso egoísmo, modificando também as relações pessoais, basta-nos um palmo de poder para que a nossa verdade seja assegurada pela força da autoridade e os nossos adversários, estigmatizados como inimigos, hereges, dissidentes, réus das mais severas penas e castigos.*

*Se a mística de Teresa de Ávila não me fez melhor, pelo menos deu-me a consciência. de que, através da vida, viajo a bordo de um paradoxo. Perigo, carente, um amor oculto. Entrego-me à causa que é esperança. Recuso a santidade que não seja expressão de minha profunda fragilidade. Desço aos infernos em busca da rota que conduz à ressurreição.*

Tudo me parecia muito tranquilo naquela tarde da primeira semana de novembro. Dentro de um mês eu estaria de partida para a Alemanha, após despedir-me da família em Belo Horizonte. Passaporte em mãos, faltava apenas comprar algumas roupas. Sentado a beira do lago, a imaginação vagueava pelos planos de viagem enquanto os olhos fixavam-se, ociosos, nas páginas do *Livro da Vida*. Atílio Hartmann passou por mim e estranhou meu interesse por aquele tipo de leitura. Aluno do último ano de Teologia, ele se preparava para atuar, como religioso, na área de comunicação social. "Vai ser sempre assim", pensei. Meus colegas de Igreja indagando como unia pessoa pode gostar de Santa Teresa e, ao mesmo tempo, passar horas lendo filósofos políticos; meus companheiros de [K]lítica perplexos ao descobrirem meu fascínio por mestres da espiritualidade cristã. Ainda hoje, a interrogação perdura.

## 2

Um grupo de estudantes jesuítas habitava pequena casa próxima ao Cristo Rei. Camilo, em cujo nome eu recebia correspondência, era o mais velho da comunidade. Pressentia minhas atividades, mas sem indagações, nem satisfações de minha parte.

Passadas as quinze horas, L. aproximou-se de mim à beira da lagoa. Morava com Camilo, ù rosto moreno um pouco mais pálido que de costume, o nervosismo mal-disfarçado sob aparente calma, disse-me:

— Acabam de sair lá de casa uns caras que se diziam oficiais da Marinha. Levaram Camilo para o Batalhão de Caçadores. Perguntaram se ele conhecia um tal de Frei Fernando ou Timóteo, dominicano de São Paulo.

Há momentos na vida em que a intuição funciona como poderoso radar. Uma palavra, gesto ou

olhar faz eclodir pressentimentos absconditos como a pequenina chama do fósforo encostada ao barril de pólvora. Por trás do silêncio do filho, o pai é capaz de captar-lhe todo o drama. Pelo modo de olhá-la, a esposa percebe que algo de inusitado irrompeu na vida do marido. Situações delicadas criam o clima que, por sua vez, transmite um código sem palavras, feito de emoções que ressoam silentes nas cordas de nossa sensibilidade. O aviso da prisão de Camilo era o sinal evidente da catástrofe. I., nada sabia de minha atuação, mas não duvidava de que peças tão dessemelhantes — minha correspondência em nome de Camilo, Frei Fernando, Marinha, a prisão de seu colega — formavam um mosaico coerente em minha cabeça. De fato, deduzi logo que o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) havia prendido Fernando. Timóteo era o nome que ele adotara ao ingressar na vida religiosa, segundo antigo costume de se abandonar o nome de batismo ao vestir o hábito. Após o Concílio, os frades retomaram seus nomes originais. A polícia, todavia, encarava essa duplicidade de nomes como mais uma artimanha subversiva. Ou melhor, jogava com isso.

Meu nome fora encontrado na caderneta de endereços de Fernando. Entre parênteses, o nome de Camilo. Os agentes da Marinha supunham que esse era o nome sob o qual eu me escondia no Rio Grande do Sul. Prenderam Camilo certos de que me apanhavam.

### 3

*— Levantem, mãos na cabeça! — ouvi os gritos nervosos e vislumbrei, entre os olhos sonolentos, duas metralhadoras empunhadas por homens de terno e gravata. Por um segundo, antes de ressoar mais um grito, imaginei que fosse um pesadelo. Eram seis horas da manhã de sábado, 6 de junho de 1964. A brisa fria entrava pela janela aberta do apartamento de nono andar da Rua das Laranjeiras, esquina com Pereira da Silva, no Rio. Éramos uns oito jovens, membros das equipes de coordenação nacional da JEC e da JUC. Morávamos por conta da CNBB, graças especialmente ao apoio de Dom Hélder Câmara, seu secretário-geral e bispo-auxiliar da arquidiocese carioca. Vivíamos modestamente, alimentados por doações do Banco da Providência, empoleirados nos beliches insuficientes ao trânsito constante de secundaristas e universitários que passavam pelo Rio. O apartamento, precariamente mobiliado, servia de acampamento aos militantes da Ação Católica oriundos de outros Estados, especialmente aos que chegavam para participar de atividades na Praia do Flamengo, 132: a sede da UNE e da UBES.*

*Meu simpático entrou em distúrbio, uma tremedeira incontrolável apossou-se de meu corpo. As pernas bambas demoraram para chegar do quarto à sala. Encostados à parede, mãos na cabeça, assistimos ao vandalismo dos homens do Cenimar: todas as estantes foram varridas pelo cano de suas armas, livros e papéis atirados ao chão, armários esvaziados à procura de planos subversivos. Na*

*agressividade deles, era notório o medo que também sentiam. Irritou-os o fato de encontrarem muitas bíblias e livros religiosos. No mínimo, era o alibi, que usávamos para encobrir nossa infiltração comunista na Igreja. . .*

*Fomos todos conduzidos ao Arsenal da Marinha. No quinto pavimento a sede do Cenimar já se encontrava repleta de pessoas conhecidas. Só então soubemos que, naquela madrugada, os agentes da Marinha haviam vasculhado o Rio em busca de todos que, segundo suas informações, pertenciam à Ação Popular. Essa organização política nascera por iniciativa dos militantes da JUC, no início dos anos 60. Em seus primórdios apresentara-se como uma alternativa entre o capitalismo e o comunismo. Chegara a editar um periódico mensal sob o mesmo nome do movimento. Como a Ação Católica atuava por mandato direto dos bispos — o que limitava a inserção de seus militantes na política, já que a hierarquia não podia responder pelas opções partidárias e ideológicas que eles assumiam —, a Ação Popular surgiu como o instrumento independente adequado à atividade política. As vésperas do golpe militar, a AP começou a superar sua origem reformista, aprofundando-se sempre mais na teoria marxista e abandonando a idéia de que a fé cristã é matriz de uma filosofia da história. No Governo João Goulart, alguns de seus dirigentes ocuparam postos importantes, mormente no Ministério da Educação. Após o golpe, a AP passou à clandestinidade e seus militantes ficaram na mira dos órgãos de segurança.*

*—O peixe caiu na rede — disse o comandante com sarcástica satisfação quando fui introduzido na sala de interrogatórios. A tremedeira passara, mas eu me sentia muito inseguro. Ouvira casos de prisioneiros torturados e temia que o mesmo fosse ocorrer comigo. Cinco oficiais do Serviço de Informações da Marinha flechavam-me com os olhos. Uma oração difusa, angustiada, minava o meu espírito, tranquilizando-o. A cabeça, porém, era uma caldeira elevada à máxima pressão. Pesava uma tonelada.*

*—Não é um peixe qualquer, comandante. É um peixão — alertou um dos agentes. Imaginei que essa importância fosse atribuída à minha função de dirigente nacional da JEC. Para eles, não havia diferença entre Ação Católica e Ação Popular. Eram gatos do mesmo saco. De fato, eu me afinava ideologicamente com a AP, mas não chegará a pertencer a seus quadros. Recomendação explícita dos bispos dizia que dirigentes da Ação Católica não deviam filiar-se a movimentos ou partidos políticos. Esse critério levaria muitos jovens de tainha geração a um dualismo que, em principio, não deveria existir: os que optavam pela política se afastavam da Igreja.*

*—Então Betinho, onde estão os outros dirigentes da AP? — indagou o comandante. Nunca fui tratado por esse diminutivo. Percebi logo que, como já ocorrera em outras ocasiões, me confundiam com Herbert José de Souza, o Betinho, que fora um dos fundadores da AP e mais tarde seria conhecido também como "irmão do Henfil".*

—O senhor está me confundindo. Não sou o Betinho — respondi aliviado.

A mão pesada do policial subiu em direção ao teto, fez uma clava no ar e desceu violenta sobre o meu rosto.

—Filho da pula! Como não é o Betinho? Você não é de Belo Horizonte?

—Sou.

—Não é da JUC?

—Não, da JEC.

—E qual a diferença, seu viado? Só falta dizer que não é da AP! Quer levar umas porradas pra refrescar a memória?

—Posso explicar tudo.

—Então explique — interferiu o comandante cumprindo o seu papel de interrogador "bonzinho". Apesar da dor de cabeça e da ardência que me queimava a face esquerda, consegui convencê-los de que eu não era a pessoa a quem procuravam. Betinho e eu éramos amigos de Belo Horizonte, mas, no Rio, poucas vezes nos vimos. E eu não fazia a menor idéia de como ele podia ser encontrado.

Pelos corredores do Cenimar, reconheci diversas pessoas, mas todas evitavam se olhar para não despertar a atenção dos agentes. Uma sensação de derrota. Nosso castelo de sonhos libertários ali estava desabado, reduzido a meia centena de universitários amedrontados, sufocados pelo imponderável, olhos dilatados frente ao imprevisível, como sonâmbulos pelos sinistros porões da História. Serviram-nos o almoço numa ampla sala improvisada na mais completa biblioteca de literatura marxista que jamais vi. Certamente livros apreendidos pelos agentes da Marinha. Arriscamos um diálogo breve entre os prisioneiros, dito entredentes, em torno de detalhes fortuitos como o horário em que cada um foi apanhado ou quanto tempo se levaria para ler todos aqueles livros. Os sussurros cessaram quando foi introduzido na sala um homem pouco mais velho do que nós estudantes que ali estávamos, rosto bem-barbeado, terno escuro, gravata e colarinho branco. Sua elegância contrastava com os nossos cabelos amarrotados pelo travesseiro, a barba por fazer, as roupas desconstruídas, vestidas de qualquer maneira no ato de prisão, os sapatos sem meias ou chinelos nos pés. Pensamos tratar-se de um policial do Cenimar incumbido de nos vigiar. Entretidos com a comida, encerramo-nos em completo silêncio. Ele tentou puxar conversa, mas, constrangido, recolheu-se perante a nossa indiferença. Só mais tarde soubemos que Chico Withaker, ex-funcionário do Instituto Nacional de Reforma Agrária, ex-militante da JUC, era prisioneiro como 7iôs. Tivera a sorte de ser preso por policiais pacientes que o esperaram regressar de uma pescaria, tomar banho e vestir-se como se, escoltado, fosse a uma audiência com o Ministro da Marinha.

— *Como os senhores têm curso superior, serão tratados como oficiais* — disse-nos o comandante do Quartel dos Fuzileiros Navais quando chegamos à ilha de Villegagnon. O cárcere mais parecia um alojamento. Não tinha grades. No edifício circular, avançado sobre o pátio, o anel de pequenos quartos centrava-se na espaçosa sala que nos servia de copa. Os muros altos impediam ver o mar. Um fuzileiro permanecia de plantão ali dentro, proibido de nos falar ou sequer responder nossas perguntas. Parecia um boneco de cera, impassível, os olhos imóveis sob o capacete branco, as luvas da mesma cor cobrindo as mãos dadas às costas, as pernas rígidas abertas em posição de descanso. Aos poucos deixamos de nos incomodar com a sua presença e de censurar nossas conversas, como se, além de mudo, fosse ele também surdo. Foi na comida que ficou patente o nosso tratamento "como oficiais": filé com batata palha e pêssego em calda com chantilly, servidos por um soldado que, da cintura para cima, se vestia como garçom. Para nós, toda essa deferência especial só tinha uma explicação: a tropa dos fuzileiros navais não ficara ainda completamente imune à influência progressista de seu ex-comandante, o Almirante Aragão, cassado após o golpe devido ao apoio que dera a João Goulart.

Graças aos esforços de Dom Cândido Padim, assistente nacional da Ação Católica Brasileira, e à interferência do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio, ficamos menos de quarenta e oito horas no quartel e passamos à prisão domiciliar no apartamento em que morávamos. Nesse período, a nossa ligação com o resto do mundo dependia do padre Eduardo Koaik, assistente nacional da JEC, que diariamente nos visitava, trazia os jornais e fazia as compras necessárias. Quinze dias depois, fomos liberados com o processo arquivado e alguns pedidos de desculpas... A Marinha não queria navegar e nem "pescar" em terra e lançar suas redes sobre todo indicio de subversão, sob maldição do Cardeal.

#### 4

Pedi a L. que guardasse a notícia da prisão de Camilo por mais dez minutos. O estopim estava aceso e dentro em breve provocaria uma explosão entre os jesuítas. Fechei o livro de Santa Teresa e, tomado por uma calma lúcida, como quem ingressa consciente no momento fatal, subi ao quarto andar do seminário. Eu sabia que era a última vez que entrava no meu quarto. Sabia o que me aguardava pela frente e quais as providências a tomar. Porém não havia tempo para queimar todos os papéis. Tomei a sacola preparada para fuga, na qual roupas indispensáveis misturavam-se com minha carteira de identidade falsa e uma pequena quantia em pesos uruguaios e dólares.

Desci as escadas com toda a naturalidade que me foi possível. Sem dúvida, era uma estranha e ingrata maneira de abandonar definitivamente a fraterna hospitalidade com que, os jesuítas me acolheram por tantos meses. Não havia tempo para despedidas e agradecimentos. Minha liberdade estava sendo

decisivamente jogada por cada segundo do relógio.

Na portaria, assinei o livro de saídas, já com intenção de despistar a polícia — *Frei Betto, Porto Alegre, volta às 19h*. Evitei sair pela frente, como de costume. Cruzei o grande refeitório do Cristo Rei e saí por trás, atravessando o bosque cuja sombra se dobrava sobre o lago, os patos escorregando entre árvores fluidas, escuras, ondulantes. Conhecia bem aquele caminho, pois muitas vezes meditei entre os eucaliptos longos e finos, claustro natural revestido de silêncio e perfumado pelo cheiro verde, úmido, da mata. Atravessei a cerca e tomei a estrada lateral ao seminário, rumo ao ponto do ônibus. Foi então que vi diversos carros, ocupados por paisanos atentos, cercando a entrada do prédio. Apeguei-me a Santa Rita, padroeira dos aflitos, cuja capelinha ficava próxima à minha casa em Belo Horizonte, e fui em frente. Passei rente aos automóveis.

Não me reconheceram. Enquanto eu chegava a Porto Alegre, eles consultavam o livro de saídas do seminário e preparavam-se para aguardar o meu regresso às 19 horas. . .

## 5

Ao furar o cerco da repressão em São Leopoldo e iniciari a fuga, talvez eu não devesse buscar a paróquia da Piedade, um local visado pela polícia gaúcha. Em agosto, ocorrera um incidente durante a missa dominical concelebrada por padre Manuel e padre Marcelo Carvalheira. Cabelo à príncipe Danilo, nariz afilado, boca pequena, aparentando menos do que seus quarenta anos, padre Marcelo pregava à luz de evangelho do dia, a parábola do Bom Samaritano. Com sua entonação nordestina, cantada, incisiva, perguntava aos paroquianos de classe média abastada:

— E hoje, quem é o homem caído à beira da estrada? Quem é o espoliado?

Enquanto a indagação pairava sobre a consciência da assembléia, padre Manuel abandonou o altar, avançou sobre o átrio e atracou-se com um cidadão abaixo de qualquer suspeita que, sentado entre os fiéis, gravava o sermão do jovem monsenhor.

—Não admito que alguém aqui controle a Palavra de Deus! — disse o vigário com o rosto muito vermelho, as mãos largas segurando o agente policial pela gola do paletó. E acrescentou enquanto arrastava para fora do templo o homem vexado:

—Aqui entrou um lobo com pele de ovelha!

A presença em Porto Alegre de um assessor de confiança de Dom Hélder era, certamente, motivo para a repressão gaúcha apresentar serviço, pois muitas coisas ocorriam no Estado sem que ela pudesse encontrar o fio da meada. Dizia-se que Leonel Brizola entrara clandestinamente no Rio Grande do Sul para organizar grupos de guerrilha, que Lamarca atravessara a fronteira, que os tupamaros uruguaiois

estabeleciam, em terras gaúchas, contatos com os revolucionários brasileiros — e, no entanto, os órgãos de segurança do Sul não tinham como comprovar ou desmentir. Sem condições de apurar a veracidade dessas informações, eles se esforçavam por salvar a sua imagem perante o SNI em Brasília, gravando sermões públicos de um monsenhor suspeito por suas ligações com o Arcebispo de Olinda e Recife.. .

Homem de meia-idade, as suíças brancas acentuando-lhe a distinção, padre Manuel mantinha boas relações com seus paroquianos, entre eles alguns generais e um ex-Ministro da Agricultura que servira a um dos governos militares. O sangue espanhol que corria em suas veias o impedia de ser um pouco mais diplomata. Excitado, falava como se as frases não tivessem pontuação e, em sua boca, as palavras pareciam apostar corrida.

— Quem é amigo de comunista, comunista é — dissera o general ao receber o vigário para jantar em sua casa. Padre Manuel entendeu o recado e passou-o a padre Marcelo:

— Ele disse isso porque hospedo você aqui. Se algum dia entrarem aqui e encontrarem algo suspeito em seus aposentos, estarei comprometido.

O vigário prometera ao general que levaria seu colega para jantar àquela mesa. Assim, o militar verificaria pessoalmente que o monsenhor nada tinha que correspondesse à imagem de um fanático terrorista, braço esquerdo do Arcebispo vermelho.. . Padre Marcelo, porém, não queria criar incômodos ao seu anfitrião:

— Olha, Manuel, se você acha que estou lhe atrapalhando, posso mudar-me para a casa das Irmãs de Jesus Crucificado. São minhas amigas.

Padre Manuel não era homem politicamente vocacionado, mas sabia ser amigo de seus amigos. Fazia-questão de que padre Marcelo e eu ficássemos à vontade em sua casa paroquial. Reservara um quarto para uso do reitor do Seminário do Nordeste. Todavia, chegara a hora de se tomarem certas precauções. Subiram ao quarto e examinaram todos os papéis e livros, preocupados em retirar o que eventualmente pudesse ser considerado comprometedor. Entre obras de Sociologia e Economia, separaram os livros do padre Houtart e do padre Comblin. Este último fora companheiro do padre Marcelo no Recife e assessor de Dom Hélder. Nascido na Bélgica, expulsaram-no do Brasil em 1968, por ordem do Ministro da Justiça, Gama e Silva. Padre Marcelo tinha no quarto cerca de cem cartas de seu Arcebispo — uma coleção que certamente faria a felicidade de qualquer órgão de segurança ou de qualquer editor do país. Colocado numa caixa, esse material foi guardado em local considerado extremamente seguro: sob o alçapão que ficava embaixo do altar principal da igreja.

Todo esse clima em torno da paróquia da Piedade deveria levar-me a procurar outro refúgio. Todavia, o medo engendra uma estranha lógica. Acuada, o ser humano defronta-se terrivelmente com a solidão. É a mim que procuram. Entre milhares de pessoas, querem a minha cabeça. Todos os órgãos de

segurança, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, as polícias militares e civis estão em meu encalço. Há entre eles uma disputa: ganha quem me apanhar. O que fazer? Como fugir? Usar em benefício próprio o esquema de fronteira e sair pelo Uruguai? Ora, certamente já sabiam que esse era o meu trabalho. Seria cair na boca do leão. Por que não tentar a Argentina, via Uruguaiana? Não era seguro, não chegara a tempo o telegrama que eu aguardava de Franklin Martins e de Boanerges. Toda a fronteira já estaria sob vigilância. Mil imagens e possibilidades rodopiavam em minha cabeça enquanto a paisagem difusa corria pela janela do ônibus que me conduzia a Porto Alegre. Um nó na garganta e o desejo de que fossem realidade todas as idéias acumuladas a respeito do momento crucial: não deixar-se prender evitar contatos, e, na pior das hipóteses, suportar calado as torturas, oferecer-se à morte, não entregar ninguém. O melhor é ficar na capital gaúcha — três meses, seis meses, um ano, o tempo necessário para convencer a repressão de que consegui deixar o país. Esperar a poeira assentar. Depois, subir para Curitiba e sair pela Foz do Iguaçu. Mas onde ficar em Porto Alegre? Os poucos amigos estão, de alguma forma, comprometidos com a resistência ao regime. É melhor isolar-me inteiramente deles. Se cair, não devo arrastar ninguém. Hospedar-me numa pensão utilizando minha identidade *fria*, com o nome de "Ronaldo Matos"? As fotos 6x8 que eu tirara para o passaporte ficaram em meu quarto. A polícia pode distribuí-las às pensões e hotéis ou publicá-las na imprensa.

O medo gera um raciocínio excludente. Percebe-se o que não convém. A melhor saída é sempre a mais arriscada, sobretudo quando temos consciência de que ninguém deve sofrer por nossa causa. Sofrimento é coisa que não se reparte. Naquele momento, eu não via alternativa senão a paróquia da Piedade. Sabia do relacionamento de padre Manuel com pessoas do Governo. Era um homem insuspeito, apesar da presença de padre Marcelo trazer-lhe dificuldades. Estava seguro de que podia confiar nele. Alguns refugiados tinham sido bem-recebidos em sua casa.

Acossado, minha onipotência naufragava entre a ansiedade pedinte de encontrar amigos que me oferecessem teto, pão, estímulo.

## 6

— Algo de muito grave deve ter acontecido em São Paulo e tudo indica que estão à minha procura.

Padre Manuel e padre Marcelo me ouviram solidários, dispostos a assumir comigo aquela estação no Horto das Oliveiras. O vigário preparou-me a cama na sacristia da igreja, fora da casa paroquial. A sensação de estar protegido aliviou-me a tensão, o lanche da noite antecipou o sono no corpo cansado e a cabeça desacelerou suas apreensões. Dormi entre anjos de gesso, vigiado pelas velhas imagens desalojadas de seus altares, cercado de solenes móveis de jacarandá, respirando o leve cheiro de vela

derretida.

Os dois sacerdotes já estavam à mesa quando cheguei para o café da manhã. Liam atentamente os jornais. Um pesado silêncio pairava no ar. O ambiente parecia sufocado de tristeza. Sobre a mesa, o café e o leite fumegavam intocáveis. Absortos na leitura, padre Manuel e padre Marcelo estampavam no rosto o cravo da dor, da indignação, da desesperança. Estenderam-me o *Correio do Povo*: "MARIGHELLA MORTO ONTEM". Fiquei pasmo, mudo, asfixiado, como quem leva um soco na boca do estômago. Tive vontade de chorar, mas meus olhos, tristes, estavam secos. Na alma, o sabor acre de revolta e malogro. A notícia dizia que a polícia chegara a Marighella através da prisão dos dominicanos de São Paulo. Imaginei as terríveis torturas que meus confrades estariam sofrendo nas mãos do delegado Fleury, chefe do Esquadrão da Morte. Padre Marcelo pressentiu a solidão que me envolvia e disse a única coisa que eu precisava ouvir naquele momento:

— Olha, Betto, eu estou com você até debaixo d'água.

É mais fácil ser solidário às causas que às pessoas. Somos pela libertação, mas ter um revolucionário em casa é sempre um risco a desafiar nossa disposição de luta. Pregamos o Evangelho, mas praticar a caridade arriscando nosso conforto por outrem é uma experiência incômoda da qual queremos nos ver livres o mais breve possível. A pessoa física, concreta, fere o nosso egoísmo. Não custa encher as estantes de livros progressistas, entulhar a cabeça de idéias renovadoras, escancarar a boca com frases explosivas. Mas ter em casa uma pessoa procurada pela polícia é muito diferente. Sobretudo quando não nos cabe interrogá-la para ter a certeza de que ela não fez nada daquilo de que a acusam. Que pensariam os parentes se soubessem que guardei um subversivo que trazia na mala a metralhadora desmontada? E se a polícia prender aqui esse seqüestrador de embaixadores, que direi aos colegas de serviço? O que vão falar os religiosos da Congregação se souberem que escondi no claustro um comunista?

Padre Manuel endossou o apoio de padre Marcelo. Mais dotado de espírito prático, o nordestino propôs que eu fosse retirado logo da casa paroquial. Incidentes anteriores indicavam que ali não era um local seguro. Após o café, redigi um informe sobre a fronteira a ser encaminhado pela paróquia a São Paulo, peguei a sacola e caminhamos até à casa das Irmãs de Jesus Crucificado, na Rua Castro Alves.

—Este aqui é Frei Betto, estudante dominicano. Ele está sendo procurado pela polícia e não vamos entregá-lo às feras — disse padre Marcelo à irmã Philomena, que sorria como se estivesse recebendo um presente. Irmã Filo, como era tratada pelos amigos, tinha o rosto jovem, luzidio, o sorriso fácil, acolhedor, a paz transparente, imperturbável, fundada em sua fidelidade ao Evangelho: —Tudo bem, podemos guardá-lo aqui.

A corajosa hospitalidade da religiosa tranqüilizou-me tanto que aceitei participar da celebração

eucarística oficiada em seguida pelo sacerdote pernambucano. Fui apresentado à comunidade das irmãs, sem que a maioria ficasse sabendo exatamente a razão de minha presença entre elas. Apenas foram informadas de que eu passaria alguns dias na casa.

Os jornais daquela quarta-feira, 5 de novembro de 1969, noticiavam em manchete que Marighella fora morto numa emboscada na Alameda Casa Branca, em São Paulo, sem referências a meu nome. Passei o dia lendo e relendo cada reportagem, tentando adivinhar o que realmente se passara por detrás da prisão dos dominicanos e do assassinato do comandante revolucionário. Como jornalista, eu aprendera que a notícia não pode ser lida literalmente. Enfocada do ponto de vista dos órgãos de segurança, ela encobre a perspectiva dos que são tratados como terroristas, bandidos e traidores. Meu esforço era descobrir nas entrelinhas, por baixo dos adjetivos, como os fatos se deram. Após o jantar, fui para a sala de TV, em torno da qual as irmãs acompanhavam atentas a novela, enquanto novelas de lã rolavam vagarosamente em seus colos, puxados pelas agulhas prateadas, finas e longas, seguras por mãos habilidosas como se travassem um duelo de esgrimas. O *Jornal Nacional* da TV Globo era precedido por edições locais das várias regiões do país. O vídeo mostrou um homem baixo, rosto redondo, sobrelhas cerradas, testa calva, terno escuro. Era o coronel Jaime Mariath, Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul. Anunciava que toda a polícia estava no encalço de Frei Betto e a família gaúcha, ameaçada pela presença desse perigoso terrorista no Estado, devia ajudar a encontrá-lo. Minha foto — cópia da que eu tirara para o passaporte — ocupou toda a tela da televisão. Fiquei subitamente pálido, constrangido, como se apanhado em flagrante delito. Um mal-estar ocupou a sala, as irmãs mexiam-se nervosamente em suas cadeiras, cessando o tricô. Para comprovar minha periculosidade, o coronel exibiu "fichas em código" encontradas em meu quarto no Cristo Rei: *Mt 11, 25; Mc 13, 11; Jo 16, 33*. Eram referências bíblicas.

## 7

Quinta-feira, 6 de novembro. Irmã Filo trouxe-me os jornais ao lado das torradas e do café. Minha foto ilustrava as primeiras páginas. O "homem da fronteira" tinha a cabeça a prêmio e os aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias estavam sob severo controle do DOPS, da Polícia Federal e da Brigada Militar. Barreiras erguiam-se nas estradas rumo à Argentina e ao Uruguai e todos os veículos eram revistados. Simultaneamente, a polícia de Artigas informava que um bando (de guerrilheiros? de ladrões de gado?) tentara invadir o Uruguai pela fronteira com Quaraí. Dizia-se que Lamarca poderia estar em território gaúcho e o braço direito de Marighella, Câmara Ferreira, seria encontrado através de mim. Enfim, a repressão do Rio Grande do Sul atribuía-me uma importância muito especial. Mais tarde eu

compreenderia que, assim, ela se esforçava por recuperar o prestígio frente ao SNI. Quando mais ampliadas as dimensões do peixe, maior a impressão de uma pesca excepcional.

Logo que padre Manuel e padre Marcelo chegaram, fizemos uma reunião com irmã Filo e a superiora da casa. Insisti em sair dali o mais rápido possível, pois eu fora *queimado* perante a comunidade pela exibição de minha foto na xv. Uma das irmãs poderia cometer a inconfidência que me seria fatal. A superiora disse que já havia conversado com elas, eu poderia estar tranquilo. Irmã Filo, meu anjo da guarda" naquela casa, também não via perigo e mostrava-se disposta a assumir os riscos que o caso implicava. Entretanto, padre Marcelo, com seu espírito prático e realista, ponderou:

— Vocês duas assumem; mas e as outras? Quem garante que uma dessas irmãs não falará por aí?

A mesma sensação dos meses vividos na clandestinidade, em São Paulo, apoderava-se de mim: a completa dependência dos outros. A vida levava-me, muito cedo, à independência, favorecendo minha personalidade auto-suficiente. Aos quinze anos, fui eleito vice-presidente da União Municipal dos Estudantes Secundários de Belo Horizonte. Aos dezessete, saíra de casa. Aos vinte, já viajara por quase todos os Estados do país. A vida religiosa reforçara a minha mania de querer decidir tudo sozinho, ao contrário dos homens casados que necessariamente devem partilhar suas opções com a esposa e os filhos. Agora, no entanto, o medo retraía-me, já não podia dar nenhum passo com as próprias pernas. Era iminente o risco de pisar na armadilha. O incômodo não provinha tanto da falta de liberdade, da insegurança diante do futuro ou da obrigação de exercitar a paciência para, de novo, suportar horas e dias infundáveis, trancado num quarto. Mas sim de ver outras pessoas arriscando-se por mim, dispostas a pagar o preço da própria vida e não ter como prescindir dessa ajuda. Contudo, eu aprendia que a solidariedade nessas situações é mais fruto do amor do que do nível político-ideológico. A menos que se considere que esse nível é tanto mais profundo quanto mais enraizado na vontade, traduzido em gestos, vivido em doação. Muitas pessoas, pelo simples fato de nos quererem bem, são capazes de uma generosidade nem sempre comum entre as que se gabam de suas idéias políticas consideradas claras e distintas. A transformação do mundo é como o amor: não é feita de idéias, mas sim de atitudes.

Decidimos que eu deveria abandonar a casa das irmãs de Jesus Crucificado. Irmã Filo e a superiora insistiam para que eu permanecesse. Impressionava-me o senso evangélico das irmãs: elas não temiam os riscos da radicalidade implícita à opção pela vida religiosa. Em geral, as religiosas e os religiosos deixavam-se aburguesar. A "ruptura com o mundo", em nome da entrega total às exigências do Evangelho, não passava de uma maior acomodação dentro das estruturas da vida religiosa. Vivia-se mais em função das necessidades do instituto religioso que das esperanças dos pobres. Em nome da segurança e do prestígio social da congregação, a religiosa não podia mover uma palha. Frente a ela, uma mulher casada e com filhos era mais disponível para a busca do Reino de sua justiça. Esse quadro, no entanto, iria

alterar-se fundamentalmente a partir do momento em que muitas religiosas abandonaram seus colégios burgueses para assumir — nas favelas, na roça, nas periferias das cidades — a comunhão com as classes populares.

Padre Manuel ofereceu-se para cuidar de minha transferência. Atravessamos o Centro de Porto Alegre a bordo de um Volks vermelho. Não tive medo, já me acostumava ao crivo da fatalidade. Seja o que Deus quiser. No risco companheiro há um sabor de aventura. Paramos na esquina da Avenida Independência com a Rua Mortadeiro. O vigário da Piedade desceu e ingressou num imponente casarão branco, de arquitetura inspirada nas mansões coloniais norte-americanas, cercado de jardins e plantas derramadas sobre os muros. Não demorou mais de três minutos. Tomamos o caminho que conduz a Viamão.

## 8

O sítio da família Chaves Barcellos era confortável, sem luxos. Um casal de colonos ocupava um dos quartos da casa de alvenaria rodeada por plantas e arbustos mal-cuidados. Parecia uma propriedade em desuso, razão pela qual padre Manuel sentia-se à vontade para utilizá-la em seus dias de descanso ou de estudos com colegas do clero. Do quarto em que fiquei alojado, acalmava-me contemplar a vegetação rasteira, os pássaros saltitando entre as folhagens, o céu azul prenunciando o verão. "Aqui jamais serei encontrado", pensei. Ocupava o dia lendo, relendo os jornais que padre Manuel trazia, atento ao noticiário do rádio. Evitava maior contato com os caseiros, deixando que o vigário da Piedade cuidasse das providências a serem tomadas.

Estar só nutre o ócio da imaginação. Preocupavam-me os sofrimentos de Frei Fernando e de Frei Ivo nas mãos do delegado Fleury, notório torturador, e de minha família, sem saber como eu estava. Como se sentem uma mãe e um pai assistindo, impotentes, à polícia caçar o filho? Redigi uma carta tranquilizando-os. Fiz em duas cópias, a fim de remetê-la por vias diferentes. Supunha que nossa casa em Belo Horizonte estivesse vigiada. Mais tarde essa desconfiança me seria confirmada, bem como a chegada das cartas. De fato, a família havia ficado menos desesperada do que eu imaginara. Meu pai passara por momentos semelhantes na "revolução" de 30 e na luta contra a ditadura de Vargas. Foi o mais jovem signatário do Manifesto dos Mineiros, a minha mãe, Deus concedeu inabalável paz interior, dessas que contagiam as pessoas que dela se aproximam. Apenas meu irmão caçula, Tunico, queixava-se, em seus oito anos, de que a sua foto não aparecia nos jornais que estampavam a minha. . .

## 9

O coronel Jaime Mariath mantinha o Cardeal Vicente Scherer informado das diligências policiais destinadas à minha captura. Foi como dirigente da Ação Católica Brasileira que conheci Dom Vicente. Magro, pele muito branca, olhos miúdos, cabelos alvos repartidos de lado, conservei-lhe a imagem de um homem simples no trato pessoal, embora autoritário no exercício do poder e reacionário nas idéias. Costumava encontrá-lo nas reuniões da CNBB, no Rio, quase sempre realizadas no Convento do Cenáculo, nas Laranjeiras, ao lado do prédio em que eu morava. Nossas relações nunca foram além de cumprimentos formais ou de conversas rápidas e objetivas. Ele nada tinha de certa afetação cardinalícia que vi em outros prelados, e creio que nunca se sentiu muito à vontade vestido de púrpura. De sua origem rural, filho de imigrantes alemães, Dom Scherer guardou a singeleza da fé, o amor às tradições e a moral rígida, kantiana. Criado em clima de cristandade, educado pelos jesuítas, jamais se adaptou à Igreja da colegialidade, do exercício democrático, comunitário, do poder pastoral. Seu estilo germânico de autoridade ultrapassava as fronteiras da arquidiocese de Porto Alegre para impor-se a todo o Sul do Brasil. Em torno de sua figura, como uma espécie de eixo central, gravitou a Igreja do Rio Grande tio Sul nos últimos trinta anos.

A polícia não afastava a hipótese de eu me encontrar escondido dentro do Cristo Rei, em um dos quartos — entre centenas que havia — no sótão ou num dos galpões. Aguardara esperançosa meu regresso às 19 horas da terça-feira e só às duas da madrugada deu-se conta de que caíra num logro. Driblados em sua esperteza, os policiais acusavam os jesuítas de me dar cobertura. De certo modo, o coronel preparou o Cardeal para o golpe que lhe parecia decisivo: invadir o seminário de São Leopoldo. Na sexta-feira, dia 7, o DOPS recebeu o sinal verde e vasculhou o prédio de ponta a ponta, abrindo portas e armários, levantando camas, revirando oficinas e bibliotecas. O material apreendido em meu quarto foi apresentado em sessão solene à imprensa como altamente subversivo: um fichário de notícias de jornais, e livros como *El Diálogo de Che en Bolívia*, *La Révolution Bolchévique*, de Lênin, e *La Révolution Solidaire*, do padre Lebret. Frustrados com a minha ausência, os agentes do DOPS levaram oito jesuítas presos para Porto Alegre. Alguns foram colocados à força no camburão.

No Rio, os órgãos de segurança remetiam à CNBB um dossiê sobre os dominicanos, convencidos de que "diante das provas cabais a Igreja fará um pronunciamento formal condenando os religiosos engajados em atividades contra o regime". Após a prisão dos frades, iniciava-se a segunda fase da "Operação Bata Branca": isolar os dominicanos do resto da Igreja. O nome dado pelos serviços de informação ao plano repressivo sobre nós referia-se ao hábito branco que usávamos. A miopia dos militares revelava-se em verem a Igreja pela ótica da caserna. Achavam que a estrutura interna da instituição eclesiástica é semelhante à do quartel: basta uma ordem superior para que tudo se resolva. Convencidos de que as circunstâncias da morte de Marighella haviam indisposto a esquerda contra nós,

restava cortar os laços que nos ligam à Igreja. A entrega do dossiê à Conferência Episcopal era mais um lance de um jogo complexo e demorado. Um lance que não surtiu o efeito esperado graças, especialmente, a Dom Aloísio Lorscheider, Bispo de Santo Ângelo e secretário-geral da NBA, homem sábio nas decisões, moderado nos conflitos e desconfiado frente às acusações do regime.

## 10

No sítio, os jornais me pesavam à mão, magoavam os olhos, dilaceravam o coração. As prisões multiplicavam-se em São Paulo. No Sul, a repressão já conhecia todo o esquema de fronteira, inclusive como as pessoas saíam do país. Através da montagem dos fragmentos de informações obtidas de pessoas presas e dos papéis encontrados em meu quarto, levantou-se como me chegava a correspondência, como eu encontrava os refugiados, a ida de Frei Ivo a São Leopoldo, a passagem de Câmara Ferreira. Entre as especulações, dizia-se que um "religioso uruguaio" me ajudara a fugir — na certa, uma tentativa de vincular a Igreja do país vizinho com os tupamaros e os guerrilheiros do Brasil. Cartas haviam sido apreendidas entre meus pertences. Um enorme *pôster* de Mao Tsé-Tung — que vim a conhecer pela foto nos jornais — foi exibido pelo DOPS como tendo sido encontrado sobre a minha cama. O cenário estava montado, os produtores anunciavam o enredo do espetáculo, a platéia convencida-se de que eu era um perigoso terrorista, só faltava entrar em cena o ator principal cujo paradeiro era desconhecido.

No sábado, dia 8, os jesuítas foram libertados, exceto Camilo. Por mais que o delegado Firmino Perez Rodrigues, diretor do DOPS gaúcho, os apertasse, nada souberam dizer sobre a minha fuga. Para não ficar de mãos vazias, o DOPS segurou Camilo. Sabê-lo detido me fez sofrer, embora eu tivesse consciência de que não podemos nos culpar das arbitrariedades cometidas por um regime ditatorial. Na tentativa de separar companheiros e de desmoralizar um perante o outro, a repressão sempre transfere a responsabilidade de seus atos para as suas vítimas. Se estudantes são espancados na rua, é porque exorbitaram em suas manifestações; se sindicalistas são presos numa greve, é porque deram caráter político ao movimento reivindicatório; se um militante morre na tortura, é porque matou-se em decorrência de desequilíbrio psíquico. Isso faz parte do modo de agir da polícia. Lamentável é quando ela consegue interiorizar num companheiro a sua visão das coisas e a sua versão dos fatos.

Fui esticar um pouco as pernas caminhando pela mata, enquanto a tarde recolhia o sol. Vi quando um Volks azul estacionou junto à porteira, a uns cem metros do local em que eu me encontrava. O motorista saltou, abriu a tramela, deixando a cancela correr para junto à cerca. O carro avançou e parou diante da casa. Desceu um rapaz moreno, alto, cabelos pretos, rosto asseado. Percebi que ele também me viu, mas não se aproximou. Padre Manuel instruíra o caseiro para dizer que se tratava de um religioso em

retiro, o que era comum. O inesperado visitante não demorou ali mais do que cinco minutos.

Pouco depois o vigário da Piedade chegou com os jornais. Minha foto continuava estampada e alguns órgãos de segurança já me acreditavam fora do país. Consideravam-me o chefe da ALN no Rio Grande do Sul, responsável pela fuga de Lamarca rumo ao Uruguai e pelos contatos entre os tupamaros e os combatentes brasileiros. Os grandes jornais do Rio e de São Paulo promoviam o linchamento moral dos dominicanos. Falei a padre Manuel do rapaz que estivera no sítio:

— Não te preocupes. É filho do dono, universitário, metido em atividades estudantis. Não deve ter te reconhecido.

Sem alternativas, só me restava confiar na palavra do sacerdote. Recomendiei-lhe verificar se não estava sendo seguido. Tranquilo, animado, padre Manuel sentia prazer em enfrentar os riscos da situação. O sangue espanhol fervia-lhe nas veias, confirmando o ideal de seus ancestrais: mais importante que viver por uma causa é morrer por ela.

A caseira preparara-me saboroso jantar: arroz com ovos estrelados, carne de porco assada, verduras e abóbora. Quando esvaziava o prato, escutei o ruído do motor de um Volks. Sob perigo, os sentidos funcionam como radar. A audição aguça-se. O graveto que estala, a folha seca que cai, a janela que bate, tudo é computado nos ouvidos e decodificado na imaginação. O processamento é rápido, mas o esforço, árduo. O importante é manter o limite entre a tensão e o medo. Apoderados pelo medo, perdemos o controle da imaginação: poderoso amplificador, ela transforma cada som em perigo iminente. Já não é o medo que a excita; ela própria passa a gerar o medo, inoculando-o em nossos nervos, músculos e sentimentos. Torna-se difícil controlá-la. Altera o metabolismo orgânico, solta os intestinos, abre a bexiga, acelera o cérebro. Impossível dormir, as noites são terrivelmente longas, cada minuto demora várias horas.

Era o rapaz que estivera à tarde no sítio. Cumprimentou-me e conversou com o caseiro enquanto eu acabava de comer. Fiquei em dúvida se me reconheceria. Tinha jeito de moço bem-criado, filho de gente rica. Bebi o café, pousei a caneca esmaltada na mesa, ouvi-o chamar-me ao quarto:

—Tu é o Betto, não?  
Confirmei.

—Este sítio está *queimado*, já fiz muita reunião de estudantes aqui. Falei com padre Manuel que arrumaria um lugar mais seguro para ti. Tenho um amigo que possui um apartamento vazio em Porto Alegre. Lá podes ficar mais tranquilo.

Enfiei na sacola as poucas coisas que trazia comigo e acompanhei-o. Chovia torrencialmente, os faróis do carro avançavam sobre a cortina de grossos fios de água que desciam do céu escuro. Os pingos batiam nervosos, metálicos, incessantes, sobre o capo. Os pneus espirravam as poças da estrada,

deslizando no barro. Quando entramos no perímetro urbano, a insegurança apossou-se de mim dentro daquele carro, daquela cidade. Qualquer um dos soldados da Brigada Militar que eu via pelas ruas gostaria de receber uma boa promoção às minhas custas. Pensei em não acompanhar o rapaz. Mas aonde ir? Sumir simplesmente pela noite, acobertado pela chuva, como vemos nos filmes policiais? O motorista parou junto a um bar para comprar cigarros. Só, percorreu-me forte ímpeto de abrir a porta e sair andando sem destino. É impossível saber com precisão que estranhos mecanismos do inconsciente comandam nossas atitudes nesses momentos. Mas um fator objetivo retinha-me sentado, olhando os vidros embaçados do Volks: a chuva. Sempre considerei-a incômoda. Criado em asfalto, nunca experimentei o prazer dos nordestinos ao vê-la cair, penetrar a terra, ensopar os caminhos, inundar as ruas. Criança, minha única satisfação em dias chuvosos era faltar às aulas. Fora disso, abominava-a por atrapalhar as festas de minha adolescência, o jogo de vôlei no campo do Acapulco, os flertes nas alamedas arborizadas do Minas Tênis Clube, as brincadeiras da turma de bairro sobre a grama que, na Savassi, dividia as pistas da Avenida do Contorno, em Belo Horizonte.

A indecisão ensinar-me-ia que, quando se entra no fogo, é preciso ter a ousadia de se molhar para não se queimar.

O carro ingressou nos jardins do mesmo casarão branco da esquina da Avenida Independência com a Rua Mostardeiro, no qual padre Manuel passara antes de ir para Viamão. Por dentro, a mansão, suntuosa, lembrou-me o fausto que eu contemplara ao entrar pela primeira vez no Palácio da Liberdade, sede do Governo de Minas: lustres de cristal, escada de mármore, amplos salões guardados por finas e rendadas cortinas, telas revestindo as paredes, cigarreiras de prata sobre os consolos, requintados sofás. Só que, em Minas, eu entrara no Palácio para escapar da morte, aos dezesseis anos. Era domingo, o sol ardia sobre nossos corpos seminus, a piscina do Minas Tênis Clube estava repleta de banhistas. De repente, a fumaça densa, verde, começou a subir da casa de máquinas. A bomba de cloro vazava. Em poucos segundos, o ar tornou-se irrespirável, impregnado de um odor asfíxiante, como se a nuvem colorida sugasse o oxigênio, obrigando-nos ao vácuo. Todos abandonaram a piscina e subiram correndo as arquibancadas de cimento, ansiosos por ultrapassar as cercas de cipreste do clube. Homens e mulheres, em trajes de banho, tossiam desesperadamente. Corri da morte invisível, volatilizada, queimando minha garganta como o barro seco rachado pela luz incandescente do sol. Meus olhos lacrimejavam, ardidamente. Preferi não aguardar as ambulâncias e afastar-me o mais possível do local. Dirigi-me ao Palácio da Liberdade, a cem metros do clube. Passada a perplexidade de ver-me apenas de calção na mais nobre residência do Estado, um guarda acomodou-me num sofá e serviu-me um copo de leite.

Agora, em Porto Alegre, eu estranhava a solidariedade de uma família tão abastada com um frade procurado como terrorista de alta periculosidade. Conduziram-me à sala especialmente reservada a jogos

de sinuca. A mesa imponente, pesada, coberta por impecável feltro verde, com suas caçapas de malhas atulhadas de bolas coloridas, ocupava o centro. Tacos de diferentes formas e tamanhos erguiam-se solenes junto às paredes, ao lado de quadros-negros com apagadores e giz. Instalei-me ao fundo, em confortáveis poltronas de couro, ao lado do bar. O rapaz que me buscara no sítio disse que eu deveria esperar ali, até que seu amigo, o dono do apartamento vazio, chegasse em casa. Ofereceu-me uísque; recusei. Insistiu com um copo de leite, respondi que me tornara alérgico a essa bebida. Apresentou-me a seus irmãos, jovens como ele, e convidou-me a uma partida de sinuca. Preferi vê-los jogar e ruminar a oração de quietude interior que assentava meu espírito naqueles dias.

## 11

Jogava-se, naquela noite de sábado, a minha sorte em Porto Alegre. Os lances davam-se de palácio em palácio. A ponte entre o palácio do Governador Peracchi Barcellos e o palácio do Cardeal Scherer era feita pelo Dr. Waldemar, dono da casa em que eu me encontrava, genro de um ex-ministro do Governo do General Enrico Dutra. Dom Vicente viajara e seus assessores recusavam-se a concordar com a proposta do Dr. Waldemar: que eu fosse transferido de sua casa para a Sé Episcopal. A batata quente deveria passar às mãos da Igreja, caso contrário eu seria entregue à polícia. Os assessores do Cardeal preferiram seguir a viagem que faziam de Jerusalém a Jerico (Lucas 10, 30-37).

Na paróquia da Piedade, Dr. Waldemar foi recebido por Monsenhor Marcelo. Queria falar com padre Manuel. Estava indignado pelo fato de o vigário ter-me escondido no sítio dele. Aquilo era um abuso de confiança. O sacerdote mandou que ele entrasse:

— Pode falar comigo, pois padre Manuel não está. Saiu à procura do Cardeal.

O visitante recusou-se e foi embora.

Dom Scherer era o porto seguro no qual todos queriam ancorar-me no momento do dilúvio. Padre Manuel regressou à paróquia sem ter localizado o Arcebispo. Soubera apenas que ele viajara para local ignorado e sem data marcada para retornar.

Padre Marcelo sabia que o cerco apertava:

— Temos de fazer qualquer coisa, achar o Cardeal, contanto que não entreguemos o Betto às feras  
— insistiu ele com o vigário. Foram para o telefone procurar Dom Scherer por todo o Rio Grande do Sul.

## 12

Passei a noite em claro, gentilmente observado pelos rapazes que se diziam empenhados em contatar o amigo que possuía o apartamento vazio que me serviria de refúgio. "Enfim, o dono do apartamento chegou", pensei quando vi caras novas na mansão. Eram sete horas da manhã de domingo, 9 de novembro de 1969. Dois homens entraram no salão. O de meia-idade, magro, cabelos encardidos, rosto estreito, esforçava-se por demonstrar simpatia:

—Então você é o Frei Betto! Sou o cara que vai te esconder. O que houve contigo, rapaz?

—Também não estou entendendo nada — respondi calmamente. — Andam dizendo aí que sou isso e aquilo, que fiz e aprontei.

—E não é verdade?

—Vim para o Sul estudar Teologia.

—Já que você é inocente, por que não se apresenta ao DOPS e não esclarece logo as coisas?

A irônica sugestão trouxe-me a certeza aguda: "esses caras são policiais". Não esbocei nenhuma reação aparente. Apenas acendeu-me a clarividência no espírito. Afundado no sofá de couro, eu tinha as mãos escondidas nos bolsos laterais do blusão. A esquerda segurava a carteira de identidade *fria* e a direita, a caderneta de endereços. Procurei ganhar tempo para tentar um recurso ousado: enfiar esse material entre o assento e os braços da poltrona:

— Não vou ao DOPS porque não estou a fim de ser torturado. Até provar que não sou o elefante que procuram...

— Ora, não existem mais torturas no Brasil. O Presidente Médici não admite isso — retrucou ele.

Consegui livrar-me da identidade e da caderneta sem que notassem. Talvez estivessem mais nervosos do que eu. O que me dirigia a palavra decidi encurtar o papo:

—Frei Betto, sou o coronel Moreira e este é o major Áttila, do Serviço Secreto do Exército — disse ele, apontando para seu colega mais jovem, cerca de quarenta anos, cabelo à príncipe Danilo bem-aparado dos lados, rosto redondo, a gordura bem-disfarçada sob a roupa. E acrescentou:

—Você vai com a gente.

Há tempos eu lera o resultado de uma pesquisa sobre o pânico, feita nos Estados Unidos. Ao contrário do que se pensa, situações catastróficas — como terremoto, incêndio, furacão — induzem a maioria das pessoas a um excepcional autocontrole que as leva a reagirem inteligentemente, sem perda da razão. Não sei até que ponto isso é verdade. Notícias de catástrofe sempre falam de gente que se queimou, afogou ou foi pisoteada, e quase nunca de quem se salvou. Pode ser que o enfoque jornalístico prefira as lamentáveis exceções e não a regra. O fato é que não senti nenhum medo frente ao coronel Renato Moreira e ao major Áttila Rohrsetzek — acusado, anos depois, de seqüestro, em Porto Alegre, do casal de

uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Diaz. Talvez eu já tivesse ensaiado essa hipótese mentalmente inúmeras vezes nos últimos dias. E era menos pavoroso ser preso por duas altas patentes que por meia dúzia de investigadores saídos de alguma delegacia de subúrbio. A classe dominante tem seus requintes: um bandido qualificado deve ser apanhado por agentes qualificados. Cada coisa em seu lugar.

O corredor entre o salão de jogo e o *hall* terminava à porta do banheiro. Faltava livrar-me dos pesos e dos dólares. Pedi para usar a privada.

— Aqui não, mais tarde — falou o major.

Insisti que queria só urinar. Concederam-me com a condição de manter a porta aberta. Constrangido sob olhares, não conseguia esvaziar os bolsos e nem a bexiga. Mentalizei uma torrencial cachoeira até que o líquido amarelo, espumante, cessasse de esguichar e fosse tragado pela descarga.

Ao atravessar *p hall*, percebi que olhos curiosos, amedrontados, me acompanhavam sorrateiros do alto da escada. À porta, estacionado sobre a grama do jardim, o jipão verde-oliva, fechado, dirigido por um soldado da Polícia do Exército. O rapaz que me buscara no sítio, parado ao lado do motorista, tremia dos pés à cabeça e o sangue parecia faltar em seu rosto pálido. Talvez se sentisse envergonhado por desempenhar o papel mais hipócrita da cilada. Não sei por que razão, despedi-me dele com esta frase insólita, saída ao acaso:

— Apesar de tudo, muito obrigado.

Entre na viatura tentando convencer-me de que, afinal, tortura não é tão insuportável assim.

### 13

Desembarquei do jipão no interior de um prédio caiado de branco, típica repartição pública. Ali funcionava o doPs, na Avenida Ipiranga. Perdi o coronel de vista, enquanto o major me fazia subir as escadas. No primeiro andar ele abriu a porta de uma sala inteiramente vazia e mandou que eu entrasse. Imaginei que ali eu seria revistado e as moedas estrangeiras, encontradas. Fiquei uns momentos sozinho, até que entrou um carcereiro que seria a figura indicada para o papel de Corcunda de Notre Dame. Baixo, moreno, atarracado, o tronco avançado, os ombros caídos, as pernas arqueadas, o rosto riscado de rugas que davam a impressão de corte de navalha. Vi logo que se tratava de um torturador. Preparei-me para o pior. O medo não me salvaria do encontro com a fatalidade. Ele olhou-me por baixo do cenho carregado e não disse nada. Talvez aguardasse os instrumentos de suplício. Lembrava um toureiro solto na arena, à espera da hora de enfrentar o animal. Abriu-se dentro de mim um vazio, um imenso vazio, como se a nudez alva da sala tivesse seu reflexo em minh'alma. Rezei agoniado uma oração sem palavras, sem pedidos, sem imagens. Só a certeza de que o Pai sabe de mim. Certeza talhada a ponta da fé pois, no

espírito, havia um profundo oco.

Entraram dois guardas arrastando um rapaz vestido apenas de calção. Desesperado, ele procurava desvencilhar-se das mãos que o seguravam, evitando entrar na sala e clamando pelo amor de Deus. Deram-lhe um empurrão e o Corcunda recebeu-o com um chute no estômago, derrubando-o. Juntaram seus pulsos às costas e o algemaram. A vítima, muito magra, pele branca, cabelos anelados caídos à testa, olhos arregalados, gemia e pedia pelo amor de Deus. A cerimônia macabra ocorria indiferente à minha presença. O Corcunda puxou do bolso um rolo de fios de cobre e prendeu-os à mão, na forma de chicote. Virou-se para mim e falou com sua voz rouca, cavernosa:

— Vá tirando a roupa que em seguida é você.

Passaram a lanhar o corpo do rapaz. Seu corpo rodopiava saltitando entre o trio de algozes, a pele abria-se em finos e alongados vergões vermelhos. Gritando, ele chorava aos pulmões, manchando de sangue as mãos que tentavam segurá-lo. Fiquei apenas de cueca. O oco dilatava-se em meu espírito, a revolta inundava meus olhos. O moço caiu, a chibata de fios continuou a cortá-lo. A dor abafava seus gritos; gemia e estrebuchava. Às vezes havia uma trégua. Os torturadores viam-no arrastar-se para o canto da sala, em busca de uma proteção inexistente, fitavam-me, olhavam entre si e recomeçavam o diabólico ritual. Nada diziam ou perguntavam.

Deve ter durado meia hora. Pareceu-me que o rapaz, ensangüentado, não sobreviveria aos ferimentos. De seus lábios perdidos entre cortes que esquadriavam o rosto, ouvia-se um sussurro aflito, como se a vida se apagasse em sua voz. Entrou um policial e mandou que eu vestisse a roupa, ignorando a presença dos demais que o olhavam com respeito. Magro, moreno, rosto fino, o delegado Firmino Perez Rodrigues não tinha ainda quarenta anos. Era o diretor do DOPS. Mandou que eu o acompanhasse e que recolhessem o rapaz à cela. Mais tarde eu saberia que se tratava de um preso comum escolhido ao acaso para que me "amaciassem". Jamais soube o seu nome. Guardei-lhe o perfil e o sofrimento involuntário por minha causa, convicto de que seu sangue aumentou em mim a sede de justiça. Esse havia sido o método para intimidar-me, pois a repressão gaúcha não se sentia em condições políticas de torturar-me fisicamente, devido às boas relações entre os governos do Estado e da Igreja. No entanto, eu demoraria a descobrir esse detalhe tão importante. No decorrer dos interrogatórios, aguardei sempre o momento da tortura física.

O gabinete do diretor do DOPS ocupava ampla sala cujas vidraças, cobertas por cortinas creme, davam para o canal da Avenida Ipiranga. Ao centro, estofados em tecido branco circundavam pequena mesa de vidro com cinzeiros. A pesada mesa, em madeira escura, ficava ao fundo, à frente de hierática cadeira de braços, com o encosto revestido em couro e alongado na vertical. Sentei-me numa das poltronas brancas perante o delegado e o major. Conduzido por eles, o primeiro interrogatório foi sob ameaças de

regressar à sala vazia e merecer o mesmo tratamento dado ao rapaz. Começaram por acusar-me como responsável por todas as ações armadas e políticas ocorridas no Rio Grande do Sul no último ano. Era eu "o líder", "o cabeça", "o cérebro", "o dirigente" e outras expressões tão a gosto da vaidade humana. Não queriam propriamente despejar sobre meus ombros tudo aquilo que não conseguiram apurar. Tratava-se de técnica aprendida em cursos policiais e sobre a qual eu já lera em autores do gênero: *valorize o prisioneiro e ele acabará assumindo as acusações mais pesadas para fazer jus à promoção de sua imagem*. Quando terminaram o elenco de assaltos a bancos, de roubos de carro, de desvios de dinamite, de ameaças de seqüestro e de panfletagens, o Dr. Firmino disse-me com sua voz fanhosa:

— É claro que você não fez tudo isso sozinho. Diga-nos agora quem são seus companheiros no Rio Grande do Sul. Como funciona o esquema de fronteira, quem passou por suas mãos, quem o auxiliou nesse trabalho.

Durante a fuga, eu lera nos jornais muitas das informações que eles tinham a meu respeito. Procurei economizá-las de modo a "abri-las" no momento adequado, quando eu precisasse comprovar a veracidade de meu depoimento. E por mais que insistissem — o que se alongaria por meses —, era verdade que o esquema de fronteira dependera de mim. Não havia como inventar nomes de supostos companheiros. Mas eles sabiam da ajuda que eu recebera de padre Manuel e de Monsenhor Marcelo — o Dr. Waldemar, ao tomar as providências que resultaram na minha captura, dissera que o uso do sítio fora uma exorbitância do vigário da Piedade.

Após uma hora de interrogatório, no qual expliquei a ida para o Sul, o projeto de estudar na Alemanha e a tradição da Igreja no auxílio a refugiados, fui levado à cela. Era um tabique de madeira erguido junto à parede de um corredor, como em pensões de má qualidade. A cama, coberta pelo colchão de crina, ficava sob o basculante. Deixaram-me a sós o suficiente para limpar a sacola e os bolsos. O que fazer com aquelas notas de pesos e de dólares? Piquei-as em pedacinhos, abri um orifício no colchão e misturei-as à crina. Aliviado, deitei por cima.

## 14

Sem imaginar que eu estivesse preso, domingo pela manhã padre Marcelo foi à Cúria procurar o Cardeal. Ainda não regressara, mas não deveria tardar. Padre Manuel saiu pouco depois das oito para levar comunhão a um doente. Notou dois carros suspeitos parados em frente à igreja, fingiu não ver, foi cumprir sua obrigação ministerial. Na volta, celebrou a missa das nove e, depois, prendeu-se ao telefone na esperança de localizar Dom Scherer.

—Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

—Amém — respondeu a assembléia, fazendo o sinal-da-cruz bênção dada pelo celebrante.

O reitor do Seminário do Nordeste acabava de celebrar a missa do meio-dia. Tirou os paramentos e dirigiu-se à casa paroquial. Encontrou o vigário eufórico: havia-se comunicado com a cidade em que se encontrava o Cardeal. Breve falaria com o próprio. Como era folga da cozinheira da paróquia, decidiram almoçar fora. Ao saírem à rua, foram cercados por quatro policiais:

—Vimos aqui em busca de Monsenhor Marcelo.

—Pois não, sou eu mesmo.

—O senhor deve comparecer ao DOPS conosco.

—Às suas ordens.

—Antes, porém, queremos fazer uma vistoria na casa.

—À vontade — disse padre Manuel.

Quem sabe temendo alguma cilada tramada pelos anjos, os homens foram à viatura e apanharam as armas. Queriam ver onde eu dormira. Revistaram a sacristia, a igreja, a casa paroquial inteira. Queriam saber se havia algum fio de ligação com o exterior no *aparelho*. . termo que sugeria a eles.'uma imaginária aparelhagem subversiva dotada de telefones secretos, radiotransmissores clandestinos, arsenal de armas. Com pé-de-cabra, um deles começou a arrancar os tacos do assoalho do quarto. Talvez à procura do tesouro expropriado dos bancos ou de alguma passagem subterrânea para o Uruguai. Só que o quarto ficava no andar de cima da casa paroquial ...

A busca não foi infrutífera. Pegaram cartas endereçadas a padre Marcelo. Uma delas de Dom Eugênio Sales, Arcebispo de Salvador. O sacerdote pernambucano pedira a ele que, em seus contatos com a Cúria Romana, procurasse desfazer qualquer equívoco sobre as posições assumidas no Brasil por Dom Hélder Câmara. Os agentes do DOPS levaram a cópia da carta e deixaram a de Dom Eugênio. Outra, de Dom José Maria Pires, o Dom "Pele", Arcebispo de João Pessoa, notificando que solicitara ao Arcebispo de Olinda e Recife liberar padre Marcelo para, na volta ao Nordeste, ficar na Paraíba como "coordenador de uma equipe volante de agentes de pastoral". A expressão pareceu, aos policiais, altamente suspeita. Puseram a carta no bolso. A terceira era da Santa Sé, trazia o timbre da Sagrada Congregação dos Seminários (Pró-Educação Católica) e o carimbo *Sub Sigilio Sanctae Sedis*. Tratava da formação de padres na América Latina. Impressionados com o carimbo, os homens tio DOPS queriam confiscá-la. Com seu jeito enfático, padre Marcelo protestou:

— Os senhores não podem tocar nessa correspondência, caso contrário criarão um caso diplomático. Haverá atritos entre a Santa Sé e o Itamarati. Só admito a leitura dessa carta na presença do Cardeal.

Um dos agentes abriu a pasta, retirou um grande envelope, pôs dentro a missiva de Roma e lacrou-o. Guardado no cofre do DOPS, esse envelope foi posteriormente devolvido ao destinatário.

— É claro esse dinheiro é da Organização — comentou outro policial ao deparar-se com duzentos dólares e uma pequena quantia em moedas latino-americanas.

Farejando como perdigueiros, os quatro homens examinaram os banheiros, esvaziaram as estantes e passaram a folhear livro por livro. Talvez procurassem provar a insinuação de certa imprensa de que Dom Hélder enviara seu principal assessor para criar guerrilhas no Sul... Ou consideravam padre Marcelo o mentor intelectual do esquema de fronteira? O fato é que buscavam uma peça concreta capaz de comprovar o "eixo subversivo" imaginado por eles: Dom Hélder - Monsenhor Marcelo-Frei Betto-Marighella. Tratando-se de repressão política, quase sempre a polícia age assim: arma o bolo e, depois, providencia o recheio. O Governo do Rio Grande do Sul queria oferecer aos militares de Brasília uma prova, ainda que pequena, das supostas ligações entre "o Arcebispo vermelho do Nordeste e o chefe do terror no Brasil", conforme expressão do major Attila. Em longos interrogatórios, tentaram arrancar-me uma afirmação, uma simples frase, que confirmasse isso. Bastava eu admitir uma das acusações que faziam a padre Marcelo.

Encontraram entre os livros este bilhete curto, aparentemente trivial:

*Marcelo: passei por aqui e não te encontrei. Achei em cima da mesa o artigo do Merton. Jantei com Catão. Ao encontrar Chen, pegue cartas na casa do Cechin sob o nome de Olavo Borges. Betto.*

Eufóricos com o achado, os policiais estranharam que eu tratasse um monsenhor com tanta intimidade. E o respeito à hierarquia? A amizade fraterna que me unia a padre Marcelo não evitaria as dores de cabeça resultantes do bilhete. Apesar de seu artigo "Monaquismo e Marxismo" ser considerado subversivo, Thomas Merton já não podia ser preso pelo DOPS. O monge trapista norte-americano falecera há pouco em Bangkok, eletrocutado ao ligar o ventilador do quarto. Acabara de pronunciar a conferência cujo texto padre Marcelo me passara. Éramos admiradores da obra desse religioso, mestre de um noviço nicaraguense que, mais tarde, somaria em sua vida a loucura do místico, a magia do poeta e o vigor do revolucionário: Ernesto Cardenal.

Foram imediatamente detidas as demais pessoas citadas no bilhete. Francisco Catão, filho de general já falecido, trabalhava em Porto Alegre, embora domiciliado em São Paulo. Garboso, altivo, faria com sucesso o papel de aristocrata inglês, sem faltar-lhe o hábito do cachimbo. Doutor em Teologia pela Universidade de Estrasburgo, sua pose de intelectual encobria a pessoa afável no trato, simples de coração, que transparecia melhor depois que deixara a vida religiosa para se casar. A decisão eclodiu como uma bomba, pois era ele Provincial dos dominicanos. Talvez muitos imaginassem que títulos teológicos e funções importantes são suficientes para sublimar qualquer ameaça ao celibato. .. Julga-se que, na Igreja, não temos o direito de viver as contingências de nossa própria humanidade e de enfrentar intensos problemas pessoais. Se os temos, melhor não revelá-los, pois repercutiriam como sinal de

fraqueza. (latão fora vítima dessa mentalidade farisaica e, agora, de volta ao estado leigo, via-se livre da pesada carga de não poder ser de carne e osso como todo mundo.

Com certa freqüência, jantávamos juntos em Porto Alegre e padre Marcelo era também seu amigo. Por isso citei-o no bilhete. Por encontrar-se em São Paulo naquela segunda semana de novembro, o DOPS paulista prendeu-o a pedido da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul.

Padre Chen, aluno do curso Christus Sacerdos, hospedava-se no apartamento da família de Antônio Cechin, na capital gaúcha. Alto, prestativo, politizado, Cechin era irmão marista e pertencia a esse raríssimo tipo de pessoa que é capaz de participar a fundo das lutas sociais sem envolver-se em intrigas ideológicas ou em concorrências políticas, preservando em seu silêncio a paz interior e a lucidez de espírito. Conhecia-o desde os tempos da JEC, quando ele assumira a função de assistente regional sul. Especializado em catequese, como sua irmã Matilde, escreveram a quatro mãos o livro *Crescei e Vivei*, encarnando a iniciação cristã no contexto dos golpes militares na América Latina, da invasão do Vietnã pelas tropas norte-americanas, da música dos Beatles. Seu uso nas escolas foi vetado pelo Ministério da Educação sob o pretexto de que instigava à luta de classes. Tido pelos maristas gaúchos como uma espécie de ovelha negra, Cechin vivia à margem da província religiosa, engajado no movimento estudantil e, posteriormente, na atividade popular da periferia urbana. Desprovido de agressividade emocional, conseguia manter bom relacionamento com Dom Vicente Scherer. Desde que eu chegara a São Leopoldo, reatamos o contato e ele se dispôs a receber, em seu endereço, a correspondência que me era remetida em nome de "Olavo Borges". Como o padre Chen passava sempre por sua casa e encontrava-se no curso com padre Marcelo, era-lhe mais fácil fazer-me chegar as cartas.

O DOPS encontrou ainda, na casa paroquial, o informe que eu redigira no primeiro dia de fuga para ser enviado a São Paulo. Com o croqui da fronteira apreendido entre os papéis do meu quarto no Cristo Rei, a repressão detinha as provas mais evidentes de minha atividade no Sul, com o agravante de trazerem à tona o nome de outras pessoas.

Encerrada a longa vistoria, padre Marcelo foi levado pelos policiais. Padre Manuel decidiu acompanhá-lo, convencido de que regressaria logo...

## 15

*Livramento-Rivera ligações Francisco C.* A primeira frase do informe que eu pretendia remeter a São Paulo identificava o nome por extenso do seminarista que levara José Arantes à fronteira e desenhara o croqui. Trouxeram-no algemado do Cristo Rei.

Porto Alegre: *grupo deveria continuar trabalhando. Moça Dedé ou Vera procurou-me no Cristo*

*Rei. Em PA pôs-me em contato com Regina, de SP, amiga de Paulo de Tarso. Ainda pôs-me em contato com "Marcos". Conversamos. Ele tinha mais três companheiros dispostos, com quem me encontrei num bar na Rua Dr. Flores. Em seguida, continuei em contato com "Marcos", até que outro dia disse-me ele que ia se mandar porque tinha sido condenado pelo STM a seis meses de prisão. Foi aí que fiquei sabendo ser o seu nome verdadeiro Mário e condenado com outro de nome Cláudio, que já tinha viajado para o Uruguai por iniciativa própria. Em conversa com Mário, disse-me ele que tinha interesse em montar um grupo ligado a Marighella em PA. Para tal, pediu-me que servisse de intermediário entre PA-SP, a fim de que ele conseguisse meios (dinheiro, armas) para o grupo, mas como Paulo de Tarso e outros haviam sido detidos em SP informaram-me que lá estava tudo um caos, em fase de reorganização. Com a condenação de Mário, suspendi os contatos, pois com minha saída daqui marcada para 15 de novembro e com sua condenação (e fuga) tudo voltava à estaca zero. O major Áttila trazia o papel em mãos, o olhar ameaçador, o semblante fechado. Teria início o jogo no qual seria decidida a sorte das pessoas citadas. O adversário possuía um trunfo, mas só eu poderia cantar as pedras.*

—Quem é Dedé ou Vera?

—Não sei.

—Não sabe como? — fitou-me, elevando a voz.

—É uma moça que vi no Cristo Rei. Ignoro seu nome verdadeiro e endereço.

—Mentira, Frei Betto — disse ele pausadamente. — Não sabe que mentira é pecado?

—A moça é morena, baixinha e usa óculos escuros — menti.

—Você também não sabe quem é Regina, Paulo, Marcos e os companheiros dele, não é?

—É. São todos nomes frios, como fui conhecido por Vítor, Ronaldo ou Olavo.

—Será que sua memória refresca se enfiar na sua cabeça um capacete elétrico?

Fiquei mudo, resistindo ao medo, enquanto o militar redobrava as ameaças. Saber que alguns amigos já haviam sido presos a partir dos papéis encontrados já era bastante para meu sentimento de culpa. A insistência alongou-se por mais de uma hora, até que o delegado Firmino viesse substituir o major.

— Frei Betto, você sabe que não sou militar e se agora estou no DOPS é por mero acaso, enquanto aguardo transferência para uma delegacia do interior, e não por compactuar com os métodos dos órgãos de segurança.

O jovem delegado procurava desempenhar o papel de bonzinho, contracenando com o major, o durão. Seus traços e modos eram de quem viera de origem humilde. Elevado a uma cobiçada função policial pouco depois de formar-se em Direito, ele não disfarçava seu orgulho de caçador que tem na jaula um animal que lhe parece raro.

—Você é um rapaz inteligente, por isso Marighella abusou da sua boa vontade. Imagino que não queira ficar vinte anos na cadeia. Basta você colaborar um pouco, já que a guerra está perdida. Não se prejudique pelos outros — disse ele em tom quase paternal.

—Doutor, não posso dizer o que não sei. O que não quero é justamente prejudicar os outros com acusações falsas. Os senhores têm uma idéia muito distorcida de minhas atividades. São incapazes de compreender que elas partem de uma motivação cristã.

O inquiridor mudou de assunto:

— Sabe que minha mulher sonhou esta noite que você era inocente?

Tive vontade de rir e dizer: "a mulher de Pilatos também sonhou que Jesus era inocente". Mas não o fiz.

— O senhor deveria confiar na intuição das mulheres.

O interrogatório prosseguiu pelo dia afora, alternando-se entre ameaças e tentativas de aliciamento, num jogo ora tenso, nervoso, irritante, ora irônico, sutil, arisco. relatei minha biografia e descrevi como ajudara os refugiados a saírem do país pelo Sul.

## 16

No DOPS, padre Marcelo foi diretamente conduzido à sala do major Áttila. Pelas perguntas iniciais, o prisioneiro percebeu a trama arquitetada pelo carcereiro: o Monsenhor, ligado a Dom Hélder, seria o dirigente político de um núcleo eclesialístico do qual fazia parte o vigário da Piedade. Como estudante, eu seria uma espécie de soldado raso.

—Monsenhor, quem é a senhorita Dedé?

—Não conheço nenhuma pessoa com esse nome.

O militar também sabia usar raciocínios aliciantes:

— Veja bem, Monsenhor, podemos resolver as coisas em cinco minutos. Basta o senhor colaborar. Hoje mesmo poderá dormir em lua casa. Não queremos fazer mal a ninguém, apenas apurar os fatos. Esperamos sua colaboração. Sabemos que o senhor é um homem culto e inteligente.

Repletos de indignação, os olhos fixos do sacerdote encaravam o interrogador. Nada mais perturbador para um policial que o olhar altivo de um preso. Parece-lhe excessivamente ousado que um homem despojado de qualquer parcela de poder, desarmado, privado de liberdade, possa olhá-lo de frente e calar-se. Uma reação instintiva, animalesca, exige que o inquisidor quebre esse espelho que lhe exhibe a

própria covardia.

— Quem é a senhorita Dedé? — gritou o major.

A personagem de Chico Anísio aflorou na memória do padre. Teve vontade de dizer: "é a única Dedé que conheço". Conteve-se:

— Não conheço essa pessoa.

Indignado com a persistência do prisioneiro, o militar levantou-se, berrou, ameaçou, suplicou, andou de um lado para outro, filou pelo interfone. O sacerdote permaneceu sentado, braços estendidos sobre o encosto da poltrona, olhos fechados, como se meditasse e buscasse energias interiores. O oficial do Exército estava em plena metamorfose: o torturador ressurgia por trás da aparência lílida de quem se dizia obcecado em Beethoven:

— Nesse caso, vamos recorrer a métodos medievais.

Dois carcereiros retiraram padre Marcelo e levaram-no por várias salas, como se procurassem um local adequado à tortura. Após meia hora de ziguezaguearem pelo labirinto do DOPS, entraram na sala reservada aos suplícios. Ao centro, sobre uma mesa, havia um copo de leite e um sanduíche. Qual uma pintura expressionista.

— Sirva-se, padre — disse um dos acólitos do inferno.

O prisioneiro tinha fome. Aproximou-se da mesa, mas temeu a oferta. "Aqui deve ter alguma droga", pensou. Mordeu a ponta do sanduíche e recusou o leite. Conduziram-no à sala do diretor do DOPS.

O delegado Firmino era o próprio lobo em pele de cordeiro:

— Monsenhor, eu me sinto mal, muito mal, apurando esse caso, no qual tantos padres e religiosos parecem envolvidos. Sou católico e admiro muito a atuação de Dom Hélder Câmara. Aliás, como vai ele?

— Muito bem — disse secamente o interrogando.

O bacharel tentou outra via:

— Como foi mesmo o caso do padre Antônio Henrique Pereira Neto?

O nome do jovem sacerdote morto a 27 de maio de 1969, no Recife, repercutiu como uma pontada no coração de padre Marcelo. A palidez do rosto traduzia sua revolta:

— Eu já me encontrava aqui no Sul quando ele foi assassinado. Fui reitor dele durante seis anos. Era um homem boníssimo, inteligente e evangélico. Trabalhava com os jovens. Não tenho dúvidas de que ele foi morto pela polícia.

O diretor do DOPS preferiu mudar de assunto. Passou a indagar sobre as relações de padre Marcelo comigo. O interfone soava de vez em quando:

— (...) Não, major. (...) Tá coerente. (...) Não, a conversa tá coerente, não vai ser preciso.

Até onze da noite, Monsenhor foi interrogado. As peças principais eram os papéis apreendidos na paróquia da Piedade. Para o delegado, constituíam provas de nossas ligações subversivas:

— Como um estudante de Teologia pode tratá-lo assim, de camarada para camarada?

Padre Marcelo explicou que considera seus irmãos todos que estão comprometidos com o Evangelho.

—Pode ser que a religião defenda Frei Betto, mas a lei o condena — assegurou o delegado.

—Nesse caso, eu fico com a religião — retrucou padre Marcelo. o interrogatório era conduzido de forma a jogar o depoente

contra mim. A repressão brasileira aprendera, nos cursos ministrados pelos norte-americanos, a não alimentar escrúpulos em investigações. Todo réu é culpado até prova em contrário. Explorar as fraquezas humanas surgia como um recurso mais rápido, econômico e cruel. O fio da meada poderia ser encontrado sem exames periciais, sem provas dactiloscópicas, sem análises grafológicas — bastava pôr de lado o respeito aos direitos humanos e adotar a tortura, a chantagem e a pressão psicológica como métodos de interrogatórios.

Doutor Firmino inquiriu-o a respeito da sinceridade de minha opção religiosa e de minhas vinculações com as atividades atribuídas a Carlos Marighella:

— De Marighella só sei o que os jornais publicaram — afirmou padre Marcelo.

O delegado esforçava-se por minar a segurança do prisioneiro:

— Monsenhor, compreenda que faço um trabalho de técnico. Hoje é o senhor que está sentado aí, sendo interrogado por mim. Amanhã pode estar, em seu lugar, um grupo oposto ao senhor. É .1 minha profissão.

De fato, a técnica não consistia em apurar os fatos, mas em induzir o preso às conclusões policiais convenientes ao regime militar. O poder acima das pessoas inoculava em seus acólitos o veneno PC sua necrofilia, destilado na forma de uma "consciência" profissional cega aos mais elementares direitos de suas vítimas.

Nem as intimidações do major, nem as bajulices do delegado Conseguiram dobrar a firmeza de padre Marcelo Carvalheira.

Padre Manuel passou o domingo na ante-sala do diretor do DOPS. Redigia pequenos bilhetes contando a nossa prisão e deixava cair pela janela. Na calçada, os repórteres apanhavam os papeizinhos

contendo as informações que seriam manchetes no dia seguinte.

Ao contrário do que esperava, o vigário da Piedade foi levado, à noite, para a mesma cela ocupada por padre Marcelo, vizinha à que eu me encontrava. Separava-nos uma parede de madeira. Em outra cela, mais distante, estavam os seminaristas Camilo e Francisco, o irmão Cechin, os padres Chen, Hermano e Edgard, vigário da paróquia de Santa Cecília. Por terem auxiliado os refugiados políticos, julgava-se que integravam uma célula revolucionária responsável pelo esquema de fronteira.

Através de um pequeno orifício na madeira, padre Marcelo e (ii) conferimos os nossos depoimentos. Embora indignado com o que experimentara, senti-o tranqüilo, seguro de que a Providência o assistia. Falava excitado, apenas preocupado com a minha situação. Temia que chegassem a torturar-me.

— Não sei qual é o limite de minhas forças, nem quanto tempo posso resistir ao chicote de cobre ou ao choque elétrico. Mas não estou com medo. Só quero vê-los fora daqui o mais rápido possível — disse-lhe eu.

Deitei-me aliviado por descansar a cabeça e o corpo após quase quarenta e oito horas sem dormir, impregnado de tensão. Uma hora depois, a voz do carcereiro fez-me emergir irritado do sono profundo. Fui levado para novos interrogatórios. As pálpebras pesavam sobre os olhos, a cabeça parecia traspassada por punhais, a boca amargava. O DOPS encontrava-se repleto de policiais. Queriam conhecer "o frade terrorista". Olhavam-me como quem dissecava o outro com a imaginação. Ao cruzar comigo no corredor, uma escrivã, em pânico, só não entrou na parede porque as leis da Física impedem. A versão que a polícia emite sobre os presos, aprimorada pela imprensa, faz com que, à imaginação alheia, eles apareçam como monstros, seres anormais dotados de taras e neuroses agudas, capazes de gestos tresloucados e de impulsos homicidas. É como o jogo de espelhos no parque de diversões. A projeção deforma e difama o réu.

Conduzido a uma sala, fizeram-me sentar na cadeira atrás da escrivaninha, de modo a ocupar o lugar central, cercado por mais de uma dezena de policiais. Meu sono esvaía-se numa aflição nervosa, o raciocínio misturava-se na cabeça, enquanto eles trocavam comentários em voz baixa, davam risadinhas sarcásticas, sem me dirigir a palavra. Pouco depois, entrou um homem baixo que julguei ter visto em algum lugar. Moreno, cabelos pretos ralos recuados sobre a testa larga, barriga proeminente, trajava terno escuro e camisa de colarinho sem gravata. Numa reação mecânica, os policiais se perfilaram, duros, calados, sérios, enquanto o cidadão de meia-idade postou-se à minha frente, o umbigo encostado à mesa. Continuei sentado, fitando-o. Nossos olhares cruzaram-se em setas.

—Sabe quem sou eu? — perguntou-me ele.

—Não senhor.

—Sou o coronel Jaime Mariath, Secretário da Segurança Pública.

—Muito prazer — respondi por hábito de expressão.

—Levante-se! — gritou o homem irritado.

Fiquei de pé, aguardando a agressão física. Relutou, olhou-me com desprezo e retirou-se da sala acompanhado pela mafiosa platéia.

Um jovem delegado, filho de um dos mais renomados juristas do país e autor de leis de exceção, iniciou o seu trabalho como se fosse um catedrático em aula inaugural. Tinha o aspecto limpo de quem passou um fim de semana repousante. O rosto bem barbeado, os cabelos lisos em perfeito alinhamento, brilhantes, como se estivessem ainda umedecidos, os óculos de lentes brancas, acentuavam a sua *performance* de intelectual.

— Frei Betto, comigo você pode ficar à vontade. Aceita um garro? Um café? Farei um interrogatório ideológico. Não me interessam os fatos ou as pessoas. Quero conhecer melhor as suas idéias.

Talvez ele esperasse que eu fosse absolvê-lo de sua cumplicidade com o aparelho repressivo, por julgar-se mais inteligente, mais culto e, certamente, mais bem-nascido que seus colegas de serviço público. Pensei nos arquitetos e engenheiros alemães que projetaram os fornos crematórios do regime nazista: devem ter-se indignado quando os tribunais os colocaram no mesmo nível dos oficiais e dos guardas encarregados de conduzir os judeus à morte.

O sono invadia-me como se uma nuvem pesada subisse dos meus pés à cabeça. A visão embaralhava-se. Sorvi o café em busca de alento.

—Consta no seu depoimento que você conheceu pessoalmente o Marighella. Certo?

—Certo.

—Que impressões lhe ficaram?

—Um homem sedento de justiça que entregou a vida pela causa do povo.

—Um homem que seqüestrou, matou, assaltou bancos e atirou bombas, não é?

—É o que diz a polícia. Não respondo pelas acusações que os senhores fazem a ele. Respondo pelos contatos que tive — repliquei.

—Mas você sabia que ele era comunista, não é mesmo?

—Sabia.

—E como um cristão pode colaborar com um comunista?

—Para mim, os homens não se dividem entre crentes e ateus, Bias sim entre opressores e oprimidos, entre quem quer conservar a sociedade injusta e quem quer lutar pela justiça.

—Você reza pela bíblia de Marx?

—Embora reconheça a importância da contribuição de Marx, rezo pela Bíblia de Jesus. No capítulo 25 do evangelho de São Mateus, quando perguntam a Jesus quem se salvará, ele não diz que serão os crentes, os padres, os ricos que ajudam a construir igrejas ou os democratas-cristãos. Diz: "eu tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber... Os justos perguntarão: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te alimentamos, com sede e te demos de beber? Ao que Ele lhes responderá: a cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes."

Portanto, são as atitudes bem concretas em prol da justiça que nos salvam.

— Só falta dizer que Marighella era um homem da Igreja!

Procurei falar mais devagar para controlar melhor o raciocínio, tomo se as idéias fossem pesadas cordas a serem cuidadosamente erguidas da exaustão que me disseminava calafrios pelo corpo.

—Ele não estava na Igreja, mas estava no Reino, nessa esfera da justiça e da igualdade que é o objeto principal da pregação de Jesus. O papel da Igreja é anunciar o Reino.

—Reino de paz e de amor?

Dir-se-ia que sua pose altiva era mais de um cientista examinando a cobaia humana.

— Reino de paz e de amor — assenti.

Seus olhos acenderam por baixo das lentes brancas. Acreditou-me em xeque-mate:

— Quer dizer que você condena a violência, a luta armada?

— Não quero outra coisa senão a paz, muita paz. Por isso luto contra a violência da burguesia sobre os trabalhadores, das estruturas da sociedade capitalista.

—Inclusive com armas, contra a orientação da Igreja?

—Pelo que conheço da doutrina da Igreja, ela não descarta, em última instância, o direito de os oprimidos se defenderem, com armas, da opressão estrutural que os esmaga. Leia *O Regime dos Príncipes*, de São Tomás de Aquino, e a encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI.

—O que você quer é o comunismo?

—Quero uma sociedade justa, onde a vida do ser humano socialmente mais insignificante esteja assegurada. O Deus no qual eu creio é o Senhor da vida. Não me interessa se essa sociedade tenha o nome de socialismo, de comunismo, de utopismo ou qualquer outro. Os rótulos não revelam o conteúdo.

—Você já leu Marx?

—Li, Engels, Lênin, Stálin, Mao, Guevara e Pascal, Kant, Hume e Hegel. Nos dominicanos, aprendemos que quando se quer conhecer uma teoria o mais indicado é ir diretamente à fonte.

—Leu que Marx considera a religião ópio do povo?

—É a burguesia que faz da religião um ópio do povo, pregando um deus apenas senhor dos céus enquanto ela se apodera da terra.

O Deus da minha fé é aquele que se encarna em Jesus Cristo e assume a libertação dos oprimidos. Cabe a nós cristãos provar que a afirmação de Marx, válida para a Alemanha dos séculos XVIII e XIX, não pode ser generalizada a todas as épocas e sociedades.

A noite avançava, minha boca abria-se preguiçosa em longos bocejos, o delegado mostrava-se interessado na competição intelectual. A fim de fazer-me cair em contradição, tentou outro terreno:

—Você acredita na virgindade de Nossa Senhora?

—Acredito, pois não tenho outra fé senão a da Igreja.

Perplexo, ele começava a encolerizar-se. Não admitia que minhas posições políticas decorressem das verdades de fé. Cigarro entre os dedos finos e longos, andava de um lado a outro da sala, como um professor segurando o giz. Insistia em arrancar da minha boca uma heresia qualquer. Da inquirição ideológica passara à inquisição religiosa.

— Diga-me uma coisa: Jesus era um simples revolucionário ou Deus feito homem?

Expliquei-lhe, com a cabeça apoiada entre as mãos, os cotovelos sobre a mesa, que a fé identifica em Jesus de Nazaré a revelação histórica e pessoal de Deus e a manifestação plena de seu Reino. O Deus que se faz conhecer em Jesus é o que cura os cegos, faz andar os coxos, acolhe os pecadores, dá pão aos famintos, põe o homem acima do sábado, anuncia um outro Reino que não o de César. É o Deus que qualifica o Rei Herodes de raposa, denuncia os poderosos, desmascara os fariseus tão apegados à letra da lei, amaldiçoa os ricos com seus bens acumulados. Jesus foi um revolucionário por pregar a transformação radical da pessoa — pela conversão e comunhão com o Pai — e da história, por um novo e definitivo tempo de justiça e de amor.

A discussão inquisitorial alongou-se pela madrugada. O cansaço extremo estalava-me os nervos, o frio e o calor alternavam-se em meu corpo, a fome roncava em minha barriga. O interrogatório terminou às cinco da manhã. Pelo vidro da janela, observei que o dia acordava dourado, transmutando em roxo as trevas que se dissipavam. Retornei à cela, desmaiei sobre a cama.

Duas horas depois acordei sobressaltado sob os empurrões do carcereiro. A cabeça e os olhos pesavam-me como chumbo. O major Áttila aguardava-me para novos interrogatórios.

Engoli avidamente o pão e o café, ouvindo a furiosa preleção do militar afirmando que eu só

mentira nos depoimentos e deveria refazê-los, apontar as pessoas citadas no informe, confessar as ligações com os tupamaros uruguaios, revelar onde escondera as armas e o dinheiro. Repassei o que já dissera, esforçando-me por coordenar o raciocínio na cabeça prestes a estourar como uma panela de pressão vedada. Recusava-se a aceitar que eu organizara o esquema de fronteira sem jamais ter ido até lá.

—Mas foi o Francisco quem desenhou o croqui, não foi?

—Não, isso veio de São Paulo, trazido pelo Arantes — menti.

Seu peito estufou, o rosto avermelhou-se, os braços ergueram-se em gestos ríspidos. Imaginei que, descontrolado, ele iria agredir-me.

— Seu frade de merda, filho da puta, mentiroso! O Francisco acaba de confessar que desenhou isso a seu pedido!

Empalideci, convencido de que era verdade, supondo que o seminarista não resistira às pressões. Eu pisara na armadilha que se fechou sobre Francisco. Esgotado, cedi à artimanha, comprometendo o colega. Ao abatimento juntou-se a revolta que me permitiu resistir às sucessivas investidas do militar.

O grande alívio daquela segunda-feira foi a liberação do irmão Antônio Cechin. Nenhum depoimento o implicava.

Levaram-me para fazer barba e tomar banho. Estranhei o asseio e aproveitei para relaxar um pouco. Ensaboei-me da cabeça aos pés, fiquei parado sob o chuveiro, deixando o jato d'água bater nos cabelos, estender um véu líquido e transparente sobre o rosto, escorrendo pela boca, pelos ombros, pela espuma branca e perfumada que cobria os membros.

Entre na sala atapetada, as paredes cobertas de fotos oficiais, o lustre de cristal solenizando ainda mais o ambiente. Ao fundo, no conjunto de sofás vermelhos, o Secretário de Segurança e o diretor do DOPS cercavam gentilmente o Cardeal Scherer. Cumprimentei-os e me sentei. O delegado Firmino discorria sobre minhas "atividades terroristas". Estampava um sorriso cínico, evocando com os olhos a condescendência do coronel. Sentado à beira da almofada, atento às explicações, o Secretário observava as reações do prelado e, por vezes, reforçava uma afirmação. Tratava-se e convencer Dom Vicente a lavar as mãos, se possível repudiar os presos, entregar-nos às feras. O Cardeal ouvia impassível, como um cura de aldeia mediando o litígio de paroquianos. Trajava batina preta, simples, e enroscava os dedos na corrente da cruz peitoral enquanto seus anfitriões falavam. Quando lhe foi dada ocasião de dizer alguma coisa, dirigiu-se secamente a mim:

—Então, o que o senhor diria de tudo isso?

—Gostaria de conversar a sós com o senhor.

Meu pedido imprevisto gerou mal-estar. O coronel olhou para o delegado que, mudo, perplexo, o

encarava. Titubearam, talvez não tivessem previsto a gravação clandestina da conversa, inesperada para eles. O Arcebispo quebrou-lhes a resistência:

— Os senhores nos permitem, por favor.

Solícitos, sem graça, os policiais retiraram-se da sala. Dei a minha versão dos fatos a Dom Scherer, assumi a responsabilidade das acusações que pesavam sobre outros presos, denunciei a tortura psicológica, as ameaças físicas e a cena de suplício a que assistira ao chegar ao DOPS. Ele ouviu-me interessado, sem contudo demonstrar apoio ou confiança. Era o árbitro de um jogo que não lhe dizia respeito. Antes de nos despedirmos, fiz um pedido:

—Gostaria que o senhor me enviasse uma Bíblia e as obras de Santa Teresa de Ávila.

—Pois não — disse ele.

Os livros chegaram-me na tarde do mesmo dia. Nos poucos momentos que eu passava na cela, entre um e outro interrogatório, eles me ajudavam a meditar e a rezar. Consegui um bloco de papel celofane, uma lapiseira e iniciei um diário espiritual, redigido em letra miúda, registrando as impressões que fluíam em minha sensibilidade estigmatizada pela fé. A incomunicabilidade que me impedia de receber visitas e de falar com um advogado não cerceou a liberdade de duas moças que, sem me conhecerem pessoalmente, ousaram ir todos os dias ao DOPS levar-me frutas, material de higiene e roupas limpas. Aidé e Iria eram-me rostos anônimos, mas pessoas muito queridas que, naquele caos, significavam o ponto de contato com a vida exterior. Cada laranja, liturgicamente saboreada, era sacramento da presença dessas amigas ocultas que eu só viria a conhecer anos após a prisão. No tubo de pasta dental que elas trouxeram, escondi as páginas do diário espiritual, enroladas como um palito e revestidas em plástico.

Na manhã seguinte, encontrei-me com o delegado Sérgio Paranhos Fleury na sala do diretor do DOPS. Gordo como um urso, vestia terno cor de malva e gravata vermelha. Comentava-se que viera me buscar, Seus olhos verdes reluziam o travo da perversidade, a auréola de herói do sistema realçava-lhe a prepotência, os policiais gaúchos fitavam-no como anões perante um gigante. Sua presença repulsiva espremia-me a alma; a fatalidade protegia-me do medo. Olhou-me de relance quando entrei e continuou a arrumar papéis que transbordavam de sua pasta executiva, de couro negro, deixando entrever o revólver 38, niquelado, cano longo, e a Mauser 7.65, compacta, deitados na valise como dois brinquedos de luxo. Dr. Firmino estendeu-lhe a pasta com meus depoimentos. Recostado ao fundo da poltrona, pernas cruzadas, o cigarro de filtro fumegando no canto da boca, Fleury fazia uma leitura dinâmica, passando as páginas bruscamente, estalando o papel.

— Você só encheu lingüiça aqui. Lá em São Paulo o papo vai ser outro — disse-me ele.

Virando-se para o delegado gaúcho, indagou em tom cínico, prazeroso:

— Como é, deram uns beliscões nele aqui?

Dr. Firmino reagiu desajeitado como se o seu machismo tivesse sido posto em dúvida. Atrapalhado, respondeu:

—Não, não foi preciso.

Fleury voltou-se para mim:

—Onde o "Toledo" ia ficar em Montevideú?

Repeti-lhe como passei Joaquim Câmara Ferreira, cujo paradeiro eu ignorava por completo. Ele insistiu um pouco mais e mudou de assunto:

— O que Ana Maria Palmeira foi fazer em Pelotas?

Surpreendi-me com a pergunta. Pelo que eu sabia, ela viajara direto para o Uruguai. Ele não se contentou com a minha versão.

— Sei que ela esteve em Pelotas. Você deve saber com quem. É bom cooperar logo porque não estou a fim de ficar de conversa mole.

Felizmente, eu não tinha a menor idéia se, por acaso, ela mudara o roteiro da viagem no percurso para ir a Pelotas. Após bater na mesma tecla, em vão, retirou-se avisando ao diretor do DOPS:

— Cuidado, ele tem costas quentes.

Tempos depois eu encontraria uma explicação provável para essa advertência: meu tio, o General Campos Christo, reformado, interferira a meu favor junto a altas patentes de Brasília, obtendo a promessa de que, ao menos, minha integridade física seria preservada. É possível que a solicitação tenha chegado aos ouvidos do chefe do Esquadrão da Morte e até mesmo da repressão gaúcha.

## 19

*Passei anos, Aninha, sem saber de seu destino. Soube-a assassinada ao retornar ao Brasil, em 1971. A notícia chegou-me difusa, tem detalhes, entre as grades enferrujadas do Presídio Tiradentes. O gosto acre da vida azedou-me os sentimentos, avivando lembranças. A morte despira-se da máscara de bruxa, entre indescritíveis torturas, para apresentar-se como eterna companheira, livrando-a das mãos dos algozes. Adivinhei a sua imagem tecida em luz, os olhos miúdos e castanhos inundados de paz, a boca pequena irradiando o sorriso cúmplice, os cabelos de ouro, compridos, flutuando à brisa leve de uma nova aurora. Bênçãos a nós sobreviventes. Re-i-i a promessa de que minha vida deveria ser, no mínimo, digna de tua morte. Meses depois, outra versão dava-a como morta no mesmo tiroteio que, na periferia de São Paulo, sacrificou José Arantes. Seria você a moça loira a que os jornais se referiam. Na cela, celebramos D seu nome, bendissemos a sua existência e pedimos ao Senhor que a transformasse em semente de um novo tempo. Chorei lágrimas sem. Ressentido, virei o ódio pelo avesso e extraí o amor que se faz rizo e fruto em nossa luta.*

*Disseram mais tarde que não. Você regressou ao país, falou com amigos comuns e, ao tentar a saída pela Foz do Iguaçu, os agentes da repressão apanharam-na. Como de tantos outros companheiros e Companheiras, o seu sangue escorria pela terra brasileira, encharcava os nossos pés, banhava a nossa alma, indicava-nos o caminho da vida pelo paradoxo da morte. Depois, a confusão. Alguém segredara: "ela está viva". Onde? Corno? As interrogações multiplicavam-se sem respostas. Alentava-nos o fio de esperança, assegurando a certeza de que, um dia, os desaparecidos ressurgirão das trevas semeadas pela ditadura. Sofrida esperança de famílias à porta da mesma casa de onde saíram seus filhos, a aguardar-lhes a silhueta na curva da esquina, a estremecer de saudades o coração de um pai a cada toque estridente do telefone, a tremer as mãos sôfregas da mãe querendo adivinhar a letra da filha no papel de carta. Algum dia, quem sabe, a fada da saudade me traria um fio de ouro de seus cabelos.*

*Os anos consumiram-se no passado, deixei o cárcere, acompanhou-me a incerteza. Talvez você estivesse numa cooperativa cubana, numa loja em Bruxelas, numa escola em Leningrado. Preferia a discricção, o exílio paciente e laborioso à espera dos apelos do futuro.*

*Dez anos depois, a conquista da anistia retornou os exilados. Pedi notícias suas e recebi o silêncio em resposta. Ninguém sabia dizer nada. Padei solitário essa mesma saudade que me fará sempre reverenciar a memória de meus amigos mortos ou desaparecidos.*

*Em princípios de 1980, Thereza Cesário Alvim disse-me, em Teresópolis, que alguém gostaria de ver-me. Na viagem para Petrópolis, imaginei estar indo ao encontro de algum articulador de um novo partido político. Paramos numa praça onde crianças brincavam na sossegada alegria de uma tarde de domingo. Aguardei enquanto Thereza sumia ?ia dobra de uma rua. Pouco depois você aparecia na esquina, tão diferente do retrato que ficara em minha lembrança. Abracei-a surpreso, emocionado, feliz, como o faria se encontrasse vivo, hoje, Frei Tito.*

*Gostei muito de vê-la, Aninha. Sua casa cor-de-rosa, o marido afável, as crianças lindas e saudáveis. Na sala, o casal de operários, seus amigos. Só que nada sabiam de seu passado, como seus filhos desconheciam seu verdadeiro nome. De certo modo, não houve mudanças substanciais. Os olhos ariscos, o sorriso demorado, o raciocínio esperto manifestavam a mesma lucidez tão plena de seriedade e de alegria de outrora. Mas os cabelos mudaram para preservar sua verdadeira identidade: foram pretos, castanhos e, agora, curtos, recuperavam a cor natural. Achei-a um pouco mais gorda, mas o rosto fino, jovial, encobria o longo e atribulado itinerário: os anos de clandestinidade no Brasil, a morte dos companheiros a seu lado, a solidão no sítio cravado nas montanhas, a vida de camponesa analfabeta sem registro de nascimento, o emprego na pequena lapidação de roça, a travessia diária da mata que separava sua choupana do trabalho. Uma sobrevivência à imagem e semelhança de nosso povo. Você conseguiu, Aninha, vencer o tempo, preservar a esperança, renascer no anonimato sem cortar os laços*

*das antigas afinidades, da fidelidade política, da confiança de que os revezes da luta são passos em direção à vitória. Decifrei em sua face que a vida lhe foi pródiga; provei na sua comida o sabor da amizade que se faz mais responsável na sobrevivência; contemplei em sua família que os frutos do parto, gerados no amor, igualam-se à tomada do poder pelos famintos de justiça e sedentos de liberdade. Hoje, seu nome é outro. Aparentemente, uma outra pessoa, mais madura, cujo segredo torna-se conhecido dos mais próximos. Se os tempos deixarem e o sol emergir nas entranhas da noite, em breve os fios dourados cobrirão os seus ombros e o seu rosto desvelará as feições de Ana Maria.*

## 20

Não voltei a ver o delegado Fleury. Segundo os jornais, teria ele ficado quatro ou cinco dias no Sul. É possível que ele tenha usado a versão de que passara dias me interrogando para encobrir sua ida a Montevideu — quem sabe à procura de Joaquim Câmara Ferreira, quem sabe a fim de adestrar a polícia uruguaia na repressão aos tupamaros.

— Coronel, este é Frei Betto.

o diretor do DOPS apresentou-me de tal maneira ao oficial do 1 Exército, enfatizando o orgulho que sentia por me ter prisioneiro, que provocou no militar o gesto inusitado, mecânico, de estender-me a mão e dizer "muito prazer", quebrando o clima de distância e de ameaça propício ao interrogatório.

O coronel fechou-se comigo numa pequena sala, em cuja porta se postaram dois ferozes guardiães. Iniciou uma conversa desconexa, como quem rodeia temendo chegar ao ponto central. Fez-me repetir as pessoas que eu passara na fronteira e, por fim, indagou:

— Você não passou *fulana*?

O nome da moça foi pronunciado, mas, por motivos éticos, devo omiti-lo. Saída de um casamento opressivo e prematuro, ela (ornara-se companheira de um militante revolucionário. Não tinha consciência política e era de uma beleza constrangedora, a pele corada angelical coroada pelos cabelos claros, anelados, caídos em mecha sobre os olhos felinamente verdes, cravados no rosto bem-modelado como duas jóias de fogo. Como gerente de empresa fiel às suas origens burguesas, o companheiro encobria suas atividades sob a imagem onírica de quem aprecia bebidas raras, carros esporte e lindas mulheres. Havia ido com ela a Buenos Aires em aparente viagem de turismo detectada pela repressão. Presos na capital Argentina por policiais brasileiros, foram metidos num carro e, dias depois, despejados no quartel da PE, no Rio. Enquanto ele resistia às pressões, conseguindo evitar a instauração do processo, o pânico da situação, que a ela parecia absurda, levou-a a utilizar, contra a ameaça de tortura, esta perigosa arma que certas mulheres manejam com assombrosa destreza: a sedução. O coronel inquiridor aceitou a proposta

decifrada no instinto de defesa de sua vítima, afastando a hipótese de permitir um simples arranhão naquele corpo que faria reais as suas fantasias. Entretanto, ele sabia que eu conhecia a sua presa e poderia pôr a perder seus sonhos concupiscentes. Fora pessoalmente ao Sul para ter certeza de que eu não falaria dela em meus depoimentos. Por isso, respirou aliviado quando — sem saber de toda essa trama que se alinhavara por trás, da qual só tomei ciência anos mais tarde — respondi à sua pergunta:

— Não, não passei essa pessoa.

A breve inquirição derivou-se imediatamente para uma conversa que mais parecia um aconselhamento pessoal. Embora o comportamento do militar me conviesse, o desconhecimento dos fatos capazes de explicá-lo fizeram-me achar tudo aquilo muito estranho. Ele discorria sobre a educação de seus filhos, a pernicioso influência da televisão na vida familiar, a dificuldade de se manter acesa a chama do amor num casamento minado pela rotina. Queria saber o que pensava eu da infidelidade conjugal (não da esposa, é claro), da poligamia masculina, do matrimônio definitivo. Certamente tratava-se de um marido atordoado pela ambigüidade instalada com o aparecimento de uma amante em sua vida. Por vezes, os guardiões da porta batiam predispostos a "dar uma mão" (literalmente) no interrogatório. O coronel dizia que tudo ia bem e dispensava a macabra gentileza dos cães de fila. Prosseguia desafiando seus conflitos, atento às ponderações que eu fazia.

Estranho universo o da consciência humana! Esse mesmo pai de família atribulado por trair a esposa era um torturador notório que se comprazia em enfiar um tubo de borracha na vagina de presas políticas. As ditaduras geram monstruosidades à sua imagem e semelhança. Para o poder absoluto, o inimigo não tem sequer direitos relativos. Aprende-se a matar como o açougueiro em seu trabalho. A diferença é que esse último lida com animais que alimentam vidas humanas, enquanto o torturador sacrifica vidas à idolatria do poder.

Anos mais tarde, viajando a bordo de um DC-10 da Varig, ao regressar do México, uma jornalista norte-americana descrevia-me o que apurara do treinamento dos boinas-verdes em seu país: iniciam por matar pequenos insetos, aprendem a sacrificar pássaros como se fosse uma brincadeira, enforcam coelhos, espetam gatos, atiram em cães e, quando já têm a sensibilidade embotada pela medonha lógica do ofício assassino, torturam mendigos como o fazia Dan Mitriane em minha cidade natal, Belo Horizonte.

## 21

Quarta-feira, 12 de novembro de 1969. Ao fim de longo interrogatório, padre Marcelo pediu ao delegado Firmino licença para celebrarmos a eucaristia na cela.

— De jeito nenhum, aqui não entra vinho.

Comentamos com os carcereiros e um deles ponderou que o diretor do DOPS era homem supersticioso: via na missa um sortilégio que poderia ir contra ele. De noite, esse mesmo carcereiro

passou-nos um embrulho e pediu que tivéssemos o máximo cuidado com aquilo. Era o material necessário à celebração eucarística, trazido Kim certeza de alguma igreja, inclusive um pequeno vidro de remédio contendo vinho. Batizamos Diácono o carcereiro. Padre Manuel recortou a cruz no papel de embrulho e, por cálice, usamos uma Caneca. Enquanto Diácono vigiava a entrada do corredor das celas, subi no tabique que nos separava e, de cima, participei da celebração. Foi uma cerimônia simples e emocionante. Lembrou-nos as catacumbas dos primeiros cristãos. Rezamos pelos mortos nas mãos dos órgãos de segurança, evocamos os nossos mártires e confessores, i(afirmamos o nosso compromisso com a luta pela justiça. Meditamos o evangelho das bem-aventuranças.

No dia seguinte, Diácono apareceu com um cálice de cristal e entregou-o a padre Marcelo:

— Trouxe para os senhores celebrarem. É o cálice em que eu e minha mulher tomamos champanha no dia do casamento.

Passamos a utilizá-lo em nossas celebrações clandestinas. É Verdade que nos restava uma ponta de desconfiança: e se tudo isso for uma jogada da repressão? O tratamento amigável não implica confiança. Jamais tivemos também qualquer indício de que ele provasse as torturas. Sua generosidade chegou ao ponto de entregar-nos a chave do *box* que lhe cabia no armário em que os carcereiros guardavam os seus pertences, instalado dentro da cela dos padres e que, na falta de presos, lhes servia de dormitório. Aí guardávamos o material da missa e os livros que Diácono nos levou de contrabando: Graham Greene, Somerset Maugham e outros autores, Quando os delegados vistoriavam a cela, não podiam imaginar que dispúnhamos de um esconderijo fornecido por um dos carcereiros. Ele, inclusive, cuidava de nos avisar quando os delegados se aproximavam:

— Jacaré de boca larga não entra no céu — dizia.

Certo dia, Diácono apareceu-nos transtornado. Fora dedurado por um colega de serviço que o vira com o bilhete que um de nós pedira que ele levasse a uma pessoa de fora. O colega o viu encontrar-se com o destinatário num café e comunicou ao diretor do

DOPS.

— O senhor está demitido — disse-lhe o Dr. Firmino. — Mas como efetivamente não posso demiti-lo, devido a seus anos de serviço, vou transferi-lo.

Padre Manuel quis contratar um advogado para defender Diácono, temendo que ele sofresse represália maior. Removeram-no para o Detran, que funcionava em prédio anexo. Poucos dias depois ele apareceu à porta da cela e, tentando entregar-nos uma corda, falou:

— Dependurem carta ou bilhete na ponta dessa corda e, de noite, quando eu assobiar lá de baixo, podem deixar cair que apanho e entrego.

Em jacaré de boca larga não se mete a mão. Recusamos a oferta e agradecemos a gentileza.

Na madrugada do dia 11 para 12, o major Áttila irrompeu aos gritos em minha cela. Acordei sobressaltado e quando dei por mim já estava sendo levado, aos empurrões, para a sala do oficial que vociferava:

— Mentiroso, safado, filho da puta! Eu querendo acreditar em você e sendo enrolado!

O motivo para tanta raiva estava em suas mãos: haviam sido encontradas, no sofá da mansão em que eu fora preso, minha caderneta de endereços e a carteira de identidade falsa.

Amanheci explicando que os nomes registrados na caderneta, com respectivos endereços, eram de amigos e antigos colegas de trabalho que nada tinham de subversivos. Posteriormente, soube que a polícia procurara comprovar minha afirmação por amostragem, convocando a depor algumas pessoas, entre elas meu amigo fraterno Ricardo Gontijo que narra o episódio em seu primoroso livro *Prisioneiro do Circulo* (Civilização Brasileira, Rio, 1981). Ninguém foi sequer ameaçado de prisão. Quanto à carteira em nome de "Ronaldo Matos", contei que me fora obtida por um companheiro que já se encontrava fora do Brasil.

Ao fim de manhã do dia 12, fui apresentado à imprensa para ser fotografado, proibido de fazer qualquer declaração.

À tarde, foram libertados os padres Edgard, Chen e Hermano, I o seminarista Camilo. Não chegaram a ser incluídos no processo. Assumi ter abusado da boa vontade desses amigos e da confiança editada às minhas solicitações. Isso me deu grande alívio. Comigo continuaram presos os padres Manuel e Marcelo, e o seminarista Francisco.

Na segunda semana de prisão, os interrogatórios giravam em torno de um único ponto: a identificação dos nomes citados no informe que eu pretendia enviar a São Paulo. Um estava citado por extenso: o de Francisco. Através de investigação nos arquivos dos órgãos de segurança e segundo indícios contidos em meu bilhete, a repressão identificou outros nomes: "moça Dedé ou Vera" era Vera Maria I., processada por participação na guerrilha de Caparaó, em 1967. De "Marcos" ou "Mário" havia a indicação de que "linha sido condenado pelo STM a seis meses de prisão", "e condenado com outro de nome Cláudio". O levantamento dos processos gaúchos no STM permitiu verificar que Cláudio Antônio W. G. fora condenado em processo estudantil em companhia de Luiz Eurico Tejera Lisboa, que recebeu pena de seis meses. Mostraram-me as fotos dessas pessoas e reconheci-as. "Marcos" ou "Mário" era Luiz Eurico. Só "Regina" jamais foi identificada, mesmo porque Paulo também não a conhecia.

Seguiram-se as pressões e ameaças para que eu dissesse onde moravam essas pessoas. Ainda que quisesse, não poderia fazê-lo, pois tu é que fora procurado no Cristo Rei por Vera e encontrara os dois estudantes num *ponto* na Rua Doutor Flores. Àquela altura, eles já não se encontravam mais em suas residências. As buscas policiais resultariam infrutíferas.

Luiz Eurico Tejera Lisboa veio a ter um destino trágico, semelhante ao de inúmeros brasileiros perseguidos pelo terror policial. Mais tarde eu soube que ele se mudara para o centro do país, deitado em Porto Alegre sua companheira Suzana, e continuara a participar corajosamente da resistência à ditadura. Em agosto de 1972, aos 24 anos, correu a notícia de sua prisão em São Paulo.

Sua família repetiu a mesma *via crucis* percorrida por tantas outras ainda hoje: procurou órgãos de segurança, visitou autoridades, falou com políticos, foi a presídios e quartéis, fez apelos e denúncias. O Governo, como um assassino de costas largas, manteve-se calado; nada vira, nada soubera, nada a informar. Em alguma esquina do Brasil, Luiz Enrico "evaporara". O terror do Estado agia sob a complacência da Justiça. Em nome da segurança nacional, um jovem brasileiro fora seqüestrado e morto. Nenhuma notícia a seu respeito. Os jornais, com a boca tapada pela censura e intimidados, nada diziam a respeito. Contudo, uma pessoa não pode deixar de existir nas entranhas de sua mãe, no coração de sua esposa, no afeto de seus parentes e amigos, na admiração de seus companheiros, na memória dos que sobrevivem e alimentam-se de seu sacrifício e exemplo. Um revolucionário é um ser social, como uma árvore cujas raízes se espalham à sua volta, cravadas no chão da história, e cujos frutos vão muito além de seus galhos e nutrem o esforço de libertação.

Em agosto de 1979, Suzana obtivera indícios concretos de que o desaparecimento de seu companheiro se dera por assassinato. Dotada de uma persistência incansável, movida pelo compromisso com a memória de seu marido, ela conseguiu que o cartório do escrivão Jarbas Emílio de Moraes, na capital paulista, lhe concedesse certidão de óbito em nome de "Nelson Bueno" — como era conhecido Luiz Eurico na clandestinidade. O documento atesta que ele morreu a 3 de setembro de 1972, às três horas, devido a "hemorragia cerebral traumática", e recebeu o número 68.696. Luiz Eurico foi sepultado como indigente por seus assassinos no cemitério Dom Bosco, em Perus, na Zona Oeste de São Paulo. Fora encontrado pela polícia na pensão em que residia.

Na última semana que passei preso em Porto Alegre, recebi a solidária visita de meus pais e de Frei Domingos Maia Leite, Provincial dos dominicanos, que me deixou seu pequeno exemplar do Novo Testamento da Bíblia de Jerusalém, edição francesa. Soube que o clero da capital gaúcha pronunciara-se

em defesa dos religiosos detidos e que os dominicanos franceses haviam escrito ao Cardeal Roy, presidente da Comissão Justiça e Paz do Vaticano, carta publicada pelo *Le Monde*, na qual diziam que "enquanto aguardamos novas informações, verificáveis e verificadas, chamamos a sua atenção e, por seu intermédio, a do Santo Padre, e da opinião pública mundial, sobre o fato de ser impossível limitar a esses dominicanos o papel que assumem os cristãos do Brasil nos movimentos que se opõem ao regime atualmente no poder. Os membros do laicato jovem e dos movimentos de Ação Católica, do clero tanto secular quanto regular, sem falar dos meios protestantes, mäs se engajam em número cada vez maior. A própria hierarquia, cuja legítima prudência ninguém desconhece, viu-se obrigada, como bem sabe o senhor, a denunciar o caráter ditatorial desse regime. Nessas condições, pensamos com firmeza que qualquer tentativa que visasse dissociar o caso dos nossos irmãos dominicanos do conjunto da Igreja e da sua presença no seio da realidade brasileira atual equivaleria a cair no laço armado pelo poder" (publicado em 15 de novembro de 1969).

Foi para evitar esse laço que o Mestre Geral da Ordem, padre Aniceto Fernandez, enviou ao Brasil o seu assistente, padre Vincent de Couesnongle, de quem receberíamos todo apoio.

Todavia, o poder não ficaria sem mãos eclesiásticas dispostas a ajudá-lo no nó e no laço. Na terça-feira, 18 de novembro, o Cardeal Vicente Scherer, em seu programa radiofônico semanal *A Voz do Pastor*, após declarar que "o abundante noticiário divulgado pela imprensa poderia sugerir a idéia errônea de que os sacerdotes e religiosos implicados nos acontecimentos são réus comprovados", acrescenta que "quem participa de um esquema comum com terroristas, que assassinaram inocentes a sangue-frio, assaltam e roubam, torna-se conivente com tais crimes e participa de sua responsabilidade". E entrega-me à força: "Neste Estado, muitas graves acusações pesam sobre o estudante dominicano de São Leopoldo. Em torno dele (ocorreram os acontecimentos verificados no Rio Grande. Parece difícil que consiga desfazer as provas acumuladas contra ele e demonstrar a sua inocência."

Nas missas de domingo, incidentes revelavam a exaltação dos Unimos. Ao retornar à paróquia de Santa Cecília, o padre Edgard Jost indagou no sermão se caridade é crime e lembrou que Cristo acolhera pecadores como Madalena, Zaqueu e o bom ladrão. Um militar interrompeu-o:

— É verdade que o senhor é acusado de terrorista e de falsificador de documentos?

Padre Edgard respondeu que fora detido para prestar esclarecimentos. Se tivessem fundamento as acusações ali proferidas, ele não teria sido solto.

Na igreja da Chácara das Pedras, o pároco pregou sobre a prisão de São Pedro e de outros apóstolos. Um fiel que se identificou como juiz disse que ele não tinha o direito de "comparar a prisão de Pedro com a de religiosos acusados de terrorismo".

No dia seguinte à fala infeliz do Cardeal Scherer, o Cardeal Agnelo Rossi, presidente da CNBB, foi

recebido em Brasília pelo General Mediei. Ao final da audiência divulgou nota redigida de próprio punho, na qual dizia que "as dificuldades e problemas que naturalmente surgem entre a área temporal e a espiritual de governo, espero, poderão ser sempre resolvidas através de entendimentos diretos e do diálogo franco e patriótico. Aliás, todos desejamos a felicidade e a prosperidade do Brasil. Rogo a Deus abençoe o governo do ilustre General Emílio G. Mediei." Declarou ainda que tratara com o Presidente da República de assuntos gerais, focalizando a imagem do Brasil no exterior, "que nem sempre é favorável. Creio que é preciso um esforço especial do governo para mostrar as realizações concretas e o desenvolvimento para neutralizar as notícias negativas" (*O Estado de São Paulo*, quinta-feira, 19 de novembro de 1969).

## 25

Quinta-feira, 27 de novembro de 1969. Comemoração militar em homenagem às vítimas da frustrada rebelião comunista de 1935, comumente intitulada, nos discursos oficiais, por esta expressão que fere os nossos ouvidos e a própria língua pátria: "intentona comunista". Fomos acordados às cinco da manhã, com grande alvoroço. Policiais do DOPS e militares misturavam-se agitados pelos corredores da carceragem. Mandaram que fizéssemos a trouxa. Seríamos transferidos. Para onde? A pergunta ficou no ar, sem resposta. Nervoso, padre Manuel exigia explicações, ameaçava entrar em greve de fome, prometia escrever uma carta de protesto ao Presidente. O delegado Firmino, ao ver padre Marcelo arrumado, mas com a barba por fazer, sugeriu:

— Por que não corta essa barba?

— Quero ao menos ter direito sobre o meu queixo — retrucou o prisioneiro.

Recebemos ordem para descer sem trocar uma palavra. Surpreso, vi saírem também, de uma cela dos fundos, Joseph Calvert, que passara por mim em Porto Alegre, e outro jovem, Caio Venâncio. Mais tarde, Calvert me contaria que ele e Sebastião Mendes foram presos em Livramento, ao tentarem atravessar para Rivera. Caio havia sido detido em Artigas pela polícia brasileira. Sebastião, porém, conseguiu fugir do cárcere. Posteriormente, foi preso no Uruguai, tendo-se conseguido que não fosse devolvido à repressão brasileira. Solto, viveu no exílio até a anistia parcial de 1979.

No pátio do DOPS, três viaturas nos aguardavam. O delegado Marco Aurélio e o major Áttila Rohrsetzer, que portava um *walkie-talkie*, comandavam a operação. Fomos conduzidos ao aeroporto militar de Canoas, próximo à capital gaúcha. Padre Marcelo e eu estávamos ligados pelas mesmas algemas. Dotadas de dispositivo antifuga — que aperta a argola sobre o pulso a cada movimento brusco —, as algemas exigiam que coordenássemos bem os mínimos gestos. Não obstante, o balanço da viatura

cravava as pulseiras prateadas em nossa pele.

Éramos ao todo seis presos políticos. A Base Aérea de Canoas encontrava-se cercada por tropas da Aeronáutica, armadas de metralhadoras. Na pista, o c-47 da FAB esperava-nos com os motores ligados. No momento de embarcar, veio uma contra-ordem. Levaram-nos para o saguão do aeroporto. Desligaram o aparelho, enquanto duas dezenas de soldados trajando uniformes azuis, capacetes, luvas e botas brancas faziam uma roda à nossa volta. Os canos das metralhadoras adornadas pelo colar de balas douradas estavam apontados sobre nós.

O que então se passou deu ensejo a esta crônica, redigida no cárcere:

### O SABONETE SUSPEITO

*O carro avançou pelo corte negro do asfalto que dividia a relva verde ainda umedecida pelo orvalho da manhã. Um vento fino soprava em direção ao Norte. Após tanto tempo trancados entre paredes nuas de uma cela, meus olhos agora deliciavam-se ao ver a rua, as pessoas, a natureza. As algemas apertavam meus pulsos.*

*A viatura parou junto à cerca de madeira que se prolongava pelo aeroporto. Da guarita saiu a sentinela, com a metralhadora dependurada sob o ombro direito. Debruçou-se à janela para reconhecer o documento que o major lhe exibia. A trave de madeira ergueu-se à frente e ingressamos na Base Aérea de Canoas.*

*Paramos junto ao galpão de espera. O major retirou a pistola do porta-luvas do carro e enfiou-a no coldre. Desceu para conversar com oficiais da Aeronáutica que nos fitavam curiosos. Logo mais, dois carros estacionaram. Da parte traseira da perua saltaram dois presos com os braços algemados às costas. Caio e Joseph traziam o semblante carregado, amargurados com a situação em que se encontravam. Tinham os sapatos sem cadarços, o que os obrigava a caminhar devagar, firmando o passo para que os pés não avançassem descalços. Da outra viatura saíram padre Manuel e Francisco. Padre Marcelo ligava-se a mim pelas mesmas argolas niqueladas. Os sacerdotes trajavam terno e camisa esporte, sem gravata; Francisco abrigava-se num blusão negro, de náilon, folgado em seu corpo. Ficamos de pé no saguão, cercados por soldados armados. Havia cadeiras encostadas às paredes, um balcão à frente de quadros de horários e vôos assinalados a giz, a balança de cargas junto à porta de vidro, o relógio que marcava as primeiras horas do dia. Sobre a pista, três aviões parados. De um deles entravam e saíam soldados carregando pacotes.*

*As algemas nos foram tiradas, ù círculo de soldados vigiava os nossos mais insignificantes movimentos. Pesado silêncio povoava o saguão. Desconhecíamos inteiramente os planos militares a nosso respeito e pela maneira como os oficiais confabulavam entre si pareciam discutir opiniões*

*diferentes, o que nos assustava.*

*Um sargento chamou os prisioneiros pelo nome e pediu que cada um, por vez, ingressasse num pequeno quarto, de posse de sua respectiva bagagem. Fui o terceiro a entrar. Um soldado revirou os poucos objetos da uso pessoal que eu trazia na sacola, enquanto outro pediu que me despisse. Coloquei a roupa sobre uma pequena mesa. Tudo foi cuidadosamente examinado, cada dobra e costura do vestuário. O tubo dental foi apertado, mas, felizmente, não perceberam o plástico que, dentro, envolvia as folhas de meu diário espiritual. Forçaram o salto dos sapatos para certificarem-se de que estava fixo. Vesti-me e fui levado para junto de Francisco, com quem fiquei algemado. O restante dos pertences foi socado de qualquer jeito dentro ria sacola.*

*Terminada a revista, o soldado que examinara as bagagens deixou sobre a mesa do saguão um sabonete Lux, branco. As sentinelas mantinham-se atentas a nós e nós a elas, exceto Joseph, que seguia com os olhos presos ao chão. Pensei que o ambiente era propício a um fuzilamento coletivo. Bastava os soldados acionarem suas armas e morreríamos sem toque de clarim ou quaisquer expressões nobres de uma flora extrema. Francisco disse-me algo que não entendi, talvez por estar absorvido pela idéia de que aqueles militares tinham mais medo de nós do que nós deles. O seminarista jesuíta fez sinal para um soldado que se aproximou após passar sua arma a um colega.*

*— Por favor, traga-me o sabonete sobre a mesa. Ele me pertence — disse Francisco.*

*O soldado foi falar com o sargento. Este fixou os olhos de lince em Francisco, como se quisesse descobrir-lhe as segundas intenções. Em seguida, dirigiu-se a um oficial e sussurrou-lhe algo. Sobrancelhas levantadas, traço de espanto atravessado no rosto, o oficial virou os olhos em direção ao estranho objeto sobre a mesa, que nada mais era senão um simples sabonete devidamente revestido de sua embalagem comercial. Francisco seguia os movimentos com os olhos miúdos e negros, talvez arrependido de ter provocado transtorno. O oficial ordenou que um soldado apanhasse o sabonete. Como quem segura um petardo prestes a explodir, o cosmético foi entregue ao oficial que o levou para a roda de militares no pátio. Cessaram a conversa, detiveram-se no suspeito produto e alguns ousaram segurá-lo. Dois soldados foram chamados. De posse do intrigante material, levaram o Lux para uma pequena murada de cimento, consideravelmente distante para que nada fosse atingido caso a bomba perfumada detonasse. Pálido, cuidadoso, imbuído da consciência de dever patriótico, um dos soldados retirou lentamente o invólucro colorido do sabonete, enquanto o outro, arma em punho, vigiava atento. Dentro e fora do saguão, todos observavam silentes, com a respiração em suspenso, o ritual idêntico ao arriscado ofício de desmontar a espoleta de uma bomba. Apenas as sentinelas resistiam à curiosidade, forçadas pela obrigação de se manterem vigilantes aos nossos movimentos.*

*Francisco deixou-se tomar pelo clima nervoso do ambiente. Suava, mexia-se, evitando porém*

*levantar o braço esquerdo que se unia ao meu direito pelas algemas. O celofane encerado da embalagem foi meticulosamente desdobrado e, enfim, restou um objeto branco, cremoso, perfumado. Dir-se-ia tratar-se de um sabonete. O soldado examinou-o por cima e pelos lados e, pronto a sacrificar a vida em nome da disciplina castrense, começou a cortá-lo com um canivete, ate reduzi-lo a pequenos pedaços esfarelados. Recolheu-os no papel de embalagem e entregou ao oficial. Este guardou-o no bolso, quem sabe para posteriormente enviá-lo a algum laboratório de análise dos órgãos de segurança.*

*Meu colega embarcou sem o seu sabonete.*

## 26

A discussão entre os oficiais, nosso atraso na Base Aérea de Canoas e os motores do avião desligados foram por motivos que vim a conhecer mais tarde. O coronel Jaime Mariath, Secretário de Segurança, prometera ao Cardeal Scherer que não seríamos transferidos de Porto Alegre. Mas, na disputa entre o DOPS gaúcho e o paulista, venceu o segundo. Naquela manhã, a promessa não deveria ser quebrada antes que o Arcebispo iniciasse a missa das sete, em memória dos mortos na rebelião de 1935. A Base de Canoas recebera aviso de que não deveríamos embarcar enquanto o celebrante não desse início ao ofício religioso. Iniciada a celebração, comunicaram à base: "padres podem seguir".

Encerrada a missa, o coronel Mariath foi à sacristia:

— Eminência, sinto muito, mas recebi ordens superiores para enviar os padres a São Paulo. O avião acaba de decolar.

Estarrecido, o prelado sentiu-se traído pelo Secretário. Saiu da igreja e foi providenciar sua passagem de avião para São Paulo.

A bordo do c-47 da FAB, ignorávamos nosso destino. Seríamos jogados ao mar? A hipótese passou levemente pela minha cabeça devido às condições em que viajávamos: algemados, impedidos de falar um com o outro, cercados por soldados que, de pé, apontavam suas armas para nós. Temi que aquilo disparasse quando a aeronave tremia ao sabor dos ventos. Era inteiramente fora de propósito todo aquele aparato bélico em pleno vôo. Talvez receassem a possibilidade de seqüestrarmos o aparelho. Ou quem sabe acreditassem em filmes de TV, nos quais heróis subjugados desfazem-se miraculosa-mente de suas amarras e dominam seus agressores.

## 27

*No ônibus que me conduziu de São Leopoldo a Porto Alegre, ao escapar do cerco policial, firmes propósitos e corajosas intenções acenderam-se em minha mente, como belas molduras para urna tela*

*precária. Agora, no vôo que me levava a São Paulo, a tela estava nua e o artista sabia o quanto cedera a seus críticos. Ah, como seria fácil ocultar com a máscara de herói minhas falhas perante a repressão! Não creio que o propalado homem novo possa nascer de nossa habilidade de blefar, mentindo aos companheiros, enganando os amigos, como se a luta fosse um jogo no qual só a vitória pessoal interessa. A literatura alia-se ao opressor quando abandona o compromisso com a verdade e utiliza sua fascinante magia como, um feiticeiro encanta o doente, suprimindo as dores sem erradicar a infecção. Sim, eu teria condições de atenuar minhas falhas sem que outros pudessem apontá-las, a menos que se valessem da versão policial. Elas não foram graves, mesmo porque escapei da prova cabal: a tortura física; mas convenceram-me de que o combate exige muita maturidade ideológica e espiritual. Talvez a vivência cristã, estímulo ao hábito do exame de consciência, me ajudasse a ser menos prepotente. Essa prática, sem dúvida, contribuiu historicamente para reafirmar o primado da consciência humana e minar as bases de todo poder que se pretenda absoluto e inquestionável. No cárcere, eu aprenderia que os marxistas recorrem ao método da crítica e da autocrítica para avaliarem seu comportamento e reverem suas ações; todavia, se a penitência cristã peca por subjetivismo, ocultando as causas sociais e políticas do mal, a crítica e autocrítica tendem a fazer da objetividade uma espécie de razão estratégica na qual a lógica do poder que a preside paira acima da dúvida, como dogma de fé, e as vicissitudes humanas mais íntimas são encaradas como meros desvios pequeno-burgueses.*

*Ainda que meu silêncio tenha preservado vidas, eu enriquecera no Sul O acervo de informações dos órgãos de segurança, falando dos passageiros da liberdade, implicando Francisco, reconhecendo fotos. A pressão psicológica, a castração incessante do sono, os redemoinhos armados pela técnica policial tornaram-me vulnerável ao laço que não me permitiu decolar tão alto quanto meus propósitos. Depois da queda, recusei os magos que nos estufam o ego e fui ao encontro de minha própria fragilidade, como quem admite a sede e corre ao poço antes de prosseguir a difícil caminhada, ainda que atrasando o passo. Lutei acirradamente contra os fariseus que me habitam e fazem reboar dentro de mim as exigências religiosas de uma vida "exemplar" fundada na exagerada auto-estima, na onipotência, na vã pretensão de arvorar-me em juiz supremo de vidas alheias, como se me coubesse atirar a primeira pedra. Resisti aos estereótipos que adornam a esquerda e, por vezes, distorcem sua visão real da história, fazendo-a acreditar que o inimigo não passa de um tigre de papel e que meia dúzia de conceitos políticos são suficientes para adestrar a vontade, tornando-a imune aos vícios de classe e, em última instância, às dores da tortura. A santidade, a meu ver, está em saber assumir a própria humanidade. A respeito de Jesus, Carlos Mesters e Leonardo Boff me ensinariam que "humano assim como ele foi, só podia ser Deus mesmo". Meu itinerário evangélico não poderia orientar-se pelo ideário que, ilusoriamente, nos transforma em super-homens ou em seres angelicais. Desde o momento em que o Pai*

*acendeu o fogo em minhas entranhas, reconheci que só me restava a unidade que caracteriza o mistério da encarnação de Jesus: brindar o Absoluto na cerveja gelada que refresca a garganta e lava a alma; aceitar as limitações na transparência que fermenta a fidelidade; ser capaz de chorar na solidão da noite; ter a coragem de exibir carências e a ousadia de fazer dessa vida tão curta e precária um gesto de luta, ainda que contra toda esperança.*

*O futuro ensinar-me-ia que só na água o peixe encontra as energias de que necessita para sobreviver. Hoje, a convivência com a classe trabalhadora, se não me livra das ondas, ao menos me salva do medo. Ainda que ventos impetuosos me façam naufragar, nada evitará que os tripulantes do barco ancorem no porto seguro de uma pátria livre e soberana, de um tempo de justiça e de paz. Na casa do Pai, restar-me-á a gratificante certeza de que assumi a vida como fruta madura ofertada aos que a querem em abundância.*

## 28

Em São Paulo, aterrissamos na Base Aérea de Cumbica. Antes do desembarque, o avião foi cercado por inúmeras viaturas do DOPS, policiais armados, oficiais da Aeronáutica e soldados curiosos. Ao descer a escada, notei que um oficial me fotografou com uma câmara pouco maior que uma caixa de fósforos. Identifiquei apenas um rosto na roda belicosa que nos observava: o delegado Fleury. Preparei-me para conhecer os porões do inferno.

## **IV. MORTE, A CILADA**

Frei Ivo queria passar o fim de semana com sua família, no Rio. No sábado, 1.º de novembro de 1969, acertou com Frei Fernando que, por volta das oito da noite, deixariam o convento das Perdizes, em São Paulo, e tomariam o ônibus na rodoviária. Editor da Livraria Duas Cidades, Fernando pretendia encontrar-se, no Rio, com Sinval, editor da Vozes, para discutirem questões de trabalho. Haviam combinado o encontro por telefone.

O calor sufocante, pesado, da manhã de domingo, molhava de suor as camisas de Ivo e de Fernando quando desembarcaram na Praça Mauá. Tinham dormido mal na viagem, o corpo sonolento exigia repouso; combinaram que se encontrariam no almoço em casa dos pais de Ivo, no Lido. Fernando foi descansar em nosso convento do Leme.

Após o almoço, tomaram o ônibus para ir à casa de Sinval, no Catete. Desceram defronte ao antigo palácio presidencial coroado por suas águias de bronze, cercado pelas grades de lanças de ferro. Às duas da tarde, o mormaço caía como chumbo imponderável, asfíxiante, sob o céu anil, diáfano. Os dois religiosos caminhavam pela Rua Silveira Martins quando os seguraram por trás, empurrando-os para o interior de uma perua que, de motor ligado, aguardava. Os três policiais traziam à mão suas armas.

—Por que estão nos prendendo? — indagaram assustados.

—Uma senhora foi assaltada no ônibus e apontou vocês como ladrões.

Levados para o Cenimar, no quinto andar do Arsenal de Marinha, Fernando e Ivo tinham os braços presos por algemas. Ao chegarem, foram separados em salas diferentes.

Na Academia Internacional de Polícia, em Washington, nos quartéis norte-americanos da Zona do Canal do Panamá ou com os instrutores da CIA ou do SSP enviados ao Brasil, como Dan Mitrione, a repressão brasileira aprendera esta *Primeira lição: separar os comparsas, a fim de debilitá-los e jogar um contra o outro.*

Fernando viu-se numa sala com móveis estragados pelo uso. Sobre as mesas, traves de madeira, cordas e pequenas caixas enlaçadas de fios. Em torno do prisioneiro, dez policiais eram comandados por um oficial da Marinha. Alto, louro, cabelos penteados para trás, tratavam-no pela alcunha adequada à sua corpulência: "Alemão". Alfredo Poeck, filho de um professor de Física, fora um dos primeiros militares brasileiros a beneficiar-se da ajuda norte-americana: em 1961, freqüentara a Special Warfare School, de Fort Bragg, especializando-se em questões de propaganda e de guerra psicológica. Ao contrário de Fleury, que numa roda social dava a impressão de elefante em festa infantil, Poeck sabia encobrir o torturador que o habitava sob as gentilezas de uma educação esmerada. Ao regressar do exterior, colaborou decisivamente para o aperfeiçoamento do Cenimar, tornando-o o mais bem-informado órgão de segurança das Forças Armadas, capaz de criar o artilho que, por muitos anos, enganou a esquerda brasileira, causando-lhe sérios sacrifícios: o cabo Anselmo. Por princípio, o Cenimar não passava o conteúdo de

suas fichas a outros órgãos de informação. Mais tarde, Poeck tornar-se-ia instrutor de novos agentes do SNI e tentaria dissimular seu passado sob a aparência de simples oficial-instrutor de navio-escola, em constantes viagens pelo mundo.

Ingressou na sala um homem gordo, alto, rosto redondo e macilento, no qual despontavam os olhos verdes cravejados de ódio. Era o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Filho de um médico-legista da polícia — morto por doença contraída ao necropsiar o cadáver de um preso —, Fleury, órfão aos quatorze anos, era escrevente do DOPS paulista aos dezenove. Nascido em 1933, em Niterói, sua fama iniciou-se ao trabalhar como guarda-costas de Roberto Carlos, nos idos dos festivais de música popular da TV Record de São Paulo. A luta pelo monopólio do mercado de drogas da Grande São Paulo o levaria a chefiar o Esquadrão da Morte: grupo de policiais que, acobertado por magistrados, políticos e militares, promovia sistemática campanha de extermínio de traficantes e de marginais, entre 1957 e 1974. O Dr. Fleury tornou-se conhecido como homem duro, impiedoso, capaz de sevir um preso dias seguidos até fazê-lo confessar crimes que não cometera. Deflagrada a luta armada no país, Fleury passou a investigar atividades políticas.

Ao entrar na sala em que Frei Fernando se achava, o leão-de-chácara dos beneficiários do "milagre econômico" operado pelo regime sabia que jogava sua mais importante cartada.

— Vocês são base fixa de Marighella — afirmou Fleury, fixando os olhos reluzentes no prisioneiro acuado entre policiais.

Fernando negou, disse que nada tinha a ver com líderes políticos.

— Vai dize! que não é contato do Marighella, que não se encontra com ele! — disse Poeck em tom ameaçador.

O padre dominicano respondeu que só o conhecia por foto de jornais.

*Segunda lição: tentar soltar a língua do preso no papo. Recusando-se a colaborar, passar aos métodos "científicos",*

— Tire a roupa — ordenou o delegado de São Paulo. Fernando permaneceu imóvel, petrificado pelo clima de terror, indiferente à ordem recebida.

A mão pesada do chefe do Esquadrão caiu forte sobre o rosto do prisioneiro.

— Tire a roupa, seu filho da puta!

O religioso ficou de cueca, os acólitos da morte empurraram-no ao chão, enfiaram uma trave de madeira sob seus joelhos, curvaram-no, passaram suas mãos por baixo da trave, amarraram-nas com cordas à frente das pernas e, entre duas mesas, dependuraram seu corpo. Como um frango no espeto. No pau-de-arara, a cabeça e os ombros de Fernando pendiam para baixo, posição dilacerante nas juntas e na coluna. Segundo consta, uma invenção escravocrata aperfeiçoada pelo uso da energia elétrica.

— Como é que Marighella entra em contato com você? — indagou Fleury.

Fernando não respondeu. Fios desencapados foram ligados em seu corpo e a corrente elétrica inoculada nos músculos, qual serpente mortífera desenrolando-se nas entranhas. As pontas dos fios prendiam-se às extremidades das mãos e dos pés. Rodavam a manivela do telefone de campanha, o corpo do prisioneiro estremeceu em espasmos e dores. Multiplicavam-se as perguntas e, ante as negativas, as sentinelas do arbítrio aumentavam o ritmo da tortura. Despejavam baldes d'água no corpo da vítima, a fim de torná-lo mais sensível à intensidade das descargas elétricas.

— Vocês são base fixa de Marighella — gritava Fleury, comandando o cerimonial do suplício.

A sessão de choques prolongou-se pelo resto da tarde. Durante horas, o prisioneiro resistiu aspirando à morte. Mas seus algozes não tinham tanta pressa. Iam e vinham das salas em que os religiosos se encontravam, conferindo respostas, alternando perguntas, procurando confundir-los. Ao cair da noite, Fernando passou a ser espancado. Erguido no pau-de-arara, recebia pancadas na nuca e tapas nos ouvidos. Os dentes inferiores descarrilharam: o maxilar fora deslocado. Com socos na cabeça e no queixo, os torturadores o puseram no lugar.

—Como Marighella entra em contato com vocês? — berrava Fleury, enquanto seus auxiliares introduziam, lentamente, o fio na uretra de Fernando. A corrente elétrica, ligada, explodiu em dor os limites de sua resistência macerada pelas longas e atrozes sevícias daquele eterno domingo.

—Pelo telefone da livraria — respondeu o frade entre gritos que nada diziam à surdez diabólica dos torturadores.

*Terceira lição: intensificar o "tratamento" quando o preso demonstra atingir o limite de suas forças.*

A uretra parecia arder em chamas, as pancadas aturdiavam todas as partes do corpo, enquanto o delegado insistia:

— Que livraria?

A indagação caiu no vazio. Fleury deu-lhe um chute:

—Que livraria, seu filho da puta?

—A Livraria Duas Cidades.

Fleury queria explicações de como ele entrava em contato com Marighella e o prisioneiro respondeu que jamais soubera onde residia o comandante da ALN ou se possuía um número de telefone que pudesse ser chamado. Despejaram água em seu corpo e apertaram ainda mais o fio na uretra. Em convulsões, o religioso disse que não tinha meios de chegar a Marighella ou de localizá-lo. Era o líder revolucionário que ligava para a livraria, onde Fernando trabalhava, marcando os contatos.

—Como ele se identifica no telefone?

—Não me lembro — disse o preso enroscado no pau-de-arara.

— Aumentem a descarga até ele se lembrar! — gritou o dele gado para seus acólitos.

O corpo do prisioneiro tentava, em vão, erguer-se no ar, fugir dos choques, estrebuchando em contrações, crivado por infinitas agulhas elétricas.

—Como Marighella se identifica no telefone? — berrou o chefe do Esquadrão.

—Por uma senha.

—Que senha? Como é a senha?

Fernando buscava, ansioso, a inconsciência, o desmaio, a morte, enquanto o policial que segurava o fio em sua uretra apertava fortemente seus órgãos genitais. A frase emergiu:

—Diz que é "o Ernesto" e marca a hora em que devo encontrá-lo na *gráfica*.

—Onde fica a gráfica? — indagou Fleury.

—Na Alameda Casa Branca, altura do número 800.

—Vocês se encontraram há quinze dias, não foi?

Era verdade. Como poderia sabê-lo? Fernando pensou que Ivo, no limite de sua resistência, tivesse falado. Constataria depois que a informação não fora dada por Ivo.

—Ele vai ligar para você nos próximos dias — afirmou Fleury.

—Ele me disse que iria viajar.

—Que nada! Ele está acuado. Vai procurar vocês.

Apertadas pelas cordas, as mãos de Frei Fernando ficaram vermelhas e inchadas. Dir-se-ia que estavam cobertas por luvas de malha rubra. O delegado Fleury estranhou o sintoma; com a prática que possuía, identificava as reações anômalas de um organismo torturado. Os cursos da Academia Interamericana de Polícia, em Fort Davis, no Panamá — freqüentada por militares e policiais brasileiros — davam instruções meticulosas sobre métodos inquisitoriais e suas reações. De noite, o prisioneiro foi descido do pau-de-arara, enquanto chegava o médico. O corpo suado, dilacerado, sangrava e ardia. O doutor examinou-o, constatou que não havia risco iminente de morte e, para a tranquilidade dos policiais, permaneceu na sala orientando quando deviam parar de bater e quando podiam bater. Os chutes e as pancadas já não arrancavam nenhum ruído da boca de Fernando. O desmaio mergulhou-o num profundo túnel que, como uma cápsula, rodopiava com ele pelos ares, conduzindo-o a um lugar muito distante onde tudo era branco como a cor da paz.

Óculos de grau, cabelos prateados, rosto bronzeado, o médico nada tinha do aspecto de um homem sem sentimentos. Provavelmente acostumara-se a deixar o "trabalho" às seis da tarde, entrar no automóvel estacionado no pátio 'do Arsenal da Marinha, dirigir-se a seu apartamento na Zona Sul, beijar a esposa que o esperava frente à televisão com o jantar preparado, acariciar as [ilhas que chegavam da

escola e repreender a empregada por não tratar melhor seu cachorro de estimação. Era um ser imbuído dessa "ética" que fundamenta as ditaduras e exclui da condição humana os opositores do regime que, como "terroristas", perdem o direito de se beneficiar até mesmo da Lei de Proteção aos Animais. Como médico, fora pervertido pela ideologia da segurança nacional, assim como oficiais das Forças Armadas, filhos da modesta classe média brasileira, acostumaram-se ao incômodo de ver suas fardas verde-olivas borrifadas do sangue dos presos políticos massacrados nos porões dos quartéis.

## 2

À frente de Frei Ivo, Poeck assemelhava-se a um executivo tratando de seus negócios: abriu o fichário de aço, puxou uma pasta, espalhou sobre a mesa exemplares do jornal do diretório estudantil do Instituto de Filosofia e Teologia de São Paulo, do qual, há mais de um ano, o estudante dominicano fora redator-chefe.

*Quarta lição: dar ao prisioneiro a impressão de que os órgãos de segurança não ignoram nenhum detalhe de sua vida.* Tudo está registrado, fichado, catalogado. A comunidade de informações é onipresente e onisciente. Escuta telefonemas, abre correspondências, acompanha as pessoas pela rua, enxerga e ouve através das paredes, pousa na mesa de trabalho disfarçada em simples mosquito. Nada escapa a seu saber e a seu poder. Acreditar nisso é, para o preso, admitir sua própria impotência.

O oficial indagou se Ivo escrevera artigos no jornal:

— Não, apenas trabalhei como redator-chefe.

Retiraram-no da sala e o encostaram numa parede do corredor. O suor impregnava sua camisa. Logo, conduziram-no a outra sala:

— Tire a roupa — ordenou um dos cinco policiais presentes. Ivo foi dependurado no pau-de-arara e a serpente elétrica, ligada a seu corpo. Entre convulsões e dor, percebeu quando Fleury e Poeck ingressaram na sala. As perguntas se multiplicavam: *você é da ALN? Conhece Marighella? Como faz para chegar a Marighella? Fez política estudantil? Tem amantes? O que sabe da vida íntima padres e bispos?*

Os policiais saíam e entravam, permutando-se no linchamento oficial. Durante horas, Ivo respondera negativamente a todas as Interrogações. Não sabia, não se lembrava, não conhecera. Fleury Insistia:

— Vocês são base lixa de Marighella.

A afirmativa ressoava como um refrão na boca do delegado.

O fio desencapado foi introduzido no pênis do estudante. A dor explodia-lhe as vísceras, o corpo

agitava-se em torno da trave de madeira. As perguntas sucediam-se:

— Onde mora Marighella? Quem pôs vocês em contato com ele? Como fazem quando querem encontrá-lo?

Os fios distribuía choques na cabeça, nos ouvidos, nas extremidades dos membros. Fleury repetia:

— Vocês são base fixa de Marighella.

Irritados com os gritos lancinantes do preso, desceram-no do pau-de-arara, fizeram uma roda à sua volta e iniciaram o espancamento. Davam-lhe chutes e socos na boca do estômago, nos órgãos genitais, na cabeça e nas costas. Como resposta às perguntas, só Ouviam os urros de um ser atirado ao vácuo.

— Como Marighella entra em contato com vocês? — insistiam OS algozes, enquanto lanhavam a vítima com um cano de borracha. Ivo lembrou-se da cena evangélica de Jesus sendo espancado sob a indagação dos soldados: "Adivinhe quem bateu em você?!" (Lucas 22, 64).

A dor aguda provocada pelos golpes no estômago e nos órgãos genitais suspendia a respiração de Ivo que, agoniado, se esforçava por sugar o ar e extrair, dos pulmões, o grito inútil de um animal acuado. De repente, dez homens invadiram a sala e, somando-se aos espancadores, descarregaram seu sadismo sobre o prisioneiro.

— Confesse que vocês são base fixa de Marighella — exigiam com ódio.

A resistência do religioso chegou a seus limites. Ivo admitiu que conhecia Carlos Marighella.

*Quinta lição: intensificar o "tratamento" quando o preso começa a admitir alguma acusação.*

O cano de borracha abria os hematomas que pipocavam pelo] corpo da vítima e macerava o seu rosto. A voz rouca e pastosa de Fleury perguntou mais uma vez:

— Como Marighella entra em contato com vocês?

A resposta não veio, um chute nas costas fez o dominicano erguer-se e tombar novamente.

—Através do telefone do convento — disse Ivo.

—Quando foi que você esteve com Marighella? — berrou oi chefe do Esquadrão.

—Não me lembro direito.

O cano de borracha dilacerava-lhe as carnes, especialmente oi rosto; a cabeça latejava. Fleury estava fora de si:

— Confesse que você esteve com ele há quinze dias, seu filho da puta!

Ivo imaginou que Fernando deixara escapar a informação.

—Onde foi o encontro? — indagou o policial.

—Na Alameda Casa Branca, altura do número 400. Como um naco de carne a ser enfiado no espeto, os policiais

recolocaram o preso no pau-de-arara. As descargas elétricas teciam uma coroa atroz em seu couro

cabeludo e espalhavam mil agulhas de fogo nos órgãos genitais. Ivo ignora quanto tempo foi torturado. Tempo e espaço estilhaçavam-se em seu sofrimento. Era noite quando o tiraram da sala. Por um corte profundo brotava sangue em seu braço direito, quase à altura do ombro. Todo ele era uma chaga. A muito custo conseguiu mastigar o sanduíche que lhe deram. Levaram-no para tomar banho. A água do chuveiro aliviava as dores, lavava o sangue, limpava as feridas. Ao sair do banheiro, Ivo cruzou com Fernando, que só o reconheceu pela roupa, pois o rosto estava deformado pelo espancamento. Curiosamente, os algozes haviam evitado macerar ainda mais o rosto inchado de Fernando.

### 3

Após o banho, Fernando e Ivo foram reunidos em outra sala, frente a um aparelho de vídeo-teipe, apesar das marcas de tortura que traziam no corpo. Cortesia dos programas da AID. O comandante Alfredo Poeck explicou que a gravação seria remetida ao Presidente Médici e que eles deveriam responder de acordo com os esquemas preparados pelos "técnicos", caso não quisessem terminar no pau-de-arara. Os "técnicos" eram, com certeza, oficiais do Cenimar. Um deles fazia as perguntas e o outro ditava as respostas. Quando um dos frades dizia algo que não lhes agradava, a Cena era repetida sob ameaças. Mais tarde, essa gravação foi exibida a vários bispos como prova de nossa "cumplicidade com o terrorismo".

Separados em seguida, Fernando recostou-se num sofá sob a guarda vigilante de um policial. Um turbilhão de imagens pululava em sua cabeça, roubando-lhe o sono. Fumava continuamente, tentando aliviar a tensão. Pouco depois um dos torturadores ingressou na sala e comentou com o que montava guarda:

— O outro não agüentou e pifou.

Ouvidos apurados, Fernando esforçava-se por escutar algum sinal de Ivo, para ter certeza de que não morrera. A pressão psicológica fomentava-lhe horripilantes fantasias, incrementadas pela estala que não sucumbia à insônia.

Deitado e algemado numa cama dragoflex, em outra sala, Ivo passou também a noite em claro, a imaginação trafegando pelo labirinto sem saída que o absurdo desenhava em sua cabeça, o pressentimento da morte excitando o instinto de sobrevivência que re-i usava o sono como prenuncio, a sensação do sangue correndo acelerado em suas veias, dilatando-as no sistema nervoso.

### 4

— Levantem para o café da manhã! — berrou o policial.

Os frades foram arrastados para nova sessão de torturas, na manhã de segunda-feira. Juntos, receberam socos, pontapés e queimaduras com fogo de isqueiros. Nada lhes perguntavam. Os algozes davam a impressão de se divertirem com o macabro ritual. Batiam pelo prazer de bater, indiferentes aos gemidos de dor que ecoavam, ia resposta, pelas galerias do Cenimar.

Em jejum, embarcaram num automóvel Mercedes-Benz, acompanhados do delegado Fleury e de outros membros do Esquadrão da Morte. No caminho para São Paulo, o veículo enguiçou e foi preciso esperar que, do Rio, viesse a perua, em cujo bagageiro os presos fizeram o resto da viagem. Era noite quando ingressaram na fortaleza vermelha do DOPS paulista, ao lado da Estação Júlio Prestes.

A madrugada foi atravessada sob novos interrogatórios. Era uma segunda noite em claro, após a viagem cansativa, o corpo moído de pancadas, a privação de alimentos, pensamentos sem nexo rodopiando pela cabeça, ameaças de mais sevícias misturadas com a bateria de perguntas sobre atividades e contatos dos dominicanos em São Paulo.

*Sexta lição: levar o prisioneiro à exaustão, ale a perda completa do domínio de seus sentimentos, raciocínios e palavras.*

Não dependia exclusivamente do depoimento dos religiosos a descoberta dos pontos de apoio aos que lutavam na capital bandeirante. A pista dessa rede começou a ser levantada pela repressão desde setembro, após o seqüestro de Embaixador Charles Burke Elbrick e a queda de um comando armado na Alameda Campinas, em São Paulo, no dia 24 daquele mês. Acusados de pertencerem à ALN, havia, em fins de outubro, mais de vinte presos políticos. Surpreendido pelas primeiras ações armadas, o aparelho repressivo equiparara-se para enfrentar o novo desafio. Em novembro de 1969, antes do cerco aos dominicanos, ele já detinha considerável soma de informações, inclusive a nosso respeito. Sabia que auxiliávamos refugiados políticos. Sabia que alguns frades tinham contatos com Carlos Marighella. Sabia que o Convento das Perdizes não fechara as suas portas aos perseguidos e às suas famílias. Por isso, na madrugada de 3 para 4 de novembro, a equipe do delegado Fleury invadiu nossa casa à Rua Caiubí.

## 5

Frei Domingos Maia Leite, Provincial dos dominicanos no Brasil, dormia tranqüilamente em seu quarto ao ser acordado por fortes batidas na porta. Olhou o relógio: três da madrugada. Com mais de 60 anos, esse frade goiano, miúdo e esperto, não conhecia o medo. Seus cabelos brancos, sobre o rosto cor de amêndoa, contrastavam com a alegria juvenil que transbordava de seu espírito. Alas, naquela noite, ele se levantou preocupado. Era Frei Edson, o prior, quem batia à porta e avisava que o delegado Fleury, acompanhado por vários policiais, acabava de invadir o convento, prendera Frei Tito de Alencar Lima e

Frei Giorgio e queria que o Provincial e o vice-prior, Frei Sérgio Lobo, fossem também até o DOPS.

Ao sair no corredor, Frei Domingos deparou-se com um soldado armado de metralhadora que quis obrigá-lo a descer de pijama, mas o Provincial protestou. Voltou ao quarto e trocou de roupa sob a mira da arma embalada. Ao chegar à portaria, viu os outros frades, encostados à parede, cercados por homens armados.

A Rua Caiubi, nas Perdizes, fora tomada por viaturas policiais. Os vizinhos, assustados, espreitavam pelas janelas.

No DOPS, Fleury subiu pelo elevador com Frei Domingos. Atravessaram o corredor em que diversos presos se encontravam enfileirados, como troféus exibidos pelo caçador. Entre eles estava Ivo, que Frei Domingos reconheceu pela camisa, tão inchado e ferido ficara o rosto dele. O delegado apresentou o provincial a três oficiais: um do Exército, o segundo tia Marinha e, o outro, da Aeronáutica — como quem demonstra a união das três armas na atividade repressiva. Acomodado em seu gabinete, o chefe do Esquadrão da Morte gabava-se:

— Tá vendo? Acabamos de prender os dominicanos e agora, através deles, vamos prender Marighella. Vamos tomar conta dos telefones do Convento e da Livraria Duas Cidades.

Os freis Edson, Sérgio, Tito e Giorgio passaram no DOPS por Fernando e Ivo. Os dois primeiros foram poupados e, com Frei Domingos, liberados horas depois. Giorgio e Tito ficaram e foram torturados por Fleury, com palmatórias e choques elétricos. O delegado mostrava-se incansável em seu sadismo, como se o sofrimento alheio lhe desse uma espécie de prazer superior. (Todas as pessoas encarceradas em decorrência da prisão dos dominicanos foram absolvidas dois anos depois, por falta ou insuficiência de provas. O tribunal militar reconheceu que as confissões haviam sido forjadas pela polícia e arrancadas sob tortura.) Sem comer e sem dormir, Fernando e Ivo permaneceram toda a noite no quarto andar do DOPS. O cansaço diluía-se na tensão, os olhos enxergavam mil bolinhas brancas como cristais flutuantes, o raciocínio desfazia-se como bolha de sabão. Sentiam-se fora de si. No Rio, Frei Roberto, estudante em São Paulo, foi preso no convento do Leme.

## 6

O apartamento dos dominicanos à Rua Rego Freitas, próximo à igreja da Consolação, foi invadido e ocupado pela polícia, os frades, transferidos para o convento. Fernando e eu havíamos morado no décimo nono andar do número 530, com outros confrades. Irmã Valéria, entretanto, nada sabia da investida repressiva. Amiga dos dominicanos, eu a conhecera como dirigente nacional da JEC feminina, no Rio, antes de 1964. Éramos leigos, universitários, indelevelmente marcados pela paixão divina. Tínhamos era comum a formação burguesa, a nostalgia da mística e o compromisso político embasado na fé. De uma

beleza terna, o sorriso doce, Valéria possuía arguta inteligência, a arte de trabalhar com as mãos, especialmente em desenho e escultura, e a facilidade de dominar idiomas.

Ao ingressar no prédio da Rua Rego Freitas, ela nada percebeu de anormal. Queria falar com Frei Magno, que conseguira evadir-se antes da chegada da polícia e, posteriormente, exilar-se na França. Um homem desconhecido abriu trinta centímetros de porta e ela, assustada, perguntou se o frei se encontrava.

— Entra — ordenou ele.

O policial vestia calças cinzas, camisa social sem gravata, as mangas arregaçadas. Irmã Valéria pensou tratar-se de algum amigo dos frades. Quem sabe errara de andar: ergueu os olhos para conferir o número da porta. Ao abaixá-los, viu que a porta estava toda aberta e o homem trazia à mão o fuzil, empurrando-a para dentro com a ponta do cano. Trancou a porta, sacou uma carteira de polícia e disse que era do DOPS. A sala estava em desordem total, só o crucifixo de cobre na parede continuava no lugar. O sofá barrava a porta da cozinha e sobre ele dormia outro policial, de cueca. Abriu os olhos, resmungou qualquer coisa e retomou o sono, como se estivesse bêbado.

Arma apontada para a visitante, o policial sentou-se à sua frente. Sobre a mesa que os separava, papéis, fotos, armas, cartucheiras e balas. Valéria indagou o que era aquilo, se havia engano, se ali moravam os padres.

—Eram todos terroristas e estão presos — disse o policial. — O que você veio fazer aqui?

—Vim buscar um padre para confessar-me na igreja da Consolação.

Durante todo o interrogatório, a religiosa manteve a mesma versão, embora ele gritasse que ela mentia e fizesse ameaças:

— É melhor dizer logo tudo senão vou levá-la para o DOPS e você vai se entortar.

Repetiu isso várias vezes. Por momentos, parecia convencer-se do que ela dizia, mas, em seguida, retomava as ameaças.

—Ainda não pegamos todos. Ainda não pegamos o homem.. . Onde está o homem? — exclamou ele.

—Que homem?

—O homem. . . os homens... os outros!

Fez um interrogatório completo: nome, endereço, trabalho. Exigiu os documentos e ela os retirou da bolsa, entregando-os. Felizmente ele não revistou a bolsa, na qual havia duas cartas minhas. Anotou todos os dados e devolveu os documentos. Em seguida, espalhou as fotos sobre a mesa e pediu que ela reconhecesse as pessoas. Eram fotos dos dominicanos tiradas em cerimônias na igreja das Perdizes. Valéria decidiu "colaborar" e passou a dar-lhe informações "valiosas" dos horários das missas, como eram os ensaios de canto, quem pregava melhor, etc. Após quatro horas de interrogatório, ele parecia

cansado da conversa. Entrou num dos quartos e retornou com uma carteira de couro na qual havia a foto 3 x 4 de um homem calvo, meia-idade, rosto largo e forte, com a gola da camisa imitando colarinho eclesiástico:

— É este o padre que você veio procurar?

Ela disse que não, não sabia quem era aquele, não obstante guardasse a impressão de ser a foto de Marighella. Ao fim da inquirição, deixou-a sair com a advertência:

—Não diga nada ao homem!

—Que homem?

—O homem... o homem aí — disse ele sem que ela pudesse entender.

Nos dias seguintes, irmã Valéria foi ostensivamente seguida e vigiada em seus movimentos.

## 7

Os encontros de Frei Fernando com o comandante da ALN haviam sido sempre marcados pelo próprio Marighella — uma única vez, através de telefonema ao convento e, nas demais, à livraria. O local era invariável: próximo ao número 806 da Alameda Casa Branca.

O ultimo encontro fora em meados de outubro. Ivo o acompanhou sem chegar a participar da conversa, na qual acertaram a saída do país de dois refugiados. Na ocasião, Marighella disse que passaria um mês fora de São Paulo e, na volta, entraria em contato tom ele. Pretendia viajar para a área rural.

Por mais (pie a repressão torturasse Ivo e Fernando, eles só podiam dizer como haviam sido os encontros anteriores e a forma de marcá-los. Não conheciam a casa ou o endereço de Marighella, nem tinham meios para tomar a iniciativa de encontrá-lo. Frente à notícia de que o líder revolucionário passaria um mês fora, só restava ao DOPS manter os religiosos sigilosamente presos, até (pie Fernando recebesse novo telefonema — pensaram os frades. Não tinham idéia de que a polícia contava com outros elementos e fatores no cerco a Marighella. Mas o sigilo necessário já fora publicamente quebrado pelo seqüestro dos dominicanos no Rio, pela invasão do convento em São Paulo, pela ocupação do apartamento da Rua Rego Freitas. Já no dia 3, segunda-feira, muitas pessoas sabiam da prisão dos religiosos.

Pode-se aventar a hipótese de havia um encontro marcado para a noite do dia 4, no mesmo local, a ser confirmado por telefonema à livraria naquela tarde. Segundo essa hipótese, mediante torturas, Fleury teria arrancado essa informação dos frades. Ora, seriam os órgãos de segurança tão burros a ponto de arriscarem o êxito da operação invadindo o convento na madrugada anterior? Não teria sido mais conveniente evitar qualquer alarde que pudesse afastar Marighella do cerco?

A maneira segura e progressiva como a repressão se comportava demonstrava que ela possuía outras pistas de Marighella além da palavra dos religiosos.

## 8

No quarto andar do DOPS, Ivo e Fernando permaneceram, sem comer e dormir, até o fim da manhã do dia 4, terça-feira. Puderam notar que os agentes policiais estavam de sobreaviso, aguardando alguma coisa. O clima era de nervosa expectativa.

No início da tarde, separaram os dois. Ivo desceu para a carceragem, nos subterrâneos da fortaleza vermelha, uma construção ao estilo dos velhos prédios ingleses. Deram-lhe um sanduíche, o primeiro alimento em quase quarenta e oito horas. Mordeu-o sem apetite, estalando de dor de cabeça, a boca amargando. Bebeu água com avidez. Preencheram sua ficha na ante-sala do cárcere e tiraram suas impressões digitais. O ambiente era escuro mesmo de dia, quando as lâmpadas permaneciam acesas. Parecia os fundos de um antigo armazém de secos e molhados, povoado de ratos e baratas. Soldados da tropa de choque da DPM, armados de metralhadora, conduziram-no por um corredor estreito, sem janelas, impregnado de mofo. Puseram-no na cela 5, junto a mais quinze prisioneiros políticos, quase todos incluídos no processo da ALN. A cela, retangular, tinha as paredes em amarelo pálido, descascado, uma coluna ao meio e, ao fundo, privada, pia e chuveiro. Nada de camas, apenas colchões finos e enebados espalhados pelo chão, derramando palha pelo pano rasgado. Como eram em número insuficiente, à noite uniam todos os colchões e formavam um cínico, sobre o qual os presos dormiam enviesados, um com os pés à cabeça do companheiro ao lado. Dividiam-se entre os mais friorentos as cinco cobertas gastas e lisas como pano de engraxate dar lustro. Duas frases, entre as muitas rabiscadas nas paredes da cela, chamaram a atenção de Ivo:

*Neste punhado de homens que não têm outra alternativa senão a morte ou a vitória, onde a morte é um conceito mil vezes presente e a vitória, um mito que somente um revolucionário ousa sonhar* (Che Guevara).

*Sem derramamento de sangue não há redenção* (Hebreus 9, 22).

Levaram Frei Fernando para tomar banho e fazer a barba. O asseio não o livrou do torpor que embestia de cansaço e mal-estar seu corpo macerado e faminto. A tensão excitava-o e o mantinha acordado.

Conduziram-no à Livraria Duas Cidades, na Rua Bento Freitas, Centro de São Paulo. Os agentes do DOPS cercaram todo o quarteirão, espalharam-se pela loja e ordenaram ao padre que ficasse em sua mesa

como se trabalhasse normalmente:

— Vamos pegar os terroristas que vêm aqui falar com você — disse o delegado Roberto Guimarães, responsável pela operação.

Exigiram que o dominicano atendesse os telefonemas. Para está-lo, o Dr. Roberto ligou de outro aparelho:

—Alô.

—É Frei Fernando?

—É.

—Aqui é um companheiro que precisa ter um *ponto* com você. O religioso reconheceu a voz do delegado.

—Pois não.

—Posso passar aí na livraria hoje à tarde?

—Pode.

Convencido da farsa, Fernando atendia as chamadas dando a impressão de que de nada desconfiaria. Supunha que, àquela altura dos acontecimentos, todos já tinham notícia do que ocorrera com os dominicanos. Fora preso há mais de quarenta e oito horas e os vizinhos do convento assistiram à ocupação da rua pelas viaturas policiais. Por outro lado, julgava que Marighella se ausentara de São Paulo, devendo regressar só em meados de novembro.

O telefone tocou mais uma vez.

—Alô.

—Alô, Frei Fernando?

—Sim.

—Aqui é o Ernesto. Vou à gráfica hoje às vinte horas.

—Sim — respondeu o preso, e desligou.

Reconhecera a senha, mas tinha certeza de que a voz não era a de Marighella. Pensou tratar-se de mais um teste do delegado.

Encerrado o expediente comercial, Fernando foi levado de volta ao DOPS.

Carlos Marighella se encontrava em São Paulo nos primeiros dias de novembro de 1969. Não viajara e, sem notícia da prisão dos frades, decidira naquela tarde antecipar seu próximo encontro com

Fernando: exatamente para a noite do mesmo dia. A propósito, numa reportagem sobre a experiência de clandestinidade de militantes políticos, o repórter Sérgio Buarque de Gusmão (*Isto É*, 22 de agosto de 1979, p. 19) registra que Marighella "duas horas antes do encontro que na noite de 4 de novembro de 1969 teria com padres dominicanos, em São Paulo, foi alertado de que alguns religiosos colaboradores da ALN estavam presas. Mesmo assim Marighella foi *cobrir o ponto* — e encontrou o delegado Fleury." Fui à mesma fonte do repórter — que prefere ser mantida no anonimato — e constatei que, segundo lhe pareceu, o comandante revolucionário tivera vagas notícias de que algo ocorrera com "dominicanos no Rio". Para certificar, ele pediu a um companheiro vinculado ao seu esquema de segurança que telefonasse a Frei Fernando em seu nome, dando-lhe a senha. Portanto, o telefonema à livraria não foi feito, como de costume pelo próprio Marighella. Após anos de exílio, a pessoa que fez o telefonema vive hoje no país e também pede sigilo em torno de seu nome.

Ainda uma senhora esteve com o líder da ALN por volta das 19 horas do mesmo dia. Ela ignora, porém, se ele soubera ou não tia prisão dos frades. Ela mesma de nada sabia.

## 10

Frei Ivo foi retirado da cela em torno das sete da noite e conduzido ao segundo andar do DOPS. Havia grande movimentação de policiais fortemente armados, preparados para a guerra. Agora, no entanto, o clima era de festa e um champanha foi estourado, repartido como elixir da coragem e prêmio antecipado da vitória.

No térreo, Ivo entrou no Volks azul em que Fernando esperava em companhia de três investigadores. Escortado por viaturas policiais, o carro conduziu-os à Alameda Casa Branca.

Estacionaram à altura do número 806. As chaves foram retiradas, os frades — algemados, mas sem estarem ligados um ao outro —, colocados nos bancos dianteiros, Ivo ao volante e Fernando ao lado. Os policiais afastaram-se. Ainda não eram oito da noite e a alameda, sempre movimentada a essa hora, estava deserta, toda cercada pelos agentes do DOPS, comandados pelo delegado Fleury.

De dentro do Volks, Ivo reparou quando Marighella, sozinho, caminhava do outro lado da rua. Conhecia-lhe o porte e o passo. Apesar da peruca que usava, o comandante da ALN foi reconhecido pelos policiais antes de aproximar-se do carro. O tiroteio teve início, enquanto policiais abriam a porta do Volks e retiravam bruscamente os religiosos, pelo lado esquerdo. Ivo foi mordido nas nádegas pelo cão do DOPS. Deitados na calçada, os dois ficaram com o rosto virado para o chão. Não viram Carlos Marighella Lombar morto do outro lado da rua. Apenas ouviram o tiroteio intermitente, que não deve ter durado mais de três ou quatro minutos. Cessada a fuzilaria, Fernando viu sair de uma camioneta estacionada perto do

Volks um homem moreno, alto, elegantemente vestido, que foi trazido pelos policiais e algemado com os frades. Os três foram embarcados num camburão e conduzidos ao DOPS.

Tudo seria simples e confirmaria a versão policial de que pesa sobre dois dominicanos a exclusiva responsabilidade pelo assassinato do famoso combatente comunista, se outros episódios e fatores não viessem comprovar, como veremos, que a "Operação Bata Branca" foi bem mais complexa do que se supõe.

## 11

O cerco à Alameda Casa Branca só foi levantado uma hora após a morte de Marighella. Por que razões a polícia manteve o local inacessível por esse tempo? Uma delas, para pôr o corpo da vítima dentro do carro, a fim de reforçar a versão de anuência dos religiosos à cilada policial. Ao ser liberada a rua, a imprensa pôde constatar que ali se passara algo mais que o fuzilamento de Marighella: a investigadora Esteia Borges Morato fora atingida por um tiro na testa, do mesmo calibre usado pelo delegado Fleury. Veio a falecer três dias depois. O protético alemão Friederich Adolf Rohmann, que se recusara a parar seu Buick (era neurótico de guerra e estivera em campo de concentração), estava morto. O delegado Rubens Cardoso de Mello Tucunduva, um dos responsáveis pela Operação', fora baleado na coxa direita. Cinco automóveis estavam crivados de balas, conforme registra a perícia do Instituto de Polícia Técnica de São Paulo, assinada em 11 de novembro de 1969 por Vladimir Zubkovsky e José Márcio Miranda Rizzo, perito criminal (incluída nos autos do processo, folhas 388 a 404 ou 1.495 a 1.510 — a numeração é dupla).

Tantos feridos e estragos comprovam a hipótese de tiroteio sem alvo fixo. Marighella movia-se quando foi atingido, o que contraria a versão policial de que já se encontrava no interior do carro. Disparos atingiram a investigadora e o delegado, e o dentista, ao desobedecer ao sinal de parar, fora tido como membro da segurança do comandante da ALN.

A imprensa fotografou o corpo de Marighella dentro do Volks azul estacionado frente ao número 806 da Alameda Casa Branca, onde na época havia um prédio em construção — o Edifício Christine, sede da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, do Departamento de Águas e Energia e da Diretoria de Eletrificação e Telefonia Rurais. Segundo a polícia, os frades o haviam atraído até o carro e, ao entrar na parte traseira, recebera voz de prisão. Tentara sacar a arma de dentro da pasta que trazia à mão, tendo sido atingido antes de poder atirar. Seu corpo e o veículo foram crivados de balas, conforme se vê nas fotos (Anexos 1 e 2).

Nessa mesma noite, o auto de exibição e de apreensão dos objetos encontrados em poder de

Marighella foi lavrado no DOPS (processo, folha 427 ou 1.552). De armas, consta apenas "hum (1) revólver de marca 'Taurus' calibre '32', oxidado, cano longo, coronha massa, seis raias destrogeras, com seu número de fabricação raspado, *que se encontra carregado com cinco (5) cápsulas da marca CBC com seus projéteis intactos*", (grifo meu). Portanto, mesmo considerando a versão policial, não houve tiroteio entre o comandante da M.N e os agentes da repressão. Jamais foi encontrada a pistola Luger 9mm que, à época, o delegado Fleury lhe atribuiu. Mesmo que algum agente do DOPS tivesse a intenção de guardá-la como "troféu de caça", ao sonegá-la do auto de exibição e de apreensão, a polícia admite que o tiroteio se travou entre seus próprios homens e aceita, com a exibição do Taurus intacto, que ela foi a única responsável pela morte do alemão, da investigadora Estela Morato e pelo disparo que atingiu o delegado Tucunduva.

## 12

*O São Paulo*, semanário da arquidiocese paulista, trouxe em sua edição de 29 de novembro de 1969 o relato da visita que seu redator-chefe, cômego Amaury Castanho, fez no dia 20 aos dominicanos presos:

*Â nossa pergunta se os frades deveriam ser tidos como traidores de Marighella, o Dr. Benedito Nunes [nota: diretor do DOPS à época] nos respondeu, categoricamente, que não. E explicou que o Frei Fernando e Ivo, presentes no local da morte de Marighella, haviam, sim, marcado o encontro, mas ignoravam o cerco policial em que morreria tragicamente o líder terrorista. Nem mesmo era intenção das autoridades policiais a morte de Marighella, mas a sua prisão e enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Quando ele esboçou resistência é que foi baleado. Os dominicanos foram, também eles, envolvidos pela trama muito bem tecida pelos delegados e investigadores do DOPS.*

A 10 de dezembro — mais de um mês após os fatos —, o gabinete do Secretário de Segurança de São Paulo, General Viana Moog, distribuiu a seguinte nota oficial, acrescentando mais uma versão da polícia:

*Publicaram os jornais, há dias, e a noticia teve grande repercussão, que o diretor do DOPS concedera entrevista a um semanário, afirmando que "os dominicanos não traíram Marighella".*

*A bem da verdade, a Secretaria de Segurança Pública esclarece que aquela autoridade não deu entrevista a jornal algum.*

*A versão exata das diligências que culminaram com a morte de Carlos Marighella é a seguinte:*

1. Desde quando Isaias do Vale Almada, integrante da base de informações da Vanguarda Popular Revolucionária, afirmou que os dominicanos mantinham contato com Carlos Marighella — isto no começo do ano — discreta investigação teve início.

2. As suspeitas foram se fortalecendo até que as declarações de Paulo de Tarso Venceslau — preso após tiroteio na Alameda Campinas — de que seu contato com Marighella era feito através de frei Ivo, residente no convento dos dominicanos, escoimaram as últimas dúvidas da polícia política.

3. Os passos de frei Ivo (Yves do Amaral Lesbaupin) passaram a ser severamente vigiados e foi ele seguido até o Rio de Janeiro, para onde fora em companhia de frei Fernando de Brito, sendo, lá, ambos presos.

4. Trazidos para São Paulo, frei Fernando revelou ser o coordenador da "base de apoio" de Carlos Marighella -nesta capital, e que este — quando desejava manter contatos — telefonava para a Limaria Duas Cidades, onde o referido frei trabalhava.

5. A livraria foi ocupada pelo DOPS, e frei Fernando continuou normalmente a atender seus telefones, sendo a conversação ouvida por policiais que se utilizavam de uma extensão no interior daquele estabelecimento.

6. No dia 4 de novembro p. passado, por volta das 16.h30m., recebeu frei Fernando este telefonema: "É da arte do Ernesto; ele vai à gráfica hoje às 20 horas".

7. Explicou frei Fernando que Ernesto era Marighella e gráfica era o ponto de encontro da Alameda Casa Branca, em frente ao número 806.

8. Forte dispositivo policial foi montado nas imediações, e pouco antes da hora aprazada frei Ivo, dirigindo um automóvel, tendo ao lado frei Fernando, seguiu para o encontro **com** Carlos Marighella.

9. Ambos os religiosos foram minuciosamente instruídos de como se portar em caso de tiroteio e seguiram à risca os ensinamentos recebidos, saindo incólumes da refrega em que perderam a vida três pessoas.

*Não cabe à Secretaria de Segurança Pública e nem ao seu Departamento de Ordem Política e Social julgar a atitude dos dominicanos implicados; a polícia apura fatos e informa à Justiça para a aplicação da lei. A autoridade policial — inclusive por questão de técnica jurídica — não opina. Não lhe compete apreciar o aspecto moral da questão suscitada.*

Em mais uma tentativa de desmoralizar a Igreja, a nota inicia por chamar o cômego Amaury Castanho e o jornal *O São Paulo* de mentirosos. "Mentiras" como essa custariam ao semanário quase oito anos de severo controle da censura efetuada pela Polícia Federal. Havia ainda o interesse de jogar a

esquerda brasileira contra os militantes cristãos. A inclusão dos nomes de Isaías do Vale Almada, acusado de ligações com a VPR, e de Paulo de Tarso Venceslau, tido como membro da ALN, o comprovam. Ora, Isaías não precisava ser dependurado de cabeça para baixo, com os pés amarrados a uma viga do teto do galpão de torturas da Polícia do Exército, em janeiro de 1969, a fim de confessar, sob pancadas e choques, que conhecia os dominicanos — trabalhamos juntos na mesma empresa jornalística, a Folha da Manhã S.A., embora em jornais diferentes, e juntos cobríamos o setor de Variedades, mormente atividades do meio teatral. Por outro lado, nem mesmo a Scotland Yard, com a sua fama de meticulosidade sherlockiana, seria capaz de permanecer dez meses em "discreta investigação" ao saber que os dominicanos mantinham contato com o homem mais procurado do país, quanto mais a repressão brasileira! E mesmo que, no limite de sua resistência, Isaías decidisse confessar que "os dominicanos mantinham contato com Carlos Marighella", isso não teria sido possível, pois *ele ignorava inteiramente esses contatos*.

Se a polícia tivesse, de fato, encetado "discreta investigação", é de se supor que, no mínimo, ela passaria a seguir os frades entre janeiro e outubro de 1969. Tudo indica que isso não ocorreu. Nesse período, Osvaldo, Fernando, Ivo e eu tivemos, em momentos distintos, contatos com Marighella.

De acordo com a nota do General Viana Moog, "os passos de frei Ivo passaram a ser severamente vigiados" *depois* que Paulo de Tarso Venceslau foi preso, a 1.º de outubro, "após tiroteio na Alameda Campinas", e cujas declarações "escoimaram as últimas dúvidas da polícia política". Desde o movimento estudantil, Paulo era amigo dos religiosos que estudavam na USP, como Osvaldo e Ivo. Sua família sempre fora amiga dos dominicanos. Eu o conhecera na Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia. Por sua liderança universitária, havia interesse da repressão em desmoralizá-lo e, ao mesmo tempo, jogá-lo contra nós. No entanto, a nota apressada do Secretário de Segurança nem sequer cuidou de verificar melhor certos detalhes que poderiam revesti-la de aparente veracidade. Paulo não foi preso na Alameda Campinas, mas sim numa casa no litoral paulista, em São Sebastião, quando se encontrava sozinho. Barbaramente torturado por Fleury — a ponto de mancar durante vários meses —, nada disse de nossas atividades e só admitiu conhecer Frei Osvaldo, da faculdade, depois que o DOPS descobriu, na pensão em que ele morava, o telefone do convento. Tudo indica que o telefone passou a ser controlado e foi através dele que a repressão soube que Fernando iria ao Rio encontrar-se com um amigo, no dia 1.º de novembro. Mesmo considerando a versão policial de que o contato de Paulo "com Marighella era feito através de frei Ivo", por que o DOPS não levou Ivo ao convento para que aguardasse algum telefonema do dirigente da ALN, preferindo conduzir Fernando à livraria?

Marighella sabia que Fernando trabalhava na livraria. Bastava ligar quando desejasse falar ou se encontrar com ele. Não o prevenia, avisando que ligaria a tal dia ou a tal hora. Com a experiência de

clandestinidade que possuía, o comunista baiano evitava pistas e detinha a iniciativa. Ninguém era capaz de localizá-lo. No entanto, é estranho que a repressão, após prender Frei Fernando no domingo, só o tenha levado à livraria exatamente na terça a tarde, como se soubesse não apenas o dia, mas também o período em que Marighella telefonaria.

O último ponto da nota da Secretaria de Segurança, além de ridículo, depõe contra a própria polícia: "Ambos os religiosos foram minuciosamente instruídos de como se portar em caso de tiroteio v. seguiram à risca os ensinamentos recebidos, saindo incólumes da refrega em que perderam a vida três pessoas". A investigadora não teria recebido também essas minuciosas instruções? O delegado Rubens Tucunduva, atingido na perna, fora mau aluno nessa matéria? E os policiais que atingiram seus colegas jamais praticaram tiro ao alvo ou aproveitaram a "refrega" para resolver, *comme il faut*, divergências na cúpula do DOPS a silenciar incômodos?

### 13

*A sabedoria ensina que, em se tratando de certos acontecimentos, deve-se dar tempo ao tempo. As emoções nem sempre abrem espaço à verdade objetiva e, por vezes, funcionam como lentes desfocadas de velhos binóculos que aproximam as imagens, mas não permitem identificar seus reais contornos. O impacto de um assassinato, de uma derrota, de uma relação fracassada, produz estímulos contraditórios como ventos ciclônicos girando em torno do mesmo ponto, levantando poeiras que custam a se assentar. Busca-se, imediatamente, o culpado; o amor ferido exige, no tribunal das paixões, a réplica do ódio ostentando sua verve, espada vingativa que antes dilata as cicatrizes que se queria fechadas. O raciocínio, de mãos dadas com a lógica, perde-se nos labirintos indecifráveis dos sentimentos magoados, traídos, roubados, apunhalados. Por mais que se converse à procura de Causas e de explicações, o calor do fato inflama a objetividade e o ruído das palavras desconexas, abundantes, espalha-a aos ares como cinzas de uma fogueira que cega os olhos. A razão humana não conhece remédios para afeições dolorosamente maculadas, nem a dialética resiste ao fluxo da indignação no féretro de um homem que encarna as mais profundas esperanças de um povo.*

*Só o tempo, que não corre ao sabor de nossa pressa, restitui certos episódios às suas reais dimensões, suturando corações, arejando a mente das paixões, definhando o ódio na medida em que renasce, alvissara, a força promissora da esperança. No âmago da dor, não se conhece futuro. Acalmada a borrasca, secadas as lágrimas, os olhos vislumbram o horizonte onde, no ciclo da vida a encerrar o inverno, florescem primaveras que nos abrem a novos amores e a novas lutas. Nada mais profundo que a saudade do porvir. Peregrinos confiantes, levamos na mochila lembranças que já*

*doeram, mas que agora só nos trazem os frutos doces que saboreamos, e experiências que não tiveram o êxito esperado, das quais, contudo, guardamos importantes lições.*

*Foi como discípulos da sabedoria que, aconselhados por irmãos, Fernando e Ivo se calaram mais de dez anos sobre a exata participação que tiveram nos acontecimentos que resultaram na morte de Carlos Marighella. No cárcere, jamais mereceram o repúdio dos companheiros e só quem não os conheceu foi capaz de fazer eco às versões policiais. Não se eximiam de lerem sucumbido aos limites de suas resistências. Sabiam, entretanto, que havia muito mais atores e figurantes na cena em que apareciam como principais ou quase únicos protagonistas. Estavam, porém, demasiadamente confinados para dominarem o contexto de todo o drama. Aguardaram silentes, apoiados por aqueles que souberam evitar, nas grades, os riscos de se fazer o jogo do inimigo. Sofreram confidentes, à espera de que o tempo fosse esclarecendo fatos e detalhes pressentidos, mas não imediatamente percebidos. Acreditaram que a verdade está no todo e não em retalhos episódicos. Confiaram a amigos mais íntimos, a superiores na Igreja, aquilo que vivenciaram, deixando interrogações que, mais tarde, encontraram respostas, embora nem tudo esteja meridianamente esclarecido, pois não cabe a eles decifrar os enigmas policiais e as artimanhas concebidas pelos que fazem da morte uma simples medida de profilaxia política. Por outro lado, aconselhados pela prudência, omitiram em juízo aspectos da verdade que, pronunciados, serviriam de armas contra eles, preferindo o silêncio, como Jesus diante de Pilatos, ao esclarecimento que teria provocado o mesmo efeito de fósforo aceso à noite para se verificar se há gasolina no tanque. Também esperaram amanhecer para tornar pública a real participação que tiveram nos dramáticos acontecimentos de 1969.*

## 14

A novela policial em torno da morte de Carlos Marighella e do envolvimento dos frades era bem mais fantasiosa do que se supõe. Durante dois anos, o Dr. Mário de Passos Simas, nosso advogado, estudou pormenorizadamente o castelo de cartas que encheu as páginas dos jornais em novembro de 1969 e as folhas do inquérito policial remetido à Justiça Militar.

Sala do Tribunal da 2.<sup>a</sup> Auditoria do Exército, à Rua Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo. Dias 13 e 14 de setembro de 1971 — julgamento dos dominicanos. Há vinte e dois meses aguardávamos aquele momento. O recinto, repleto, ouvia em silêncio o advogado de defesa:

—Este caso, que tanta repercussão obteve dentro e fora do país, é extremamente confuso, a começar pelas diversas versões que dele se tem. Dos jornais da primeira semana de novembro de 1969, há duas versões que se contradizem — afirmou o jovem doutor de rosto redondo, pele morena, ombros

largos, a beca escura perfeitamente alinhada em seu corpo robusto, a voz firme e pausada traindo certo timbre irônico.

—Vejamos: 1. Marighella *teria sido morto na rua* enquanto tentava tirar sua arma da pasta que carregava. 2. Marighella *teria sido morto dentro do Volkswagen*, no banco de trás. No banco da frente estariam os dois frades dominicanos. Quando a polícia deu voz de prisão a Marighella, os dois religiosos teriam saído tio carro B se atirado ao chão, enquanto se dava a fuzilaria.

Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, trajava *clergyman cinza*, mordida levemente a ponta do cachimbo e ouvia atento a argumentação da defesa. Desde que assumira a arquidiocese, substituindo Dom Agnelo Rossi que, afastado pelo Papa, fora nomeado para ocupar importante função em Roma, Dom Paulo tornara-se nosso defensor e amigo. Quando Bispo-Auxiliar de São Paulo, responsável pela região Norte, ele fora proibido pelos militares de nos visitar no Presídio Tiradentes. Nomeado Arcebispo, desafiou a ordem e fez questão de estar conosco antes de tomar posse Sua atividade à frente da Sé paulista nascia de um gesto concreto em defesa dos direitos humanos. Corajoso, lúcido, dotado de extrema sensibilidade para as questões sociais, Dom Paulo não marcaria data nem hora para nos levar apoio nos momentos mais difíceis do cárcere. Passava longas tardes ao nosso lado, animando-nos na fé, reabastecendo nossas esperanças, celebrando em nossa cela a vitória da vida sobre a morte. Desde então, nasceu entre nós uma amizade firmada no sangue que nos banhou nas catacumbas, Sua púrpura foi, de fato, tingida nos subterrâneos da história, lá onde o sofrimento dos confessores e dos mártires da justiça erguem-se como clamor de libertação. Agora, sem nenhuma deferência especial, o Cardeal de São Paulo encontrava-se sentado entre os que assistiam ao julgamento, atento às palavras da defesa.

— *A versão oficial da polícia é outra* — acentuou o Dr. Maria Simas, consultando a folha 389 do terceiro volume do processo n.º 207/6!) e exibindo, pregado à parede, o desenho cio local [Anexos ;3 e 4]. — Segundo essa versão, Frei Ivo encontrava-se ao volante do Volks estacionado à altura do número 806 da Alameda Casa Branca [Anexos 3 e 4]. Frei Fernando ocupava o banco de trás. Marighella aproximou-se e entrou no carro para conversar com Frei Fernando. Imediatamente a polícia lhe deu voz de prisão. Frei Ivo saiu do carro enquanto teve início a fuzilaria. Frei Fernando lançou-se ao chão do Volks, entre os bancos dianteiro e traseiro, cobrindo-se com o próprio corpo de Marighella, a fim de proteger-se das balas.

Ao lado do Cardeal Anís, Dom Lucas Moreira Neves, Bispo-Auxiliar, de São Paulo, Dom Cândido Padim, Bispo de Bauru, e Dom Alano Du Noday, Bispo de Porto Nacional, acompanhavam interessados as palavras do advogado, afetadas apenas pelo ruído dos fotógrafos e cinegrafistas:

— Devo neste momento lembrar que, na época desses acontecimentos, este advogado que ora

vos fala ainda não tinha sido constituído defensor destes jovens. Não me foi possível, portanto, preparar de antemão qualquer montagem. Tomei conhecimento do ocorrido pelos jornais. A própria polícia foi quem forneceu os dados que estamos analisando. Vejamos, pois, as incongruências contidas na versão ou nas versões da morte de Carlos Marighella.

Mário Simas passou a enumerar os vários pontos contraditórios da versão policial:

I.º — *Presença do "Gaúcho" ou de guarda-costas de Marighella.*

— O delegado Rubens Cardoso de Melo Tucunduva afirmou em seu depoimento que, poucos minutos antes da hora em que Marighella deveria comparecer ao *ponto*, vira passar pela Alameda Casa Branca "o terrorista cognominado 'Gaúcho'". Ora, esse cidadão, Edmur Pendes de Camargo, foi posteriormente preso. Perante este tribunal, confessou que mantivera ligações com Marighella, rompendo-as no início de 1969. Em julho do mesmo ano, tentara uma reaproximação por intermédio de um engraxate de São Paulo, sem o conseguir. *Não se encontrara nunca mais com Marighella.* Como, então, poderia estar ele junto de Marighella no momento em que este foi morto? Os jornais da época, citando informações da polícia, afirmam que Marighella compareceu ao *ponto* protegido por cerca de quinze ou vinte guarda-costas! O delegado Tucunduva, que comandou o cerco, não os viu e nem soube dizer se havia. É bastante estranho que nenhum deles tenha sido capturado ou, pelo menos, deixado qualquer vestígio. Como é igualmente estranho o fato de "Gaúcho" — segundo Tucunduva — ter passado pelo local quando o cerco já estava montado. Tanto que foi visto pelo delegado e conseguiu escapar ileso. . .

O Mestre Geral da Ordem dos Pregadores fazia-se representar 110 julgamento pelo padre Nicolas Gobert, Provincial dos dominicanos do Peru. Frei Domingos Maia Leite e Frei Edson sentavam-se a seu lado no decorrer da sessão.

2.º — *Perua de Marighella.*

— Consta nos autos a fotografia de uma perua ou camioneta sem chapa — prosseguiu o advogado — na qual Marighella teria chegado à Alameda Casa Branca. Veio ele dirigindo ou trazido por alguém? Se veio acompanhado, por que não prenderam também seu motorista, uma vez que até um dentista desavisado foi metralhado por transitar no local? Como se conseguiu tirar fotos do carro se o motorista logrou fugir? Se o motorista fugiu a pé ou se Marighella veio sozinho, abandonando o carro junto à calçada, *onde está a perua?* Não foi feito auto de apreensão. Não foi feita perícia técnica. Não se pesquisou qual o seu proprietário. Por quê?

O Cônsul Geral da Itália em São Paulo, presente em consideração a Frei Giorgio Callegari — que respondia ao processo em liberdade, após um ano de cárcere —, não parecia impressionado com o que ouvia. Dir-se-ia tratar-se de um diplomata britânico que, do alto de sua fleuma, observa a violência dos

trópicos.

3.º — *A entrada de Marighella no Volks.*

— Nem o delegado Tucunduva, nem o investigador Rubens Pacheco souberam dizer — em seus depoimentos perante este tribunal, como testemunhas de acusação — de que maneira Marighella chegou ao local e *como entrou no carro* em que estavam os freis. No entanto, um era o chefe da operação e outro fora encarregado de cuidar da vigilância dos frades e tinha, como principal responsabilidade, não os perder de vista. Como é possível que eles não saibam explicar esse simples, mas tão importante detalhe do ocorrido? — indagou a defesa. — Se o cerco na Alameda Casa Branca já estava montado antes de Marighella chegar, não é possível que a polícia não saiba dizer como ele chegou e por onde penetrou no cerco! . . . Aliás, essas testemunhas de acusação nem souberam dizer o nome dos componentes da operação.

O advogado defendia os réus a partir das acusações feitas pela polícia e assumidas pela promotoria. Antes de querer provar a nossa inocência, estava ele interessado em desmoralizar as acusações que pesavam sobre nós. Fazia da defesa um ataque. Revelava as contradições da argumentação policial. Eram os que nos acusavam que deveriam, primeiro, ser capazes de provar a nossa culpa.

Do alto da mesa colocada sobre estrado, o presidente do Conselho Militar, major Francisco Amado Bittencourt P. Dias, dava as costas para o crucifixo erguido na parede e fitava, abaixo, os réus calmamente sentados, cercados pela escolta do DOPS e por soldados da tropa de choque da Polícia Militar.

Mário Simas mantinha o tribunal em *suspense*:

4.º — *O Volkswagen em que Marighella aparece morto.*

— Na versão da polícia, consta que os freis compareceram à Alameda Casa Branca no mesmo carro em que estavam acostumados a encontrar-se com Marighella, e que esse carro pertencia ao convento dos dominicanos. Ora, segundo declarações do Provincial da Ordem, anexada aos autos, nenhum carro da Ordem foi retirado do convento pelos referidos freis ou pela polícia, na primeira semana de novembro de 1969. Se é verdade que aquele Volks pertencia aos dominicanos, por que a polícia não fornece a sua chapa? Por que não foi ele apreendido? De qualquer maneira, ao ser fotografado pela imprensa, o cadáver de Marighella encontrava-se dentro de um Volkswagen [Anexos 1 e 2]. Onde está e a quem pertencia aquele carro? Por que nos autos nada consta a seu respeito?

O juiz-auditor, Nelson da Silva Machado Guimarães, de toga preta brilhante à luz dos refletores, não conseguia disfarçar o nervosismo exposto em suas contrações faciais. Seu traje destoava do conjunto verde-oliva da farda dos demais membros do Conselho.

O orador trazia o aspecto de quem saíra há pouco do banho, sem demonstrar nenhum sinal de cansaço.

5.º — *As balas transfixantes.*

— Vejam a fotografia em que Marighella aparece morto dentro do carro [Anexo 1]. É de se estranhar que Frei Fernando, encontrando-se no banco de trás no momento em que Marighella foi atingido, tenha escapado ileso. Ora, a perícia constatou que *todas as balas foram transfixantes*, ou seja, atravessaram o corpo de Marighella. Se Frei Fernando estivesse mesmo por baixo de Marighella, como poderia ele não ter sido inevitavelmente atingido por algum projétil?!

6.º — *A mortalha.*

— Chamo agora a atenção dos senhores juízes para um detalhe bastante evidente na fotografia [Anexo 1] — disse Mário Simas, apontando a cópia ampliada da foto afixada no tribunal. — Sobre o banco de trás, junto ao corpo de Marighella, existe um objeto que poderia ser um cobertor, uma lona ou um pano. Ora, a perícia técnica não constatou a presença desse objeto dentro do carro. Por quê? Isso também me deixou intrigado. Fui pesquisar o que poderia ser esse objeto e constatei que se trata de um tipo de mortalha que o Instituto Médico Legal e a polícia utilizam para embrulhar cadáveres!

A mortalha, provavelmente, servira para transportar o corpo do líder revolucionário do local em que tombara na rua até o carro.

O promotor Durval Ayrton Moura de Araújo, que até então permanecera impacientemente calado em sua tribuna, à esquerda do público, não se conteve. Revestido de preto, vociferava como um velho monsenhor indignado:

—Vossa Excelência está querendo concluir que Marighella foi levado morto para o encontro?!

—Vossa Excelência é quem o diz! — replicou o advogado sem disfarçar o tom irônico. — Não estou afirmando nada. Apenas quero saber a verdade: o que é esse objeto? Por que não consta do levantamento da perícia?

—Mas, nesse caso, quem teria matado a investigadora Esteia Morato?

—Não sei — respondeu a defesa. — O ônus da prova cabe à promotoria.

O representante do Ministério Público passou a folhear febrilmente os autos, como quem não encontra o que procura. As gotas de suor escorriam por sua barba dormida. Dr. Simas, esboçando leve sorriso, caminhava tranqüilo de um lado para o outro. Enquanto aguardava o promotor achar o que buscava, o advogado exclamou:

—Esses autos queimam-lhe as mãos, Excelência!

—Vossa Excelência só se louva no que diz a polícia... — re trucou o acusador sem tirar os olhos do calhamaço de papéis que escorria entre seus dedos nervosos.

— Vossa Excelência não apresentou nenhuma prova no sentido técnico do termo — insistiu a defesa. — Vossa Excelência é tão somente a voz da polícia. Vossa Excelência não consegue encontrar

senão Marighella morto.

Em acesso explosivo, o promotor reagiu:

—Marighella era um bandido, um assassino!

—É nosso irmão! — respondeu Mário Simas.

—Não sou irmão de assassino! — protestou com raiva o representante do Ministério Público.

—Nosso irmão, Excelência, nosso irmão — ponderou o advogado como se pensasse alto, sem se importar com o terror que suas palavras provocavam no responsável pela acusação.

Controlando-se, o promotor Durval Ayrton Moura de Araújo observou:

—Sei muito bem aonde Vossa Excelência quer chegar. Vossa Excelência está querendo concluir que os freis não foram traidores. Eu também afirmo que eles não traíram. Não traíram porque continuam solidários a Marighella e às suas idéias terroristas.

—No momento estamos discutindo o confronto da fotografia com a versão policial — disse a defesa. — *Quero provas e não interpretações* — enfatizou. — Se é do interesse da promotoria, ao final ela poderá fazer uso de seu direito de réplica, mas não uma sustentação paralela.

O promotor acatou a advertência e, sentando-se, declarou que replicaria ao final. Mário Simas prosseguiu enumerando as contradições da versão policial da morte de Marighella:

7.º — *A calça aberta.*

— Vemos ainda na foto que a calça de Carlos Marighella estava aberta [Anexo 1]. Vê-se claramente o cinto caído de lado, os botões desabotoados, inclusive o colchete de pressão da cueca. É absolutamente impossível que um homem que recebe voz de prisão e logo em seguida é baleado tenha tempo e motivos para desabotoar a calça e a cueca. No entanto, estão desabotoadas. . . Ora sabemos que é uma técnica policial, quando se prende uma pessoa, abrir-lhe a calça para dificultar-lhe a fuga. Sabe-se também que a decomposição cadavérica inicia-se pelo acúmulo de gases na região abdominal, o que dificulta vestir um cadáver. . .

8.º — *A folhagem.*

— Aos pés de Marighella — observou o orador — há um outro detalhe que aparece mais claramente na fotografia dos autos: uma folha [Anexo 2]. Uma folha de jardim. Ah, isso não nasce em paralelepípedos... Como teria ela se prendido a seus pés? É curioso que nos jardins de uma das casas próximas havia folhagem semelhante. . .

O público, atento, não escondia seu entusiasmo pelos argumentos da defesa. O Dr. Simas caminhava de um lado para o outro enquanto dizia convicto:

9.º — *A falange.*

— Outro detalhe extremamente curioso observa-se em outra foto grafia dos autos. Vê-se claramente a mão de Marighella dependurada. Falta-lhe a última falange do dedo indicador esquerdo. A mão não está esfaляlhada. Suponhamos que o dedo tivesse sido cortado por uma bala. Nesse caso, a falange teria caído dentro do carro. Mas não. No dia seguinte, um dedo foi achado a dez metros do local onde Marighella foi fotografado morto. Entregue ao Instituto Médico Legal, foi passado recibo na devida forma e inserido nos autos. A perícia constatou ainda que, de fato, o dedo pertencia a Marighella e enterrou-o com ele. Por que a falange não foi encontrada no carro, mas a dez metros do local? Falange não anda!

O laudo do exame necroscópico, realizado a 5 de novembro de 1969 e assinado pelos médicos-legistas Harry Shibata e Abeylard de Queiroz Orsini, descreve: *Membros — na mão esquerda, verificamos a ausência da terceira falange no segundo quirodatilo, com ferimento lácero-contuso no coto.*

O argumento acima também comprova que Marighella foi morto antes de aproximar-se do carro em que se encontravam os frades.

Entre os representantes da imprensa internacional enviados ao julgamento, Charles Antoine fazia a cobertura para jornais e revistas franceses. Posteriormente ele traduziria para seu idioma minhas cartas de prisão, editadas pela Desclée de Brouwer (1972) e pela Du Cerf (1979).

Dr. Mário Simas referiu-se a mais um detalhe controvertido:

10.º — *A posição do corpo de Marighella.*

— Analisemos, finalmente, a posição do corpo de Marighella dentro do Volks, conforme aparece em todas as fotos [Anexos 1 e 2]. Seu corpo está reto. A cabeça e os ombros estão apoiados no banco de trás, do lado direito. As pernas saem pela porta do chofer. Vê-se, portanto, que o corpo está rígido sobre o vão entre o banco traseiro e a porta do chofer. Imaginemos agora o que poderia ter acontecido: Marighella ingressa no carro para conversar com Frei Fernando. Recebe tiros e morre. Ser-lhe-ia fisicamente impossível esticar as pernas para fora da porta do carro tendo, primeiro, empurrado os dois encostos dos bancos da frente, imobilizando-se finalmente com uma folha entre os pés. No entanto, é assim que ele aparece nas fotografias. . . O corpo de um homem recém-falecido não se sustenta dessa forma sobre o vão dos bancos. . . E os bancos não poderiam estar para a frente: se os dois frades saíram do carro, os bancos estariam para trás. Se, ao contrário, foi a polícia quem abriu as portas, é sinal de que elas estavam fechadas, o que significa que os religiosos ainda estavam dentro do carro. A posição do corpo de Marighella seria outra e os dominicanos teriam sido fatalmente atingidos pelas balas.

A sustentação da defesa atingiu o seu clímax. Dr. Mário Simas recapitulou os pontos controvertidos da versão policial:

— Tome-se o detalhe da posição rígida do corpo, junte-se a falange perdida, acrescente-se a folha a seus pés, some-se o significativo pormenor da calça aberta, a mortalha esquecida no banco do carro, as balas transfixantes que não atingiram Frei Fernando, a ausência de explicação de como Marighella chegou e entrou no carro, a absoluta falta de qualquer informação sobre a origem e o destino do Volkswagen em que Marighella aparece morto, o estranho desaparecimento — como também a total falta de informação — da perua que transportou Marighella, a inexistência de provas sobre a presença de guarda-costas. . .

Após breve pausa, o advogado dos dominicanos encerrou:

— Tudo isso, senhores juízes, forma um conjunto impressionante. Que conclusão devemos tirar? Onde está a verdade e a justiça? Cabe a Vossas Excelências concluir!

A tarde atingia as cinco horas. O promotor Durval Ayrton Moura de Araújo comunicou ao juiz-auditor que renunciava a seu direito de réplica.

## 15

O laudo pericial de exame do Volks em que o cadáver de Marighella foi encontrado (folhas 388 ou 1.495 e seguintes) observa os seguintes danos: "1. quebra total do pára-brisa anterior; 2. uma perfuração na tampa do porta-malas; 3. um amolçamento na tampa do porta-malas; 4. uma perfuração no pára-lama anterior direito; 5. uma perfuração na poltrona anterior direita; 6. uma perfuração transfixante na poltrona anterior esquerda; 7. quebra total do pára-brisa traseiro (avaria no sentido de dentro para fora)".

Segundo o mesmo relatório, "sentado no banco dianteiro, junto ao volante, achava-se o frei Ivo". Como teria ele escapado ileso à perfuração transfixante em sua poltrona? É curioso constatar que a poltrona de trás do carro, onde o corpo do dirigente comunista foi fotografado morto, não apresentou nenhum dano, nenhuma perfuração. Tudo indica, pois, que no período aproximado de uma hora em que a Alameda Casa Branca ficou interditada, após o assassinato, e a retirada dos frades, o veículo foi propositadamente baleado.

O Instituto de Polícia Técnica descreve ainda, em seu relatório de exame do local, que "segundo informes, o Lato desenvolveu-se da seguinte forma: Carlos Marighella *chegou ao local numa camioneta*, a qual após estacioná-la junto ao meio-fio — em correspondência com o n.º 805 — desceu do veículo e passou a caminhar em direção ao Volkswagen azul, estacionado junto à calçada oposta, defronte ao prédio de n.º 806, onde dois frades o esperavam". De fato, a referida perua aparece, de frente e de costas, nas lotos anexadas aos autos pela perícia (folhas 403 e 404; cf. desenho Anexo 4). Nas legendas das fotos, a polícia técnica registrou: "*camioneta sem chapa em que chegou Carlos Marighella*". No que

concerne aos veículos fotografados no local, consta ainda do relatório a descrição da "camioneta *sem placa* (consoante informes, portadora da licença especial n.º 1.33.17), da marca WYLLS, do tipo 'pick-up', do ano de 1969, da cor azul". Observe-se que o veículo não tinha placas, mas a polícia estaria informada de sua "licença especial". Conclui o exame: "Cumpra consignar, ademais, que os carros foram examinados na garagem do Departamento de Ordem Política e Social, *com exceção da camioneta que se encontrava em lugar incerto e não sabido*" (todos os grifos são meus).

Frei Fernando vira sair da camioneta, na Alameda Casa Branca, um homem moreno que, algemado, foi levado também ao DOPS. Lá, recusou-se a sentar "junto a terroristas" e levou um soco tão mal-representado que Fernando percebeu sua conivência com os policiais. Quem era esse homem? Que papel estaria ele destinado a representar na cilada? Por que estava ele na perua atribuída a Marighella? Por que razão desapareceram com aquele veículo? A quem pertencia? O que fazia no local?

A. única hipótese que não merece nenhum crédito é a de supor que Marighella, procurado por todos os órgãos de segurança do país, trafegasse pelo Centro de São Paulo com uma perua sem placas.

## 16

*A CIA e o Culto da Inteligência*, livro de Victor Marchetti e John D. Marks, foi lançado no Brasil em 1974 pela Editora Nova Fronteira. Marchetti havia trabalhado 14 anos para a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos e Marks desde 1966 estivera a serviço do Departamento de Estado. Desiludidos, pressionados pelos acontecimentos decorrentes do malogro norte-americano no Vietnã, os dois decidiram contar como a Companhia funciona por dentro e que tipos de operação ela realiza no exterior. Contrariando o mito da "liberdade americana", a Justiça daquele país censurou a obra "por motivos de segurança nacional". Foram feitos 339 cortes no texto. Os editores entraram com recurso e conseguiram reduzi-los para 168. Assim, tanto o original norte-americano quanto a tradução brasileira trazem, em impressão normal, os trechos que não foram censurados; em negrito, as passagens vetadas pela Justiça e, posteriormente, liberadas; e em branco o que permanece censurado.

O trecho abaixo foi vetado pela CIA, mas a Justiça norte-americana autorizou a sua publicação. Por isso ele foi editado em negrito (p. 196 e 197 da edição brasileira). Nele, como se verá, os autores não estão interessados em elucidar como a polícia brasileira chegou a Marighella. Estão preocupados em denunciar a falta de ética e de escrúpulos do Governo de seu país. Mas, indiretamente, confirmam que a captura e a morte do comandante da ALN não dependiam exclusivamente da eventual confissão de algum preso político. Havia um plano ofensivo nesse sentido. Eis a transcrição (grifos meus) :

*No início de outubro de 1969, a CIA, por intermédio de um agente secreto, soube que um grupo de*

radicais pretendia seqüestrar um avião no Brasil e fugir para Cuba. Essa informação foi transmitida à sede da CIA em Langley, Virgínia, e de lá enviada numa base de "só para ser vista" a Henry Kissinger na Casa Branca e aos funcionários superiores do Departamento de Estado, de Defesa e da Agência de Segurança Nacional. Dali a poucos dias, a 8 de outubro, os mesmos radicais identificados no relatório da CIA se apoderaram de arma em punho de um avião comercial brasileiro com 49 pessoas a bordo e, depois de uma parada para reabastecer na Guiana, obrigaram o piloto a seguir para Havana. Nem a CIA nem as outras agências do Governo americano, *que sabiam de antemão tio plano dos radicais*, tentaram impedir que o crime fosse cometido, embora naquela época a política oficial dos Estados Unidos — tal como proclamada pelo Presidente — fosse a de tomar todas as providências possíveis para eliminar a pirataria aérea.

Mais tarde, quando os funcionários do Departamento de Estado perguntaram a seus colegas da CIA por que não haviam tomado medidas preventivas para frustrar o seqüestro, *os agentes clandestinos da organização demoraram mais de um mês para responder. Nesse Ínterim, as forças de segurança brasileiras conseguiram dissolver o principal grupo revolucionário do país e matar seu líder, Carlos Marighella*. Pouco depois, a -1 de novembro, a CIA comunicou a morte do líder revolucionário em caráter extra-oficial ao Departamento de Estado, frisando que, se tivessem tomado qualquer precaução para impedir o seqüestro aéreo em outubro, *a infiltração da agência no movimento radical seria desmascarada e a organização de Marighella não ficaria destruída*. Embora jamais se esclarecesse se o agente que alertou os manipuladores clandestinos para o seqüestro aéreo era o mesmo que descobriu Marighella, essa foi a impressão que a CIA quis dar ao Departamento de Estado. A agência insinuou que não tinha impedido o seqüestro porque, se fizesse isso, *diminuiria as possibilidades de alcançar o objetivo mais importante de "neutralizar" Marighella e seus adeptos*. Para os manipuladores clandestinos da CIA, os fins — liquidar com o movimento radical brasileiro — aparentemente justificavam os meios, permitindo assim que se efetuasse o seqüestro e arriscando inutilmente quarenta e nove vidas inocentes nesse meio tempo.

Como se deduz, o ex-agente informa que havia uma infiltração da CIA na ALN cuja principal tarefa era liquidar Marighella. Como serviço de informações, a CIA não costuma realizar operações policiais — quando julga oportuno, ela passa a informação para a polícia local, responsável pela repressão direta. Nesse caso, havia certamente o interesse de preservar o agente infiltrado na ALN, a fim de que ele pudesse continuar operando no interior do movimento guerrilheiro. Daí a parafernália armada em torno da participação dos dominicanos. Compreende-se melhor, agora, por que cidadãos norte-americanos, falando inglês com delegados brasileiros, participaram de nossos interrogatórios no quinto andar do DOPS. Por sua vez, Marcos Alves Morato, marido da investigadora Esteia Morato, conta que durante a agonia de sua

esposa, no Hospital das Clínicas, foi ele advertido por policiais que não deveria fazer declaração alguma à imprensa, "para não piorar as coisas".

— Até hoje — disse ele a Marco Aurélio Borba da revista *Playboy* (n.º 51, out. 1979) —, estranho o fato de que médicos e autoridades, mesmo sabendo que Esteia já estava clinicamente morta, tenham prolongado sua agonia por dois dias. Durante esse tempo, eles se comunicavam permanentemente com alguém, ou com algum escritório, nos Estados Unidos.

A revista *Veja*, n.º 59, edição de 22 de outubro de 1969, informava aos leitores em matéria sobre a guerrilha urbana: "Segundo rumores que correm na polícia paulista, Marighella está em São Paulo, na Capital, dentro de um círculo de investigações que se fecha gradativamente. Com todas as saídas para Minas, Rio, Paraná, litoral e Oeste paulistas vigiados, Marighella estaria sem chance de escapar. Espera-se mesmo que ele tente uma fuga heróica e não se acredita que ele venha a ser preso com vida."

Uma coisa é certa: quase todos os combatentes que sucederam Marighella no comando da ALN foram assassinados pelos órgãos de segurança, sem que se saiba exatamente como foram localizados e apanhados.

## 17

*Por intermédio de um agente secreto, a CIA soube que um grupo de radicais pretendia seqüestrar um avião no Brasil e fugir para Cuba*, afirmam Victor Marchetti e John D. Marks. Tudo indica que a Companhia não soube apenas do seqüestro de 8 de outubro — data da morte de Ernesto Che Guevara nas matas da Bolívia. É provável que o agente secreto tenha conhecido previamente outras ações armadas.

Na terça-feira, 4 de novembro de 1969, um Boeing 707, vôo 863 da Varig, com setenta e oito passageiros e doze tripulantes, decolou do Aeroporto do Galeão, no Rio, rumo a Santiago do Chile, com escala em Buenos Aires. A bordo dois brasileiros com prenomes semelhantes: Ernane Galvêas, diretor do Banco do Brasil em São Paulo, futuro Ministro da Fazenda do Governo Figueiredo; e padre Ernani Pinheiro, da arquidiocese de Olinda e Recife, que viajava à capital chilena a fim de participar do curso sobre Espiritualidade e Libertação, promovido pelo Ilades graças à bolsa de estudos que lhe fora ofertada por Dom Eugênio Sales, então responsável pelo setor de Ação Social da Ceiam.

Logo após a escala em Buenos Aires, por volta das 13 horas, os passageiros ouviram o aviso do comandante da aeronave:

— Estamos sendo seqüestrados por revolucionários brasileiros e a nossa rota de vôo será desviada para Cuba.

Embora a tripulação falasse em dez seqüestradores, apenas cinco foram notados pelos apreensivos

passageiros: dois rapazes e uma moça que portavam armas, outro que servia lanches e um quinto que acalmava os exaltados e apelava aos serviços de um médico chileno para atender os mais aflitos. Este último falava diversos idiomas e dizia-se goiano, professor cassado da Universidade de Brasília. Treinada para a eventualidade, a tripulação agia com desembaraço, solícita às ordens dos seqüestradores.

O Boeing desceu em Santiago para abastecer-se. Uma senhora grávida ameaçou abortar e foi autorizada a desembarcar. Dois gaúchos que estavam a bordo tentaram convencer os seqüestradores a desistirem de seu intento. Padre Ernani estranhou a interferência decidida desses homens e guardou a impressão de que eram funcionários da Varig, prevenidos de que algo poderia ocorrer naquele vôo.

Foi longa e cansativa a viagem até Havana. A maioria dos passageiros tranqüilizou-se perante a gentileza do grupo armado, outros permaneciam tensos e pálidos, enquanto alguns tentavam aliviar o nervosismo no consumo incessante de tabacos. Uma moça alta, tipo nórdica, acendia o próximo cigarro antes que o anterior chegasse à metade. No decorrer do vôo, os seqüestradores pronunciaram breve discurso contra o bloqueio a Cuba e as torturas em nosso país, anunciando que passariam três meses na ilha de Fidel Castro, a fim de se prepararem para desencadear a revolução no Brasil. Às quatro e trinta da manhã de quarta-feira, chegaram ao Aeroporto José Martí.

A funcionária da alfândega de Havana achou graça ao ler nos passaportes brasileiros — *Não é válido para Cuba*. Foram todos levados a um hotel que já se especializara em abrigar vítimas' de seqüestros: antigo cassino à beira-mar. Souberam que, no mesmo dia, chegara ao país um avião seqüestrado na Nicarágua por revolucionários sandinistas. Padre Ernani jantou com um italiano, funcionário da Fiat, que comemorava seu segundo seqüestro aéreo.

C) episódio foi amplamente noticiado pelos jornais cubano.-, ao fim da manhã *do* dia 5, quando os passageiros foram acordados pata o almoço. Como presente de Fidel Castro, cada um recebeu uma caixa de charutos. Padre Ernani soube, então, que o Governo brasileiro exigia o retorno de todos os passageiros ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

O avião decolou às cinco da tarde do mesmo dia. Às dez da noite, chegou a Caracas. Padre Ernani leu, estarecido, a manchete de um jornal venezuelano: *"Marighella morto, padres dominicanos implicados"*.

Em Caracas, os estrangeiros a bordo recusavam-se a retornar ao Brasil. Dois casais chilenos ameaçaram seqüestrar o avião até Santiago. Uma moça fez um comício no aeroporto, propondo que todos rejeitassem a exigência do Governo brasileiro. Quatro chilenos abandonaram o local e refugiaram-se na embaixada do seu país. Na hora de decolar, faltou um outro chileno: do aeroporto falara com a família pelo telefone e soubera que seu filho acabara de nascer. As doze horas, o Boeing levantou vôo e aterrissou no Galeão quando a noite cobria a baía de Guanabara. Apesar da fadiga, todos os passageiros

foram levados para depor na base militar próxima ao aeroporto, Padre Ernani foi interrogado por um homem que se identificou como oficial da Marinha:

—Por que o senhor está sem batina?

—Questão de gosto.

—Conhece os dominicanos?

—Não.

—Dê-me seu endereço no Recife.

O militar anotou e, agressivo, apontou a caneta na cara do padre;

— O senhor tem dois endereços no Recife. Este é do *rio*, quero o outro.

A ira empalideceu a face cansada e nervosa do sacerdote que, de lato, tinha, além do endereço de sua casa, o do Secretariado de Pastoral, onde trabalhava.

— Quer dizer que estamos num interrogatório? — indagou o padre.

O oficial conteve-se:

— Desculpe, padre. Dê-me uma descrição dos seqüestradores.

Enquanto padre Ernani discorria sobre o grupo que levava o avião a Cuba, o inquiridor examinava papéis que trazia numa pasta. Quando escutou falar da moça que atuava como relações públicas, atendendo os passageiros mais intranquilos, o militar tirou uma foto da pasta e exibiu-a ao padre: o papel estava ainda umedecido pela revelação recente e mostrava, no interior do avião, a moça em plena atividade.

O sacerdote, perplexo, não escondeu sua curiosidade:

—Pode me dizer como os senhores conseguiram esta foto?

—Lembra-se de uma moça alta, estrangeira, que fumava muito? É uma aeromoça norte-americana que trabalha para a CIA. O seqüestro foi previsto pela CIA e, por isso, ela embarcou nesse vôo. O isqueiro que ela usava é uma máquina fotográfica.

O episódio sugeria que, para não prejudicar seus objetivos prioritários, mais uma vez a CIA fora cúmplice de um seqüestro aéreo. Por um de seus agentes clandestinos, ela teria captado antecipadamente a operação. Não pretendia evitá-la, talvez, temendo "queimar" a sua fonte de informação. O importante era "neutralizar Marighella e seus adeptos".

Se fica esclarecida a real participação dos dominicanos no episódio da morte de Carlos Marighella, muitos outros aspectos permanecem obscuros. *Quem informou a polícia dos contatos de Fernando e de*

*Ivo com o dirigente revolucionário?* Como o delegado Fleury soubera que eles se encontraram em meados de outubro? Por que se evitou deformar o rosto de Frei Fernando e não se teve a mesma preocupação em relação a Ivo? Já teria o DOPS intenção de sair, para ir à livraria, com Fernando? De onde Fleury tirara a expressão "base fixa de Marighella", tantas vezes repetida? O que lhe dava tanta segurança para afirmar que o comandante guerrilheiro "está acuado, vai procurar vocês", confirmando a previsão da revista *Veja* de que, segundo informes policiais, o cerco "se fecha gradativamente"?

Os indícios de que a CIA dispunha de informações oriundas do movimento revolucionário poderiam propiciar respostas às indagações acima e explicar a encenação montada para que toda a responsabilidade recaísse exclusivamente sobre os dominicanos. Mesmo assim, é de se estranhar a tranquilidade com que a repressão agiu antes da noite do dia 4, pondo em risco seu objetivo de fuzilar Marighella: a prisão de Frei Roberto no convento do Leme, no Rio; a ocupação do apartamento da Rua Rego Freitas e a invasão do convento das Perdizes, em São Paulo. *O que dava à polícia a certeza de que Marighella não saberia de nada disso?*

Frei Ivo dissera que os telefonemas eram dados ao convento. Por que não o levaram a Perdizes para aguardá-los? Por que só Frei Fernando foi levado à livraria e exatamente quarenta e oito horas depois de preso, na tarde de terça-feira, como se houvesse certeza de que Marighella não chamaria na segunda ou na manhã do dia 4? Como a polícia obteve a informação de que o cabeça da ALN não viajara conforme dissera a Fernando? Por que, na tortura, não pediram a Ivo a senha utilizada por Marighella para telefonar ao convento?

Marighella andava disfarçado pelas ruas de São Paulo. Ao lado de seu cadáver foi encontrada a peruca que usava. Como a repressão pôde identificá-lo tão logo ele ingressou no cerco, antes de aproximar-se do carro em que se encontravam os frades? Por que, tendo Fernando indicado, como referência de ponto, o número 800 da Alameda Casa Branca, enquanto Ivo falou do número 400, a repressão parou o Volks à frente do número 806, e não quatrocentos números abaixo? Quem era o homem moreno que ocupava a misteriosa Rural-Willys sem placa, fotografada no local e posteriormente desaparecida? Por que esse homem não mais foi visto após chegar algemado ao DOPS? Por que o veículo não foi examinado pela perícia técnica? E como se levantou o número de sua licença especial?

Certamente essas questões poderiam ser esclarecidas pela suposta "infiltração da agência [CIA] no movimento radical", segundo afirmam Marchetti e Marks. Contudo, é preciso acatar mineiramente esse tipo de informação. Os órgãos de segurança são peritos em fabricar "dissidentes" que dão entrevistas e escrevem livros narrando "suas atividades" para, posteriormente, merecerem a confiança da esquerda e serem aceitos como aliados. Se desde 24 de setembro vários combatentes acusados de pertencerem à ALN já se encontravam presos, não é impossível que um deles tenha falado dos seqüestros aéreos planejados e

a CIA, para impressionar seus chefes, unha atribuído a informação a ura de seus agentes infiltrado "no movimento radical".

O delegado Fleury já não pode falar, pois a morte o levou, em circunstâncias estranhas, no dia 1.º de maio de 1979. Outros poli-i [ais certamente guardam o segredo de como foram montadas as peças do mosaico da "Operação Bata Branca", e caberá aos pesquisadores do futuro desvendar os enigmas que estão além da participação dos dominicanos.

Resta-nos a confiança na palavra evangélica de que será pro-i Limado nos telhados o que se passa às escuras e o consolo de saber que a verdade é filha do tempo.

No dia do enterro de Carlos Marighella, o delegado Alcides Cintra Bueno fez questão de que o féretro passasse defronte ao Consulado dos Estados Unidos, instalado então na Avenida Paulista. Tratava-se, certamente, de agradecer a colaboração prestada.

Dálias brancas cobriam a cova rasa em que o comandante da ALN foi sepultado, no cemitério da Vila Formosa. Seu filho, Carlos Augusto, operário petroquímico na Bahia, era a única pessoa da família presente. Clara Marighella, a esposa, partia para longos anos exílio no exterior, retornando com a anistia parcial de 1979.

Dez anos após os trágicos acontecimentos da Alameda Casa Branca, os restos mortais de Marighella foram trasladados para Salvador, a 4 de novembro de 1979. Em São Paulo, o Comitê Brasileiro pela Anistia, presidido pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalg, promoveu significativo ato na ocasião e, em companhia de pessoas tia família, transportou a urna funerária até a capital baiana, onde foi depositada em túmulo construído segundo projeto do arquiteto Oscar Niemeyer.

## 20

*As pessoas que amamos e com quem comungamos a vida, sorvendo alegrias, tristezas, esperanças e riscos, ficam gravadas no coração, como a imagem única do rosto fotografado à luz oblíqua de um raio de sol que não se repete. Impossível reproduzir essa imagem, inútil dissertar sobre ela. Por isso, Clara, compreendo o teu silêncio. Após vinte e um anos de amorosa e militante convivência, Carlos Marighella ocupa em tua vida o espaço indevassável de recordações indecifráveis. A pintura fixa o vôo da ave, mas não recria o essencial: o movimento, a velocidade, a inefável beleza do ser vivo. A busca de palavras adequadas para exprimir o amor que os uniu seria tão precária como o esforço dos poetas para traduzir, nos limites do código alfabético, os eflúvios de uma sensibilidade apaixonada. Os mistérios do amor transbordam as palavras. Nada menos I apropriado para tratar das coisas do coração que o raciocínio. Ele I entende de lógica, mas não produz música, encanto ou magia. Para I nós, Marighella foi o revolucionário cujas idéias e ações podemos recuperar pela memória. Para ti, foi também o*

*companheiro que deu vida à tua vida, numa fusão única e rara: o caso de amor transubstanciado em causa de amor.*

*A esperança libertadora aproximou-os em 19-16. A militância no Partido promoveu o teu encontro com o dirigente que trazia no corpo os estigmas recentes dos longos anos de prisão. Todavia, as tarefas acertadas eram como o pomar carregado de frutos expostos ao vendaval imprevisto. A atuação ilegal, sob risco permanente, prolongou por dois anos a ansiosa paciência da atração conferida pela prática política. Em 1948, já não era mais possível suportar a convivência paralela. Apesar dos imprevistos e das limitações da vida clandestina, o amor uniu-os por esses mesmos laços que os ligavam à luta. Estavam os dois sob prisão preventiva decretada, caçados pela polícia e, no entanto, partilhando o pão, a carne e o afeto no sigilo exigido pelo desempenho rigoroso das tarefas. Tua alegre discrição, é Clara, represava as águas férteis da paixão. Não podias dizer aos camaradas que eras a esposa de Marighella. Quantas vezes não participaste de reuniões ao lado dele, forçada a tratá-lo com cerimônia, chamando-o pelo nome de guerra, acertando detalhes como se fossem passar longo tempo sem se verem! A segurança exigia que essa convivência não fosse conhecida, pois, do contrário, na perseguição que sofrias haveria ainda o risco de seres refém ao cerco de teu companheiro. Por vezes as separações eram demoradas, sem notícias, entregues à confiança de uma sintonia que só os redutos do mistério interior sabem conter. Relações maduras não se fundam na posse da presença física constante, em nome de uma paixão que é, de fato, insegurança e medo. Têm raízes mais profundas, cravadas na mesma luta, voltadas para os largos horizontes do compromisso histórico, feitas de oblação permanente. O amor que não se dá, fenece. Só de dom, de oferta e de busca pode nutrir-se a relação que se queira feliz na surpreendente conquista mútua que jamais cessa. O rio que não corre polui-se. E essa descoberta continua do outro nos pequenos detalhes foi uma das tónicas mais forte de tua convivência com Marighella. Aviva-se, no fluxo de tuas recordações, o jeito despreocupado com que ele tratava os temas mais candentes, ouvindo os companheiros em doutrinárias considerações, enquanto entre tinha-se em fazer-lhes a caricatura, arte que dominava com destreza. Em casa, era o homem forjado nas prisões e nos tempos difíceis de estada junto às famílias operárias, acostumado a nada reclamar, disposto a aceitar, sem queixas, as mais duras privações. No domingo de festa, trocava o leitão assado da mesa de um sítio para banquetear-se, à sombra das árvores, de sucessivas laranjas, degustando-as como quem suga da terra a energia imprescindível à existência. Quando os albores do frágil período de democracia burguesa permitiram-lhes maior mobilidade e caminhar junto pelas ruas, era com alegria que se abrigavam em tua casa as crianças dos companheiros remetidos a longas viagens. Preservas com ternura a maneira como Marighella se relacionava com elas, misturando-se às brincadeiras que deixavam a casa revirada.*

*Tantas e tantas lembranças, Clara, que se guardam em teu coração e que jamais serão conhecidas, pois pertencem à linguagem que as palavras não traduzem. Fica o teu silêncio e, à nossa indagação, o teu sorriso que transmite luz sob os olhos marejados de saudade.*

## **V. DOPS, A CATACUMBA**

Ao regressarem da Alameda Casa Branca, vocês, algemados, ficaram num banco, no segundo andar do DOPS, expostos à execração dos policiais que se divertiam em ameaçá-los com novas torturas, enquanto comemoravam a morte de Marighella e a gratificação recebida de empresários agenciadores da repressão. Apareceu aquele cara dizendo que era delegado de Brasília, quem sabe homem do SNI, fazendo perguntas sobre a Igreja, nomeando bispos e padres como subversivos, arvorando-se em profundo conhecedor das hostes eclesiásticas, repetindo que "pastoral comunitária não é religião, é subversão", sem dar tempo a que vocês respondessem, só falando, falando, falando, nervosamente, como se temesse cumprir a própria função, intimidado ante seus olhares perdidos num ponto qualquer do sofrimento e da estala que os abatia, sem vontade de ouvir, de responder, de falar.

Levaram-no, Fernando, para preencher fichas: nome completo, dos pais, domicílio, cursos, estado civil e outras coisas que a burocracia pergunta sem mesmo saber que utilidade isso terá. Você abriu as mãos e esticou os dedos, cujas pontas ficaram negras ao contato com o rolo de graxa, deixando as impressões digitais nos cartões brancos. Havia muitas pessoas fazendo fichas, gente que você nunca vira, assustadas, encolhidas de medo, aterrorizadas pelo ambiente, presas nas imediações da Alameda Casa Branca. Sumiram como fantasmas na noite e nunca chegaram às celas, nem se soube o que foi feito delas.

Você, Ivo, chegou à cela 5 quando quase todos os companheiros já dormiam sob a luz vigilante, acesa, e um deles soube que você tinha fome, muita fome, atenuada pelo sanduíche que ele lhe estendeu como gesto terno e silencioso de solidariedade, pois um delegado andara pelo corredor do cárcere alvoroçado, "matamos o chefe de vocês! Os dominicanos entregaram Marighella!".

Eram quase duas da madrugada quando você, Fernando, chegou à cela. Um companheiro acordou, afastou-se um pouco e disse "deita aí", abraçando-o quando você agachou, e isso o tocou por dentro, deu-lhe paz, segurança, facilitando o sono que, pela primeira vez após a prisão, se aproximava como o acalento de um sorriso infantil, logo afugentado pela voz estridente, malévola, do delegado Raul Ferreira, "os dominicanos entregaram o Marighella", grito sem eco diluído no silêncio que o fez retomar o descanso, enquanto outro companheiro se deitava a seu lado e cochichava "sou da ALN, não se preocupe, fique firme".

Você não sabe a que horas acordou na manhã seguinte e havia café, pão com manteiga, ingeridos

com relutância naquele porão impregnado de cheiro de sebo, como um açougue há muito abandonado, as carnes apodrecidas expostas aos mosquitos. Só então você notou que eram dezesseis seus companheiros naquela cela cuja privada, ao fundo, escondida por trás de pequena parede, ficava sob a janela alta, inacessível, avisando que, lá fora, era dia. Com a velha vassoura desdentada vocês varriam devagar o chão para não levantar muita poeira e passavam o pano molhado de uma camisa toda rasgada. Você preparava os companheiros para os interrogatórios.

Sua cela, Ivo, era uma das maiores naquele corredor em forma de L, sendo o lado maior dividido em cinco, todas ocupadas por homens, e o menor, o fundão, em quatro celas solitárias, nas quais ficavam as companheiras. O mês que vocês passaram aí foi repleto de tensões, de emoções, de descobertas, de vivência fraterna, e havia momentos incrivelmente calmos, monótonos, lentos, sobretudo à noite, pois os interrogatórios, salvo exceções, eram feitos de dia. Vocês dois estavam na mesma cela, em companhia de Frei Giorgio, que lhes ensinava as canções italianas; de Maurício, que entrara na prisão ao sair da Ordem; de Frei Tito, que desfazia os momentos de tensão com tiradas anedóticas e gargalhada travessa; de "Rabote", consolando a todos pelo abnegado testemunho de militante operário sofrido; do "Marinheiro", seviciado com requinte por "traição às Forças Armadas"; dos engenheiros Antônio e Roberto, o primeiro, versão contemporânea de um São Francisco da Irmã Amizade, o segundo, afoito rapaz transtornado no labirinto que punha em risco sua promissora carreira; do teólogo Francisco Catão, derrubado de sua britânica fleuma no terreno duro e frio de um subterrâneo cujas portas só se abriam por fora; do professor de ioga Nestor, interessado em comprovar, no inferno, as teorias e as práticas do exercício da paz celestial; e do engenheiro Manoel, dependurado num cachimbo que lhe acostumara a mais ouvir do que falar. Vida de pobreza, nove raquíticos e sujos colchões cuspidos palha pelos buracos, comida trazida em latões enferrujados, exalando mau cheiro, sabor de salitre destinado a anestesiar os impulsos sexuais dos presos.

Os interrogatórios não tinham fim e o retrato do regime que

se implantara no Brasil desfilava, sem retoques, por fora da pequena grade que lhes permitia acompanhar o movimento no corredor. Foi ao fim da tarde de quarta-feira, 5 de novembro de 1969, que vocês viram, assombrados, silentes, os carcereiros passarem carregando um preso com braços e pernas tombados no ar, o corpo nu coberto de sangue e hematomas, versão brasileira da *Pietà*. Fecharam Jeová de Assis Gomes numa solitária do fundão e, na tarde do dia seguinte, ele apareceu todo engessado, mas mesmo assim continuaram torturando o jovem estudante de Física da USP, acusado de responsável, na ALN, pela implantação da guerrilha rural, o que não se podia comprovar, já que ele nada dizia que pudesse interessar a Fleury e sua equipe, até que decidiram aumentar a dose e ligaram a máquina de choque diretamente num aparelho de TV e ouviram dele apenas um comentário: "muda de canal porque este está muito fraco",

o que lhe custou a fratura dos braços e das pernas.

Os passos do carcereiro no corredor deixavam todos vocês alertas, apreensivos, imaginando quem seria o próximo. Que alívio quando se tratava de entregar um maço de cigarros, um pacote de biscoitos, uma fruta enviada por familiares ou amigos, sinal de carinho, de companhia, de apoio, que só quem está dentro pode saber o que significa, pois em muitas situações críticas da vida um afago vale mais que mil promessas e supera todas as boas intenções. Tudo era irremediavelmente dividido e, certa vez, com um único limão, fizeram uma "limonada" para toda a cela! Se alguém retinha o presente recebido, vocês conversavam com o companheiro, mostravam que todos tinham os mesmos direitos, que ali não se admitiam privilégios, a vida e a morte apresentavam-se a todos como duas faces da mesma moeda. Não havia livros, nem mesmo era permitido ler a Bíblia, e o único recurso eram os quadrinhos de Walt Disney, aquele americano que educa nossas crianças para se adequarem sem violência ao capitalismo, admitindo que o pobre Donald jamais será como seu tio Patinhas, pois afinal nem todos têm a sorte do Gastão, talvez escapemos das ciladas da vida se colaborarmos com a polícia como o Mickey ou, pelo menos, aprendendo com os sobrinhos do Donald que o importante é cumprirmos o nosso dever como bons escoteiros. Enquanto o café da manhã não vinha, Nestor os orientava na toga, relaxando-os naquele antro de pavor, ensinando a vocês a arte de dominar o espírito e o corpo pela respiração cadenciada, pelos movimentos pausados, pela meditação disciplinada. Após varrer a cela, recolher a palha e devolvê-la aos colchões, fazia-se a grande roda e cada um falava do que sabia, contando suas histórias, narrando suas memórias, desafiando seus conhecimentos, o que os levou a improvisar um curso de História da Filosofia, dos pré-socráticos a Heidegger, um introduzindo o filósofo do dia e os demais completando as informações a respeito dele. Foram duas semanas de "curso", mas nem sempre as "aulas" chegavam ao fim, interrompidas pela voz ameaçadora do carcereiro na grade: "fulano, subir!". Subir, verbo que se conjugava com infinito terror, a insegurança diante do novo rosário de perguntas, a iminência de torturas, a morte espreitando a dor, a frustração diante das quedas de companheiros, as acareações arriscadas e humilhantes como um jogo de xadrez no qual os adversários são parceiros em busca do empate, enquanto as pedras se movem pelas mãos de um terceiro interessado em acuá-las em xeque-mate. Embora muitos fossem marxistas e ateus, aceitaram a sugestão de vocês de rezarem o Pai-Nosso quando alguém era retirado da cela, chamado para subir, aprontando-se ao som da oração solidária e nervosa, elixir de coragem e conforto naquele buraco onde a fraternidade imediata e simples impunha-se sobre divergências e diferenças que não têm lugar quando a vida se depara com o seu contrário. Ao regressar da tortura, o companheiro era amparado por vocês, moral e fisicamente, cercado de atenções, favorecido na partilha dos alimentos, no uso dos colchões, na divisão dos cigarros, e quantas vezes não se ouviu: "agüentei porque sabia que vocês torciam aqui por mim", "tive mais coragem porque minha força foi redobrada pela

de vocês".

## 2

*Mineiro sai de Minas, mas Minas não sai do mineiro, já disse o mestre Drummond. Em você, Fernando, a roça dos arredores de Visconde do Rio Branco ficou impregnada como gordura de toucinho em parede de cozinha, como cheiro de biscoito em forno de fogão de lenha, como a curva do rio em saudade de quem já foi menino no interior. Todos os sábados, repicado o último sino da escola, espalhada a criançada na rua, você caminhava seis quilômetros para chegar ao sítio dos tios, sapatos amarrados no cangote, pés na poeira, assobio na alma. Seus amigos eram os filhos dos vaqueiros, e as brincadeiras, o mergulho livre no rio Xopotó, o juntar das vacas, o passeio vadio nos velhos e preguiçosos carros de boi que levavam a cana para a usina. De noite, encolhido sob o lampião no chão rústico da casa dos vaqueiros e dos peões, você ouvia os casos antigos, aprendia benditas curas vegetais e era introduzido, assustado, no misterioso mundo dos lobisomens, das mulas-sem-cabeça, dos sacis-pererês. Café ralo e pipoca distraíam o apetite e, neles, enganava a fome que você não conhecia.*

*A casa da fazenda era solene, quartos recortados em janelas, comida farta, pomar abundante e variado, contrastando com as choças dos empregados, o telhado vazando na chuva, a família apertada no mesmo cômodo, dormindo em colchões de palha de milho, as crianças misturadas aos porcos e às galinhas, pisando o mundo, o cuspe dos homens com a boca desdentada atravessada pelo cigarro de palha e das mulheres pensativas com seus cachimbos de barro. Por que essa diferença entre a casa-grande e a senzala? A pergunta pairava em sua cabeça e você não via maldade em seus tios que pareciam tão bons levando os doentes ao doutor, apadrinhando batismos e casamentos, discutindo como melhorar a alimentação dos trabalhadores.*

*Suas inquietações, Fernando, o levaram a buscar respostas na igreja local. Porém, o velho vigário, formado pelo Seminário de Mariana, não andava tão preocupado com a justiça na terra ou com a salvação no céu: pragmático, só falava em dinheiro e em grandes festas que aliviavam a consciência dos ricos, solícitos em ofertas, e não minoravam o sofrimento dos pobres, sem recursos para concorrerem, nos bingos e nas rifas, aos bezerros, aos porcos e às galinhas caipiras. Mesmo assim, o sentimento religioso entranhava sua infância e, contrito, você assistia às liturgias e participava das procissões.*

*Em 1954, você chega a Belo Horizonte para estudar com os franciscanos. Esses holandeses eram expansivos, liberais, misturavam-se aos alunos e gostavam de boa cerveja. Mas também não responderam às suas indagações. No ano seguinte, colegas o convidaram à romaria dos estudantes da JEC, rumo à serra da Piedade, onde o dominicano Frei Rosário Joffily já tinha plantado sua tenda de eremita, revestido de sabedoria, fazendo da mística um explosivo desafio à vida e, especialmente, à*

*soberana arte da política. No caminho, você conheceu jovens diferentes que contavam piadas entre reflexões cristãs, partilhavam suas angústias e descobertas sexuais com a mesma seriedade com que falavam de seus estudos e dos problemas sociais. A surpresa maior, entretanto, foi ver aquele homem de hábito branco metido nas conversas sem inibir os jovens, irradiando simpatia, confiança e argúcia: Frei Mateus Rocha, que se tornaria pai de uma geração mineira, inspirada em seu exemplo e estímulo. Na mesma noite, os ventos frios da serra, assobiando entre as pedras, protegeram seu longo papo com Frei Mateus. Toda a sua vida aflorou naquela noite. Se o frade não lhe deu respostas, ao menos abriu pistas a serem seguidas e alargadas. E plantou em você um hábito: a leitura cotidiana do Novo Testamento.*

*Na JEC, o estudo das encíclicas sociais e a atividade apostólica o fizeram percorrer o caminho que, logo, o levaria ao convento da Serra, onde você assumiu o hábito dominicano. São Tomás de Aquino e os místicos tornaram-se seus companheiros diletos, embora a Igreja lhe parecesse uma casa ainda fechada ao mundo. A janela foi aberta pela encíclica Mater et Magistra do velho e bom Papa João que, logo em seguida, escancarou as portas convocando a Igreja para o Concílio Vaticano II. Você descobria que o fermento não pode ficar fora da massa, a luz não deve ser escondida debaixo da mesa e nem o sal separado da comida. A inserção no social foi consagrada pela encíclica de Paulo VI, a Populorum Progressio, em 1967, na qual se assegura aos oprimidos até mesmo o direito de se defenderem da violência dos opressores. No ano seguinte, a versão latino-americana do Concílio aconteceria na conferência episcopal de Medellín, conclamando todos os cristãos a passarem das palavras à ação.*

*Entre os dons que o Pai lhe concedeu, destaca-se a intuição histórica, capaz de captar, como um pioneiro, a iniquidade intrínseca do sistema capitalista. Quando ainda outros padres, seus colegas, consultavam os astros na esperança de reformar o capitalismo, aterrorizados pelo fantasma do comunismo, você já dizia, mineiramente, que o futuro é o socialismo, sem modelos importados, mas onde as sementes do Reino de Deus brotassem em forma de justiça, de liberdade, de paz. Em seus sermões, proferidos como conversa ao pé do fogo, você sublinhava que a vida cristã não é feita de tranquilidade, nem destinada ao conforto espiritual, mas é uma proposta que inclui ascetismo, perseguições, difamações, prisões, torturas e morte. Em seu espírito renunciava-se a estrada que, mais tarde, o conduziria ao calvário. Familiarizado com a morte, você ressuscitou dos espectros das trevas com a mesma disposição anterior, agora temperado pela experiência e fortalecido na fé. Hoje, retornado às suas origens rurais, você anuncia o Evangelho aos que, por sua própria condição social, são bem-aventurados porque padecem fome e sede de justiça.*

— Frei Fernando, subir!

Aos tapas, beliscões e puxões de cabelo, você chegou à sala de torturas, no terceiro andar do DOPS, onde o ar era abafado e quente como numa sauna, e havia uma mulher miúda, morena, sentada na cadeira do dragão, versão cabocla da cadeira elétrica, e o marido dela, alto, magro, estava dependurado no pau-de-arara, levando choque como ela, e os dois gritavam, saía fumaça de seus corpos, o cheiro de carne queimada era forte. Você achou que ver aquilo era pior que sofrer o mesmo suplício e tentou desviar os olhos, mas os policiais o obrigaram a olhar e disseram:

— Foi assim que você ficou dependurado. Se não ficar bonzinho, volta pro pau.

No dia seguinte, você viu a moça passar no corredor da carceragem e a perna esquerda dela, inchada, parecia o dobro da outra, o que arrancou um comentário do carcereiro:

— O funcionário que está aprendendo não soube bater e deixou muitas marcas.

Aquele casal não tinha nenhuma implicação, fora encontrado na casa de um amigo procurado pela polícia e só depois de muito apanhar e nada dizer é que o DOPS se convenceu de sua inocência, "hospedando-O" por quinze dias no quarto andar, até pudesse ser solto sem marcas de torturas.

Certo dia, você viu o carcereiro indagar de um rapaz que chegava à cela todo quebrado:

—O que houve?

—Foi choque elétrico — respondeu o preso. Os investigadores da escolta reagiram:

—Ah, foi choque elétrico? Tem certeza? Então vamos voltar pra cima.

Meia hora depois o rapaz regressou com o rosto todo marcado de pancadas. O carcereiro provocou-o:

—Então, cara, foi choque elétrico?

—Não, eu caí da escada — disse ele num misto de vergonha e de ódio, enquanto os policiais riam.

Cenas assim se repetiam sempre, das nove da manhã às dezoito horas a tensão predominava, qualquer um estava sujeito a retornar às torturas, ninguém tinha segurança, e só à noite havia um pouco mais de tranquilidade, pois os torturadores não faziam horas-extras, com certeza afogavam na bebida e no tóxico os gritos pavorosos de dor e de ódio que ecoavam pela madrugada em seus ouvidos. Apenas um delegado demonstrava estranha e doentia dedicação ao "trabalho", convocando prisioneiros para deporem noite adentro: Fleury. Quando um de vocês era chamado para subir depois do expediente, podia preparar-se para o pior. No DOPS, o inferno ficava acima e, o céu, abaixo, junto aos companheiros unidos pelos mesmos sofrimentos e esperanças. Os fins de semana eram calmos, funcionário público não trabalha sábado e domingo.

Na sua cela havia um tal de "Marinheiro" que se dizia ex-fuzileiro naval e antigo militante do PCB e

insistia em ser interrogado pelo Cenimar; garantia que, na Marinha, ele tinha "gente amiga", o que não era o caso do pessoal do DOPS que o torturou muito e ele chegou à cela todo quebrado. Você foi um dos que procuraram aliviar as dores e tratar das feridas dele. Depois, ele ficou encostado a um canto, conversando longamente com um companheiro e você reparou que ele insistia em algo que o interlocutor negava com veemência, quem sabe fosse questão de mau procedimento no interrogatório, apuração de responsabilidade, omissão ou covardia, o fato é que o outro foi ficando bravo e se afastou como se não quisesse mais conversa com o ex-fuzileiro. De madrugada, esse companheiro o acordou e sussurrou em seus ouvidos:

— O "Marinheira" me propôs complicar ainda mais a situação dos dominicanos. O Cenimar prometeu soltá-lo se assinar que entregou armas a vocês. Se eu confirmar, também saio. Recusei e vejo e não podemos mais confiar nele.

Toda a cela foi avisada de que o "Marinheiro" decidira fazer o jogo da polícia.

Fleury tinha muita gana em mim e não conseguia esconder a Ilustração quando escapei do cerco policial no Rio Grande do Sul, o que deixou vocês muito satisfeitos quando souberam através dos próprios delegados e dos policiais, que sempre deixavam escapar notícias nos interrogatórios, suprindo um pouco a falta de jornais, de rádios ou de visitas naquele período de incomunicabilidade. Mas dia 9 de novembro vocês ficaram sabendo e a repressão marcou um lento me apanhando, o que os deixou apreensivos e, naquela noite, vocês rezaram por mim; no dia seguinte, Fleury partiu para Porto Alegre e no final da semana regressou triunfante:

— Prendemos todo mundo lá!

Na tarde em que você foi chamado à sala do delegado Fábio Lessa, viu-o conversando com Vicente, jovem espanhol preso por atividades políticas e que, devido às pressões do Embaixador da Espanha, iria receber visitas dos familiares dele, desde que escondesse as marcas de tortura e, se alguém notasse algo, dissesse que caíra da escada; claro, um argumento imbecil, mas à repressão não importa se sua versão dos fatos é ou não convincente, pois o poder da autoridade sobrepõe-se à verdade, e ainda que a desculpa de queda da escada fosse ridícula, ninguém ousaria desmenti-la, o poder autocrático é senhor absoluto da verdade, intérprete único do real.

Você recebeu do delegado biscoitos, cigarros, vitamina c e ou-II as coisas que suas irmãs haviam deixado no DOPS, inclusive uma pequena cruz de madeira presa a um cordão de couro, dessas usadas pelos Irmãozinhos de Foucauld, o que o deixou muito emocionado era o primeiro sinal de afeto familiar, aquelas coisas sacramentavam a presença de suas irmãs, e você as examinou detidamente, (orno uma criança contempla seus brinquedos no dia de Natal. Mas o encanto foi quebrado pela presença de um investigador a seu lado que, em tom suave, perguntou:

—Na sua cela todo mundo é da ALN?

—Não sei, a gente não conversa sobre isso — você respondeu sem tirar os olhos dos presentes.

Embora nem todos fossem acusados de pertencer ou de colaborar com o mesmo grupo revolucionário, havia grande entrosamento entre o pessoal da cela, todos ouviam com atenção a experiência dos que já haviam passado pelo cárcere, organizou-se o coletivo e estabeleceram-se os critérios mínimos de convivência comunitária. Assim, tudo que afetasse a segurança interna devia ser discutido no coletivo e quanto menos soubessem do passado um d outro, melhor, pois a qualquer momento um de vocês podia regressar à tortura e ser interrogado sobre o que ouvira na cela. Mas era muito importante o apoio mútuo, havia reuniões todas as noite todos cantavam, vocês faziam orações e comentários da Bíblia, d batiam a limpeza da cela, quem se encarregaria da privada no dia seguinte, quem varreria, como seria a distribuição de alimentos e d cigarros que chegassem. Acertou-se que todas as manhãs haveria uma palestra sobre um tema qualquer que um de vocês dominasse: os engenheiros falariam de sua área, os operários contariam a vida na fábrica, os estudantes transmitiriam seus conhecimentos. O fundamental era ocupar o tempo com atividades interessantes, impedir a imaginação de divagar sob os fantasmas vivos do medo e convencer os fumantes a soltarem suas tragadas junto à grade, evitando a poluição do ambiente.

Uma noite, sumiu um limão da "dispensa", o que era muito grave, pois na carência o mínimo é quase tudo. Alguns sabiam quem tirara o limão sem consulta ao coletivo, fora um rapaz preso por acaso, na casa de um amigo procurado pela polícia, e que sofria de asma. Sem que o nome dele fosse citado, o caso foi levado ao coletivo e todos advertidos de que isso não devia se repetir, se alguém necessitasse de algo, bastava falar. O rapaz fez autocrítica perante os companheiros, falou do seu problema de saúde e da falta que sentia de um remédio específico e vocês combinaram que caberia a ele a maior quota de vitamina c e que se tentaria convencer um carcereiro a buscar o remédio na casa dele.

Vocês cantavam, certa manhã, enquanto um companheiro se preparava para subir: *Vai trabalhar pelo mundo afora / eu estarei até o fim contigo / está na hora, o Senhor me chamou / Senhor, aqui estou / Senhor, aqui estou*. O carcereiro gritou à porta:

— Parem com isso! Vocês parecem os cristãos de Roma que iam ser comidos pelos leões. Isso deixa a gente mal.

Havia um dos carcereiros imune à corrupção policial, chegava a chorar quando via um preso regressar sangrando das torturas e sempre que se via a sós com vocês procurava reanimá-los. Num domingo em que ele ficou de plantão, vocês decidiram celebrar missa e conseguiram que ele tirasse um companheiro de cada cela para participar da celebração na cela de vocês, inclusive o padre Augusti, de

Lins, habitante da cela 1 há vários meses. Improvisou-se uma cruz com os pés de uma velha cadeira, padre Augusti conseguiu — Deus sabe como — vinho e pão, todos falaram um pouco no momento da homília, muitos choravam emocionados, sobretudo quando Augusti disse que se encontrava há tempos no DOPS porque, ao contrário de todos vocês, ele pedira para não ser transferido dali:

— Quero ser aqui dentro uma presença, um apoio a todos que sofrem torturas, o momento mais difícil da prisão.

Ele mesmo sofrerá choques, espancamentos e palmatórias. A celebração durou mais de três horas.

Funcionava no DOPS a Delegacia de Cultos, dirigida pelo bacharel Alcides Cintra Bueno, que interrogava todos os religiosos e padres presos e era uma espécie de inquisidor decadente, rosto macilento com a barba por fazer, e se considerava um cristão exemplar e um delegado bem informado inclusive por pessoas de dentro da Igreja: vocês viram na sala dele a vice-priora de um convento e um frade.

Num sábado, levaram você, Fernando, para tomar banho e fazer a barba, o que o deixou inquieto, não era hábito esse asseio antes de depor, mas logo depois os investigadores o conduziram à sala do Dr. Cintra Bueno, era fim de tarde e, lá fora, a noite acendia as luzes da cidade. O recinto era espaçoso e você ficou junto à porta, o delegado de culto à sua direita, o diretor do DOPS à sua frente e, à sua esquerda, obliquamente, a luz tênue de um abajur não o deixava ver o rosto da terceira pessoa, enquanto os dois delegados faziam perguntas a respeito de sua vida religiosa, de sua fé, de suas relações com a Igreja, com bispos e padres, era um interrogatório especializado em questões dogmáticas e eclesiais. Após certo tempo, o estranho personagem escondido na sombra passou também a interrogá-lo, um jeito prepotente de dizer as coisas, o sotaque nordestino ansioso, a fala corrida, o tom magoado e desafiador, o que lhe permitiu identificar a voz, você o conhecia da televisão, ao que lixou a vista e confirmou a presença do jornalista Lenildo Tabosa Pessoa, do *Jornal da Tarde*, ex-seminarista, agora crítico amargo da Igreja. Você não sabia que ele era assim tão amigo dos órgãos de segurança, a ponto de se dar ao luxo de tirar um preso político da cela, em pleno regime de incomunicabilidade, para saciar sua curiosidade inquisitorial, fazendo indagações "teológicas", querendo aferir sua ortodoxia católica. Você só se recusava a responder quando ele passava aos fatos concretos, como se fosse um delegado de polícia, interessado em saber se vocês fizeram isso ou aquilo. O que ele não sabia é que, em tempo de atrocidades, os menores detalhes se gravam indelevelmente na memória humana.

#### 4

*Sua infância, Ivo, à sombra do Pão de Açúcar, passou-se entre areia e mar e sol, pipas, bolas e sorvetes, quando a Urca abrigava o cassino cujas roletas decidiam a sorte dos amores da república,*

*improvisando fortunas e distribuindo desgraças sobre o feltro verde das mesas de jogo. Aos seis anos, você acompanhou a família na mudança para Copacabana, bairro familiar que ainda não conhecia o anonimato das pessoas, a violência das ruas e a sofisticação das lojas.*

*Paris ficava dentro de sua casa, nas lembranças de seu pai, nas conversações domésticas em francês. Aluno do Colégio São Bento, o gosto pelo estudo não o afastou das peladas na praia, do basquete e da dança, nem o impregnou do elitismo que inebriava, por condição social, seus colegas de classe. A JEC livrou-o também de fazer da vida o espelho de sua própria imagem — partido o vidro, você descobriu que, do outro lado, havia o apelo de uma vida cristã menos centrada nos ritos porque mais voltada para os outros, sobretudo para os mais desprovidos de pipas, de bolas e de sorvetes, os que fazem da areia local de trabalho, do mar, esperança, do sol, suplício. O Evangelho entrava em sua existência intrusamente, como algo que pega por dentro sem que se queira e vira a gente pelo avesso. Seu livro de cabeceira, Princípios para a Ação, do padre Leuret, aconselhava-o à loucura da Fé, lembrando que Cristo também foi chamado de louco e até pensaram que ele andava possuído pelo demônio. No entanto, a ação deveria brotar da contemplação, dos momentos de aprofundamento, de análise, de oração. Você aprendia que de nada vale a fé sem o amor como atividade prática e eficaz.*

*Seu esforço no colégio foi pela formação do grêmio estudantil, o que amedrontava o diretor, convencido de que órgãos de união e de representação são armas muito preciosas para estarem em mãos de alunos, de operários, de lavradores. . . Prevaleceu, contudo, a vontade de seus colegas e a semente plantada frutificou um ano depois de sua formatura. Acostumado à atividade comunitária, na sua rua você incentivou a criação de um clube esportivo, de vida, tão animada quanto efêmera. Na verdade, ao se abrirem os anos 60, seu maior interesse voltava-se para a política estudantil, entre publicações da Ação Católica e as promoções culturais geradas na UNE. Palavras que não tinham ressonância direta em seu universo pessoal, como fome, miséria e exploração, passaram a interpelá-lo, como chaves de um mundo real e dramático que a JEC o ajudaria a descobrir. O método de ver-julgar-agir lhe ensinava que não basta conhecer a realidade, é preciso ir às causas de seus problemas e propor metas concretas de ação para transformá-la. Em 1962, no congresso da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários, você venceria pela primeira vez seu recato social e tomaria o microfone para falar em público. O fato de já ter algo a dizer significava, em você, o compromisso efetivo com algo a fazer.*

*Como pequena chama que nasce e se expande lentamente, a vocação religiosa o inquietava. No contato com os dominicanos do Leme, marcou-o a jovialidade dos frades que articulavam a opção cristã com o interesse pelas questões sociais. Frei Emmanuel, seu assistente de base na JEC, aparecia a seus olhos como sinal de uma liberdade que a consagração evangélica prometia. Enquanto ele abandonava o asfalto para tornar-se padre-operário na periferia de São Paulo, você deixava o Rio para ingressar no*

*noviciado dominicano em Belo Horizonte. Ao encontrá-lo no claustro, você trazia a bagagem de uma experiência rica, como dirigente regional da JEC nos Estados do Rio e do Espírito Santo.*

*Depois, Ivo, fomos para São Paulo e, juntos, prosseguimos o caminho iniciado no Rio. Houve mar e areia e sol, mas também conhecemos as pedras, os espinhos e a noite. Hoje, retornado ao estado leigo, você persegue os mesmos ideais e comunga a mesma fé, na dedicação de sua vida aos trabalhadores urbanos.*

## 5

Fernando sugeriu que, após o jantar, vocês se sentassem em roda para colocar em comum as reflexões feitas no decorrer do dia. Conseguiram que um carcereiro trouxesse a Bíblia usada naqueles encontros noturnos fundamentais à resistência de vocês, quando então se fazia uma verdadeira teologia da liberdade, da morte, do sofrimento redentor. O primeiro texto lido foi o capítulo 11 do Evangelho de São João: a ressurreição de Lázaro, e vocês consideravam jaculatórias as inscrições gravadas nas paredes da cela por companheiros que os precederam.

Vocês, Ivo, faziam brincadeiras e jogos, adivinhavam palavras a partir da mímica, arrancavam alegria naquele porão de horrores, cantavam, improvisavam roda de samba, faziam serenatas para as *meninas*, como eram chamadas as companheiras presas no fundão do DOPS. Vocês descobriram que a alegria é algo interior que nem a tortura consegue apagar, e por vezes o coletivo pedia para os frades cantarem em gregoriano, puxados por você, que tinha a melhor voz e sabia de cor o *Salve Regina*, na melodia dominicana; o *Veni Creator Spiritus*; o *Lumen Ecclesiae*, cântico de Completas em homenagem a São Domingos; o *Exsultet*, cântico da Missa da Ressurreição, no Sábado de Aleluia.

Cantar quebrava a tensão, um companheiro bancava o locutor de rádio, "Prezados ouvintes, agora ouviremos...", havia "comerciais", sátiras políticas e um dos mais animados era o Tito, gostava de cantar salmos, e com Frei Giorgio vocês aprenderam o *Bela Ciao*, hino dos guerrilheiros antifascistas italianos, um dos favoritos da cela.

— Frei Ivo, subir!

Havia duas semanas que você estava preso e o levaram para sentar-se na cadeira do dragão e fornecer "a lista dos terroristas", mas não havia nenhuma lista, você de nada sabia, e eles insistiam, ameaçavam ligar os fios, até que o embarcaram num camburão e o conduziram ao convento das Perdizes, invadiram o quarto que você ocupava e no qual já morava outro frade, revistaram lençóis, livros, papéis e roupas, sem nada encontrar. Ao descer, os frades o cercaram no claustro, você estava algemado e eles não sabiam bem o que dizer na frente dos policiais, só manifestavam apoio e carinho, um deles trouxe-lhe

café e bolachas, você contou como passava os dias no DOPS, o "curso" de Filosofia, falou que a situação era difícil, mas, ao mesmo tempo, rica em descobertas, fazendo-o entender melhor o mistério da cruz do que toda a biblioteca que lera a respeito, pois o sofrimento clareava passagens do Evangelho que, antes, lhe soavam obscuras. Um dos frades recordou-lhe Dietrich Bonhoeffer, teólogo protestante alemão assassinado no cárcere pelos nazistas, em 1944, após dois anos de prisão, onde escrevera eruditos textos de Teologia, mas nada teve tanto peso e influência quanto a obra *Resistência e Submissão*, que reúne as cartas que ele redigiu na cela. Foi um alívio para você poder comentar essas coisas com os nossos confrades. Ao regressar do convento, levaram-no à sala do Fleury, no segundo andar do DOPS, e ele voltou a insistir na "lista dos terroristas", ameaçando:

— Olha, é a coisa mais fácil: a gente te mata, corta os dedos para não descobrirem as impressões digitais e te enterra num lugar qualquer. Acho bom *abrir* logo.

Um dos investigadores deu-lhe violento soco no peito:

— Fala, desgraçado!

Pelas dez da noite, desistiram da lista e conduziram-no de volta à cela. Dia seguinte, novo interrogatório pela equipe do Fleury:

— Você se reuniu com um monge no mosteiro dos beneditinos para planejarem ações subversivas! Como é o nome desse padre?

Você nunca fizera reunião nos beneditinos, o interrogador jogava verde para colher maduro, era uma técnica que utilizava: faziam perguntas genéricas que se aplicam a qualquer pessoa em oposição ao regime, do tipo "você participou de reuniões! com quem? quantas vezes?", e uma pessoa menos precavida imaginava logo que eles sabiam de tudo, não havia como escapar, não adiantava negar, e eles faziam ilações a partir de dados fornecidos pelo próprio preso, pois se sabiam que você escondera um companheiro que estava sendo procurado, indagavam quem ajudou, onde o escondeu posteriormente, e outras coisas, sempre em tom afirmativo, como se já soubessem de tudo e quisessem apenas a confirmação.

Na noite de quinta-feira, 20 de novembro de 1969, convocaram todos os dominicanos para subir e vocês imaginaram logo novos interrogatórios. No quarto andar, na sala do delegado Fábio Lessa — que fazia o papel de "bonzinho" nos interrogatórios —, vocês encontraram Frei Vincent De Couesnongle, representante do Mestre Geral da Ordem; Frei Domingos, nosso Provincial; Frei Gilberto Gorgulho, nosso professor de Bíblia, e o cônego Amaury Castanho, diretor de *O São Paulo*. Foi uma imensa alegria, era a primeira vez que se quebrava a incomunicabilidade, mas não foi possível a conversa livre, pois três delegados os cercavam, atentos ao que vocês falavam. Em seguida, vocês foram conduzidos a outra sala, toda atapetada de carpete vermelho, cortinas de veludos nas janelas, e lá estava o Cardeal Rossi, vestido a

caráter, interessado em saber se vocês tinham feito tudo aquilo que a polícia dizia e a imprensa repetia, fazendo perguntas, mas, como havia muitos delegados à volta, vocês procuraram desconversar, mudar de assunto, ao que o Cardeal insistia:

— Podem falar, nada vai acontecer a vocês.

Você teve vontade de indagar se, depois, ele desceria junto para a cela. . . Mas você se conteve, guardou a pergunta no coração e ficou com a impressão de ser friamente tratado pelo Arcebispo. Mesmo assim, Fernando aproveitou a ocasião e denunciou o tratamento no cárcere, as torturas sofridas, as ameaças constantes. Mas a cada pergunta que Dom Agnelo fazia um delegado se apressava em responder, impedindo o diálogo. Dias depois ele deu entrevista à imprensa dizendo que nada tinha diretamente a ver com o caso dos dominicanos, pois não havíamos sido presos comungando ou confessando. . .

## 6

Da Base Aérea de Cumbica, fomos direto ao setor de identificação do DOPS: fotos, formulários, fichas datiloscópicas. Posei de frente, de lado, de outro lado, de costas, de pé, sentado. Tiraram impressões de todos os dedos e das palmas das mãos. Fomos recebidos pelo chefe da carceragem, seu Adão, baixo, inchado, pele enferrujada, cabelos cinzas, jeito pastoso de falar. Não seria surpresa se ele dissesse que nascera naquele porão. Revistou-nos os bolsos, tirou-nos cintos, relógios, dinheiro, guardados em envelopes com nossos nomes. Na minha sacola ficou o Colgate com o diário espiritual escrito em Porto Alegre. Seu Adão bateu no ombro de padre Marcelo:

— Padre, aqui a gente entra sem nada e sai sem nada. Tenho uma irmã religiosa. Ela diz sempre: "Adão, não maltrate os presos". Aqui embaixo somos todos amigos. Nada temos a ver com o que acontece lá em cima.

Seu Adão tratava melhor os prisioneiros socialmente mais considerados. Mesmo no fundo de um cárcere, certas diferenças de casta e de classe são levadas em conta. Evitou revistar os bolsos de padre Marcelo, apenas perguntou se havia algo a deixar na carceragem. Fomos levados para uma das solitárias do fundão. Ao atravessar o corredor, encontrei Fernando, Ivo, Tito, Giorgio e Roberto. Pelas grades, apertamo-nos as mãos, emocionados. Nossos olhos se encontraram na muda mas expressiva indagação daquilo que cada um sofrerá. Não podíamos ficar parados no corredor, o carcereiro exibia que andássemos. Outras faces amigas espalhavam-se pelas celas escuras do DOPS. Muitas traziam ainda as marcas roxas e avermelhadas das torturas. Alguns companheiros estavam deitados, sem condições de andar após longas horas no pau-de-arara. Outros faziam ginástica, preparando-se para as novas sessões prometidas por Fleury e sua equipe.

Aos que comigo chegavam, apresentei o padre Eduardo Augusti, cuja prisão nada tivera com o nosso caso. Eu o conhecera em junho de 1968, em Botucatu, ao cobrir para a revista *O Cruzeiro* a "rebelião dos padres": entre os trinta e três sacerdotes da diocese, 24 recusavam-se a aceitar a nomeação do novo Bispo, Dom Vicente Marchetti Zioni, em substituição a Dom Henrique Golland Trindade. Os padres descontentes mostravam-se dispostos a abandonar a diocese, como de fato fizeram tão logo o Núncio, Dom Sebastião Baggio, confirmou o Bispo nomeado. Augusti era um dos padres que se queixavam de não terem sido consultados a respeito da sucessão episcopal. Transferiu-se, então, para a diocese de Lins.

Ocupamos a última cela do fundão: quatro homens num espaço de três metros por um. No extremo oposto à grade, uma privada descoberta. De outra cela chegou um lençol que utilizamos para improvisar uma "parede" em torno do vaso sanitário. No chão, dois ensebados colchões nos serviam de cama. Ao lado da cela, a porta entreaberta permitia-nos ver um rapaz com as pernas e os braços engessados, o dorso nu, os cabelos finos caídos sobre o rosto anguloso, sorridente. Era Jeová de Assis Gomes, 28 anos. Passara quatorze horas seguidas no pau-de-arara. Seus olhos reluziam a alegria e a tranquilidade moral de quem não cedera frente aos torturadores; via-se que, por dentro, ele estava inteiro, sem um arranhão, malgrado seu aspecto exterior lembrando a imagem de Jesus descido da cruz.

Era costume os carcereiros soltarem um dos presos para servir a comida, bancar o boieiro. No início, os presos políticos resistiram, mas logo perceberam que teriam no boieiro um canal de comunicação entre as celas. Foi das mãos de um boieiro que, pouco depois de chegar ao DOPS, recebi o bilhete no qual Fernando e Ivo me punham a par de seus depoimentos. Logo depois, no mesmo dia, todos os dominicanos que já se encontravam no DOPS foram transferidos para o Presídio Tiradentes.

Monsenhor Marcelo escapara providencialmente da revista na carceragem — seus bolsos guardavam notas de prisão, redigidas em papel higiênico, e boa parte do meu diário espiritual. Ao fim do nosso primeiro dia em São Paulo, o delegado Fábio Lessa, responsável pela carceragem, apareceu à porta de nossa solitária. Alto, asseado, seus cabelos bem-penteados deixavam entrever os primeiros fios brancos. Mais parecia um curador de menores, afável no trato e calmo ao falar, que um cúmplice de torturadores. Fingia-se indignado com as sevícias praticadas por seus colegas, tentando ficar bem com os presos políticos.

— Betto, me dê o que você escreveu nos dez primeiros dias de prisão.

Um calafrio percorreu-me por dentro. No tubo de Colgate Ir via ficado a parte do diário iniciada no 11.º dia. Não havia dúvida a carceragem revistara até mesmo o interior da pasta dental e encontrara meus escritos espirituais.

— Deixei em Porto Alegre — respondi.

Dr. Lessa insistiu, disse que pretendia queimar os papéis antes que o delegado Fleury os visse. Por mim, nenhum inconveniente. Anotações sobre o mistério da manifestação do amor de Deus em nossa vida só me comprometeriam ainda mais perante um tribunal da Inquisição.

Logo que o delegado se afastou, chamamos o carcereiro João para nos acender o cigarro. Aos prisioneiros era proibido portar isqueiro ou fósforo. Com a ponta em brasa, padre Marcelo e eu queimamos os papéis atrás da cortina que escondia a privada. Quando só restavam folhas negras e quebradiças salpicadas de pequeninos pontos luminosos, como estrelas piscando na noite, enfiamos pelo vaso adentro. O cheiro de queimado era forte, tínhamos a chegada do carcereiro. A água da privada começou a escassear, o fundo do vaso era uma poça negra de papéis queimados. O calor e o medo faziam-nos suar. O jesuíta Francisco, o mais alto dos quatro, subiu na privada, estendeu o corpo e o braço, conseguindo jogar as folhas restantes pela janela que dava para a estação ferroviária. Foi a conta. Chegou o delegado Lessa, acompanhado por soldados da tropa de choque da PM. Puseram-nos fora da cela, fizeram uma revista completa. Nada encontraram e, se perceberam a incineração que havíamos feito, nada disseram. Retornamos aliviados ao cubículo do fundão.

No dia seguinte, fui transferido para a segunda solitária, entre a ocupada por Jeová e a que dava de frente para o corredor, a das *meninas*. Entre elas, a querida amiga Rose Nogueira, com quem eu trabalhara na *Folha da Tarde*. Havia sido presa com seu marido, o jornalista Luiz Roberto Clauzet, acusados de esconderem gente. Morena, magra, Rose trazia uma energia espiritual nem sempre notada sob seu sorriso doce, o jeito manso de falar e carinhoso de olhar. Mãe de um filho de seis meses, reagira como uma fera ao ver o delegado Fleury aproximar-se da criança. Torturada, fez do silêncio a vingança contra os homens que puseram seu bebê sobre a mesa que, nas mãos deles, parecia uma prancha agitada pelas ondas em alto-mar, ameaçando jogá-lo ao chão. Elza Lobo, sua companheira de cubículo, aguardava temerosa o momento de ser interrogada. Mesmo assim, desdobrava-se em atenções a Jeová, reanimava todos nós, contava histórias como se estivéssemos a bordo de um vagão sem destino.

Havia em minha cela um banco de madeira fixo na parede, coberto por um colchão fino e enebado. A madeira oca estava toda comida pelos cupins. Ao lado, uma prancha de madeira que servia de mesa e um tamborete. Ao fundo, a privada descoberta. O cubículo não tinha mais do que quatro metros quadrados. Pela assinalara e data na prancha, soube que o "hóspede" anterior fora o advogado Leopoldo Heitor.

Eram cinquenta e oito os presos políticos distribuídos pelo subterrâneo do DOPS naquele fim de novembro de 1969. Quase todos haviam passado pela tortura. Transmitiam suas experiências aos novatos: como suportar o pau-de-arara, evitar a paralisação de sangue nas mãos, flexionar os músculos, responder aos interrogatórios. Através de sinais e de bilhetes, falávamos de nossas quedas e sofrimentos. No fundão,

padre Marcelo, padre Manuel, Francisco e eu ficamos quatro dias sem ser chamados a interrogatório. Isso aumentava nossa tensão. Sempre imaginamos o pior quando o perigo iminente afasta-se um pouco, ampliando a expectativa e o nervosismo. No terceiro dia, assistimos chocados, com o coração apertado, à companheira Elza Lobo regressar carregada do interrogatório. Tinha as solas dos pés em carne viva, postas de sangue pingando pelo chão. I"ora surrada com palmatória até o limite de suas forças, desmaiando sem confirmar as acusações que lhe eram feitas pela equipe do delegado Fleury.

No quarto dia, fomos surpreendidos pela visita do juiz Nelson Machado da Silva Guimarães, da 2.<sup>a</sup> Auditoria do Exército, acompanhado por dois militares do Conselho de Justiça. Feição jovem, cria, cabelos pretos esticados para trás, testa larga, o juiz tinha o rosto flácido e o jeito tímido de intelectual formado no Colégio São Bento, no Rio. Pertencera à JUC ao cursar Direito e há pouco assumira a toga militar. Sua visita ao cárcere do DOPS era efeito das denúncias de tortura que, na Europa, mobilizaram o protesto da Comissão Internacional de Juristas junto ao Governo Mediei. O Dr. Nelson Guimarães garantiu a todos os presos que as sevícias seriam suspensas, como um mestre-escola assegura a seus alunos o fim de insuportáveis castigos. Acreditamos nas palavras do juiz e, sobretudo, no seu poder de interferir no DOPS.

Dois dias depois, subi. Fui levado, primeiro, à sala do delegado Renato Ribeiro Soares, excomungado pelo Bispo de Ribeirão Preto por torturar a madre Maurina Borges, acusada de apoio à luta armada e presa na cadeia de Cravinhos. Presenciei como ele dava socos e pontapés em dois estudantes que tinham as mãos algemadas às costas.

## 7

Monsenhor Marcelo foi chamado ao quarto andar. Encontrou os Cardeais Vicente Scherer, Agnelo Rossi e Avelar Brandão, presidente do Ceiam, e os Bispos Eugênio Sales e José Maria Pires. Falou reservadamente com eles. Contou-lhes o que se passava ali dentro, as torturas, os sofrimentos, as provas forjadas pela polícia.

— Há homens aqui dentro que são muito mais Cristo do que nós. Peço aos senhores que falem em nome deles. São os Cristos anônimos.

Narrou o que sofrera Jeová de Assis Gomes e o estado lastimável em que se encontrava, atirado ao fundão, sem assistência médica. Dom Avelar não resistiu e chorou.

— Não sou um anônimo — insistiu o reitor do Seminário do Nordeste. — Mas há muitos anônimos aqui dentro, sofrendo torturas. Falem em nome deles. Falem em nome de Jeová. É preciso quebrar a barreira de silêncio em torno dos crimes do Governo militar.

A Dom Eugênio, Arcebispo de Salvador, o prisioneiro pediu alguns exemplares da Bíblia que, no dia seguinte, foram entregues. Solicitou também licença para celebrar missa, o que jamais foi autorizado pelo DOPS.

Padre Marcelo abriga em sua fé uma vocação mística inquieta. No cárcere, o atual Bispo de Guarabira contemplou o mistério da vida de um militante comunista, Jeová de Assis Gomes. Gravou-se em minha memória este diálogo entre os dois, através das grades das solitárias:

—Jeová, você foi torturado horas seguidas. Desmaiou várias vezes. Fizeram com você o que não fizeram com o Cristo. Quebraram seus braços e pernas. Você podia ter morrido. Não passou por sua cabeça que a morte seria o encontro com o Absoluto, com Alguém? Você se sente realizado? E se tivesse morrido?

—Padre, agora me sinto feliz porque conheço o gosto da morte. Sei, por experiência, que sou capaz de dar a minha vida pela causa revolucionária. Minha vida foi entregue aos oprimidos.

—Quem ama passa da morte para a vida. Numa leitura cristã, de fé, quem faz a experiência do dom total, do amor, está salvo e se encontra com Deus. A Bíblia não diz que serão salvos os que têm fé e celebram o culto, mas sim os que são capazes de amar. Para estar aqui neste calabouço, eu arrisquei muito pouca coisa. Mas você arriscou sua juventude, a carreira universitária, a formação de uma família e a própria vida, por amor. Você faz a experiência do dom total. Isso, numa leitura cristã, vale mais que proclamar a fé.

Jeová retrucou enfático:

—Como o senhor arriscou pouco!? O senhor é monsenhor!

—Sou merda e você é Cristo. O capítulo 25 do evangelho de São Mateus mostra claramente quais são os critérios de salvação: são as respostas eficazes que damos às necessidades econômicas, sociais e espirituais do próximo. Jesus se identifica com quem tem fome, sede, vive no abandono ou aprisionado. O que fazemos ao oprimido para libertá-lo é ao próprio Cristo que o fazemos. Portanto, Jeová, o que você faz pela humanidade, pelo amor dos homens, é por Ele que você o faz.

Criou-se uma afetuosa cumplicidade entre padre Marcelo e Jeová. Seis anos mais tarde, Dom Marcelo me reafirmaria que o testemunho desse jovem combatente fora a mais forte interpelação que recebera em sua vida. Libertado, meses depois, por ocasião do seqüestro do Embaixador da Alemanha, no Rio, Jeová regressou clandestinamente ao país, vinculado ao Molipo e disposto a realizar o antigo projeto de organizar politicamente os camponeses. Delatado e cercado num campo de futebol, foi fuzilado a sangue-frio no Norte de Goiás, em 1971.

Nossos interrogatórios tiveram início após a visita dos bispos. Fui o primeiro a ser chamado pelo delegado Ivahir de Freitas Garcia, um homem gordo, pesado, boca larga, voz estridente, cabeça redonda, cabelos lisos presos com gumex, olhar miúdo sob as lentes brancas dos óculos. Falava gritado, ameaçador, sem paciência para ouvir — o que nos favorecia. Consegui convencê-lo de que, em meu depoimento, nada havia a acrescentar além do que eu dissera em Porto Alegre. Bastaria entregar-me uma máquina e eu reescreveria o depoimento. No sábado pela manhã, instalaram uma Remington e uma cadeira em minha cela. Refiz o depoimento, explicando como passara os refugiados na fronteira. Sobraram-me tempo e papel, aproveitei para bater folhas de batalha naval. Francisco jogava comigo, cantando os lances de sua cela.

—D 13.

—Água — eu respondia e fazia o meu jogo:

—L 5.

—Água. j 8.

—Acertou — eu confirmava.

Não terminamos o jogo. Em pleno bombardeio, os soldados da tropa de choque invadiram nossas fortalezas, apoderaram-se de nossos mapas, navios, torpedos, submarinos, minas e porta-aviões, convencidos de que capturavam um sistema de código altamente subversivo... A máquina de escrever foi retirada da cela.

Encontrei sobre a mesa do delegado, na segunda-feira, toda a coleção da *Folha da Tarde* anterior ao AI-5. O Dr. Ivahir queria (pie eu assumisse a responsabilidade pela "linha subversiva" do jornal. Expliquei-lhe que, na empresa, eu era simples funcionário, pago por um patrão que, todos os dias, examinava as provas da oficina antes de as impressoras rodarem. Ele desistiu dos jornais.

— Eu gostaria de entender melhor a subversão dentro da Igreja.

Comecei pelo Evangelho, pela prática de Jesus, dando-lhe uma visão da comunidade cristã primitiva. Atento à minha improvisada aula de História da Igreja, o Dr. Ivahir tirava suas conclusões:

— Os primeiros cristãos subverteram o Império Romano. Com sua mania de igualdade, arruinaram as bases jurídicas da natural diferença entre as pessoas e as classes, assentadas pelo Direito romano.

Meu interrogador mostrava-se com muita gana em padre Marcelo. Rangia os dentes ao referir-se a ele. Pretendia comprometê-lo como cabeça do grupo de padres e de religiosos, por deter a função mais alta na hierarquia da Igreja do cárcere.

Na primeira vez que padre Marcelo subiu, o delegado estava inchado de raiva, um balão prestes a estourar:

— Estamos admirados pela aceitação que o senhor tem na Igreja. Cardeais e bispos vêm visitá-lo. Mas que direito tem o senhor de dizer o que acontece aqui dentro? Fique sabendo de uma vez por todas: contra o senhor não temos literatura, temos fatos!

Esmurrou a mesa e fez a primeira pergunta:

— Quem é Frei Leão?

Monsenhor passou na memória todos os frades seus conhecidos e só encontrou um Frei Leão: o companheiro de São Francisco de Assis, no século II. Mas não disse, temendo soar como gozação.

—Quem é Frei Leão? — berrava a voz estridente do interrogador.

—Não conheço nenhum Frei Leão, delegado.

—E isto aqui, o senhor conhece? — retrucou o policial, exibindo um maço de cartas de Dom Hélder.

Só então padre Marcelo lembrou-se que "Frei Leão" era o apelido que Dom Hélder dera à sua secretária na CNBB, Cecília Monteiro, mais conhecida por Cecilinha. Considerava-a tão importante na conferência episcopal quanto Frei Leão o fora nos primórdios da comunidade franciscana. Mas o sacerdote pernambucano nada disse ao delegado que, irritado, passou a outra pergunta:

— G que significa Aglae?

O prisioneiro ignorava por completo o significado dessa estranha sigla.

— Não seria Agência Latino-Americana de Esquerda? — sugeriu o delegado.

A "sigla" fora tirada das cartas do Arcebispo de Olinda e Recife. Aglae, grande amiga de Dom Hélder, era funcionária da CNBB. O mistério, todavia, permaneceu para o DOPS.

## 9

A sugestão de celebrarmos missa no cárcere animara a todos os presos políticos, inclusive os marxistas ateus. Tratando-se de liturgias, esses companheiros demonstravam aberto espírito ecumênico.

Nunca se opuseram às celebrações, embora destituídos da fê capaz de apreender o conteúdo da realidade sacramental. Isso confirmaria minha opinião de que há no ser humano a tendência inata ao liturgia», forma de expressão não-racional, não-discursiva, da intuição espiritual, dos sentimentos mais profundos da vida, dos acontecimentos que, aos nossos olhos, aparecem encobertos pelo brilho do mistério ou pela máscara do absurdo. Pelo ato litúrgico dialogamos com o inominável. Lançamos interrogações ou damos respostas. Fazemos o mais breve percurso entre a nossa animalidade atávica e o gesto cultural consubstanciado no rito que nos aproxima dos deuses.

A celebração da missa nos subterrâneos do DOPS quebraria o espesso clima de atrocidades e

permitiria, mais uma vez, a tentativa de recuperação de nosso espaço vital. Para a maioria dos companheiros, a missa interessava enquanto rito capaz de simbolizar e de exprimir a nossa unidade mais radical nos limites do sofrimento humano e na esperança libertadora que consumia nossas vidas ali dentro. Nesse sentido, a eucaristia — memória atualizadora da paixão e da ressurreição do Senhor — teria lugar privilegiado naquele calabouço, sem o risco de objetiva profanação que ela corre em igrejas freqüentadas pelos ricos senhores da terra que, aos domingos, comungam o corpo de Jesus e, durante a semana, esmagam aqueles com quem o Senhor mais se identifica (Mateus 5, 23 e 24).

O carcereiro Adão permitiu que Monsenhor Marcelo celebrasse no corredor, onde foi colocada a pequena mesa que serviu de altar. Como cálice, uma caneca de alumínio. As hóstias ficaram depositadas num desses pratos de papelão utilizados para embrulhar *pizza* para viagem. Tudo simples e rústico como as antigas celebrações nas catacumbas romanas.

Os padres e religiosos puderam ficar fora das celas, junto ao altar. Jeová também saiu, carregado numa cadeira. Os companheiros espremidos nas grades. Nas pontas do corredor, a tropa de choque da PM apontava-nos metralhadoras. Os carcereiros olhavam espantados. Todos observavam curiosos e silentes as nossas orações e cânticos.

Em seu forte sotaque gaúcho, padre Manuel leu, pausadamente, o capítulo 11 do livro do profeta Isaías:

*Julgará os fracos com eqüidade,  
fará justiça aos pobres da terra,  
ferirá o homem impetuoso com uma ordem de sua boca,  
e com o sopro dos seus lábios fará morrer o ímpio.  
A justiça será como cinto de seus rí7is  
e a lealdade circundará seus flancos.  
Então o lobo será hóspede do cordeiro,  
a pantera se deitará aos pés do cabrito,  
o touro e o leão comerão juntos  
e uma criança os conduzirá;  
a vaca e o urso se confraternizarão,  
suas crias repousarão juntas,  
e o leão comerá palha com o boi.  
A criança de peito brincará junto à toca da víbora,  
e o menino desmamado meterá a mão na caverna da serpente.*

Era a primeira vez que participávamos de unia celebração na qual predominavam comunistas. Fiz o comentário da leitura:

— Isaías não diz que, no futuro, os pobres da terra viverão em harmonia com os homens impetuosos. Pelo contrário, a boca do profeta anuncia a justiça de Deus que sacia a fome dos pobres e faz morrer o ímpio. Não há conciliação possível entre opressores e oprimidos. O amor, porém, une os que colocam suas vidas na mesma direção. Do lado de dentro dessas grades, encontram-se comunistas e cristãos. O que há de comum entre nós? O mesmo amor à libertação do nosso povo. Não foi em torno de bancas universitárias, dispostos a discutir questões teóricas, que nos encontramos. Foi a luta que nos aproximou, traçando a linha divisória entre os que defendem os interesses da burguesia e os que assumem as aspirações do proletariado. Deste lado, ficaram vocês e ficamos nós. No entanto, cristãos e marxistas sempre foram considerados pólos antagônicos. Não haveria entre nós mais coisas em comum do que a luta pela justiça? Temos as mesmas raízes judaicas — Cristo e Marx eram judeus, tributários da historicidade de seu povo. Para o marxismo houve, no início dos tempos, uma sociedade comunista primitiva, na qual reinava a harmonia entre os homens. Para o cristianismo houve, no início dos tempos, um paraíso, no qual reinava plena harmonia entre os homens, a natureza e o Criador. Ao escolher-se em detrimento de seu próximo, o homem quebrou, pelo pecado original, a unidade genuína. Ao apropriar-se do que era comum, um grupo cindiu, pela acumulação primitiva, a sociedade em classes antagônicas. Segundo o marxismo, essa igualdade primordial só será recuperada na futura sociedade comunista, enquanto o cristianismo vislumbra a restauração da unidade paradisíaca no Reino de Deus, onde "Deus mesmo estará com seu povo" (Apoc. 21, 3) - E através da história, configurada em sucessivos modos de produção, que se criam as condições de passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade. Na história e pela história, Deus revela-se a seu povo e o convoca a construir o futuro de justiça e de liberdade. O sujeito da história, na ótica de Marx, é o oprimido, a classe mais espoliada ou — para usar uma analogia — a mais crucificada pelo sistema capitalista. Na revelação cristã, é o Crucificado quem liberta e salva. Aquele que foi mais esmagado é o mais exaltado. Todo joelho se dobra a seu nome. No entanto, o pecado impede o ser humano de realizar plenamente os desígnios de Deus. Presente nas estruturas e nas instituições, o pecado desvia o processo histórico de seu rumo libertador, e deita raízes no coração do homem, alienando-o. Do mesmo modo, para Marx, a alienação cria o descompasso entre a nossa existência e a nossa essência. Não vivemos o que somos e nem podemos ser o que gostaríamos de viver. Para nós cristãos, essa adequação entre a essência e a existência é a santidade. Sabemos pela fé certas coisas que vocês buscam pela análise dialética. A fé não nos dá a radiografia do momento histórico, mas sim o sentido último e absoluto da história: o antagonismo de classe será suprimido e todos viverão como irmãos em torno do mesmo Pai. Haverá igual partilha da comida e da bebida, como aqui na mesa eucarística. Essa dimensão transcendente a teoria marxista não alcança. Todavia, o mais importante, hoje,

entre nós é amarmos os oprimidos. No dia da ressurreição Ele dirá aos que não tiveram fé: "tive fome e me destes de comer... tive sede e me destes de beber...". Vocês indagarão: "quando foi Senhor que o vimos com fome?... com sede?..." E o Rei lhes responderá: "O que fizestes a um desses pequeninos, foi a mim mesmo que o fizestes".

Terminada a pregação, padre Marcelo leu o Evangelho das Bem-Aventuranças, o Sermão da Montanha. Mostrou, em seu comentário, como Jesus ressalta a importância da prática libertadora. O bem-aventurado é sempre o oprimido que aspira à libertação. Sua esperança nasce da fé capaz de apreender a dialética cruz-ressurreição. Só entregando a própria vida podemos de fato encontrá-la.

O celebrante solicitou que os companheiros manifestassem suas intenções para a missa. Lembro-me que Penafiel chorava sob os cabelos muito loiros, Takao Amano sorria emocionado, Carlos Eduardo Pires Fleury observava admirado. A litania não tinha fim. Todos tinham muito a dizer e a pedir. Parentes e companheiros eram lembrados. As súplicas eram o momento de livre manifestação, indiferentes à presença dos guardas e dos carcereiros. A cada intenção, todos acrescentavam:

— Senhor, ouvi as nossas preces.

Após a comunhão do celebrante, o papelão com as hóstias e a caneca com o sangue do Senhor passaram de cela em cela. Muitos comungaram, redimidos pelo batismo de sangue. Quando as espécies retornavam ao improvisado altar, Monsenhor escutou a voz de Jeová:

— Marcelo, também quero comungar.

Para o sacerdote, aquele jovem assumia, em sua carne e em seu espírito, a dimensão mais vital da união com o Cristo. Não se poderia recusar a ele, que experimentara a identificação real com o Crucificado, a presença do Ressuscitado. Padre Marcelo deu-lhe a comunhão e Jeová, comovido, chorou.

## 10

Padre Marcelo foi novamente chamado pelo delegado Ivahir, que se vangloriava de possuir três documentos altamente comprometedores para o réu: uma carta de Dom Hélder, na qual Monsenhor estaria indicado para fazer a ligação Nordeste-Sul do país e consagrado como "místico das torturas", isto é, cabia-lhe preparar os cristãos para enfrentarem corajosamente a repressão policial; um documento em grego redigido pelo próprio Marighella e no qual seu nome estaria citado quatro vezes e, por fim, a descoberta da amante de padre Marcelo.

O prisioneiro estranhou menos a possibilidade de ser citado num documento de Marighella do que a notícia de o líder revolucionário saber redigir em grego. Sem menosprezo à cultura do morto, preferiu duvidar da inteligência do delegado, incapaz de reconhecer a diferença entre grego e linguagem cifrada...

. . A suposta carta de Dom Hélder, contendo as fantasiosas missões subversivas, jamais foi mostrada. Todavia, a amante, segundo o policial, encontrava-se ansiosa à porta do DOPS, insistindo para avistar-se com Monsenhor.

Padre Marcelo pediu os papéis:

— Me dê oportunidade de constatar a autenticidade desses documentos e analisar seu conteúdo. Só então poderei responder às acusações que o senhor me faz.

O delegado insistiu:

— Assine aqui reconhecendo a existência desses documentos. Quanto à amante, não se preocupe, não divulgaremos nada. Aliás, aqui no DOPS, cada um tem três.

O punho fechado da mão direita do sacerdote desceu agressivo sobre a mesa do inquiridor:

— Desafio qualquer Bispo do Nordeste a dizer que pertenço a algum grupo político! A ação da Igreja é de fermento. Mas quero deixar bem claro para o senhor: admiro e respeito Carlos Marighella. Se não o conheci pessoalmente foi por falta de oportunidade. Porém, desafio o senhor a apresentar qualquer prova de ligações minhas com o grupo dele.

O delegado ouvia estarecido, como se sentisse diminuído diante de padre Marcelo.

— Quanto à amante, não me interessa se constam ou não provas desse gênero. Isso nada tem a ver com um inquérito policial-militar. Se quiser, envie a acusação a um tribunal eclesiástico — concluiu o sacerdote.

Dr. Ivahir mandou recolher o prisioneiro.

O plano do DOPS era acusar a Igreja de subversão através da suposta conexão CNBB-Dom Hélder-Monsenhor Marcelo-Carlos Marighella. No dia seguinte, o religioso pernambucano foi sabatinado das nove da manhã às onze da noite. Mostraram-lhe um crucifixo que ostentava, sobre a imagem, a foice e o martelo. Segundo os policiais, era "o símbolo da arquidiocese comunista". Fizeram um levantamento detalhado de sua vida: queriam saber todos os seus passos, o que já fizera e o que pretendia fazer. Biografias é um dos fracos dos órgãos de segurança. Sempre pedem ao preso para contar ou escrever sua vida. A certa altura do depoimento, Monsenhor ressaltou:

— Fui muito influenciado por Teilhard de Chardin.

Intrigados, os policiais indagaram:

—Quem é esse cara?

—Um padre jesuíta, cientista e místico, que viveu na China.

—Onde ele mora?

Talvez o DOPS tivesse a intenção de prender o autor de *O Fenômeno Humano*. Padre Marcelo

explicou que ele morrera em Nova Iorque na Páscoa de 1955, deixando uma obra que lança a ponte entre a ciência contemporânea e a fé ao descrever, baseado em pesquisas antropológicas e em estilo poético próprio dos místicos, a evolução do Universo e do gênero humano. Delegados e policiais ouviram com atenção a aula improvisada do prisioneiro. Temendo novas influências, o Dr. Ivahir sustou o interesse: abriu uma pasta e espalhou sobre a mesa fotos de orgias sexuais, cujos parceiros, segundo ele, eram padres e freiras. Foram também exibidos papéis que comprovariam a participação de religiosos em contrabandos.

—Esta é a sua Igreja? — perguntou o delegado.

—Não sei se essas coisas são falsas ou não — retrucou padre Marcelo. — Porém, quero que os senhores saibam de uma coisa: a patifaria que existe na Igreja é muito maior. Isso é café pequeno. Nós não acreditamos neste ou naquele padre. Acreditamos numa única realidade: Jesus de Nazaré, ressuscitado e glorioso. Abram as últimas páginas do Evangelho: o que vemos? Um discípulo que traiu e se enforcou, outro que negou e ficou todo complexado, um terceiro que só acreditaria vendo, dois que caminhavam rumo a Emaús frustrados em sua esperança. A nossa fraqueza começou cedo. Constrangido, um investigador ponderou:

— Bem, até que nessa Igreja do senhor eu acreditaria. Não acredito é na Igreja do Frei Betto.

A conhecida tática: jogar um contra o outro. Padre Marcelo deu um murro na mesa:

— Nesse jogo dos senhores eu também não entro!

## II

O delegado "Pudim" era o braço direito do Dr. Fleury. Alto, alourado, lembrava a figura de um oficial nazista, embora lhe faltasse o porte marcial. Tinha predileção por seviciar mulheres. No entanto, ficara impressionado com a figura de padre Marcelo. Sempre que podia, descia à carceragem, encostava-se na grade e batiam longos papos. Comentava as frases gravadas nas paredes de nosso cubículo: *Aqui somos torturados em nome de Deus. Aqui estiveram os cristãos metalúrgicos.* Ou a que escrevemos: *A fé é como uma chama: onde ela cai, queima.*

Quando o tribunal militar decretou nossa prisão preventiva, a 7 de dezembro de 1969, só o nome do padre Marcelo não constava da lista. O Dr. "Pudim" foi à cela:

— Direi ao diretor do DOPS para mandá-lo de volta a Porto Alegre. Os outros receberam a preventiva, mas o senhor é apenas um fermentador.

Não entendemos a qualificação, mas o fato é que veio a ordem para o sacerdote ser transferido para Porto Alegre, onde deveria ser solto. Comemoramos com muita alegria e afeto. Acompanhado do

delegado "Pudim" e de um investigador, ele embarcou numa perua veraneio. Sob o banco do motorista, levavam um imponente rifle. Mas a viatura não tomou diretamente o caminho da estrada. Embrenhou-se pelas ruas da capital paulista até parar defronte de uma confortável casa, em bairro de classe média. Retiraram as algemas do prisioneiro, convidado a descer. Monsenhor imaginou o pior: um local secreto de torturas. Entrou desconfiado e, muito confuso, viu-se recebido por uma atenciosa senhora rodeada por três crianças. Eram a esposa e os filhos do homem do Esquadrão da Morte. O ambiente revestia o delegado de uma auréola de pureza. A família esperava o prisioneiro com a mesa posta para o lanche, no qual não faltava o bolo feito pela dona da casa. Padre Marcelo tentava compreender como o marido carinhoso e o pai atencioso podiam coexistir no torturador frio e implacável. Misteriosa a natureza humana! O homem que se deliciava em maltratar mulheres, pelo perverso prazer de vê-las nuas, gemendo indefesas em suas mãos, agora ajudava a esposa a servir o café e brincava com o filho menor no colo. O poder é capaz de dividir assim as pessoas? Deus e o diabo disputam um mesmo ser?

Terminado o lanche, partiram para a capital gaúcha. Conversaram temas religiosos durante a viagem. Os policiais comportavam-se como crianças diante do professor de catecismo. Antes de entregar o prisioneiro ao DOPS de Porto Alegre, a escolta despediu-se dele em torno de um churrasco. Monsenhor foi visto no restaurante por paroquianos da Piedade que correram à igreja para tocar o sino. Sábado à noite o sacerdote dormiu na mesma cela que ocupara anteriormente. Foi solto na segunda-feira, 30 de dezembro de 1969, às cinco da tarde, após 51 dias de cárcere.

Absolvido por absoluta falta de provas, em sentença unânime da Justiça Militar a 14 de setembro de 1971, Dom Marcelo Pinto Carvalheira foi sagrado Bispo aos 27 de dezembro de 1975, tornando-se responsável pela pastoral na região de Guarabira, na Paraíba.

## 12

Todos os dominicanos que passaram pelo DOPS paulista foram levados ao quinto andar do prédio do Largo General Osório, onde funcionava o "Ponto IV", o acordo Brasil-Estados Unidos para atividades repressivas. Desde o início do Governo Nixon havia, por parte dos americanos, um interesse especial no trabalho social e na importância política da Igreja Católica na América Latina. O "relatório Rockefeller" diagnosticara que, mais ameaçadores à "estabilidade" do Continente do que a esquerda, eram os cristãos engajados na luta pela justiça. Ao entrar na sala ampla, arejada, com sofás e uma mesa retangular, vi três norte-americanos em camisas brancas de mangas curtas e gravatas, conversando em inglês com policiais brasileiros e manejando um equipamento de vídeo-teipe. O delegado advertiu-me:

— Vou "soprar" as respostas. Se não responder direito, vai direto pio pau.

As questões eram genéricas e visavam confirmar nossa colaboração com a esquerda. Não cheguei a dizer mais do que já constava nos depoimentos. Mais tarde essa "prova" de nossa culpa foi mostrada em quartéis e residências episcopais.

### 13

*Na quinta-feira, 11 de dezembro, eu estava deitado na cela 1 do DOPS quando eles foram me buscar. Lia um livro de aventuras, dessas histórias baratas que a gente compra em bancas de estações rodoviárias, capa colorida, a mulher sensual em primeiro plano, policiais atirando ao fundo, sangue escorrendo pelo título. A brochura amarelada, em papel jornal, continha o drama de um funcionário público subalterno cuja frustração levava a planejar um assalto no qual entravam mulheres louras e esguias, tiras de terno e gravata, bandidos com cicatriz no rosto e tarja preta no olho esquerdo, viaturas correndo com sirenas abertas, tiros reboando em garagens abandonadas, o funcionário-assaltante acuado entre tambores enferrujados, os gritos da lei, um estampido, o grito de dor provocado por uma bala no braço direito, a água da chuva ensopando o tempo lá fora e a noite descendo sobre São Paulo, quando ouvi o tilintar do molho de chaves aproximar-se da cela onde eu lia a história do bandido que sangrava no braço, arrastado pela rua por um grupo de policiais que embarcavam na viatura parada junto à esquina.*

*O carcereiro tinha uma ferida aberta na face direita, rodeada por pequenas moscas, exalando um odor fétido, a carne viva apodrecendo entre a barba mal-feita estampada no rosto de um sorriso abobado, amarelo, descorado, meia lua desenhada na boca de poucos dentes careados e sujos. Meteu a chave na fechadura como se enfiasse a lâmina cega da faca em minha barriga, o sorriso demente esticado sob os olhos mortiços, as pequenas moscas volteando as barras de ferro da grade da porta e disputando lugar ao centro da ferida pustulenta que me parecia um sorriso acima do outro, aberto em O.*

*Disse que eu pegasse minhas coisas e saísse, ia ser transferido, fechei o livro no momento em que o ex-funcionário público que o desespero transformara em assaltante dava entrada na Central de Polícia, o sangue empapando-lhe a camisa, pingando no chão. Vesti a velha calça Lee sobre o calção, pus a camisa e os sapatos sem cadarço, enquanto a ferida aberta soprava um hálito estragado em meu olfato e o sorriso paspalho ficava a me olhar. Chamou também os companheiros Bernardo Catão, Carlos Eduardo Pires Fleury e Takao Amano. fomos saindo, ele atrás rodeado de pequenas moscas e balançando o estridente molho de chaves que o fazia guardião do inferno.*

*O Chefe tinha o rosto branco corno que coberto por uma máscara de neve e os pêlos de seus braços desciam espessos pelas mãos, invadiam os dedos, as unhas, e seus olhos eram amarelos, desse*

*amarelo sumido de lâmpada fraca. Lá fora, no pátio, mais três policiais nos aguardavam na viatura: o Diabo, a Fera e o Energúmeno. Escancaravam os dentes corno urubus famintos diante da presa. O trio fúnebre exibia um sorriso macabro que unia e cortava as três bocas. O Chefe abriu as argolas de aço e prendeu uma pulseira em meu braço e a outra em Takao Amano. Clique. A perua esperava-nos com o tampão do porta-presos aberto.*

*— Subam aí — ordenou a Fera.*

*Ajeitamo-nos espremidos, Catão com suas longas pernas encolhidas de lado, Carlos Eduardo Fleury abraçado aos joelhos junto ao peito, encostado à boca, Takao apertado ao meu lado olhando tudo aquilo com expressão ingênua, quase infantil, e eu prensado pelo tampão da viatura. Chiando o carro arrancou, bati com a cabeça na porta.*

*Os pneus cantavam pelo asfalto molhado de São Paulo, a sirena gritava desesperada ziguezagueando entre o trânsito, enquanto por mim flutuavam o sol e a praia de Copacabana, o mar derramando-se na linha do horizonte, o calor escorrendo em minha pele, eu caminhando sobre a areia, sentindo o hálito salgado que soprava da água, meu irmão Nando gritando não se aproxime da água senão a onda te pega, você é muito pequeno pra entrar no mar, não sabe nadar. O sol incendiava o dia, translúcido, queimando meus olhos salgados, o corpo suado rodopiando à milanesa e meu irmão dizendo volte aqui senão a onda te pega e te leva pro fundo do oceano!*

*Cortamos as ruas noturnas da cidade agitada, meu destino atirado num carro de polícia, as recordações da infância brotando na boca da alma com sabor de oração, as frutas-pão estouradas no asfalto da Avenida João Pinheiro, comidas pelos pardais enferrujados que nunca aprenderam a melodia da pauta musical que compunham entre os fios dos postes da capital mineira. Meus olhos na busca curiosa das razões de viver, dos ideais que nos tomam por dentro corno o fogo da paixão, sugando nossas últimas resistências. Belo Horizonte era luminosa, despudorada para quem conhecia suas intimidades, toda respeito para os de fora, resguardada pelo berço de montanhas, enfeitada de brincos suaves, colorida ao entardecer como uma donzela ruborizada surpreendida pela chegada inesperada da noite prenhe de sonhos. São Paulo, ao contrário, era toda ferros, os poros entulhados de cimento, o piche negro cobrindo suas artérias largas e compridas, a fumaça cinza corno véu de luto a esconder o brilho das estrelas e a nudez reflexa da lua, os habitantes triturados entre prédios altivos, sentinelas maciças erguidas de prepotência, babel insaciável na qual o dialeto econômico estabelece a única ponte entre um povo destinado a gerar capital, como os pássaros da madrugada chocam seus ovos para o simples prazer de mastigá-los entre seus dentes metálicos, abortando a vida embrionária.*

*Desfibravam-se em minhas entranhas as lembranças provincianas, convite à morte numa rede avarandada, cercada de samambaias e periquitos azuis, o balanço entre a sombra de parreiras de uva*

*despertando-nos o apetite telúrico capaz de banquetear-se de terra, de musgos e de algas, embriagando-se nas chuvas de junho que entumecem o solo regurgitante de vida e lavam o tempo para receber o frio. A viatura dançava célere ao som de sua própria agonia, quebrando-se nas esquinas.*

*Fui acordado pelo estalo dos braços de ferro do portão aberto do Presídio Tiradentes, o carro num solavanco ganhando o pátio da carceragem. Ouvi a Fera urrar e tive a impressão de que, de sua boca, escapulia uma rosa de fogo que ressoava em meus ouvidos como impropérios demoníacos ecoando na garganta do inferno. Enquanto os carcereiros conferiam os papéis, deixei a memória fluir através de meus músculos tesos, bálsamo no tronco castrado pelo golpe voraz do machado, e refugiei-me nos quintais espaçosos dos casarões de minha infância, entre goiabeiras escaladas ao ímpeto de Tarzan, as folhagens abrigo excitas nossas brincadeiras de esconder, o tronco ereto da palmeira tapando os olhos ao ritmo da contagem regressiva, de dez a zero, enquanto Arthur, Maurício, Sérgio, Dudu, Nando, Chico e Paulo desapareciam no amplo quintal, contendo a ansiedade de serem encontrados entre galinhas e galos assustados, escondidos na palha de embalar ampolas do pequeno laboratório de meu avô. O Diabo quebrou o encanto ao cutucar-me com a ponta da metralhadora, o ódio quis explodir em meu peito, arrebeitar os limites da emoção, descosturar as fibras do medo que me amarrava, injetar em meu ser uma força descomunal capaz de erguer o tigre em pulo selvagem e iniciar, ali, a luta na qual a derrota era minha certeza. Meus braços deixavam entrever as veias dilatadas, o pescoço tecia-se em cordas, o peito arfava, os poros transbordavam de suor. A cada palavra dos policiais um arrepio atravessava-me como um raio. Olhei o velho presídio, antiga senzala dos escravos da lavoura cafeeira: cinza-escuro, desbotado, as grossas paredes rachadas, as grades negras descascadas, comidas pela ferrugem. Ao entrar na carceragem, um suspiro agônico inundou o meu peito. A vida parecia querer fluir para fora do corpo como se ali não fosse o seu lugar, leve ímpeto que regia vagas em meu ser feito inimigo e vítima. Fazia frio em mim, embora a noite paulista fosse quente e tenebrosa. Ficamos perfilados no balcão da carceragem, enquanto o responsável pelo plantão sentou-se à velha máquina remington, virou-se para mim e disse:*

*— Nome completo!*

## **VI. TITO, A PAIXÃO**

Tudo surpreendentemente calmo. No ar, boiava a expectativa dos próximos minutos. Na prisão, os próximos minutos assustam mais que o feixe de anos da pena. O juiz raciocina em anos, o prisioneiro, em minutos. O próximo minuto pode ser o início de uma fuga, a lâmina de uma faca retalhando a carne, a visita inesperada.

Há cinco dias Frei Tito escrevera a um confrade:

*Muitas vezes somos arrastados para onde não queremos ir. Temo que isso venha a acontecer com o conjunto da Igreja do Brasil. Se vier, e se for como consequência de uma fidelidade e de uma responsabilidade mais profundas ao Evangelho, que seja bem-vinda esta hora.*

*Na cadeia, tenho descoberto o Evangelho de S. Mateus. O troço tem que ser ou pão ou pedra. Noutras palavras, acho que ele nos convida a sermos simplesmente homens. É impressionante como tantos não-cristãos aqui vivem isso até as últimas consequências. Outro dia dizia-me um jovem: "Não falei nada porque fiz uma opção e diante dela morrer ou não é secundário".*

Os trabalhos manuais prosseguiam na cela 7 do Presídio Tiradentes: a longa e fina agulha prateada enroscando fios coloridos de lã na tela do tapete, seguindo o desenho projetado; os dedos ágeis dando nós em fios de plástico das sacolas de compras; o couro cedendo ao corte e à ponta incandescente do perígrafo, ganhando a forma de bolsas e de carteiras. O ambiente era uma reprodução cênica de uma oficina de artesãos do fim da Idade Média.

Pela manhã, o pequeno grupo de cristãos, entre os cinquenta habitantes da cela, rezara os salmos. Nestor lera uma passagem do Evangelho, Frei Giorgio fizera o comentário. Sem tristeza, havia aperto em nosso coração. Os minutos eram vagarosos, longos, como em qualquer espera indefinida. As informações,

precárias, pedaços incompletos de uma figura recortada: fora preso o dono do sítio em que a UNE realizara, em 1968, seu congresso clandestino em Ibiúna. Por quê? Só agora, após tanto tempo? Um simples esclarecimento policial? O local havia sido conseguido por Frei Tito, amigo do proprietário.

Sobre o beliche, Tito consumia o tempo numa leitura desatenta, as pernas dobradas como asas de borboleta, os olhos baixos escondidos sob as lentes brancas dos óculos.

— *Fui levado do Presídio Tiradentes para a Operação Bandeirantes — Oban (Polícia do Exército) — no dia 17 de fevereiro de 1970, terça-feira, às 14 horas. O capitão Maurício veio buscar-me em companhia de dois policiais e disse: "Você agora vai conhecer a sucursal do inferno". Algemaram minhas mãos, jogaram-me no porta-malas da perua. No caminho as torturas tiveram início: cutiladas na cabeça e no pescoço, apontavam-me seus revólveres.*

Tito partiu sob os nossos protestos: meia centena de presos tinham o rosto espremido no alambrado estendido entre as grades, o peito ferido pela dor de ver, impotentes, um companheiro regressar à Oban, o grito uníssono de "assassinos, assassinos!", entrecortado por expressões confiantes: "coragem, Tito", "firme, companheiro". A perua manobrou no pátio, ocultando o rosto redondo de Frei Tito, sua cabeça chata de cearense, o corpo baixo e robusto. Indignados, queríamos saber com que autoridade os homens do Exército retiravam do presídio um preso sob custódia da Justiça Militar.

— *Preso desde novembro de 1969, eu já havia sido torturado no DOPS. Em dezembro, tive minha prisão preventiva decretada pela 2.ª Auditoria de Guerra da 2.ª Região Militar. Fiquei sob responsabilidade do juiz-auditor, Dr. Nelson Guimarães. Soube posterior mente que esse juiz autorizara minha ida para a Oban sob "garantias de integridade física".*

Denunciado incontáveis vezes nos tribunais militares brasileiros, o crime de torturar jamais foi apurado ou punido. À luz da justiça sobrepõe-se, no juiz, a força do interesse. Sua estabilidade depende da confiança dos militares; qualquer suspeita significa o fim de sua carreira. Por isso, ao espanto inicial provocado pelos relatos de atrocidades, prevalece no magistrado a adequação de sua sensibilidade e consciência à tortura como método de interrogatório, ao assassinato como recurso de profilaxia política, à crueldade do poder como exigência de segurança e firmeza de autoridade. Para os torturadores, porém, o juiz não passa de um pobre coitado obrigado a dar cobertura legal aos crimes cometidos pelo Estado.

— *Ao chegar à Oban, fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistia para que eu "confessasse". Pouco depois levaram-me para o pau-de-arara. Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-me "telefones" [tapas nos*

*ouvidos] e berravam impropérios. Isso durou cerca de uma hora. Descansei quinze minutos ao ser retirado do pau-de-arara. O interrogatório se reiniciou. As mesmas perguntas, sob cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava, mais fortes as pancadas. A tortura, alternada de perguntas, prosseguiu até as vinte e duas horas. Ao sair da sala, tinha o corpo marcado por hematomas, o rosto inchado, a cabeça pesada e dolorida. Um soldado carregou-me até a cela 3, onde fiquei sozinho. Era uma cela de 3 x 2,5 mts, cheia de pulgas e de baratas. Terrível mau cheiro, sem colchão e cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento frio e sujo.*

Para certos militares, todo réu é culpado, até prova em contrário — princípio emanado da Doutrina de Segurança Nacional e infundido na cabeça de todos que, durante anos, comandaram a repressão no Brasil. Parte-se da idéia de que ninguém confessa os seus "crimes", a menos que seja forçado a falar. E para isso só há um recurso: a tortura. A dor física, o pânico psíquico e o medo desencadeiam, no prisioneiro, o instinto de sobrevivência, sob ameaça de levá-lo a dizer ou assinar o que querem seus carrascos. Troca-se a dignidade pela preservação da vida. Nesse momento, a escolha é crucial, entre ceder à ânsia de sobreviver ou aceitar a dor e a morte por fidelidade aos princípios assumidos.

Em liberdade, quando ainda a nova geração de combatentes não conhecia a fúria repressiva, alimentava-se o mito do herói indomável, capaz de abraçar a morte sem um gemido, como quem encontra o prêmio de seus sacrifícios pelo advento da nova sociedade. No cárcere, os instrumentos de suplício reduziram essas pretensões aos limites da fragilidade humana, embora não tenham faltado testemunhos exemplares, como o de Frei Tito, o de Virgílio Gomes da Silva, o de Apolônio de Carvalho, o de Manuel da Conceição e de tantos outros. A maioria, porém, sucumbiu às atrocidades sofridas. Sabia-se a diferença entre a resistência quebrada e a delação assumida, voluntária. Havia compreensão e perdão para os que falavam sob tortura; discriminava-se punitivamente os que colaboravam com a polícia em pleno domínio de suas faculdades. A escola carcerária ensinava que a fidelidade não se reveste apenas de maturidade ideológica adquirida na prática social, mas sobretudo de amor à causa e às pessoas pelas quais e com as quais se luta. O coração é a raiz da vontade. O bom comportamento tido por Mário Alves, Vladimir Herzog, Marcos Arruda, Carlos Eduardo Pires Fleury e outros resultou de um longo processo de auto-educação, de disciplina, de humildade, que não se deixou iludir por esse voluntarismo esquerdizante revestido de auto-suficiência em certos militantes que, de tão centrados em si mesmos, quando presos são os primeiros a entregar os outros.

— *Na quarta-feira, fui acordado às oito horas. Subi para a sala de interrogatórios, onde a equipe do capitão Homero me esperava. Repetiram as mesmas perguntas do dia anterior. A cada resposta negativa eu recebia cutiladas na cabeça, nos braços e no peito. Nesse ritmo prosseguiram até o início da noite, quando me serviram a primeira refeição naquelas 48 horas: arroz, feijão e um pedaço de carne.*

*Um preso, na cela ao lado da minha, ofereceu-me copo, água e cobertor. Fui dormir com a advertência do capitão Homero de que, no dia seguinte, enfrentaria a "equipe da pesada".*

Na Oban, os militares procuravam "quebrar" as resistências do preso alternando torturas, perguntas, ameaças. O medo de sofrer novamente as mesmas dores era, por vezes, mais pavoroso que as próprias dores. Naquele inferno, não faltavam os gestos de solidariedade: um copo d'água e um cobertor significam companheirismo, presença amiga, solidariedade. Saber que alguém nos apóia é vencer a solidão que nos torna vulneráveis. Por isso, a percepção, na fé, da presença de Deus em suas vidas tanto encorajava os primeiros mártires cristãos.

*— Na quinta-feira, três policiais acordaram-me à mesma hora do dia anterior. De estômago vazio, fui para a sala de interrogatórios. Um capitão, cercado por sua equipe, voltou às mesmas perguntas: "Vai ter que falar senão só sai morto daqui!", gritou. Logo vi que isso não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentaram-me na cadeira-do-dragão, com chapas metálicas e fios, descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. Dois fios foram amarrados em minhas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga, eu estremecia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao pau-de-arara. Mais choques, pauladas no peito e nas pernas que cada vez mais se curvavam para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e animado. Conduziram-me a outra sala dizendo que passariam a descarga elétrica para 220 volts a fim de que eu falasse "antes de morrer". Não chegaram a fazê-lo. Voltaram às perguntas, batiam em minhas mãos com palmatória. As mãos ficaram roxas e inchadas, a ponto de não ser possível fechá-las. Novas pauladas. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais; tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse, não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos. Isso durou até as dez horas, quando chegou o capitão Albernaz.*

## 2

Venceste, amigo, os limites da vida, rasgando o véu do tempo, da lógica e do espaço, mergulhando no círculo hermético do mistério, espelhos reflexos do Nada e do Tudo. Cavalgaste a própria dor pelas estradas sinuosas da fragilidade, barco sobre as ondas ancorado no porto seguro do compromisso. O corpo lanhado, espancado, eletrificado, não profanou a tua intimidade, e tua verdade, acesa, não perdeu o brilho, estrela solitária acima da manada de nuvens rugindo tempestades e estalando raios no atropelo de pesadas patas. Servo contemporâneo de Javé, tua integridade deixou-se fascinar pelo êxtase que decifra o jogo da morte. Um, apenas um de teus gritos resistentes, bastaria para quebrar os cristais de nossos encantos

mesquinhos, a profissão embrulhada por interesses no tráfico de compra e venda do mercado de trabalho, as idéias adornadas pelos cabeleireiros da moda, os hábitos sob a coleira da vaidade, espumas perfumadas que se diluem à clarividência da água lavando nossos corpos mortais, cápsulas rudimentares do espírito que não se rende às nossas conveniências, nem se dobra aos nossos vícios; antes, é como os pássaros que só pousados à mão dos deuses se sentem livres. Provaste aos verdugos que ainda não se inventaram armas ou se | erigiu poder suficientemente fortes para derrotar a consciência humana — arma muito perigosa, confidenciou-nos Dostoievski.

— *"Nosso assunto agora é especial", disse o capitão Albernaz ligando os fios em meus membros. "Quando venho para a Oban, deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre e para matar terrorista nada me impede... Guerra é guerra, ou se mata ou se morre. Você deve conhecer fulano e sicrano (citou os nomes de dois presos políticos que foram torturados por ele). Darei a você o mesmo tratamento que dei a eles: choques o dia todo. Todo não que você disser, maior a descarga elétrica que vai receber." Estavam três militares na sala. Um deles gritou: "quero nomes e aparelhos". Quando respondi: "não sei", recebi uma descarga elétrica tão forte, diretamente ligada à tomada, que houve um descontrole em minhas funções fisiológicas. O capitão Albernaz queria que eu dissesse onde estava o Frei Ratton. Como não soubesse, levei choques durante quarenta minutos. Queria os nomes de outros padres de São Paulo, Rio e Belo Horizonte "metidos na subversão". Partiu para a ofensa moral: "quais os padres que têm amantes?", "porque a Igreja não expulsou vocês?", "quem são os outros padres terroristas?" Declarou que o interrogatório dos dominicanos feito pelo DOPS tinha sido "a toque de caixa" e que todos os religiosos presos iriam à Oban prestar novos depoimentos. Receberiam também o mesmo "tratamento". Disse que "a Igreja é corrupta, pratica agiotagem, o Vaticano é dono das maiores empresas do mundo". Diante de minhas negativas, aplicavam-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. Revestidos de paramentos litúrgicos, os policiais me fizeram abrir a boca "para receber a hóstia sagrada". Introduziram um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder (alar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, berravam que os padres são homossexuais porque não se casam. Às 14 horas, encerraram a sessão. Carregado, voltei à cela, onde fiquei estirado no chão.*

A tua agonia, irmão, dobra os joelhos da Igreja em atitude penitencial. Ela confessa ao teu testemunho as atribulações de quem, fecundada pelo Espírito, destinada às núpcias com o Rei, entrega-se excitada ao poder repressor, dança ao tilintar de moedas falsas, escuta arrepiada, prazerosa, as bajuladoras promessas de autoridades públicas. Nos becos escuros da história, a prostituta oferece-se ao primeiro que lhe prometa brincos de ouro, colares de pedra e anéis cravejados. Jóia preciosa, resguarda o coração, cofre lacrado do amor que só se abre ao seu Senhor, por quem ela não macula na sarjeta os sentimentos e as emoções. Regressa à casa, despe-se dos adornos, lava-se no sangue de Bartolomeu de Ias Casas, de

Antônio Valdivieso, de Morellos, de Camilo Torres, de Henrique Pereira Neto, de João Bosco Penido Burnier, de Rudolf Lukembein, de Oscar Romero e em teu sangue, Tito. Flor do campo, criança solta livre na manhã vadia, atira-se aos braços de seu Amor, e já são abraços, já são laços, são dois em um só traço.

— *Às dezoito horas serviram o jantar, mas não consegui comer. Minha boca era uma ferida só. Pouco depois levaram-me para uma "explicação". Encontrei a mesma equipe do capitão Albernaz. Voltaram às mesmas perguntas. Repetiram as difamações. Disseram que, em vista de minha resistência à tortura, concluíram que eu era um guerrilheiro e devia estar escondendo minha participação em assaltos a bancos. O "interrogatório" se reiniciou para que eu "confessasse" os assaltos: choques, pontapés nos órgãos genitais e no estômago, palmatória, ponta de cigarro aceso em meu corpo. Durante cinco horas apanhei como um cachorro. No fim, fizeram-me passar pelo "corredor polonês". Avisaram que aquilo era a estréia do que iria ocorrer com os outros dominicanos. Quiseram deixar-me dependurado toda a noite no pau-de-arara. Mas o capitão Albernaz objetou: "Não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar, será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia."*

Na sucursal do inferno, demônios afoitos competiam pelo poder de partir a resistência de suas vítimas. Morcegos vorazes borboleteavam céleres de braços em braços, sequiosos de sangue. Erguer a alma do réu na ponta do espadim era o supremo gozo, vitória macabra de uma equipe que recusava passar o preso a outra sem o trunfo de vê-lo falar. A morte era o salário do silêncio. O ritual, porém, dera aos duendes o domínio sobre o espírito humano, navios fantasmas construídos no interior de garrafas atiradas às vagas da noite. O capitão Albernaz sabia o que estava dizendo. Filho de bruxos, sua profecia, estigma maligno, haveria de se confirmar no futuro atordoado de Frei Tito.

— *Na cela, eu não conseguia dormir. A dor crescia a cada momento. Sentia a cabeça dez vezes maior que o corpo. Angustiava-me a possibilidade de os outros religiosos sofrerem o mesmo. Era preciso pôr um fim àquilo. Sentia que não iria agüentar mais o sofrimento prolongado. Só havia uma solução: matar-me.*

Oblativa, emergiu em ti, irmão, a sombra da morte, Recolhias em teu dom o risco que sobre nós pairava. Resgatava-nos das florestas do medo pela tua coragem de abrir as portas dos jardins do Éden, anjo sentinela à entrada proibida das moradas inferiores. Apossaste-te sozinho do cálice que te foi dado beber no Horto das Oliveiras, sorvendo-o sofregamente, até a última gota. Clamaste ao Pai para afastá-lo de nós, entregando-te a copa na qual nos deste teu corpo e teu sangue.

— *Na cela cheia de lixo encontrei uma lata vazia. Comecei a amolar sua ponta no cimento. O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu que eu me acalmasse. Havia sofrido mais do que eu (teve*

*os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas, no meu caso, tratava-se desimpedir que outros viessem a ser torturados e de denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isso seria possível, pensei. Como havia um Novo Testamento na cela, li a Paixão segundo São Mateus. O Pai havia exigido o sacrifício do Filho como prova de amor aos homens. Desmaiei envolto em dor e febre.*

O preso ao lado era um ex-cabo do Exército que não apoiara seus comandantes no assalto ao poder constituído, em 1964. Cassado e caçado, abrigou-se na clandestinidade, lona puída de um velho e precário circo com tão poucos espectadores que os atores acabavam por representar para si próprios. As massas condensavam-se sonoras, pujantes, num conceito teórico que nos escapava na concretude oca da história. O circo não era feito de palhaços, seus números arriscados dispensavam redes, a arte era toda audácia; só não se previu a rebelião das feras a abater caçadores e domadores. O ex-cabo Mariani foi preso nos primeiros dias de 1970, próximo a Teófilo Otoni. Transportado para o DOPS de Belo Horizonte, ingeriu velha cápsula de cianureto que trazia consigo. O veneno queimou-lhe as vísceras, corroeu-lhe os intestinos e, da morte, só provou o sabor amargo. Trazido para São Paulo e entregue ao Exército, recebeu "tratamento exemplar".

Outro companheiro soube o que é isso e estendeu-te a mão, a paz, o pão: Fernando Gabeira. Ave insolente, um tiro atravessou-lhe o vôo para a liberdade, devolvendo-a à gaiola de ferros. Não lhe cortaram as asas impetuosas, o amor à vida e o fascínio pela utopia. Contudo ao retornar do exílio diria adeus às armas e, por cima de abnegados sacrifícios, faria entender que o circo não passou de uma grande aventura, como se o sonho fosse fruto e não matriz da realidade.

Estranho enlace entre a fé e as feras: o Novo Testamento que tu leste fora presente do capitão Roberto, crente obcecado em difundir a Palavra, sem no entanto reconhecer-se cúmplice da profanação sacrílega que se praticava ali dentro sobre os verdadeiros templos de Deus.

— *Na sexta-feira, fui acordado por um policial. Havia a meu lado um novo preso: um rapaz português que chorava pelas torturas sofridas durante a madrugada. O policial advertiu-me: "O senhor tem hoje e amanhã para se decidir a falar. Senão a turma da pesada repete o mesmo pau. Já perderam a paciência e estão dispostos a matá-lo aos pouquinhos." Voltei aos meus pensamentos da noite anterior. Nos pulsos, eu havia marcado o lugar dos cortes. Continuei amolando a lata. Ao meio-dia tiraram-me para fazer a barba. Disseram que eu iria para a penitenciária. Raspei mal a barba, voltei à cela. Passou um soldado. Pedi que me emprestasse a gilete para terminar a barba. O português dormia. Tomei a gilete, enfiei-a com força na dobra interna do cotovelo, no braço esquerdo. O corte fundo atingiu a artéria. O jato de sangue manchou o chão da cela. Aproximei-me da privada, apertei o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde, recobrei os sentidos num leito do Pronto-Socorro do*

*Hospital das Clínicas. No mesmo dia, transferiram-me para um leito do Hospital Militar. O Exército temia a repercussão, não avisaram a ninguém do que ocorrera comigo. No corredor do Hospital Militar, o capitão Maurício dizia desesperado aos médicos: "Doutor, este padre não pode morrer de jeito nenhum. Temos que fazer tudo, senão estamos perdidos." No meu quarto, a Oban deixou seis soldados de guarda.*

Enquanto padecias, buscávamos desesperados meios de mobilizar as pessoas. Adivinhamos o teu calvário atingido em penosas estações. Nosso apelo chegou ao advogado, Dr. Mário Simas, e aos nossos superiores, Frei Domingos e Frei Edson. Era um tempo em que o relógio marcava cada segundo do jogo da vida e a vitória exigia muita presteza. O Núncio Apostólico, Dom Umberto Mozzoni, voou de Brasília para a capital paulista tão logo foi avisado. Ele e Dom Paulo Evaristo Arns jamais se esconderam dos momentos difíceis; bons pastores, não abandonavam as ovelhas atacadas pelos lobos. Faziam de sua autoridade serviço. Nas vestes vermelhas, traziam as insígnias do martírio; nas mãos, o sangue de feridas alheias. Acompanhado por Frei Domingos, o Núncio foi à Operação Bandeirantes, na Rua Tutóia, à tua procura. Queria ver-te. Todavia, a prepotência cospe na verdade. Na porta, o policial de plantão informou que teu nome não constava da lista de presos. O convívio com a perversidade habituara-os à mentirosa indiferença perante à aflição de tantas e tantas famílias que, ainda hoje, buscam seus mortos e desaparecidos.

— *No sábado, teve início a tortura psicológica. "A situação agora vai piorar para você que é um padre suicida e terrorista", diziam eles. "A Igreja vai expulsá-lo." Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhas histórias. Percebi logo que, a fim de fugirem à responsabilidade de meu ato e o justificarem, queriam que eu enlouquecesse.*

O quarto que ocupaste no Hospital Militar do Cambuci era, de fato, uma cela, a mesma na qual Gabeira ficara após ser ferido a bala por tentar fugir da Oban. Se o carrossel da loucura não te apanhou, foi graças à carinhosa atenção das irmãs que trabalhavam no hospital, santas marias da consolação.

— *Na segunda noite, recebi a visita do juiz-auditor, acompanhado de um padre do convento e de um bispo-auxiliar de São Paulo. Haviam sido avisados pelos presos políticos do Presídio Tiradentes. Um médico do hospital examinou-me à frente deles, mostrando os hematomas e as cicatrizes, os pontos recebidos no Hospital das Clínicas, as marcas de tortura. O juiz declarou que aquilo era "uma estupidez" e que iria apurar responsabilidades. Pedi a ele garantias de vida e que eu não voltasse à Oban, o que prometeu fazer.*

Tão logo soube o que ocorrera contigo, o Provincial dos dominicanos, Frei Domingos, entrou em contato com Dom Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo. Nesses casos, os bispos se dividem em duas

atitudes: os que vão direto socorrer os oprimidos e os que acreditam que só os poderosos podem salvar os oprimidos... O Cardeal telefonou ao Governador Abreu Sodré e encarregou seu Bispo-Auxiliar, Dom Lucas Moreira Neves, dominicano, de falar com o juiz-auditor. O Bispo e o juiz eram velhos conhecidos, desde a antiga JUC carioca, nos anos 50. Por insistência deste pequeno grande homem, Frei Domingos, o Dr. Nelson Guimarães decidiu ir ao Hospital Militar, acompanhado também por Dom Lucas. Antes, porém, impôs uma condição: não se revelar nada do que veriam e ouviriam.

No hospital do Cambuci, o major-oficial do dia e o capitão-médico de plantão acompanharam os visitantes ao teu leito. Teus olhos exultaram ao ver o rosto de pessoas que poderiam salvar-te. Sem receio, disseste que tentaras matar-te, cortando a artéria do braço esquerdo, por não mais suportares o tratamento recebido na Oban. Denunciaste as ameaças que pesavam sobre nós. Solicitado pelo juiz, o capitão-médico examinou-te, constatando escoriações e hematomas em várias partes do corpo e suspeita de fratura nas mãos. imploraste ao magistrado que te desse garantias de vida e não permitisse teu retorno à sucursal do inferno. Querias viver, Tito, livrar-te dos fantasmas das trevas que povoavam os corredores lúgubres do aparelho repressivo.

Dia seguinte, Frei Domingos, munido de uma autorização do juiz, tentou nova visita. Foi barrado, sob a alegação de que necessitava de uma autorização especial das autoridades da 2.<sup>a</sup> Região Militar.

Por ocasião do teu julgamento, irmão, a Província dominicana do Brasil pediu a Dom Lucas um depoimento sobre o estado em que te encontravas ao visitar-te. Não uma denúncia, um protesto, um salmo de indignação. Um simples relato, fiel à verdade, de tuas dores. Dom Lucas, para o nosso espanto, se recusaria, alegando não querer prejudicar suas atividades pastorais. E as responsabilidades jamais foram apuradas.

— *De fato, fui bem-tratado pelos militares do Hospital Militar, exceto os da Oban que montavam guarda em meu quarto. As irmãs Vicentinas deram-me toda a assistência necessária. Mas não se cumpriu a promessa do juiz. Na sexta-feira, 27 de fevereiro de 1970, fui levado de manhã para a Oban. Fiquei numa cela até o fim da tarde, sem comer. Sentia-me tonto e fraco, pois havia perdido muito sangue e os ferimentos começavam a cicatrizar. À noite, entregaram-me de volta ao Presídio Tiradentes.*

### 3

No sábado, Dr. Mário Simas solicitou ao juiz apurar a veracidade dos fatos, localizar Frei Tito, colher seu depoimento e adotar as medidas cabíveis e legais diante do que fosse constatado. Dr. Nelson Guimarães concedeu ao advogado autorização para visitar o religioso no Hospital Militar. Recebido à porta pelo coronel-comandante do hospital, nosso defensor foi barrado:

—O senhor não pode entrar — disse-lhe o oficial.

—Mas trago autorização do juiz-auditor.

—Para mim, isso nada significa. Só admito sua entrada nessas dependências com autorização especial fornecida pela 2.<sup>a</sup> Região Militar.

Dr. Simas ponderou:

—Trata-se de um preso da Justiça Militar. Não se pode mais cercear seu direito de comunicação.

—Sem autorização escrita do meu comando, o senhor não entra aqui — repetiu o coronel.

No quartel da 2.<sup>a</sup> Região Militar, o advogado foi recebido pelo coronel Albuquerque:

— Isso não é comigo — asseverou o militar. — É da alçada do II Exército. Procure lá o coronel Erard ou o tenente-coronel Souza Aguiar.

No comando do II Exército, no Ibirapuera, Dr. Mário Simas apresentou-se ao oficial de dia:

—Sou advogado na Justiça Militar e gostaria de falar com o tenente-coronel Souza Aguiar.

—Impossível, ele está de férias.

—E o coronel Erard?

O atendente deu um telefonema e, em seguida, informou:

— O coronel Erard não se encontra na casa. Passe aqui amanhã.

No dia seguinte, Dr. Simas foi recebido pelo coronel Erard. Após expor os motivos de sua visita, ouviu do oficial:

— Isso é com o coronel Albuquerque, da 2.<sup>a</sup> Região Militar. Vou mandar chamá-lo.

Ao comparecer o coronel Albuquerque, seu companheiro de farda fez o advogado repetir o pedido:

— Sem dúvida — retrucou o militar —, desde que obedecidas as condições e os horários do hospital. O senhor aguarda que vou tentar comunicar-me com o comandante do hospital.

Perdido na burocracia implacável, submetido à humilhação meticulosa e fria, após longa espera o advogado retirou-se do quartel.

#### 4

Afeto e admiração cercaram o retorno de Frei Tito à cela 7. Nossa alegria foi contida pelo lastimável estado em que ele se encontrava: o rosto inchado, o corpo coberto de hematomas e de queimaduras de cigarro, o braço esquerdo enfaixado (ver exame clínico no Anexo 5). Estava fraco e pálido. Carregado, subiu as escadas e, na cela, os médicos Davi e Madeira, presos políticos, improvisaram a aplicação de soro glicosado. Apesar de tudo, estávamos orgulhosos de sua coragem. Tito parecia todo feito de luz: seus olhos miúdos irradiavam alegria, o moral revelava-se alto e seu silêncio traduzia paz.

Como todos os prisioneiros que não cedem às torturas, ele, estava possuído por uma força que exprimia modéstia e dignidade.

Seu relato de torturas, redigido na prisão, foi divulgado pela primeira vez no jornal *Publik*, da Alemanha, e, posteriormente, mereceu prêmio especial de reportagem da revista norte-americana *Look*, em 1970. Correu mundo em diversos idiomas. Em seu parágrafo final, alerta Frei Tito:

— *É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schreiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos. A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar. Sua missão é defender e promover a dignidade humana. Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um BASTA às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde. A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo. Se a Igreja não se manifestar contra esta situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como este, o silêncio é omissão. Se falar é um risco, é muito mais um testemunho. A Igreja existe como sinal e sacramento da justiça de Deus no mundo. "Não queremos, irmãos, que ignoreis a tributação que nos sobreveio. Fomos maltratados desmedidamente, além das nossas forças, a ponto de termos perdido a esperança de sairmos com vida. Sentíamos dentro de nós mesmos a sentença de morte: deu-se isso para que saibamos pôr a nossa confiança, não em nós, mas em Deus, que ressuscita os mortos" (2 Co. 1, 8 e 9). Faço esta denúncia e este apelo a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um morto pelas torturas.*

Em julho de 1970, Tito recebeu no Presídio Tiradentes esta carta do arcebispo de Fortaleza, datada de 28 de junho:

*Caríssimo Frei Tito,*

*Enquanto nos movemos no escuro e nem sempre possuímos toda serenidade diante dos acontecimentos da Salvação, somos conduzidos por Deus dentro dos planos infalíveis que nos levam a contribuir para a vitória dela. Como na hora máxima da operação salvífica, em cada instante da sua História haverá sempre uma cruz ?ia qual alguém, mais próximo do Salvador, se purifica no amor aos homens.*

*Este é o grande recurso interior querido pela fé. Ela è a "nossa vitória", conforme a revelação ensina.*

*Acredito que das provas de fogo você sairá maior e poderá pregar a todos nós, seus irmãos, a verdadeira doutrina do amor crucificado, em cuja eficácia o mundo não crê.*

*É este amor e somente ele que nos converterá em "espetáculo oferecido aos homens e aos anjos". A maioria dos nossos irmãos não se converterá sem contemplações espetaculares. Seja digno da vocação de mártir da caridade. Para mim nela se resume a significação de muitas vidas humanas e cristãs.*

*Do seu servo e pastor amigo,*

Dom José Delgado.

## 5

Caçula entre onze irmãos, Tito de Alencar Lima nasceu em Fortaleza a 14 de setembro de 1945. Aluno dos jesuítas, ingressou na JEC, afirmando-se logo como um dos seus mais ativos militantes. Nomeado dirigente regional em 1963, transferiu-se para o Recife. No velho casarão da Rua do Leite, onde moravam os dirigentes dos movimentos de Ação Católica, encontrei-o em minhas viagens pelo Nordeste. Ele era membro da equipe que coordenava a JEC do Maranhão à Bahia.

A fé cristã o inquietava. Deus irrompera em sua vida como apelo, desafio e paixão. Perseguiu-o a idéia de consagrar-se integralmente à causa do Evangelho. Espírito místico, afeito ao silêncio e à oração, considerou a hipótese de fazer-se Irmãozinho de Foucauld, decidindo-se porém pelos dominicanos, mais vinculados aos militantes da JEC. Nos primeiros dias de 1966, entrou no noviciado, no Convento da Serra, em Belo Horizonte. Após a profissão simples, quando assumiu por três anos os votos de obediência, de pobreza e de castidade, a 10 de fevereiro de 1967, Frei Tito transferiu-se para a capital paulista. Residia no convento das Perdizes e cursava Filosofia na USP.

Como em todo o país, também em São Paulo o movimento estudantil era o setor da sociedade civil que melhor expressava o descontentamento frente ao regime militar. Na faculdade, Tito participava das reuniões e das manifestações, colocando-se a serviço de seus companheiros, o que lhe permitiu obter o local em Ibiúna para o congresso da UNE, em 1968. Preso com os congressistas, passou pela triagem do DOPS sem que percebessem sua condição religiosa.

Frei Tito foi novamente preso na madrugada de 3 para 4 de novembro de 1969, quando a equipe do delegado Fleury invadiu o convento da Rua Caiubi. Vasculharam seu quarto e, no DOPS, o próprio Fleury encarregou-se de torturá-lo com choques, palmatória e pancadas na cabeça. Três meses depois ele retornou ao suplício, na Oban.

Em fevereiro de 1970, Tito deveria renovar seus votos religiosos. O Provincial solicitou à Auditoria Militar licença para celebrar missa no presídio. O juiz chamou-o para uma conversa e explicou que não daria a autorização porque a missa poderia ser entendida como afronta ao Governo.

Frei Domingos é o tipo de homem difícil de envergar, impossível de quebrar. No primeiro dia de

visita aos presos, em março de 1970, Tito desceu ao pátio carregado pelos companheiros. Ali mesmo, como nas catacumbas, o Provincial recebeu os seus votos, indiferente às preocupações do juiz.

Em outubro, os dominicanos presos fomos acusados de liderar manifestação carcerária contra o Esquadrão da Morte, que tirava suas vítimas dentre os presos comuns recolhidos na parte térrea do Presídio Tiradentes. Punidos, distribuíram-nos por solitárias de quartéis. Como todos nós, Tito passou um mês sozinho numa cela vazia, sob ameaça constante de soldados e de oficiais. Ao sair, foi convocado para prestar depoimento no tribunal militar. O juiz Nelson Guimarães repreendeu-o por divulgar no exterior a narrativa dos suplícios que sofrerá em fevereiro. Ficamos felizes pela advertência, pois através dela soubemos que o relato fora publicado nas revistas *L'Europeo* e *Look*, tendo merecido o prêmio de 1970 do New York Overseas Press Club, importante associação de jornalistas norte-americanos e estrangeiros nos Estados Unidos.

— Além do mais, tudo o que você escreveu é falso! — disse o magistrado.

Dr. Nelson Guimarães vira Frei Tito dilacerado no Hospital Militar e considerara aquilo "uma estupidez". Nos regimes ditatoriais, porém, a palavra da autoridade é a verdade. Tito não se fez de rogado: descreveu novamente todos os detalhes das torturas sofridas. Com o rosto vermelho de raiva e os gestos trêmulos, o juiz proibiu o escrevente de incluir a denúncia no depoimento do réu. O advogado de defesa interferiu e insistiu para que as palavras do religioso fossem transcritas no processo.

— Vocês compreendem, a tortura é uma coisa de tal modo horrível que é melhor não falar dela — esquivou-se o magistrado.

Em dezembro de 1970, um comando da VPR seqüestrou, no Rio, o Embaixador suíço, Giovanni Enrico Bücher. Na lista dos setenta prisioneiros políticos que deveriam ser soltos em troca da vida do diplomata, figurava o nome de Frei Tito. Celebramos eufóricos a possibilidade de vê-lo em liberdade, "graças ao grande advogado *doutor embaixador*, o único que promovia solturas coletivas, independente do peso das condenações", dizia Daniel José de Carvalho. Tito, porém, reagiu de modo diferente. Não queria deixar o Brasil. Lamentava constar da lista, sobretudo por não poder recusar a oferta, sob pena de fazer o jogo da repressão, interessada em desmoralizar os seqüestradores. Nos vários seqüestros de diplomatas — americano, japonês, alemão e suíço —, alguns presos preferiram permanecer no cárcere, tendo seus nomes e fotos estampados na imprensa como se fossem aliados do Governo. Tito preferia ser banido — punição automática a todos que saíam mediante seqüestros — do que ver-se utilizado pelo regime militar. As negociações foram demoradas, o Governo insistia, pela primeira vez, em não libertar certos prisioneiros considerados mais perigosos pela repressão. Da cela 17 do pavilhão 2, acompanhamos tensos o noticiário através do rádio que, clandestinamente, conseguimos introduzir no Presídio Tiradentes. Era um período em que os rádios estavam proibidos, só entravam jornais. No entanto, tínhamos um de cinco faixas, escondido no colchão. Temerosa de ver a sua ação frustrada, a VPR refazia a lista sob pressão

do Governo. O nome de Frei Tito, todavia, permanecia em pauta. Seus planos para o exílio consistiam em buscar uma forma de vida religiosa mais radical e estudar a fundo os clássicos políticos. Desde a tortura, ele nos parecia mais introvertido, cercado de silêncio, mergulhado em oração. Em janeiro de 1971, o Governo aceita a lista definitiva. Tito inicia as despedidas e redige esta pequena carta ao advogado e preso político Wanderley Caixe:

*Companheiro Wanderley*

*Para mim foi motivo de grande satisfação ter convivido com você durante 12 meses no presídio Tiradentes. Sob o signo deste herói que, infelizmente, virou nome de cárcere, reuniremos os grandes ideais que o futuro do povo brasileiro tanto anseia: a construção do socialismo. E só os verdadeiros homens é que foram chamados para este grande ideal. Contra isso, nada vence; nem tortura e nem perseguições.*

*Companheiro, aqui ou no Exterior estaremos sempre reunidos pelos mesmos princípios. Até a vitória final!*

*S. Paulo, 10/1J71.*

f. Tito de Alencar Lima o.p.

Quatro dias depois dessa carta, Tito foi retirado da cela para viajar. Na carceragem do Tiradentes encontravam-se equipes do Dops e da Oban, criticando abertamente o Governo por ceder aos seqüestradores e ameaçando os escolhidos de fuzilamento. Ordenaram a Tito que tirasse a roupa. Nu, ele foi fotografado de todos os ângulos. Ao preencher uma ficha, indagaram a que organização política ele pertencia:

— À Igreja — respondeu ele.

A última vez que o vi foi naquele momento em que, do pátio, ele abanou a mão e ergueu o polegar, em sinal de otimismo, antes de entrar na viatura que o conduziu ao aeroporto, em companhia de outros companheiros do Tiradentes incluídos na lista. Com gritos de alegria e cantos saudamos, uníssono, a libertação inesperada. Pelas galerias do presídio ressoava impetuoso o Hino da Independência:

*Ou ficar a Pátria livre Ou morrer pelo Brasil.*

No mesmo dia o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, assinou o decreto banindo do país os companheiros libertados. Horas depois, ao desembarcar no Chile de Allende, Cristóvão Ribeiro comentou eufórico ao ver a multidão alegre no aeroporto para recebê-los:

—Ti to, eis finalmente a liberdade!

—Não, não é esta a liberdade — ponderou o dominicano, deixando seu companheiro intrigado.

## 6

Santiago do Chile era, no verão de 1971, o lugar apropriado para os exilados dispostos a participar do sonho de construir o socialismo pela via pacífica e legal, mas não era o lugar que Frei Tito queria. A proximidade com o Brasil permitia contatos mais fáceis, notícias mais freqüentes, mormente para os que se empenhavam em restaurar suas organizações duramente atingidas pela repressão, mas esse também não era o interesse de Tito. Dentro de poucas semanas, voou para Roma e bateu, em vão, às portas do Colégio Pio Brasileiro, o seminário destinado a formar a elite de nosso clero. A fama de "terrorista" do dominicano assustava os padres do Pio Brasileiro. Tito parte, então, para Paris. -

Na capital francesa encontravam-se exilados nossos colegas dominicanos: Osvaldo, Magno e Ratton. Até junho de 1973, Frei Tito desfruta da companhia deles no convento de Saint Jacques, em cuja entrada, à Rue des Tanneries, há a placa que recorda sua invasão pelos nazistas em 1943 e o martírio de dois dominicanos levados pela Gestapo. Prossegue seus estudos de Teologia. Durante os primeiros seis meses, sente-se bem, relacionando-se sem dificuldades com as pessoas. Aos poucos, entretanto, ressurgem os sinais das torturas que sofrerá, estigmas psíquicos de uma subjetividade conflitada, a introjeção depressiva alternando-se aos momentos de euforia. Sua personalidade avariada exigia tratamento psiquiátrico. Apesar da dedicação dos médicos, os fantasmas não se apagam: a mente atordoada de Frei Tito projeta sobre Paris a imagem onipresente da repressão brasileira, o rosto diabólico do delegado Fleury aparece-lhe em cada café dos Champs Elysées, os olhos injetados de ódio dos militares da Oban tentam, agora, esconder-se entre as folhas do Jardin des Tuilleries, dentro de cada vagão do metrô há um homem do DOPS, todo cuidado é pouco e a desconfiança obsessiva recomenda a Tito marcar *pontos* para poder encontrar seus amigos brasileiros condenados ao exílio. Não seria o Arco do Triunfo um monumento ao pau-de-arara? A terapia parisiense não conseguia colar os pedaços de sua interioridade quebrada, como prenunciara o capitão Albernaz. A Torre Eiffel erguia-se como um gigantesco eletrodo. Acuado pelas sombras que se acumulavam em seu cérebro, Tito interrompe, sem explicações, o tratamento. Sente-se angustiado, oprimido, perseguido. Só a voz telúrica de Milton Nascimento, a poesia irreverente de Chico Buarque e as longas horas abraçadas ao violão que ele aprendera a dedilhar aliviam suas saudades do Brasil.

— Veja, estou agonizando. Há agonias que servem para alguma coisa, como a de Cristo. A minha não servirá para nada.

O padre Charles Antoine era muito amigo de Tito. Ouviu-o angustiado. Antigo capelão do Centro

Residencial da Cidade Universitária de São Paulo, viu-se obrigado a deixar o Brasil quando a polícia ocupou os alojamentos estudantis, em 1969. Credenciado pela imprensa francesa, acompanharia todo o nosso processo.

Em junho de 1973, Tito acerta com seus superiores transferir-se para Lyon, em busca de um ambiente mais tranquilo para viver e estudar. Construído por Le Corbusier, o convento de Eveux abre suas portas a ele; novos amigos o cercam: os padres dominicanos Belaud, prior da comunidade, Roland Ducret, Xavier Plassat, e o Dr. Jean-Claude Rolland, psiquiatra do hospital Edouard Herriot, de Lyon.

Em meados de setembro, um acontecimento político muito distante repercute na cabeça, na alma, nos sentimentos e no inconsciente de Frei Tito, fragmentando suas frágeis esperanças, mutilando suas idéias, apagando seus horizontes: a queda de Salvador Allende, no Chile. Enquanto o general Pinochet entra para a galeria dos ditadores latino-americanos, Tito abandona suas atividades normais e torna-se ausente, impenetrável, sufocado por seus fantasmas interiores. O silêncio de sua quietude mística, povoada pela presença inefável do Pai, rompe-se por efeito de um pavoroso delírio: ele ouve continuamente a voz rouca e autoritária do delegado Fleury, hóspede intruso do cérebro, do medo e dos porões da consciência de Frei Tito. Quer que ele confesse e diga todas as coisas que sabe e invente o que puder e dê vivas aos generais brasileiros e delate todos os seus amigos e acuse os dominicanos, a Igreja, o Papa, e assine depoimentos falsos. Tito resiste, não fala, suporta estoicamente todos os sofrimentos experimentados na Oban, agora introjetados em seu espírito. Fleury ameaça torturar cada um dos membros de sua família: o velho pai, a mãe, as irmãs, os irmãos. Tito prefere morrer do que ceder. Ainda que sua família padeça, há nele uma força descomunal que o impede de trair seus ideais. O chefe do Esquadrão da Morte cumpre a promessa: em seu estreito quarto no convento de L'Arbresle — que visitei no outono de 1980 —, Frei Tito estremece aos gritos do pai espancado no DOPS, geme aos berros da mãe dependurada no pau-de-arara, arrepia-se de pavor aos espasmos de seus irmãos eletrocutados, contorce-se em calafrios ao ver as irmãs despidas pelos homens do Esquadrão. Todavia, a dor, o pânico, a subjetividade como palco de intenso conflito entre o Absoluto e o absurdo não quebram a sua fidelidade. Ele tudo suporta como quem mastiga o fruto amargo coberto de espinhos. Vinte frades integravam a comunidade de Lyon. Percebem, certo dia, a ausência de Tito no almoço. Padre Belaud vai ao seu quarto:

—Você não vem comer conosco?

—Você notou que eu não estava? — retrucou com satisfação o religioso brasileiro.

—Claro!

—Então você se interessa por mim?

—Você duvida disso? — indagou o prior.

Uma sombra cobriu a luz que se abrira no rosto de Tito:

— Sim, duvido. Não estou seguro disso.

Malgrado todos os esforços, os médicos reconhecem que o tratamento não apresenta melhoras. Uma noite, após o jantar, os frades caminhavam pelo jardim do convento, quando o céu se abriu à chuva que os obrigou todos a retornarem ao claustro. Só Tito prosseguiu a caminhada, indiferente à água que lhe encharca o hábito. Xavier Plassat, um de seus melhores amigos, convida-o a entrar:

—Não posso — responde Tito.

—Por quê?

—Ele me proíbe.. .

—?! .. Quem te proíbe, Tito?

—O Fleury, ele não quer que eu entre.

—Mas ele não está aqui, Tito; está no Brasil.

—Mentira. Ele está lá dentro do convento. Se eu entrar ele me espanca.

Tito ficou um dia e meio sentado sob uma árvore. Xavier tentava compreendê-lo e, de alguma forma, evitar que ele sofresse sozinho. Sentou-se ao lado dele durante seis horas, embora nada entendesse do que ele falava em português. Apenas percebia a angústia profunda, dilacerante, opressiva. Finalmente, Tito falou-lhe em francês, entre choros e gemidos:

—Tenho que obedecer a ordem dele.

—Dele quem, meu irmão?

—Do Fleury.

—Mas ele não está aqui, está no Brasil.

—Não, ele está aqui perto — insistiu o dominicano brasileiro.

—Onde, Tito?

—Em Saint Paul la *Police*.

Saint Paul la *Palue* é uma pequena cidade a cinco quilômetros de Lyon que, na mente assombrada de Tito, ganhara outra ressonância.

Fleury viria buscar Tito no dia seguinte se ele não fosse se entregar. Se resistisse, toda a sua família seria torturada. Impassível durante horas, sua firmeza eclodiu em gritos sob as árvores de L'Arbresle:

—Por favor, ele nunca fez nada, ele é inocente!

—Pelo amor de Deus, não faça isso!

Apesar dos esforços de Xavier, Tito recusava-se a entrar no convento. Confidenciou-lhe a ordem que recebera de Fleury:

— "Você é indigno de entrar no convento dos dominicanos, de se sentar com eles à mesa, de comer com eles. Eu te proíbo de entrar!"

Procurando seguir a lógica da loucura, Xavier passou a dar ordens a Tito:

— Está bem, você pode ficar aqui, mas deve se abrigar.

Encostou a caminhonete junto à árvore e conseguiu que ele entrasse e tomasse a sopa com os comprimidos para dormir. Enquanto Tito dormia, Xavier entrou no convento. Quatro horas depois, voltou para encontrá-lo de novo sob a árvore, semi-adormecido sob efeito dos remédios, mas fiel às ordens do policial brasileiro.

Decidem caminhar até Saint Paul Ia Palue para se certificarem da presença do delegado. Pelas ruas, indagam dos moradores se ali residia alguém de nome Fleury, informam-se nos bares, consultam a lista dos hotéis. Não, em Saint Paul Ia Palue não havia Fleury algum. Sérgio Paninhos Fleury encontrava-se hospedado na alma de Frei Tito de Alencar Lima.

Na mesma noite, Tito é internado no hospital Edouard Herriot, no pavilhão N.

A primeira manha ele a passa de pé na enfermaria, o rosto colado a parede, os braços abertos em cruz, sem se mover. A enfermeira pergunta por que se encontra assim e ele responde que não pode deixar a parede porque espera ser fuzilado. Nos dias seguintes, não se alimenta, mostra-se tomado por esmagador sentimento de culpa: sobre sua alma recaí o peso da responsabilidade pelo fracasso da luta armada no Brasil, pelo golpe militar no Chile, pela ascensão da direita na América Latina. Frei Tito busca ansioso uma companheira com quem já se familiarizara e que, despida de sua máscara, seria capaz de aliviá-lo, absorvendo-o na paz. definitiva: a morte. O Dr. Roland e sua equipe o acompanham com amizade e redobrada atenção profissional. Graças ao repouso e à psicoterapia, o tratamento quimioterápico é interrompido e o delírio cessa. Permanece, contudo, a angústia. A tristeza encerra-o em completo silêncio.

Após três semanas, Tito retorna ao convento. Não acalenta projetos de futuro, evita contatos, arma-se de defesas, fala muito pouco. Teria preferido continuar no hospital, onde se sentia mais seguro. O médico o revê duas vezes por semana e durante o inverno ele retorna periodicamente ao hospital.

No Natal de 1973, sua irmã, Nildes, deixa Fortaleza para visitá-lo. Tito sempre fora muito apegado à família e as saudades reforçavam seu sofrimento. Todos esperavam que a chegada da irmã o aliviasse da angústia abissal. No entanto, durante as três semanas que ela passou em L'Arbresle, hospedada no convento, Tito parecia ignorá-la. Esforçava-se por disfarçar seu desequilíbrio e aparentar segurança, tentando recompor a imagem que outrora projetara à irmã. Nildes procurou abordá-lo, mas ele recuou:

—Não fale comigo de dia, venha ao meu quarto à noite.

—Mas. . . por quê?

—Estamos sendo vigiados pelo Fleury.

De madrugada, ela bate à porta do irmão. Entra, iniciam a conversa, mas Tito está tenso, assustado:

—O que foi, mano?

—É melhor você voltar a seu quarto.

—O que houve?

—Volte logo, o Fleury pode chegar e encontrar-nos aqui.

Aos poucos, Nildes conseguiu que o irmão se aproximasse um pouco mais dela. Decidem ir juntos ao Dr. Roland, com quem conversam abertamente sobre o caso.

Ao despedir-se de Tito, no momento de iniciar viagem de retorno ao Brasil, Nildes pressentiu que era a última vez que via seu irmão vivo.

— Tito já está morto. O psiquiatra acha que ele se recomporá. Eu tenho minhas dúvidas.

Ao desembarcar em Fortaleza, ela não escondeu da família suas impressões. Recordou que, com dificuldade, conversara muitas coisas com o irmão, que nunca falava de si mesmo, bloqueio rompido apenas uma vez, quando ele desabafou:

— Eu não agüento mais, preciso voltar. Morro de saudades, me sinto só. Quero minhas raízes, quero meu povo, é por ele que eu lutei.

Nildes lembrou seus passeios com Tito pelas cercanias de L'Arbresle:

— Andávamos pelos bosques quando vi, de relance, o cemitério dos dominicanos. Tive a certeza de sua morte. De súbito, imaginei o seu túmulo.

No dia em que abriu seu coração, ele disse ainda à irmã que lhe servirei de babá na infância:

— Sou uma pessoa inutilizada, mas tenho que vencer isso. Meu problema não é mental, é de superação. Preciso encontrar uma força.

Pedi a ela que lesse em voz alta o capítulo da ressurreição de Lázaro, no evangelho de São João. Queria meditar sobre o sentido da outra vida. Após a leitura, ela ponderou:

— Olha, o sentido para mim é que Lázaro, morto, foi ressuscitado para viver aqui.

## 7

No decorrer do primeiro semestre de 1974, os dominicanos de L'Arbresle esforçam-se para que Tito reassuma seu lugar na comunidade, participe das atividades normais, sinta-se integrado. Não obstante, ele deseja ser tratado como o menor de todos e pede que lhe dêem as mais difíceis e ingratas tarefas. No que faz, procura um meio de se autopunir, pois a voz de Fleury ecoa em sua cabeça convencendo-o de que é culpado, merece ser rejeitado, não serve senão para humilhar-se perante os outros. A angústia o consome.

Na primavera, após um dia de exaustivas tarefas, ingere um tubo de Valium. Volta ao hospital. A psicóloga que o acompanha não sabe como fazê-lo comer ou falar. Xavier Plassat visita-o, quando o capelão do hospital entra no quarto.

—Você quer rezar, Tito? — pergunta o dominicano francês.

—Quero muito.

O capelão estende-lhe o livro e ele escolhe um salmo de lamentação e de desespero que termina com uma palavra de esperança.

—E você, Tito, o que espera? — indaga Xavier.

—Sim, eu espero viver, mas só depois da minha morte.

Ao receber alta, ele retorna ao convento como se estivesse curado. Dialoga com as pessoas, interessa-se pelos acontecimentos, entretém prolongados debates teóricos, especialmente com o padre Jolif, a quem tanto estimava. Tito está diferente, a vida corre em seu sangue, os fantasmas adormeceram em seu cérebro, ele já não se fecha em longos períodos de mutismo, aceita a presença do médico, ingere normalmente os alimentos. Essa fase, propícia à orientação do Dr. Roland, o impele a conquistar sua autonomia, ocupar-se utilmente, ganhar o seu próprio sustento, como os demais frades.

Padre Belaud, o superior do convento, compreende que Tito queira viver independente, recuperar a confiança em si mesmo, mas não vê razão para que ele queira também desligar-se da Ordem, alegando que se constitui em peso para a comunidade, na qual se sente suportado, mas não amado. No entanto, não é hora de exigir de Tito a dimensão proporcional das coisas. O importante é que ele se assuma e evite regressar ao hospital, dedicando-se a atividades que lhe sirvam de laborterapia.

O fim da primavera revigora os campos do Sul da França; a natureza, luminosa, floresce exuberante. Daniel. Beghin convida Frei Tito e Xavier Plassat para trabalharem na colheita de cerejas do pequeno pomar de um militante sindical, próximo a Eveux. Tito empenha-se no ofício, colhe as frutas saboreando-as, expõe o corpo ao sol do verão que se aproxima, a pele suada, o sorriso derramando da alma, as noites alegres em torno da mesa de refeições. Antes de encerrarem o trabalho, Daniel acerta com Tito novo passeio para dali a alguns dias.

Na data combinada, partem para as montanhas, Daniel com sua barraca, Tito com o violão ao ombro. À beira de um lago, o tempo flui à música suave das cordas do instrumento de Tito que cantarola melodias brasileiras, curte a nostalgia impregnada em sua sensibilidade. Tito sorri, renasce nos rios que inundavam sua infância. Junto à água, divertem-se em pescar as moedas que correm do bolso da camisa ao se agacharem para lavar as mãos. Contudo, Daniel percebe que Tito não olha as flores, vira os olhos como se fugisse de uma maldição. Não, não eram floridos os delírios de Frei Tito. Em francês, o perfume das flores o asfixiava como um gás letal. Fleury, *fleurir*.

Na volta, Tito parece embriagado de liberdade. Agradece a Daniel ofertando-lhe o disco *Construção*, de Chico Buarque, e um outro de emboladas da Bahia. Oito dias nas montanhas fizeram dele um homem saudável e bronzeado. Retoma as leituras, interessa-se de novo pelos jornais, deleita-se com a música.

Não era fácil encontrar um emprego estável para alguém na situação de Tito. As vezes a disposição naufraga em prolongada ausência da realidade, como que à beira de nova depressão. Trabalha alguns dias como entregador na adegua cooperativa de St. Bel, mas sem êxito, pois logo é despedido. Não tem sorte também como explorador florestal do Haut Beaujolais. Cada fracasso o deixa abatido, desligado do real, encerrado em seu próprio círculo hermético. Tito já não se sente como alguém que é. O que ele é não o afirma, antes o nega em seus direitos mais elementares: banido, exilado, desempregado. Seus laços se cortaram. Está distante, muito distante, de seu Ceará, de seus amigos, de sua pátria e de sua luta. Dentro dele navegam o terror, a voz ameaçadora do chefe do Esquadrão da Morte, o silêncio angustiante, a interrogação permanente, sem resposta. Em julho, o Dr. Roland o examina e marca nova consulta para setembro.

A última estação da via-sacra de Frei Tito situa-se em Villefran-che-sur-Saône. Através de uma agência de empregos, ele consegue ser admitido como horticultor. Aluga um pequeno quarto numa pensão para imigrantes, o Foyer Sonacotra, cujas despesas ele paga com seu próprio salário. Instala-se em seu quarto com alguns utensílios de cozinha e poucas provisões, mostra-se feliz em sua independência. Porém, ao fim de uma semana repleta de visitas dos frades de Eveux, o patrão o percebe indolente, ausente, povoado por fantasmas e pretende afastá-lo do emprego.

*São noites de silêncio*

*Vozes que clamam num espaço infinito*

*Um silêncio do homem e um silêncio de Deus.*

O horticultor reclama com Xavier:

— Assim não dá. Ele fica lá, sentado no chão, olhando o céu. Num momento está rindo, noutro está chorando. Assim não dá.

Despedido, Tito permanece no mesmo quarto e logo consegue trabalho no entreposto de Villefranche. Nessa primeira semana de agosto de 1974, ele recebe a visita de Roland Ducret e, por duas vezes, de Michel Saillard, que está de viagem para o Brasil. A Michel, Tito confidencia:

— Já não creio em nada, nem Cristo, nem Marx, nem Freud.

As três grandes vertentes da cultura contemporânea atravessam, como línguas de afiadas espadas, o coração atormentado de Frei Tito. Jesus foi sempre a razão fundamental de sua vida e de sua luta; mergulhado no caos interior, ele prova o sabor amargo do cálice e, como o jovem carpinteiro de Nazaré,

sente-se abandonado pelo Pai. Marx o introduziria na racionalidade política, na sucessão produtiva do processo histórico, fornecendo-lhe bases teóricas à sua esperança social. Agora, porém, Marx nada tinha a dizer à sua subjetividade atribulada, alienada, a existência cruelmente amputada de sua essência. Freud é insuficiente para dissecar seu inconsciente torturado, introjetado de generais brasileiros, de oficiais da Oban, de policiais do DOPS, da onipresença do delegado Fleury. Todos os recursos da ciência freudiana dissolvem-se em meio a seu desespero interior.

*Em luzes e trevas derrama o sangue de minha existência Quem me dirá como é o existir  
Experiência do visível ou do invisível?*

Antes de partir para as férias de verão, Xavier vai visitá-lo. Tito está triste, fala pouco, mas parece lúcido:

— Sabe, Xavier, a loucura está me dominando.

O amigo francês sabe que é verdade. Mas, dessa vez, a verdade aparece materializada, concreta, iminente: sobre o guarda-roupa há uma corda. Xavier tenta levá-la, mas Tito alega que ela pertence ao patrão.

Na segunda semana de agosto, Roland Ducret vai ao pequeno quarto de Tito na zona rural: bate, bate, ninguém responde. Um estranho silêncio paira sob o céu azul do verão francês, envolvendo folhas, vento, flores e pássaros. Nada se move. Balançando entre o céu e a terra, sob a copa de um álamo, o corpo de Frei Tito é descoberto no sábado, 10 de agosto de 1974.

Do outro lado da vida, ele encontrara a unidade perdida.

Dois meses antes, Tito anotara num cartão que marcava um de seus livros: *é melhor morrer do que perder a vida*. Seu mergulho na morte foi uma deliberada atitude de quem buscou desesperadamente a vida em plenitude, lá onde ela se situa além de nossos limites físicos, biológicos e históricos. Suas exéquias foram solenemente celebradas na França e no Brasil.

Na fria e luminosa manhã de domingo de 10 de novembro de 1980, Osvaldo Rezende e eu depositamos flores sobre o repouso de Frei Tito, no cemitério dominicano de Sainte Marie de Ia Tourette, sem tumbas e túmulos. Simples covas de terra com pequenas cruces de madeira, entre os bosques de Arbresle. Na cruz que coube a Tito há esta inscrição:

*Frei da Província do Brasil. Encarcerado, torturado, banido, atormentado... até a morte, por ter proclamado o Evangelho, lutando pela libertação de seus irmãos. Tito descansa nesta terra estrangeira. "Digo-vos que, se os discípulos se calarem, as próprias pedras clamarão" (Lucas 19, 40).*

Entre os papéis deixados por Tito, algumas anotações refletem suas últimas concepções políticas. Avaliam a luta travada no Brasil à luz das derrotas sofridas e da experiência acumulada. São prova evidente de que Frei Tito nada tinha dessa loucura que significa demissão frente às exigências do real. Ele levou a fidelidade ao extremo. Jamais cedeu. Por isso, revestia-se de autoridade suficiente para nos abrir novas esperanças:

*A violência revolucionária é necessariamente a violência de uma classe e não de uma vanguarda. A vanguarda destina-se a orientar politicamente essa violência. No Brasil, foi a vanguarda que decretou a violência revolucionária, sem orientar politicamente a classe operária. E o que aconteceu? A guerra tornou-se uma guerra de vanguardas confusas e desorientadas. Não foi a guerra do povo, mas a guerra pelo povo. Nesse sentido teve um papel eminentemente ético (a guerra è justa). Mas não teve um papel político (a guerra è correta).*

Em outro papel, uma proposta:

*O que é principal hoje? Construir uma frente democrática; dar às lutas de massas o caráter principal e primordial desta etapa. Finalidade: unir o povo e os patriotas em geral; objetivo das lutas de massas — criar uma consciência política e uma consciência de classe, dando destaque à construção, a longo prazo, de um partido dos trabalhadores.*

A maioria dos textos deixados por Frei Tito não tem data. Foram recolhidos por Magno Vilela e Xavier Plassat. Este último anotou pacientemente todos os versículos sublinhados por Tito em seu exemplar da Bíblia, ainda hoje em mãos do dominicano francês.

Dois textos refletem a tormenta interior em que Tito vivia. O primeiro foi escrito, provavelmente, ainda em Paris, devido a referência à universidade:

*XADREZ medo de deixar a Ordem e sofrer atentado à vida (estou sendo perseguido); não posso voltar ao Brasil; medo de estar sendo difamado; medo de não poder ser mais aceito na esquerda brasileira;*

*medo de ser morto ou torturado no Brasil; medo de passar necessidade fora da Ordem; não encontrei uma mulher; medo de desestruturar psicologicamente; medo de fracassar na universidade; pessimismo face à minha resistência física e psicológica; incapaz.*

*Sempre fui conhecido como um cara de esquerda; tenho um longo passado de militância; tenho fama de haver resistido às torturas e de tê-las denunciado; tenho certa cobertura.*

*lutar contra tudo e todos.*

*Resistir e*

O segundo texto foi encontrado num livro que Xavier emprestara a Tito em junho de 1974, dois meses antes da morte dele. Não se sabe o significado das datas, mas as frases comprovam que ele se preparava para atravessar o limite das vidas, escolhendo o modo:

*1947 — Vietnam*

*1954 :R.D.V.*

*É melhor morrer do que perder a vida.*

*corda (suicídio) 60". opção vizinha*

*tortura prolongada — opção Bacuri*

*1918 - 1920 - 1974.*

Tito defrontava-se com duas opções: matar-se por enforcamento, o que levaria cerca de sessenta segundos, ou suportar a "opção Bacuri", a "tortura prolongada" em que vivia. "Bacuri" era o nome de guerra do combatente Eduardo Leite, do Movimento Revolucionário Tiradentes. Preso pelo delegado Fleury em 1970, esteve no cárcere do DOPS, de onde foi retirado de madrugada pelo chefe do Esquadrão, que teve o cuidado de olear as dobradiças das portas para que os demais prisioneiros não ouvissem nenhum ruído. Levado a uma fazenda, onde a repressão mantinha um *aparelho* de torturas, "Bacuri" foi seviciado semanas seguidas, pelo sádico prazer de o verem morrer atroz e lentamente. A família abriu o caixão quando o corpo lhe foi entregue: seus olhos haviam sido arrancados e as orelhas, cortadas. Parecia insuportável a Frei Tito seguir sofrendo, no espírito, essa "tortura prolongada".

## 9

*De modo exemplar, Frei Tito encarnou todos os horrores do regime militar brasileiro. Este é, para sempre, um cadáver insepulto. Seu testemunho sobreviverá à noite que nos abate, aos tempos que nos obrigam a sonhar, à historiografia oficial que insiste em ignorá-lo. Permanecerá como símbolo das atrocidades infundáveis do poder ilimitado, prepotente, arbitrário. Ficará, sobretudo, como exemplo a todos que resistem à opressão, lutam por justiça e liberdade, aprendendo, na difícil escola da esperança, que é preferível "morrer do que perder a vida".*

*Nele a tortura não foi apenas um método para se obterem confissões ou informações, como é hábito nos cárceres administrados por homens formados pelos serviços de inteligência norte-americanos. Nem consistiu uma espécie de vingança, de castigo que se aplica ao marginal derrotado nas disputas que o crime estabelece entre ele e a polícia. Tito foi sangrado na carne até que a dor e o pânico atingissem o âmago de sua alma. Como fiéis guardiães de um sistema iníquo, delegados e militares esvaziaram a humanidade do jovem dominicano. Destruíram-lhe o universo psíquico, roubaram-lhe a*

*paz, inocularam em sua subjetividade o veneno do medo e da angústia, profanaram seus símbolos religiosos, fizeram-no órfão da própria loucura. Viraram-no pelo avesso. Como uma fruta madura, ele foi sugado até que restasse apenas o bagaço triturado. Deixaram-no sobreviver para que experimentasse o horror de si mesmo. Dentro dele alojaram-se torturadores cujas vozes infernais ecoavam pela boca da legião de fantasmas. Sua consciência derreteu-se sob a pressão do delírio que, emergindo dos corredores profundos do inconsciente, reboava terríveis ameaças. Sua interioridade foi devassada como o lar sem portas e janelas exposto à ventania que traz a tempestade, a neblina e, por fim, a noite implacável.*

*Em busca de si mesmo, Frei Tito peregrinou pelo exílio. Encontrava-se banido também de seu próprio ser. Procurou-se em Santiago do Chile, Roma, Paris, Lyon. O espelho mágico distorcia a sua face límpida, terna, suave, exibindo-lhe os afiados dentes da expressão satânica de seus verdugos. A espada do poder seccionara a personalidade de Frei Tito. Havia uma lâmina de fogo atravessada em seu ego e extensa cerca de arame farpado, toda eletrificada, estendia-se por dentro dele, impedindo-o de encontrar-se do outro lado. Ele era outro. Ele era muitos, na complexa dessemelhança do desamor, da solidão, da perda irreparável de si mesmo. Carregava no coração o próprio inferno, no qual descera antes de morrer.*

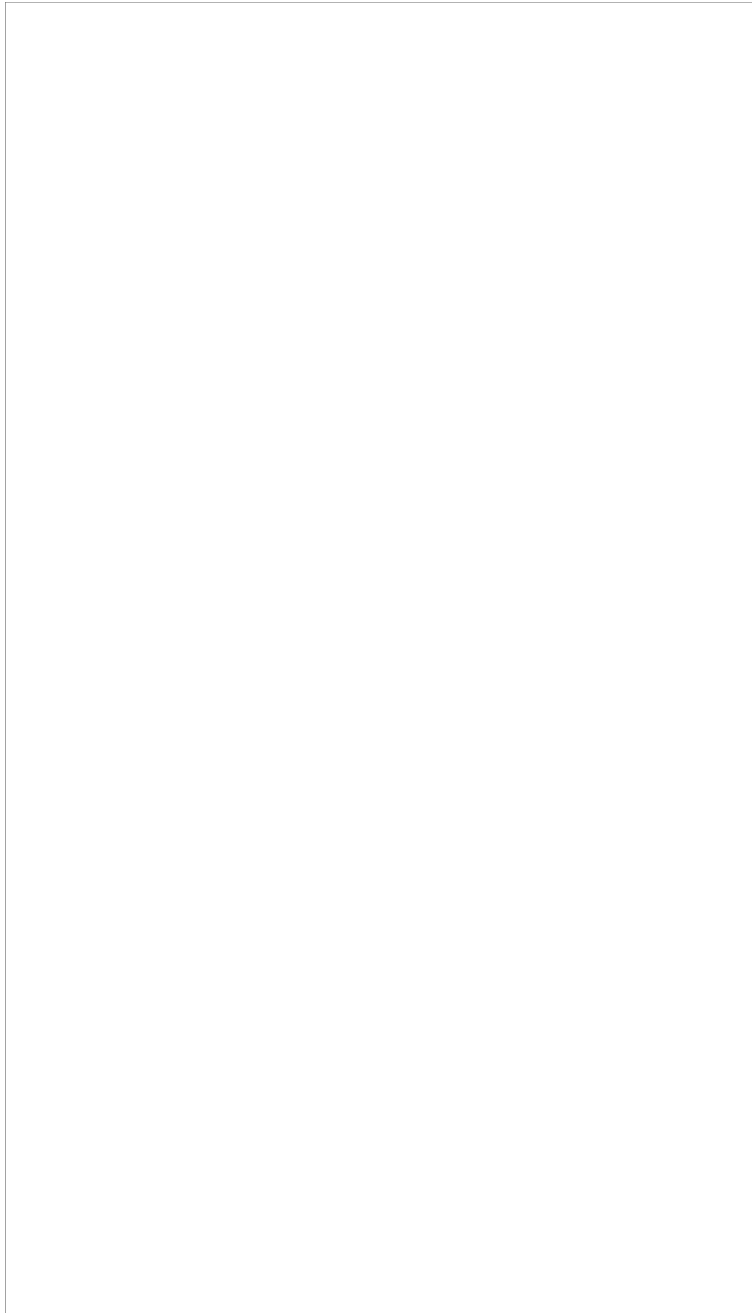
*A morte foi seu último ato de coragem e de protesto. Sua extrema chance de ressuscitar na plenitude da semelhança divina que, originariamente, lhe fora conferida pelo Pai. Ao morrer, Tito matou seus algozes e recuperou a paz duradoura que lhe haviam seqüestrado. Libertou-se em definitivo da onipresença que o dividia e atormentava, reencontrando a unidade e renascendo na totalidade do Amor. Lavado no sangue do Cordeiro, Frei Tito de Alencar Lima deixou-nos, entre outros, o poema "Quando Secar o Rio de Minha Infância":*

Quando secar o rio de minha infância  
secará toda dor.  
Quando os regatos límpidos de meu ser secarem  
minh'alma perderá sua força.  
Buscarei, então, pastagens distantes  
— lá onde o ódio não tem teto para repousar.  
Ali erguerei uma tenda junto aos bosques.  
Todas as tardes me deitarei na relva  
e nos dias silenciosos farei minha oração.  
Meu eterno canto de amor:  
expressão pura de minha mais profunda angústia.

Nos dias primaveris, colherei flores  
para meu jardim da saudade.  
Assim, externarei a lembrança de um passado sombrio.

Paris, 12 de outubro de 1972.

## **ANEXOS**

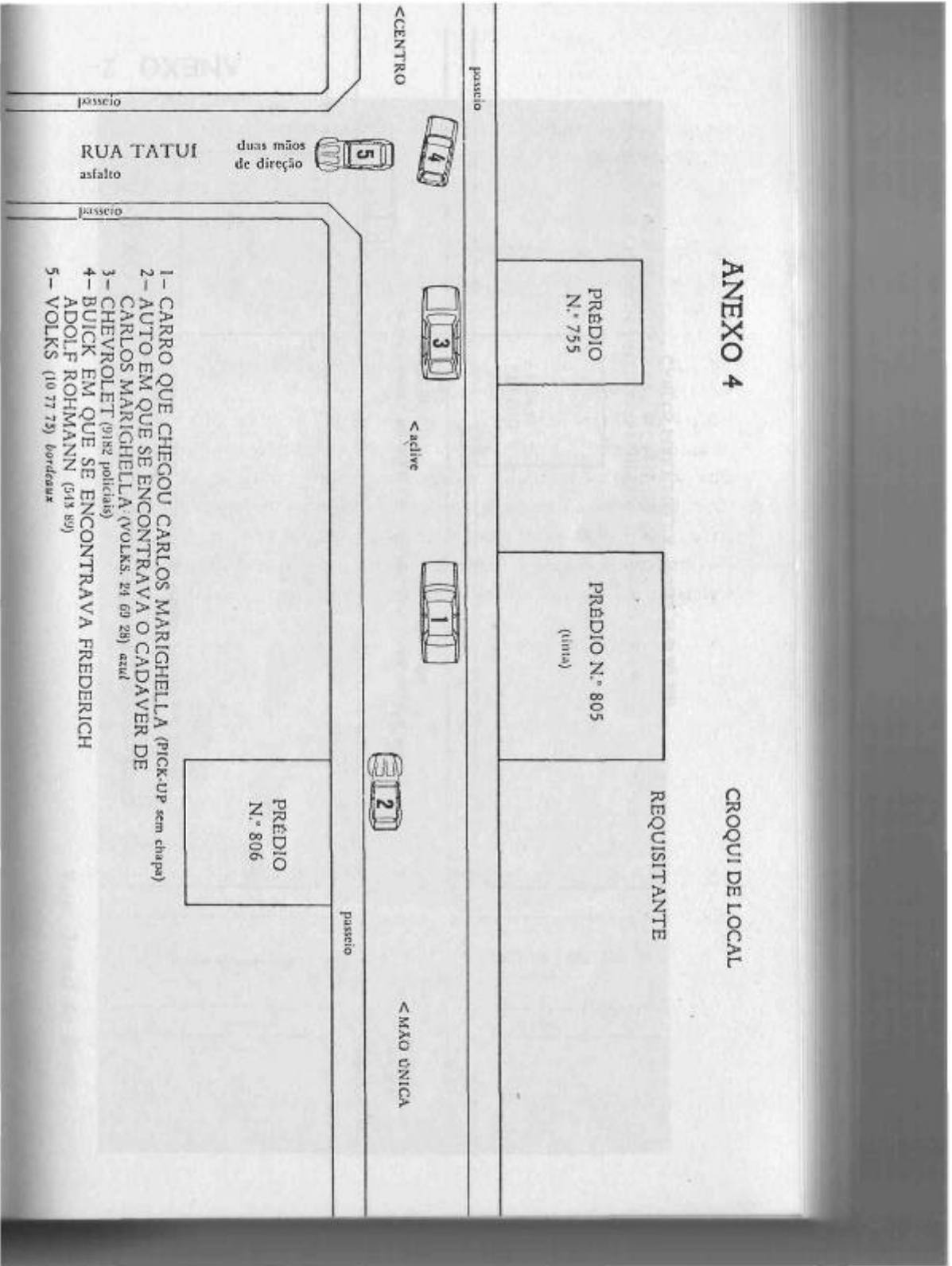


ANEXO 1



ANEXO 2





ANEXO 4

## ANEXO 5

### EXAME CLÍNICO GERAL FEITO EM FREI TITO DE ALENCAR NO RECOLHIMENTO TIRADENTES, NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1970

*Interrogatório:* Paciente queixando-se de dores generalizadas pelo corpo, sendo mais acentuadas em todo o tórax, principalmente na região esternal ombros, D e E, pescoço, região das lojas renais D e E, região coccígea, membros superiores e inferiores, principalmente perna e pé E. Refere além disso tonturas quando se levanta, sem condições para se manter de pé, relata apresentar fraqueza intensa. Refere como causa desses sintomas as torturas que sofreu na Oban, bem como a tentativa de pôr termo à vida para livrar-se das torturas, com ferimento provocado por gilete na prega do cotovelo, com grande perda de sangue que acarretou a perda de consciência. Refere ainda ter sido medicado no dia vinte (20) no Hospital das Clínicas e no Hospital Militar em São Paulo, onde recebeu massagens, novalgina injetável e tranqüilizantes que não sabe precisamente quais.

*Exame clínico geral:* Estado geral debilitado, *fascies* de sofrimento, palidez, mucosas descoradas, dificuldade de permanecer em posição ortostática, tornando-se mais pálido quando nesta posição.

Na tentativa de caminhar, sente dificuldade de apoiar o pé esquerdo devido a grande dor na planta do pé referido.

*Estado psíquico:* Normal.

*Exame clínico especial: Segmento cefálico* — olhos encovados, com dor à apalpação da região orbicular D. Dor à apalpação da face anterior do pescoço na região do laringe.

*Tórax* — *reliquat* de hematoma nas regiões escápulo-humeral D e E, apresentando no lado E extensa área com descamação da pele e hiperchromia. Algumas lesões cicatrizadas do tamanho de um confete, provavelmente devido a queimaduras. Dor acentuada à apalpação do hemitórax E, região esternal e regiões escápulo-humerais D e E. Não há indícios clínicos de fratura de costelas.

*Percussão e ausculta* — nada digno de nota.

*Cotação* — *ausculta:* bulhas normais, P.A. 11,5 x 7,5. Pulso rítmico 80 batimentos por minuto.

*Abdômen:* Apresenta alguns pontos cicatrizados do tamanho de um confete, provavelmente devido

a queimaduras. *Apalpação* — dor na região umbelical e flancos, assim como no percurso dos músculos retos do abdômen. Região coccígea dolorosa à apalpação. *Segmentos intestinais* — nada digno de nota. Hipogastro levemente doloroso à apalpação.

MEMBROS — *Superiores*: Direito, pequenas cicatrizes do tamanho de um confete, provavelmente devido a queimaduras. Esquerdo, apresenta as mesmas cicatrizes que encontramos no D, além do extenso ferimento produzido por objeto cortante com marcas evidentes de sutura, num total de dez (10) pontos cirúrgicos. Edema da palma de ambas as mãos em fase de resolução. Há marcas evidentes de lesões circulares em ambos os pulsos já cicatrizados.

*Inferiores*: Pequenas cicatrizes do mesmo tamanho e formato das encontradas nos membros superiores, provavelmente produzidas por queimaduras. Edema da planta de ambos os pés mais acentuado na planta do pé E. Hematomas em fase de resolução nos 1.º e 2.º pododáctilos dos pés D e E. Lesões de forma circular em ambos os tornozelos em fase de cicatrização.

*Conclusão*: EVIDENTE ANEMIA AGUDA PRODUZIDA POR HEMORRAGIA ABUNDANTE, SINAIS EVIDENTES DE LESÕES PRODUZIDAS POR OBJETOS CONTUNDENTES; SINAIS EVIDENTES DE LESÕES PRODUZIDAS POR FONTES DE CALOR (queimaduras).

Assinam:

Dr. Antônio Carlos Madeira, CRM 9922  
Dr. David Unovich, CRM 5847  
Dr. Aytan Miranda Sipahi, CRM 13443  
Dr. Benedito Arthur Sampaio, CRM 10514\*

Os médicos que assinam o exame clínico de Frei Tito encontravam-se, à época, no Presídio Tiradentes como prisioneiros políticos.

## ANEXO 6

### ELE LUTOU CONTRA A OPRESSÃO

*Depoimento o Dr. Rolland, assistente-chefe a Clínica de Serviços de Urgências Médicas e Psiquiatria do Hospital Edouard Herriot, Lyon.*

Tito de Alencar, prejudicado em suas faculdades mentais: isso não faz com que o destino desse homem perca a sua força e o seu direito de questionamento. Uma estada no hospital, uma morte suicida... lidos literalmente, esses acontecimentos bastam para assegurar a desdramatização.

Ora, afirmamos a força do "drama" na vida de Tito de Alencar. Pode ser mesmo a mais evidente mensagem que ele desejou transmitir. Sem discursos — salvo os de seus tormentos. Há situações que não necessitam de outras palavras senão sua própria tragédia e seu irremediável desenlace:

*Quando secar o rio de minha infância secará toda dor.*

Transcreveremos aqui o que nos foi possível compreender do drama do Tito. Sem certeza alguma. Como o drama de qualquer um de nós defrontando-se com o seu destino — não podemos reduzi-lo a algumas explicações. Para Tito, como para todos nós, permanece uma grande margem de impenetrável mistério, à sombra de uma opacidade que talvez nos inquiete, mas que também nos edifica.

Acreditamos que Tito descobriu, através das provas que teve de enfrentar, algo que não se possa exprimir de outra forma senão por essa incapacidade de viver. O quê? Somos tentados a dizer logo: a dúvida. Mas não a dúvida que se opõe à fé, mas aquela que se opõe à evidência. Para Tito de Alencar, não havia mais, a partir de um determinado momento, a evidência do existir ou do sobreviver. Não somente porque algo havia morrido dentro dele, destruído por seus torturadores, mas porque, através da experiência que ele viveu, produziu-se uma ruptura em relação ao mundo, uma inversão da ordem das coisas, uma visão radicalmente outra, sardônica, ameaçadora. Inominável para nós, a quem não é dada essa experiência, o que nos impede de ter empatia com o mais íntimo de seu desgosto.

Daí o silêncio que sempre pesou entre ele e nós, no qual adivinhávamos angústia, medo, tormento, ruído... E que não podemos imaginar e recompor senão metaforicamente, sob a forma de cenas infernais povoadas de malignos e do monstro que a Idade Média esculpia com impaciência sobre os capiteis das igrejas romanas.

Submetido à tortura física, às sevícias corporais, à tortura moral, vendo caluniados e ridicularizados os símbolos de sua família espiritual, ele teve o testemunho de amigos que, com ele, partilharam dessas provas. Mas sob o furor de seus torturadores, sob sua estupidez, Tito descobriu algo que o distinguiria de seus companheiros: a imagem inimaginável, monstruosa, do homem — esse torturador que o desfigura é feito à sua imagem e semelhança, é da mesma carne, um compatriota, um irmão talvez, mas que se mostra sob uma luz tão louca, como um animal a despedaçar sua presa... Essa imagem o assaltava muitas vezes, destruindo com violência sua própria imagem, agindo como uma revelação negativa, apagando a diferença que outros puderam manter entre o homem e o carrasco. Tito duvidará então do homem, dos outros, de si mesmo.

Foi essa revelação que ele fez em seu primeiro gesto suicida, cuidadosamente preparado e executado, mas impedido pela vigilância e obstinação de seus torturadores. Haveria muito a se refletir sobre esse gesto cuja culminância será o enforcamento num galho de um álamo, na periferia de uma cidade operária.

Tito de Alencar morreu para a vida em fevereiro de 1970, quando, sobre o vaso sanitário de sua cela, seccionou uma artéria?

Ordinariamente, os carrascos aliviam seu ódio matando sua vítima. Por um tremendo paradoxo, é obrigando a sobreviver que os carrascos se satisfazem com Tito. Certamente, havia ali também motivos políticos. Mas sabemos que entre o carrasco e sua vítima se estabelece uma osmose, uma interpenetração, onde cada um adivinha o outro num gesto, num pensamento mal-formulado. O carrasco teria que se guiar apenas por sua intuição para saber o que quebraria melhor seu parceiro, excetuando a morte. Só uma relação fundada exclusivamente no ódio poderia gerar um tal gênio destruidor, e não desejaríamos deixar de sublinhar a conivência das forças reacionárias e do sadismo nutrindo-se mutuamente e mutuamente se ocultando. Só o sadismo pode explicar tal regressão ética da relação inter-humana, injustificada pelo simples jogo político. É o que se deve entender das palavras tão comoventes de Tito:

*Eles quiseram me deixar dependurado a noite toda no pau-de-arara, mas o capitão Albernaz objetou: não è preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não (alar será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia.*

Essa proximidade psicológica do carrasco e de sua vítima, essa comunhão satânica que reduz tudo num golpe, tornando a pessoa sem forças, constituiu para Tito a experiência destruidora fundamental de sua existência. Mesmo no limiar da morte, ele não pôde escapar desses maquiavélicos planos, por isso não deixará de sentir-se bloqueado pelo delegado Fleury, mesmo na França, mesmo em L'Arbresle. Quem

estava louco: Fleury ou Tito? Não desejamos jamais recordar o caráter alucinatório das últimas experiências de Tito. Com efeito, Fleury apossara-se do corpo e do destino de Tito e continuava a torturá-lo. Não se trata apenas de uma metáfora: graças ao ódio, o carrasco havia se introduzido na pessoa de sua vítima. É por isso que Tito nos parecia tão longe, tão desconfiado e, ao mesmo tempo, tão comovido e tão sofrido.

A expatriação não libertou Tito de seus torturadores. Sempre pensamos que um novo expatriamento (num hospital psiquiátrico ou numa clínica) não o teria libertado também. Uma tal decisão não teria aliviado senão a nós mesmos, pois o drama vivido por Tito nos absorvia violentamente.

Quem era louco: Tito ou seus torturadores?

Parece-nos ser a questão essencial pela qual o processo iniciado no Brasil se prolongava na França. Pareceu nos que os distúrbios que ele demonstrava entre nós tinham uma continuidade política a que seria perigoso responder. Tito, a seu modo, diferente dos demais refugiados, testemunhou a opressão no Brasil na sua dramatizante conduta. Era dessa maneira que ele podia mostrar o modo insidioso e injusto com que a opressão o trabalhava por dentro, submetendo-o às vozes (em Eveux, Tito não deixava de obedecer as ordens de Fleury) e derrubando suas convicções e a autenticidade de sua práxis (nem padre, nem revolucionário). E seus amigos sabem quão dolorosas foram suas confusões e inversão de valores determinadas pela ação de seus torturadores.

Se afirmamos que através da conduta de Tito na França o processo continuava, é que o último esforço da repressão consistiu em fazê-lo passar por louco e o intento foi alcançado quando Tito, entregue aos torturadores, assumiu sua própria loucura.

Dependia de seus amigos na França assumirem sua conduta como sinal ou testemunho. Ao confirmarem a autenticidade de seu testemunho, seus amigos também resistiram à opressão.

## ANEXO 7

### SEIS POEMAS DE FREI TITO

#### *O RETIRANTE*

Longe vem o retirante  
Calmo e tranqüilo com seu passo cadente.  
Vem de muito longe, de terras sem fim.  
Quem dará abrigo a ele?  
Sua túnica precisa ser mudada,  
seus olhos, estar limpos,  
suas mãos, asseadas.  
Precisa de repouso,  
de paz.  
Chega para anunciar a vida,  
vem dizer que nos esquecemos de amar.  
Ah, quem me dera estar com ele para. ...  
Paris, 1972 ou 73

#### *POR QUE FOGES?*

Por que foges, quando todo meu corpo te procura?  
Por que não me respondes?  
Minha voz está rouca de te chamar.  
Onde estás?  
Talvez, foste embora bem longe.  
Mas, para onde?  
Em qual estrela refugiaste?  
Se lá estivesses, transformaria meus olhos em telescópio  
todas as noites falaria contigo,  
pertinho de ti.  
No jardim de teu planeta colheria as mais belas flores  
para fazer de teu corpo puro perfume  
E ser desejado com todo o ardor de meu sexo.  
Paris, 1972 ou 73.

### *A MULHER*

Vestiste de brancas nuvens e de sol azul  
foste musa dos deuses;  
de Baco, foste a primeira dama.  
Alegraste corações, criaste profundezas.  
Nos teus seios, pousou a mais bela borboleta  
porque os tornaste esplendorosos como uma Rosa.  
Rosa que cheira;  
Rosa que atenta;  
Rosa que ama.  
Sois toda pura,  
Ó formosa e bela mulher.

L'Arbresle, 12 de julho de 1973.

### *SE O CÉU E A TERRA*

Se minh'alma é morta, quem a ressuscitará?  
De noites sombrias,  
de luzes opacas.  
Meu espírito geme em dores.  
Meu coração bate como o tic-tac de um relógio  
em busca do ser quando este ser é o nada.  
Minha vida encerra-se em um eterno dilema:  
O ser e o não-ser,  
viver é ver,  
ver estrelas,  
ver flores,  
ver a infinita beleza de um ser criador.  
Não busco o céu, mas talvez a terra,  
um paraíso perdido.  
Se o céu é terra, nele eu me movo como um ser  
moribundo: experiência, experiência do meu viver.  
Em luzes e trevas derrama o sangue da minha existência.  
Quem me dirá como é o existir  
Experiência do visível ou do invisível?  
Se o invisível é visível, para que ver?  
Meu ver é sofrer, num mundo oculto  
de minha profundez: minha singularidade.  
Talvez minha simplicidade complicada.  
Há razões para o não-ser,  
pois no nada, no vazio,

encontre uma chama que apanhe um absoluto.  
Mas aonde?  
Em que terra?  
Olho todos os dias as estrelas, olhar singelo  
de um infinito, tão vasto quanto a distância de seu brilho  
Talvez elas sejam os olhos de Deus, do Deus criador.  
sem data.

*"LASCIATE OGNI SPERANZA, VOI CH'ENTRATE!"*

("Deixai toda esperança, ó vós que entraís" — Dante)

São noites de silêncio

Vozes que clamam num espaço infinito

Um silêncio do homem e um silêncio de Deus.

Talvez seja esta a voz humana de nosso tempo.

Quem o entende?

Como se faz entender?

E quando fala, o que diz?

Senhor, vivestes esta hora junto ao vosso pai amado.

Para que buscastes esta forma de vida?

Por que orastes? Por acaso não sois vós Deus?

Que pedias? Por que não disseste aos teus amigos

teus encontros em noites escuras e de trevas?

Afastado num monte, belo, simples como toda beleza

tu pediste ao teu Pai, a tua paz, o teu sentido

Da tua missão,

Da tua paixão,

Da tua solidão.

Algumas vezes, quando te encontro te vejo só. Incompreendido.

Também abandonado.

Meu pai, meu pai, por que me abandonaste?

Senhor, será que teu Pai te abandonou?

Quanto a mim, estou só. Num mundo; não sei qual mundo.

Talvez da incerteza, mas também da Esperança:

de um dia ver-te face a face.

Como gostaria de ver

e de perguntar apenas:

O que queres de mim?

Por acaso, não me chamaste à vida?

E por que me abandonas?

ou será que meus ouvidos  
já estão surdos à tua voz?  
Vozes do silêncio,  
Vozes das dores,  
Voz de um sofrimento mesclado com tua maneira  
de ser diante de mim.  
Qual é a palavra do teu silêncio?  
O meu, tu bens sabes...  
Nem mesmo compreendo.  
Não retires de mim teu Espírito  
Nem se afaste de minha face.  
Mas que eu te veja!  
Mostrai-me teu rosto, para que seja um acalanto  
Um canto de ninar da criança que se entrega  
inteira  
aos teus braços de consolo e de paz.

L'Arbresle, 1973 ou 74.

### *DORMES, CRIANÇA*

Dormes, criança, pois teu sonho é paz,  
mbale, em tu'alma, o canto profundo  
De um amor imenso que manifestaste  
Em cantos mil.  
Dormes, dormes, o amanhã é ternura  
É dia de sol,  
É dia de luz.  
Canta teus cantos,  
Brincas teus pássaros,  
Faz da tua vida a beleza de uma aventura  
Que é graça, também dom de Deus.  
Sonhas, sonhas, ó infância amada  
Que os poetas acalentem o teu repouso.  
Em teus braços frágeis trazes flores  
Para enfeitar um mundo de dores  
Para uma realidade maior.  
Faz de tua paz, a nossa paz,  
De teu olhar, nosso olhar  
Mesclado de claro-escuro  
Dimensão de todo ser,

Profundo,  
Imenso,  
Sopro a encher um espaço vazio  
Inexistente no infinito do Amor.  
Dize-me em que braços andas,  
Quem sonha teus sonhos,  
Para que veja a clareza de teu espírito.  
Faze dele o sonho do Nazareno  
Que também foi criança,  
Sonhando como tu sonhas  
Enfeitas de esperanças uma pequena aldeia,  
Uma Nazaré humana,  
Abrigo dos pobres,  
Sustento dos fracos,  
Grandeza dos pequenos como tua pequenez.  
L'Arbresle, 6 de fevereiro de 1974.

# Fontes

- I. Os dados biográficos de Carlos Marighella foram extraídos de reportagens e posteriormente checados com pessoas que o conheceram mais de perto. As principais reportagens consultadas foram: "A Caçada", artigo de *Veja* sobre a perseguição policial a Marighella, na edição de 20 de novembro de 1968; "Carlos Marighella, o homem mais procurado", do *Jornal da Tarde* de 23 de novembro de 1968. Os poemas são de sua obra *Poesias*, Edições Contemporâneas, Rio, s/d. O pensamento político, da polêmica interna no PCB à opção pela guerrilha, está contido nos documentos elencados na obra *Escritos de Carlos Marighella*, Editorial Livramento, São Paulo, 1979. Os documentos da ALN foram encontrados em publicação mimeografada, de janeiro de 1972, e uma análise da teoria e da prática daquele movimento, no texto mimeografado *ALN: contribuição para um balanço autocrítico*. Os principais documentos da ALN foram reunidos no livro *Pour la Liberation du Brésil*, de Carlos Marighella, publicado em Paris, 1970, por um conjunto de editoras francesas. Uma reprodução da última entrevista do dirigente revolucionário, concedida ao jornalista e escritor belga Conrad Detrez, em outubro de 1969, encontra-se na obra deste autor, *Les Noms de la Tribu*, Éditions du Seuil, Paris, 1981. Para se conhecer o itinerário político e geográfico de Leon Trotski, ver sua obra *Minha Vida (Ensaio Autobiográfico)*, José Olympio Editora, Rio, s/d.
- II. Para recompor com precisão tudo aquilo que a memória preserva de minhas atividades em São Paulo e rio Sul, entre 1966 e 1969, mantive entrevistas com diversas pessoas que, direta ou indiretamente, viveram os mesmos acontecimentos. Consultei os jornais da época, principalmente a coleção do Arquivo da Província Dominicana do Brasil e familiares de pessoas que ajudei a sair do país e que, hoje, se encontram mortas ou desaparecidas. Dos que estão vivos, tive oportunidade de conviver na prisão com Joseph Calvert e de, posteriormente, reencontrar Ana Maria Palmeira. Eduardo Arantes de Almeida deu-me valiosa contribuição para reconstituir a síntese biográfica de seu irmão, José Arames de Almeida.
- III. Além dos jornais da época, graças ao depoimento de Dom Marcelo Carvalheira, foi possível reconstituir os episódios do Sul. Para esse capítulo, bem como para os dois seguintes, fiz um levantamento completo de nosso processo na Divisão de Arquivo e Conservação do Superior Tribunal Militar, em Brasília, nos primeiros dias de outubro de 1979. Sobre os combatentes

assassinados pela repressão, ver *Desaparecidos Políticos (Prisões, Seqüestros, Assassinatos)*, obra organizada por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, Edições Opção e Comitê Brasileiro pela Anistia, RJ, 1979. Consultei ainda um interessante levantamento das atividades repressivas, *A Repressão Militar-Policial no Brasil*, em off-set, 1975; *Os Governos Militares 1969-1974*, de Hélio Silva, Editora Três, São Paulo, 1975; *Brasile, Violazione dei Diritti dell'Uomo*, dossiê do Tribunal Russel II, organizado por Linda Bimbi e publicado pela Editora Feltrinelli, Milão, 1975. Ver ainda o documento divulgado pela Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo, *Repressão na Igreja no Brasil (Reflexo de uma Situação de Opressão - 1968/1978)*, s/d.

IV. Sobre as diversas versões da morte de Marighella, ver "Operação Batina Branca", jornal *Movimento*, 7 de agosto de 1978; Marco Aurélio Borba, "Como Foram Realmente, as Últimas Horas de Carlos Marighella", revista *Playboy*, n.º 51, outubro de 1979; Sérgio Buarque de Gusmão, "Marighella Morreu. Descuido ou Traição?", *Isto É*, 31 de outubro de 1979; *Carlos Marighella*, publicação em off-set da Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia, São Paulo, novembro de 1979. As informações sobre a participação da CIA no episódio são da obra de Victor Marchetti e John D. Marks, *A CIA e o Culto da Inteligência*, Nova Fronteira, Rio, 1974. A entrevista que me concedeu o padre Ernani Pinheiro, do Recife, permitiu reconstituir o seqüestro de avião ocorrido no mesmo dia da morte de Marighella. A carta dos dominicanos franceses foi publicada no *Le Monde* de 15 de novembro de 1969. Entre o noticiário de imprensa da época, destaco "Scherer Verbera a Cumplicidade", *Estado de São Paulo*, 18 de novembro de 1969; "Incidentes em Igrejas no Sul", idem; "D. Agnelo é pelo Diálogo", *Estado de São Paulo*, 19 de novembro de 1969. Ver ainda Ministro Edgard Costa, *Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal*, 1.º vol., Civilização Brasileira, Rio, 1964, e a obra de A. J. Langguth, *A Face Oculta do Terror*, Civilização Brasileira, Rio, 1979, que narra as operações policiais dos Estados Unidos no Brasil e no Uruguai. Para melhor se conhecerem as torturas e a sofisticação do aparelho repressivo, ver *Tortura*, de Antônio Carlos Fon, Editora Global, São Paulo, 2.ª edição, 1979, e o excelente testemunho de Álvaro Caldas, em *Tirando o Capuz*, Codecri, Rio, 2.ª edição, 1981. Frei Fernando de Brito e Ivo Lesbaupin forneceram-me dados de suma importância não só para este capítulo como para quase todos os capítulos desta obra, cuja redação iniciei em 1979.

V. A reportagem que fiz sobre a reação do clero à mudança de bispo em Botucatu foi publicada em *O Cruzeiro* de 29 de junho de 1968 sob o título "A Rebelião dos Padres". Um complemento a este capítulo é a obra de Ivo Lesbaupin *A Bem-Aventura da Perseguição*, Vozes, Petrópolis, 1975. Diversas entrevistas com pessoas que passaram pelo DOPS de São Paulo na mesma época em que lá

nos encontrávamos permitiram a reconstituição dos fatos narrados.

VI. Sobre Frei Tito, há extensa bibliografia. *Fora do Campo*, de Raniero La Valle, Civilização Brasileira, Rio, 1980, publica, em seu primeiro capítulo, um dossiê do sofrimento do jovem dominicano, destacando-se entrevistas com pessoas que com ele conviveram em seus últimos dias na Franca. A reconstituição de sua vida, seus escritos e sua morte está em *Brasilianische Passion*, de Tito de Alencar, Friedrich Reinhardt Verlag Basel, Suíça, 1979; e na excelente obra organizada por Xavier Plassat, *Alors les Pierres Crieront*, Tito de Alencar, Editions Cane, Paris, 1980. A Província Dominicana do Brasil editou um dossiê mimeografado, s/d, intitulado *Frei Tito*. No capítulo reproduzi o original do relatório que Tito fez de suas torturas. Ele foi publicado por *Look Magazine* de 7 de abril de 1970, sob o título "Brazil: Government by Torture". Ver ainda: "Dossier Frei Tito", in *Memórias do Exílio*, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos (coord.), Editora Livramento, São Paulo, 1978; Isa Freaza, "Frei Tito, um Jovem Destruído pela Ditadura", *Pasquim*, n.º 468, 20 a 26 de outubro de 1978; Teófilo Cabestrero, *La Pasión Segim Frei Tito*, DDB, Bilbao, 1978, obra muito bem-organizada; Frei Domingos Maia Leite, "Por Que Frei Tito Morreu?", depoimento a Rivaldo Chinem, *O São Paulo*, 5 a 11 de agosto de 1978; "As Seqüelas da Tortura. Memórias (e Marcas) das Prisões Políticas", Sérgio Buarque de Gusmão, *Isto É*, 12 de dezembro de 1979. Em sua coluna do *Jornal do Brasil* de 29 de dezembro de 1978, José Carlos de Oliveira publicou pela primeira vez o poema de Adélia Prado "Terra de Santa Cruz", em memória de Frei Tito, posteriormente incluído no livro de mesmo nome da poetiza mineira, editado pela Nova Fronteira, Rio, 1981. O depoimento de Nildes de Alencar Lima, irmã de Tito, foi inicialmente publicado em *O São Paulo* e transcrito no *Jornal do Brasil* de 12 de novembro de 1978. O padre Paul-Eugène Charbonneau dedicou ao caso de Frei Tito seu comovido artigo "Torturas e Torturado", na *Folha de São Paulo* de 20 de maio de 1981. A ficção brasileira presta uma homenagem à memória do religioso cearense na obra alucinada de Roberto Drummond *Sangue de Coca-Cola*, Ática, São Paulo, 1980.

O depoimento do Dr. Jean-Claude Rolland, divulgado na forma de Comunicação ao XI Congresso da Academia Internacional de Medicina Legal e de Medicina Social, realizado em Lyon em agosto de 1979, foi reproduzido na obra *Alors les Pierres Crieront*, já citada.

# Obras do Autor

## EDIÇÕES NACIONAIS

*Cartas da Prisão*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 5.<sup>a</sup> edição, 1981.

*Das Catacumbas*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2.<sup>a</sup> edição, 1978.

*Oração na Ação*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2.<sup>a</sup> edição, 1978.

*Natal, a Ameaça de um Menino Pobre*. Editora Vozes, Petrópolis, 1978.

*A Semente e o Fruto, Igreja e Comunidade*. Editora Vozes, Petrópolis, 3.<sup>a</sup> edição, 1981.

*Diário de Puebla*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2.<sup>a</sup> edição (esgotada), 1979.

*A Vida Suspeita do Subversivo Raul Farelo* (contos). Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

*Puebla para o Povo*. Editora Vozes, Petrópolis, 4.<sup>a</sup> edição, 1981.

*Nicarágua Livre, o Primeiro Passo*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980 (esgotado).  
Dez mil exemplares em *jornalivro*, Editora ABC Sociedade Cultural, São Bernardo do Campo, 1981 (esgotado).

*O Que É Comunidade Eclesial de Base*. Editora Brasiliense, São Paulo, 4.<sup>a</sup> edição, 1981.

*O Fermento na Massa*. Editora Vozes, Petrópolis, 1981.

## EDIÇÕES ESTRANGEIRAS

*Dai Soterranei della Storia*. Arnoldo Mondadori Editore, Milão, Itália, 2.<sup>a</sup> edição (esgotado), 1973. *Novena di San Domenico*. Queriniana Editrice, Brescia, Itália,

1974. *L'Eglise des Prisons*. Desclée de Brouwer, Paris, França, 1972. *La Iglesia Encarcelada*. Rafael Cadeño Editor, Buenos Aires, Ar-

gemina, 1973 (esgotado). *Brasilianische Passion*. Kösel Verlag, Munique, Alemanha, 1973. *Fangelsernas Kyrka*. Gummessons, Estocolmo, Suécia, 1974. *Geboeid Kijk ik om mij heen*. Gooi en sticht bvhilversum, Bélgica-

Holanda, 1974. *Creo desde Ia Careci*. Desclée de Brouwer, Bilbao, Espanha, 1976. *Against Principalities and Powers*. Orbis Books, Nova York, EUA,

1977 (esgotado). *17 Dias en Puebla*. Ediciones CRI, México, México, 1979. *Diário di Puebla*.

Queriniana Editrice, Brescia, Itália, 1979. *Lellres de Prison*. Les Éditions du Cerf, Paris, França, 1980. *Lettere dalla Prigione*. Edizioni Dehoniane, Bolonha, Itália, 1980. *La Preghiera neWazione*. Edizioni Dehoniane, Bolonha, Itália,

1980. *Que Es Ia Teologia de là Liberación?* Celadec, Lima, Peru, 1980. *Puebla para el Pueblo*. Ediciones Contraste, México, México, 1980.

#### EM CO-AUTORIA

*Experimentar Deus Hoje* (com Frei Leonardo Boff, Carlos Mesters, Henrique C. de Lima Vaz e outros). Editora Vozes, Petrópolis, 1974.

*O Canto na Fogueira* (com Frei Fernando de Brito e Ivo Lesbaupin). Editora Vozes, Petrópolis, 2.<sup>a</sup> edição, 1977.

*Igreja, Povo Que se Liberta* (com Silvino Moreira) . Editora Vozes, Petrópolis, 1978.

*Complicitú o Resistenza? La Chiesa in America Latina* (com A. Fragoso, Paulo Freire, Helder Câmara e outros). Cittadela Editrice, Assis, Itália, 1976.

*Pecado Social y Conversión Estructural* (com Clodovis Boff). Ediciones CLAR (40), Bogotá, Colômbia, 1978.

*Para Entender América Latina* (com Luiz Alberto Gómez de Souza, Xavier Gorostiaga e outros). Colección DEI, Editorial Universitária Centro Americana, San José, Costa Rica, 1979.

*La Lucha de los Dioses* (com Hugo Assmann, Pablo Richard, Elsa Támez e outros). Coedición DEI Centro Ecumênico Antônio Valdivieso, San José-Manágua, 1980.

*Apuntes para una Teologia Nicaraguense* (com Juan Hernandez Pico, Miguel Concha, Gonzalez Faus e outros). Coedición Centro Antônio Valdivieso-Instituto Histórico Centroamerica-no—DEI, Manágua-San José, 1981.



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>